



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE TRABALHADORAS DA CONSTRUÇÃO
NAVAL NO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE:
identidades e reformulações a partir da divisão sexual do trabalho.**

Anderson Matias Cardozo

CAMPINA GRANDE

2020

ANDERSON MATIAS CARDOZO

**TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE TRABALHADORAS
DA CONSTRUÇÃO NAVAL NO COMPLEXO INDUSTRIAL
E PORTUÁRIO DE SUAPE: identidades e reformulações a partir
da divisão sexual do trabalho.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da Universidade
Federal de Campina Grande, para obtenção do
título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador. Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira

Campina Grande
2020

- C268t Cardozo, Anderson Matias.
Trajetórias ocupacionais de trabalhadoras da construção naval no complexo industrial e portuário de Suape: identidades e reformulações a partir da divisão sexual do trabalho / Anderson Matias Cardozo. – Campina Grande, 2020.
200 f.: il. color.
- Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.
"Orientação: Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira; Co-orientação: Prof. Dr. Mario Henrique Guedes Ladosky".
Referências.
1. Complexo Industrial Portuário de Suape. 2. Indústria Naval. 3. Mulheres. 4. Trajetória. 5. Interseccionalidade. I. Oliveira, Roberto Vêras de. II. Ladosky, Mario Henrique Guedes. III. Título.
- CDU 305-055.2(043)

A desvalorização do mundo humano aumenta em
proporção direta com a valorização do mundo das coisas

(KARL MARX)

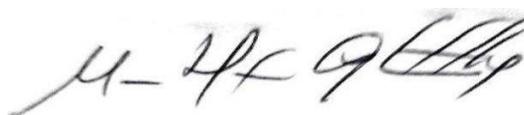
CARDOZO, Anderson Matias. **TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE TRABALHADORAS DA CONSTRUÇÃO NAVAL NO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE**: identidades e reformulações a partir da divisão sexual do trabalho. Campina Grande/PB, UFCG, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, 200f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.

Banca Examinadora (23/03/2020)

Orientador: Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira – UFCG/UEPB



Co-orientador: Prof^o Dr. Mario Henrique Guedes Ladosky - UFCG



Examinador: Prof^a Dra. Elizabeth Cristina de Andrade Lima - UFCG



Examinador: Prof^o Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota - UFCG



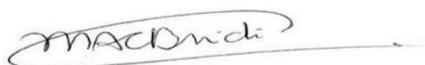
Examinador: Prof^a Dra. Roseli de Fátima Corteletti – UACS - UFCG



Examinador: Prof^a Dra. Ana Paula Ferreira D'Avila - UFPel



Examinador: Prof^a Dra. Maria Aparecida da Cruz Bridi - UFPR



Processo:
23096.012498/2020-99

Documento:
1335707



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2020

CANDIDATO: **Anderson Matias Cardozo**. COMISSÃO EXAMINADORA: Roberto Vêras de Oliveira, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; Mário Henrique Guedes Ladosky, Doutor, PPGCS/UFCG, Coorientador; Maria Aparecida da Cruz Bridi, Doutora, PPGS/UFPR, Examinadora Externa; Ana Paula Ferreira D'Ávila, Doutora, PPGS/UFPEL, Examinadora Externa; Roseli de Fátima Corteletti, Doutora, UACS/UFCG, Examinadora Externa; Elizabeth Christina de Andrade Lima, Doutora, PPGCS/UFCG, Examinadora Interna; José Maria de Jesus Izquierdo Villota, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador Interno. TÍTULO DA TESE: *"TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE TRABALHADORAS DA CONSTRUÇÃO NAVAL NO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE: identidades e reformulações a partir da divisão sexual do trabalho"*. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 14h00 – LOCAL: **Sala Virtual (Google Meet), em virtude da suspensão de atividades na UFCG decorrente do corona vírus**. Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua tese, obtendo conceito APROVADO. Face à aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se o examinado legalmente habilitado a receber o Grau de Doutor em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que o mesmo faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 23 de Março de 2020.

Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA

Secretário

ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA, Doutor, PPGCS/UFCG
Presidente da Comissão e Orientador

MÁRIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, Doutor, PPGCS/UFCG
Coorientador

MARIA APARECIDA DA CRUZ BRIDI, Doutora, PPGS/UFPR
Examinadora Externa

ANA PAULA FERREIRA D'ÁVILA, Doutora, PPGS/UFPEL
Examinadora Externa

ROSELI DE FÁTIMA CORTELETTI, Doutora, UACS/UFCG
Examinadora Externa

ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA, Doutora, PPGCS/UFCG
Examinadora Interna

JOSÉ MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, Doutor, PPGCS/UFCG
Examinador Interno

ANDERSON MATIAS CARDOZO
Candidato

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Tese de Doutorado do candidato **ANDERSON MATIAS CARDOZO**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da tese e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, PROFESSOR 3 GRAU**, em 10/03/2021, às 21:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETARIO**, em 11/03/2021, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, PROFESSOR 3 GRAU**, em 11/03/2021, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/03/2021, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSELI DE FATIMA CORTELETTI, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/03/2021, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Veras de Oliveira, Usuário Externo**, em 14/03/2021, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Ferreira D'Avila, Usuário Externo**, em 16/03/2021, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida da Cruz Bridi, Usuário Externo**, em 16/03/2021, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Matias Cardozo, Usuário Externo**, em 17/03/2021, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador 1335707 e o código CRC E171D808.

DEDICATÓRIA

Para *Eliane Mendonça da Costa*, minha mãe;
Farúki Antônio, meu filho;
Ana Clara, minha sobrinha; e,
In memoriam:
Antônio Matias Cardozo, meu pai...

AGRADECIMENTOS

Ao longo de minha jornada acadêmica devo muito mais que agradecimentos a muitas pessoas. A começar por aqueles e aquelas que foram essenciais para minha entrada na universidade, onde minha família foi a base principal. Zé de Marlene, figura crucial, que pagou minha inscrição no ano do vestibular que fui aprovado. Aos amigos de curso, Joelma Gusmão, Flávio Aires, Cláudio Roberto Félix, Edinoan, Bruna e Marco Aurélio (pessoas que extrema importância em minha vida pessoal e acadêmica). Destaque para Joelma, Flávio e Cláudio, amigos que devo muito do que conquistei e que me acompanham permanentemente. Aos colegas de mestrado, Mikeli, Jean Marcel e Alexandre.

Um agradecimento todo especial ao querido professor Marcos Costa Lima, sujeito no qual nutro uma admiração e respeito imensurável. Ao também querido professor Roberto Veras, a incrível professora Rosely e ao sempre simpático professor Mário Ladosky.

Meu muito obrigado aos meus amigos e irmão de toda a vida, Cláudio Clemente, Franklin Clemente, Ronaldo, Marcio, Emmanuel, Rodrigo, Henderson e Anderson (Paco). A Denise (esposa de Ronaldo), Camila Cássia, companheira que sempre me apoiou e esteve comigo nos momentos mais difíceis. A Tatiana Barros, Francyarlle, mãe do meu filho. Eden e Cláudio Júnior, irmãos que a academia me presenteou e juntos compartilhamos da trajetória no doutorado. Amanda, (sempre tão presente e atenciosa, além de trabalhar na correção gramatical e ortográfica desta tese), Pablo. Aos meus amigos que tive a honra de cursar disciplinas juntos, que na oportunidade cursavam o mestrado, com destaque para Rafael Soriano, Rafael Maracajá, Valéria Araújo, Washington e Poliano. Não poderia esquecer de Paloma, Alessandra, Kézia (in memoriam), pessoas que dedicaram suas energias, tempo e paciência para aguentar minhas instabilidades, e sempre me incentivaram com palavras e momentos incríveis de risadas, inquietações, planos e sonhos. Agradecido também, aos companheiros de trabalho que sempre se preocuparam com minha pesquisa e compartilharam as minhas angústias e esforços: Amadeu André, Adriana, Gilliane, Johnny, Amanda, José Ailton, José Sérgio, Thiago, Eduardo, Italo, Betânia, Glaucia e Lanne. Também se faz presente nessa trajetória de luta, desafios e vitórias, Luana Teixeira, esta que se tornou uma

pessoa especial em meio às dores, desafios e alegrias da vida profissional, pessoal e política.

Por fim, quero agradecer às minhas irmãs, Ariane Cardozo e Sheila Cardozo, ao meu cunhado Cleiton e aos meus sobrinhos Artur e Ana Clara, suas chegadas deram oxigenada aos meus dias.

Compartilho também minha imensa gratidão a todas as mulheres que cederam seus tempos e juntas foi o alicerce desse trabalho: as trabalhadoras navais.

Peço desculpas pela ausência de outros nomes que foram muito importantes nessa caminhada, é que o espaço e a memória não permitiram externalizar. Meu reconhecimento e total agradecimento ao Estado brasileiro sob o governo do PT (partido dos Trabalhadores), juntos aos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e da senhora presidente Dilma Russef, onde foi possível adquirir bolsas de mestrado e doutorado, o que fez dos meus dias menos difíceis, possibilitando maior tranquilidade e tempo para o desenvolvimento da presente pesquisa. Também devo profundo agradecimento a Universidade Federal de Campina Grande e aos professores que ministraram disciplinas e contribuíram para com a minha formação. Meu muito obrigado a sociedade que financiou meus estudos e minha permanência no ensino superior, desde a graduação até o doutorado.

CARDOZO, Anderson Matias. **TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE TRABALHADORAS DA CONSTRUÇÃO NAVAL NO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE**: identidades e reformulações a partir da divisão sexual do trabalho. Campina Grande/PB, UFCG, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, 200f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.

RESUMO

O dinamismo econômico e produtivo do Complexo Industrial Portuário de Suape, oxigenado mais intensamente com os grandes investimentos financeiros do PAC na segunda metade dos anos 2000 produziu profundas transformações na região. O campo do trabalho em suas inerentes transformações ao demandar por mão de obra qualificada “tencionou” com um espaço territorial historicamente estruturado em atividades agrícolas, pecuárias e de pesca artesanal. A participação feminina na indústria naval também reflete a ordem de mudanças, posicionando-a no espaço produtivo industrial, o que nos coloca à reflexão a partir da sociologia do trabalho em seu recorte de gênero. O tratamento teórico e metodológico na apreensão do objeto tem na vertente qualitativa um indispensável viés de análise, e que visa, em grande medida, construir uma base de reflexão a partir de respostas que o próprio objeto traz, onde o seu movimento produz o desenho sociológico em que se insere. A complexidade do objeto exige abordagem compatível com sua pluralidade, o que rendeu aproximação com a ferramenta teórica e metodológica da interseccionalidade, usada para analisar a conjunção de elementos que estruturalmente investem sobre as mulheres variadas formas de violência para além do gênero, em especial a questão racial, mas também sexualidade, origem. Investigação também alicerçada nos componentes que integram as relações sociais de sexo. Desafios que se lançam para estudar a trajetória ocupacional das mulheres trabalhadoras da indústria naval no Complexo Industrial e Portuário de Suape, investigando sob a problemática do acesso ao espaço produtivo com a autonomia social e as transformações nos campos das subjetividades e das identidades ocupacionais. Questionamento que também se volta sobre: *se reproduziram as antigas divisões sexuais do trabalho e precarização em torno das relações sociais de sexo?* Periodicidade de 2008 a 2017.

Palavras-chave: Complexo Industrial Portuário de Suape, indústria naval, mulheres, trajetória, interseccionalidade.

CARDOZO, Anderson Matias. **TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE TRABALHADORAS DA CONSTRUÇÃO NAVAL NO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE**: identidades, rupturas e reformulações a partir da divisão sexual do trabalho. Campina Grande/PB, UFCG, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, 200f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.

ABSTRACT

The economic and productive dynamism of the Suape Port Industrial Complex, oxygenated more intensely with the great financial investments of the PAC in the second half of the 2000s, produced profound transformations in the region. The field of work in its inherent transformations when demanding qualified labor "intended" with a territorial space historically structured in agricultural, livestock and artisanal fishing activities. The female participation in the naval industry also reflects the order of changes, placing it in the industrial productive space, which puts us to the reflection from the sociology of work in its gender perspective. The theoretical and methodological treatment in the apprehension of the object has in the qualitative aspect an indispensable analysis bias, and which aims, to a large extent, to build a basis for reflection from the answers that the object itself brings, where its movement produces the sociological design in which it is inserted. The complexity of the object requires an approach compatible with its plurality, which brought it closer to the theoretical and methodological tool of intersectionality, used to analyze the conjunction of elements that structurally invest in women in various forms of violence beyond gender, especially the issue racial, but also sexuality, origin. Research also based on the components that integrate the social relations of sex. Challenges that are launched to study the occupational trajectory of women workers of the naval industry in the Industrial and Port Complex of Suape, investigating under the problematic of the access to the productive space with the social autonomy and the transformations in the fields of subjectivities and occupational identities. Question that also turns on: have the old sexual divisions of work and precariousness been reproduced around the social relations of sex? Periodicity from 2008 to 2017

Keywords: Suape's Industrial Port Complex, shipbuilding industry, women trajectory, intersectionality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ilustração do Complexo Industrial e Portuário de Suape e municípios do Território Estratégico de Suape (TES).....	30
Figura 2: Estuário de Suape antes da implantação do CIPS.....	44
Figura 3. Estuário de Suape depois da implantação do CIPS.....	44
Figura 4: Localização do estaleiro Atlântico Sul em Pernambuco.....	52
Figura 5: Visão panorâmica do estaleiro Atlântico Sul.....	53
Figura 6: Mapa das cidades do entorno do Complexo Industrial e Portuário de Suape..	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População total e crescimento populacional em Ipojuca (1940 a 2010).....	45
Tabela 2. Recursos liberados pelo Fundo de Marinha Mercante 2001-2013.....	55
Tabela 3. Número e percentual de trabalhadoras na indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape. Variação anual 2008-2017.....	60
Tabela 4. Número e percentual de homens trabalhadores na indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape. Variação anual 2008-2017.....	61
Tabela 5. Número e percentual total de trabalhadores e trabalhadoras na indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape. Variação anual 2008-2017.....	62
Tabela 6. Empregos no estaleiro nos anos entre 2006-2016.....	65
Tabela 7. Tipo de admissão: primeiro emprego. Feminino. Indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape.....	135
Tabela 8. Distribuição da mão de obra feminina por faixas etárias da indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape.....	137
Tabela 9. Distribuição da mão de obra masculina por faixas etárias da indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape.....	138
Tabela 10. Perfil das trabalhadoras da indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape.....	139
Tabela 11. Nível de escolaridade das trabalhadoras da indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape.....	141
Tabela 12. Faixa tempo de emprego dos trabalhadores da indústria naval de Pernambuco – Complexo de Suape.....	142-143
Tabela 13. Faixa tempo de emprego das trabalhadoras da indústria naval de Pernambuco – Complexo de Suape.....	143
Tabela 14. Faixa de Remuneração Média (Salário mínimo). Trabalhadores e trabalhadoras da indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape.....	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFRMM - Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CIPS - Complexo Industrial e Portuário de Suape

CMU - Cais de Múltiplos Usos

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CODEPE - Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco

EAS - Estaleiro Atlântico Sul

EBN - Programa da Empresa Brasileira de Navegação

FMM - Fundos de Marinha Mercante

IF - Instituto Federal

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo

PECN - Plano de Emergência de Construção Naval

PGL - Píer de Granéis Líquidos

PIB - Produto Interno Bruto

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PROMEFL - Programa de Modernização e Expansão da Frota

PROMINP - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PT - Partido dos Trabalhadores

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RH - Recursos Humanos

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SINAVAL - Sindicato Nacional de Indústria da Construção e Reparação Naval e *Offshore*

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TES - Território Estratégico de Suape

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE E SUA IMPORTÂNCIA PARA PERNAMBUCO.....	30
2.1 O histórico de sua efetivação em meio a um longo processo.....	32
2.2 Os impactos da chegada do CIPS nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca: reconfigurações econômicas e sociais.....	40
3. A INDÚSTRIA NAVAL EM SEU CONTEXTO NACIONAL E NO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE.....	48
3.1 Uma análise histórica da indústria naval brasileira: avanços e discontinuidades.....	48
3.2 O ressurgimento da indústria naval nacional a partir de 2003.....	54
3.3 A presença da mão de obra feminina no estaleiro Atlântico Sul e o acesso a um novo universo produtivo.....	58
3.4 A crise na indústria naval pós-2015.....	63
4. TRABALHO, GÊNERO E OS DEMARCADORES DA DIFERENÇA E DOMINAÇÃO: o caso das trabalhadoras navais do complexo de Suape.....	68
4.1 As novas dinâmicas do trabalho e suas bases de precarização.....	70
4.2 As relações sociais de sexo e suas implicações no mundo do trabalho.....	79
4.3 A subjetividade e o simbólico: demarcadores da diferença e da dominação masculina.....	101
5. TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE TRABALHADORAS DA INDÚSTRIA NAVAL EM SUAPE.....	122
5.1 Condicionantes geográficos.....	126
5.2 Experiência profissional anterior: ausente ou escassa	130
5.3 Elementos de uma identidade profissional incorporados.....	139
5.4 Mulheres desafiadas a se afirmarem profissional e existencialmente em um ambiente de homens.....	155

5.5 Trajetórias Ocupacionais e a Construção de Identidades Profissionais.....	170
5.6 <i>As trabalhadoras, o pós-indústria naval e as novas ocupações.....</i>	175
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
7. REFERÊNCIAS.....	187
APÊNDICE 1- ROTEIRO DE ENTREVISTA TRABALHADORAS.....	192
APÊNDICE 2 – CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	195
APÊNDICE 3- FOTOGRAFIAS DAS TRABALHADORAS.....	196
ANEXO 1- EXTRATO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA....	202

1. INTRODUÇÃO

Cenário de grande efervescência produtiva, social e econômica, a região que engloba o Complexo Industrial e Portuário de Suape¹, localizada no estado de Pernambuco, também se tornou objeto de análises acadêmicas/científicas. Abordando desde fenômenos econômicos e produtivos a elementos que tratam do panorama social, político, subjetivo e identitário que passam a compor os desenhos da vida local.

Nesta seara de transformações, expectativas positivas e discursos modelados pela ideia de progresso e desenvolvimento, um tema que também se coloca como central é o do *trabalho*. O dinamismo econômico de Suape provocou profundas transformações, com efeitos que se fizeram sentir em territórios que ultrapassam as fronteiras do estado. Em termos domésticos, remodelou sua espacialidade geográfica, e com ela as identidades e a cultura produtiva. Deslocou-se, em grande medida, o paradigma de produção, da histórica atividade agrícola e pecuária para o setor secundário, industrial. E, de modo compulsório o perfil dos/das trabalhadores/as locais acompanhou essas mudanças, sobretudo, influenciados pela quantidade e qualidade dos postos de trabalho ofertados. Um convite à reflexão é pensar nos sujeitos desse processo para além da figura tradicional masculina e adulta, com destaque para os jovens e as mulheres.

O presente estudo se volta, em especial, para um recorte de gênero, buscando localizar a mulher trabalhadora quanto à sua inserção no Complexo Industrial e Portuário de Suape, analisando-a sob o ponto de vista da inserção ao mundo do trabalho. É no setor da indústria naval que centramos nosso foco. Composto uma das empresas de grande porte que integram o Complexo, o estaleiro ofertou milhares de empregos, distribuídos entre trabalhadores e trabalhadoras de vários estados do Brasil e do exterior. Uma heterogeneidade de contatos culturais, profissionais, políticos e intelectuais.

Um ambiente que recebe mulheres que trazem em seus históricos parca experiência profissional e uma socialização marcada por princípios que pensam as mulheres a partir de papéis sociais tradicionais, e norteadores de suas identidades. Neste sentido, a experiência no mundo industrial, permeada por relações sociais de sexo possibilita a figura feminina novos conhecimentos e a internalização de novas

¹ Composto pelos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho. Locais que abrigam as empresas do polo.

identidades ocupacionais, até então distantes de suas realidades ou adormecidas e pouco potencializadas.

Tratam-se, em muitos casos, de mulheres que, apresentam perfis muito parecidos. Jovens, ainda inexperientes no campo do trabalho formal, sobretudo, industrial, e que resumem suas experiências anteriores às rotinas domésticas e às atividades informais. Pessoas que, na tentativa de inserção ao mercado de trabalho estavam abertas às ocupações ofertadas, independente do cargo e do setor, sendo o intuito maior poder contribuir com as despesas da família. Soma-se a estas características o fato de muitas estarem numa dependência financeira de seus companheiros ou familiares, e ainda não tendo a experiência do autogerenciamento a partir de seus próprios recursos financeiros.

Através da pesquisa foi possível descortinar uma realidade pouco explorada sobre quem são essas mulheres trabalhadoras da indústria naval em Suape. E aqui nos colocamos para amenizar essa lacuna, com contribuições para o campo da Sociologia do Trabalho em seu recorte de gênero, com especial atenção para a realidade pernambucana.

A experiência na indústria naval é central na vida dessas mulheres trabalhadoras, mostrando-se como um momento de inflexão “identitária” ocupacional, sobretudo, levando-se em consideração o fato de que, internalizada esta nova *identidade*, implicou alterações definitivas nos rumos de suas histórias, uma vez que passaram a pensar e planejar seus novos caminhos a partir do que foi apreendido na indústria naval. Essa é uma situação que também é observada, como ficou comprovado após a saída do estaleiro, quando seus novos rumos profissionais e até pessoais foram direcionados de acordo com as atividades ocupacionais adquiridas no seguimento naval, enriquecido por novas ações de gerenciamento pessoal. Tratamos de trajetórias que se definem na reconstrução dos diferentes momentos da vida das mulheres trabalhadoras que passaram pela experiência na indústria naval, que produziram a partir daí novas narrativas pessoais e profissionais.

Chamar atenção para o tema das *trajetórias ocupacionais* significa abordá-lo numa discussão mais ampla, e dentro de pressupostos conceituais, favorecido por uma vasta contribuição. Isso nos coloca diante da percepção de que este percurso no interior da vida ocupacional das trabalhadoras não está alheio a fenômenos da ordem macroeconômica, produtiva, cultural e até pedagógica. E mais, não se restringe a ordenação racional, pragmática e quantitativa. A complexidade desses fatores implica

no transcurso profissional de indivíduos, mas, especialmente no modo de se perceberem enquanto sujeito, revestidos por identidades, subjetividades, historicidade e com papéis sociopolíticos.

Portanto, a condução do presente trabalho foi motivada pela inquietação de analisar como a implantação do Complexo Industrial e Portuário de Suape transformou não apenas a configuração geográfica e econômica da região, como favoreceu o *desenvolvimento nas trabalhadoras ali inseridas novas identidades profissional, ensejadas pela experiência produtiva na indústria da construção naval, culminando com “rupturas e transformações” em suas históricas socializações de mulher.* Buscamos apreender tais transformações a partir das trajetórias ocupacionais, sobretudo observando como tais trajetórias lhes propiciaram novas condições para efeitos de processo emancipatório e de empoderamento social. Tal perspectiva de abordagem também busca realçar os novos elementos subjetivos e simbólicos que emergem entre as trabalhadoras entrevistadas, impactando diretamente nos espaços ocupados por elas em diferentes setores da vida social.

Neste trabalho desenvolvemos nossas análises a partir da revisão bibliográfica, fazendo uso de conceitos e abordagens extraídos do campo relacional, seja com base no pensamento de Bourdieu de *dominação e campo*, seja através da reflexão trazida na ideia de *relações sociais de sexo*, diretamente colocada ou feita de forma implícita. Elementos que identificamos principalmente em Daniele Kergoat, Souza-Lobo e Saffioti, e onde pudemos confrontar com a realidade das mulheres pesquisadas. Ainda nessa seara da dominação, ancorada em representações assimétricas em torno dos gêneros outros atores também foram de grande valia.

Esta abordagem busca possibilitar uma ampliação no debate em tono do tema do trabalho, em especial com sua intersecção com variáveis de gênero, raça, faixa etária e origem. Sendo pioneiro no trato da discussão no universo setorial da indústria naval (e geográfico do Complexo de Suape) nos lançamos para instigar novos estudos e reflexões, ultrapassando as abordagens tradicionais e reducionistas da classe trabalhadora que deixam em segundo plano a realidade das mulheres trabalhadoras. Disso sucede que, a questão do trabalho é um dos relevantes temas da atualidade, decorrente do contexto de reestruturação produtiva em seu formato de flexibilização, e que amplia a discussão e as demandas de análises quando somada à categoria feminina de trabalhadora. Trata-se de pensar este sujeito sociológico em sua multiplicidade subjetiva, histórica, identitária e social. São questões também levadas para sua

incorporação ao mercado de trabalho, com impactos e transformações que lidam diretamente com esses elementos anteriormente citados.

Do ponto de vista teórico nossa preocupação é promover no campo de debates o diálogo com teorias e pensamentos que nos agreguem maior conhecimento quando o assunto é a *mulher*, mas não como uma categoria monolítica e pré-fixada, amorfa e sem vida histórica e política. É neste sentido que as abordagens da *relação social de sexo* e a *interseccionalidade* são centrais e indispensáveis.

Portanto, qualquer tentativa de estudo no campo do trabalho que não lide com essas várias “camadas” que envolvem as mulheres e suas singularidades sociais (raça, gênero, classe, sexualidade, origem, faixa-etária) deixam de dialogar com as reais demandas de análises, servindo muito mais ao status quo da exclusão e da exploração no qual são vítimas. O presente estudo tenta trazer sua relevância ao ultrapassar essas fronteiras e a aparência que historicamente representam as mulheres trabalhadoras.

E neste percurso fomos guiados pela hipótese de que, *as mulheres que enfileiravam a mão de obra na indústria naval traziam consigo as históricas categorias sociais de sujeito que as ligavam aos universos subjetivos e objetivos de reprodução social, ou seja, da naturalização de uma condição que logo seria apropriado pelo setor na legitimação da exploração do trabalho e controle sobre suas subjetividades enquanto trabalhadoras*. Hipótese que se amplia sobre os diferentes perfis de trabalhadoras que fizeram presentes no estaleiro, ou seja, que haveria oportunidades, estigmas, trajetórias e resistências diferentes no interior de cada realidade, demonstrando a reafirmação de um lugar, o masculino no setor, com tensões e conflitos latentes que estruturavam o espaço de relações em torno dos sexos.

Nossos objetivos se voltaram para a confrontação com as referidas hipóteses, construídos a partir de uma realidade de análise sedimentada pelas falas e pensamentos das próprias trabalhadoras, dando voz e vez aos que geralmente não têm. Alinhavar uma narrativa com base nos fragmentos de cada experiência particular, traçando pontos em comum, mas também distantes que englobaram o que significou ser uma *trabalhadora naval*. E como sociologicamente isto implica num olhar aprofundado das relações, dos símbolos, dos corpos e das performances que preencheram o setor naval. Em outras palavras, o dito e o não dito, e como esses componentes desenharam o ambiente de trabalho e parte das trajetórias das mulheres presentes.

Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, o que nos remontou a uma leitura crítica de bibliografia e pesquisa de

campo, fazendo uso de questionários e entrevistas. Movimento que foi realizado em paralelo com a construção (e reconstrução) do objeto, conduzido por uma trajetória que em termos esquemáticos perpassou três distintos momentos: *a) o anterior à entrada dessas mulheres no universo produtivo formal; b) a sua experiência enquanto trabalhadora da indústria naval; c) e a saída do estaleiro.*

Colocamos-nos o desafio de exercitar uma sociologia crítica e relacional, versando a partir de diálogos com atores clássicos e contemporâneos, na medida em que nos sirvam de aporte no âmbito da literatura e no trabalho de interpretação do material desenvolvido com a pesquisa de campo. Para tanto, tivemos como preocupação manter o máximo de distanciamento do objeto, no sentido de não enviesar os resultados da pesquisa no que se refere a questões ideológicas², e assim, permitir que os fenômenos empíricos trabalhados na pesquisa nos mostrassem suas manifestações. Tratou-se, pois, da busca de desenvolver uma abordagem teórico-metodológica relacionada ao universo do trabalho feminino no seguimento da indústria naval no complexo industrial de Suape, investigando suas dimensões políticas e sociais, englobando os principais atores envolvidos direta e indiretamente neste espaço.

No tocante ao destaque para o método qualitativo como base de investigação, Diehl (2004 apud DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008, p.7), esclarece que, “a pesquisa qualitativa descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos”. Têm no universo de significações, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes seu aprofundamento das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2004, p. 21-22). Daí a relevância de se debruçar ao trabalho de campo numa investigação atenta às várias facetas da realidade. E quanto ao nosso objeto, nos atentamos para outros aspectos latentes ao fenômeno de presença da mão de obra feminina, nos exigindo enquanto métodos de procedimento: revisão bibliográfica acerca: a) da reestruturação produtiva e seus impactos no mundo do trabalho, especialmente para a mão-de-obra feminina; b) da discussão que envolve relações de gênero e trabalho; c) sobre a realidade e informações que envolvem o Complexo Industrial e Portuário de Suape. Tarefa realizada a partir de estudos presentes em livros, teses, dissertações, artigos e jornais. Levantamentos e análise de dados quantitativos extraídos do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de

²Ideologia aqui abordada como visão de mundo. Conjunto de ideias, convicções, e princípios que caracterizam um determinado pensamento.

Pernambuco; do ministério público do trabalho dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca; da Organização Internacional do Trabalho (OIT); ministério do trabalho e emprego; IPEA; IBGE, dentre outras instituições. Realização de entrevistas com as ex-trabalhadoras da indústria naval

Na escolha das trabalhadoras para as entrevistas buscamos priorizar a heterogeneidade, visto que um quadro de maior complexidade pode nos oferecer mais elementos para a reflexão sociológica. Entrevistamos 10 mulheres, preocupando-se em “costurar” (analiticamente falando) suas trajetórias. Somando-se o mapeamento do campo, a busca e a seleção das entrevistadas e a efetivação das entrevistas contabilizamos dois anos em média. A pesquisa como um todo abarcou um período de 3 anos e meio. O estudo adotou um recorte temporal delimitado pelo período 2008 a 2017. A delimitação do estudo ao estaleiro Atlântico Sul se deveu ao fato de que, no polo naval de Suape, apenas neste há registro de incorporação de mão de obra feminina, o que não se verificou no segundo estaleiro, o Vard Promar³.

Um grande desafio surgiu no momento de selecionar as mulheres para as entrevistas, quando chegamos à conclusão de que o critério fundamental a ser preenchido era o de ser ex-trabalhadora da indústria naval, visto que, se tratava de analisar trajetórias encobertas por três momentos que se complementavam, a saber, *antes*, *durante* e o *pós-trabalho* no Atlântico Sul. Com isso em mente, partimos para encontrar as mulheres. Mas, como encontrar mulheres que já não estavam mais em atividade no estaleiro? Por onde começar? Tendo em vista que o estaleiro é muito fechado para visitas, essa dificuldade só aumentava. Outra dificuldade foi o fato de residir em Campina Grande no início das entrevistas e meu objeto está localizado em Suape, Pernambuco. A mudança a Recife no ano seguinte atenuou essa dificuldade geográfica.

Feitas as tentativas com pessoas próximas (e seus colegas) que tiveram alguma experiência no Complexo de Suape, independente da área, mas sem sucesso, outras estratégias deveriam ser pensadas urgentemente. Foi quando surgiu a ideia de fazer uma busca pelas redes sociais. Mas, o universo virtual é muito complexo e amplo, o que nos exigiu uma busca mais apurada e lenta. Lançamos nossos esforços para visitar páginas do facebook que continham conteúdos relacionados à indústria naval de Suape, como o Complexo Industrial Portuário de Suape, estaleiro Atlântico Sul, estaleiro Vard Promar,

³ Não há nenhum documento formal explicativo.

além de páginas dos principais jornais de Pernambuco, do governo do Estado de Pernambuco, sindicatos e grupos de trabalhadores, dentre outras fontes.

Através dessas visitas virtuais mapeamos os assuntos em discussões, quando foi possível identificar os primeiros trabalhadores da indústria naval. No entanto, como nossa busca era por mulheres que já haviam passado pelo estaleiro nos atentamos para analisar os comentários das postagens. O passo seguinte foi listar essas mulheres e tentar um contato via mensagens no facebook. Após várias tentativas, algumas responderam informando que não faziam parte da indústria naval, outras nem chegaram a dar retorno, mas também recebemos uma resposta que foi crucial, e que nos colocou diante de nosso objeto. Foi através dessa primeira mulher que chegamos a outras ex-trabalhadoras do estaleiro Atlântico Sul. Mas antes é fundamental dizer um pouco quem foi essa primeira mulher que nos recepcionou tão atenciosamente. Na pesquisa a denominamos ficticiamente de Andreza, meio que também utilizamos para as demais mulheres. Andreza foi um grande achado, pois tinha características que nos premiou com importantes informações. Primeiro de tudo, fez parte do primeiro quadro de mão de obra do estaleiro, chegando antes mesmo da instalação física da empresa. Passou pelas principais etapas de constituição do estaleiro na região, como os primeiros recrutamentos e formações profissionalizantes. Mais do que isso, Andreza ocupou alguns cargos e chegou ao posto de liderança, o que lhe rendeu enriquecimento em capital social. Por ser muito “conhecida”, ajudou bastante em minha chegada a outras mulheres que foram suas companheiras de trabalho. Sua credibilidade foi um fator crucial para que meus pedidos de entrevistas fossem aceitos mais facilmente.

Andreza também se mostrou como um símbolo do que foi a nossa pesquisa. No entanto, sua contribuição não foi suficiente para chegar à meta da pesquisa de dez ex-trabalhadoras. Mas isso não foi por falta de esforço e dedicação de Andreza, que chegou a criar um grupo no Whatsapp com 22 mulheres. Seria mais que suficiente, caso outros desafios não estivessem presentes. Muitas dessas mulheres prontamente se colocaram à disposição para as entrevistas, no entanto, logo algumas mudaram de ideia e colocaram algumas dificuldades que inviabilizavam o encontro. Mesmo sem o contato com essas mulheres já era possível perceber algumas particularidades que pareciam refletir *nosso objeto*. Estávamos diante de mulheres que eram “movidas” pela desconfiança e limitação de entender que aquela poderia ser uma oportunidade para contribuir com o estudo da realidade das mulheres trabalhadoras do Complexo de Suape, e mais, ter voz e fazer ecoar suas angústias, experiências, expectativas e conquistas. Evidenciou-se

também que parecia estar presa a uma ordem machista conservadora em que, se permitir para uma entrevista conotava ameaça de traição ou perigo. Uma decisão que passava pela aprovação do companheiro. Algumas disseram claramente que o marido não permitia. Mesmo nas entrevistas realizadas, houve circunstâncias em que o marido “acompanhou” o diálogo.

Essa situação favoreceu a antecipação de um fenômeno que logo seria explorado, mas que, por ora, fez o trabalho complexificar ainda mais nossas análises, o que na prática nos colocou diante da primeira confrontação de hipótese, ou seja, de que as mulheres ex-trabalhadoras conservavam “identidades” ainda presas em condições historicamente dadas, sobretudo relacionadas à dependência afetiva, social e financeira do companheiro. Portanto, nossas entrevistadas já pareciam “falar”, antes mesmo de serem convidadas formalmente.

Na necessidade de encontrar as últimas entrevistadas o facebook mais uma vez nos auxiliou. Nessa fase da pesquisa, que se configurou pelas barreiras geográficas, o recurso da rede social whatsapp foi de grande valia. Algumas entrevistas foram realizadas através da troca de áudios. Conversas pelo facebook também foram fundamentais para obtenção de uma última entrevista.

Queremos chamar atenção com esta descrição para o fato de que as ferramentas virtuais e das redes sociais foram de suma importância para a dinâmica da pesquisa, o que resultou num encurtamento espacial e ganho de tempo. São meios que vêm sendo cada vez mais usados em pesquisas, e que pela presente experiência podemos atestar sua contribuição. Sua força pode ser vista no que ela promove continuamente, ou seja, a possibilidade de acompanhar o cotidiano dessas mulheres, com suas novas posturas, ideias, conquistas, desafios e a visão de realidade. Neste sentido, suas postagens se transformam numa extensão das entrevistas que obtivemos com elas.

Também laçamos mão do desenvolvimento de dados organizados por meio da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, a partir do qual foi possível fazer recortes de gênero, escolaridade, vínculo de emprego, faixa etária, média salarial e tempo de serviço. Ao utilizarmos a RAIS demarcamos como categorias de análises a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), e como *subclasse* a *construção de embarcações de grande porte* (inserida na *classe construção de embarcações e estruturas flutuantes*).

Formulamos como elementos norteadores de análise os seguintes eixos: 1) o *condicionamento geográfico* - visando caracterizar os contextos espaciais nos quais se

originou e se constituiu a força de trabalho recrutada pelo estaleiro. Muito mais do que uma estrita localização, trata-se de contextualizar o perfil prévio de mulheres que passaram a preencher o quadro de trabalhadoras do setor, considerando as origens e percursos migratórios que as acompanharam mediante os projetos iniciais dos seus pais; 2) *a experiência profissional anterior: ausente ou escassa* – de modo a melhor realçar os contrastes entre, de uma lado, a ausência ou fraca experiência de trabalho formal e de constituição de uma identidade ocupacional por parte das trabalhadoras antes do ingresso no estaleiro, e, de outro lado, os impactos do aprendizado e incorporação desta “identidade” após esse ingresso; 3) *a inserção ocupacional no estaleiro* – que busca destacar o que foi a experiência laboral no setor da construção naval vivenciada pelas mulheres e as mudanças em relação ao *perfil socioeconômico anterior*; 4) os desafios vividos pelas mulheres para se afirmarem profissional e existencialmente em um ambiente com ampla predominância masculina e dominado por uma cultura machista.

Assim orientados, focamos no processo de construção de novos perfis que a experiência de trabalho na indústria naval ajudou a desenvolver em mulheres. Além de uma apreensão dos elementos materiais que envolvem o universo produtivo, ressaltamos a centralidade das subjetividades nesse processo de relações sociais que envolvem homens. Notamos que a entrada das mulheres no universo da indústria naval impulsionou as trabalhadoras não apenas economicamente, mas possibilitou-lhes o acesso a novos espaços sociais de consumo e serviços. Propiciou-lhes uma maior autonomia e poder de administração de suas vidas, levando-se em consideração a ampliação da qualificação ou mesmo a oportunidade de tornar factíveis sonhos profissionais, concretizados com a entrada no ensino superior.

Retomando nossas inquietações, nos colocamos na incumbência de *analisar a partir da trajetória ocupacional das mulheres trabalhadoras da indústria naval no Complexo Industrial e Portuário de Suape o sentido desta inserção, investigando sob o ponto de vista de como o acesso ao trabalho industrial lhes renderam transformação e incorporação de novos habitus, alterando suas históricas condições sob antigas divisões sexuais de trabalho e precarização a partir de relações sociais de sexo.*

Portanto, fulcral neste processo de (re) significação destes sujeitos pela via do acesso ao trabalho na indústria naval é a maneira como as experiências foram internalizadas, dando-lhes a oportunidade de reconstruírem suas subjetividades e identidades, ou seja, há também uma ressignificação da experiência no trabalho, o que

na prática impulsionou mudanças nas identidades das trabalhadoras, para além de uma mera inserção ao mercado de trabalho.

Partimos do pressuposto de que (e isso não traz nada de novo), o trabalho na ordem capitalista carrega consigo uma matriz exploratória, promotora de exclusão, desigualdades, desumanização e apropriação das subjetividades humanas. Por outro lado, é inegável que o trabalho não deixa de ser uma fonte de experiência e produtor de significados para os indivíduos, sejam significados negativos ou a possibilidade de ganhos subjetivos, sociais e políticos, em especial para sujeitos que encontram no trabalho novos sentidos para a afirmação da autonomia e cidadania. Elementos que ganham dimensão e peso quando se trata de pensar indivíduos que ao longo de suas vidas apenas ocuparam lugar de subalternidade e dependência, excluídos ou limitados à visibilidade social, econômica e política, conduzidas por terceiros, e sob a égide masculina.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. No capítulo 2 que sucede a introdução, esta como capítulo primeiro, a preocupação foi apresentar a região do Complexo Industrial e Portuário de Suape, e assim focalizar sua historicidade e os fenômenos sociais e políticos inerentes à efetivação do empreendimento. O capítulo 3 se direciona para uma apreensão mais atenta à indústria naval nacional, onde incluímos uma dimensão de resgate histórico, em uma contextualização que nos oferece um maior conhecimento para analisar a realidade do setor no período pós-2003, denominado de *ressurgimento da indústria naval nacional*. Nesse quadro destacamos a inserção feminina no setor, de modo a situar o contexto mais geral no qual se posiciona a inserção feminina no universo produtivo de Suape e no estaleiro Atlântico Sul. O capítulo seguinte (4) traz para a análise os dados da inserção da mulher em Suape, focando diretamente na indústria da construção naval. Analisa, em termo de gênero, o caráter qualitativo e a realidade laboral que o setor possibilitou às trabalhadoras. Um olhar que problematiza a entrada no estaleiro. Tentamos oferecer um quadro geral da participação da mão de obra feminina. O capítulo 5 procura localizar o leitor na discussão teórica no campo do *Trabalho e Gênero*, tomando como ponto de partida a abordagem acerca do tema do trabalho para em seguida analisar o tema do gênero a partir das relações sociais de sexo, privilegiando, portanto, o viés relacional. A abordagem se desenvolve em diálogo com a visão da interseccionalidade, onde é possível alargar o horizonte do gênero, acoplando a ele as questões de raça, classe social, geografia e a sexualidade. Esse capítulo também

se abre para a reflexão dos condicionantes simbólicos no processo de produção de subjetividades e identidades nos sujeitos, mas que traz como finalidade maior a distinção social e o demarcador das diferenças e assimetrias. Também entramos nos pormenores da experiência feminina na indústria naval, apreendendo-a a partir das relações sociais de sexo, latentes nos cargos ocupados, nos conflitos, nas resistências e nas subjetividades.

Ao que se propõe este trabalho julgamos ser suficiente à análise da trajetória das trabalhadoras na indústria naval circundar um “cinturão” que corresponde ao pré-estaleiro, a experiência no trabalho e o pós-estaleiro, que além de cruzar com as variáveis descritas acrescentamos os componentes da interseccionalidade. Estes últimos nos servindo para problematização mais profunda das relações sociais que se desenvolveram no ambiente do trabalho e ampliaram as violências singularmente sentidas pelas trabalhadoras.

Inerente a investigações científicas, o trabalho nos desafiou à ampliação de olhares, objetos, hipóteses e problematizações, e, munido por essa energia pensamos esse estudo como precursor para pesquisas futuras de atualização e aprofundamento.

Pela dimensão do Complexo Industrial e Portuário de Suape é mais que urgente o desenvolvimento de pesquisas que tratem do universo do trabalho feminino, e o que o presente trabalho, dentre outros fatores, tentou trazer como aporte foi, metaforicamente, desencapar o fio da superficialidade e caminhar por engrenagens que operam no interior daquilo que foi amplamente difundido como sendo um grande projeto de desenvolvimento social e econômico para a região nordeste, e, mais especificamente para o estado de Pernambuco. Entender essa dinâmica complexa com maior sensibilidade e criticidade passa necessariamente pela inclusão da mulher trabalhadora como um dos grandes atores desse processo.

2. O COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE E SUA IMPORTÂNCIA PARA PERNAMBUCO

O caráter simbólico do Complexo de Suape povoa não apenas o estado pernambucano, mas toda a região Nordeste. Importante polo de desenvolvimento regional, o CIPS (Complexo Industrial e Portuário de Suape) é tema de variadas discussões, envolvendo assuntos que perpassam pelo meio ambiente, trabalho, economia e produção, além de importantes estudos que se preocupam em analisar os impactos sociais, culturais e identitários, questões que surgem com mais vigor após a instalação do parque industrial na região.

Os efeitos foram de grande magnitude, ultrapassando as fronteiras do Complexo, fato que exigiu do governo de Pernambuco ações para melhorar os padrões de qualificação da mão de obra local, investimentos em infraestrutura e projetos de promoção do desenvolvimento dos municípios do entorno, além de tentar minimizar os impactos ambientais e sociais. Para isso foi criado o TES (Território Estratégico de Suape), formado por oito municípios que orbitam o Complexo de Suape. São eles: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Moreno, Jaboatão dos Guararapes, Sirinhaém, Escada, Rio Formoso e Ribeirão. Abaixo podemos visualizar no mapa as localizações do CIPS e do TES.

Figura 1. Complexo Industrial e Portuário de Suape e municípios do Território Estratégico de Suape (TES).



Fonte: turismoemrioformoso.blogspot.com

Através dele é possível visualizar não só a distribuição geográfica das cidades, como entender o valor estratégico do Complexo de Suape dentro da região. Este que proporcionou um rápido crescimento econômico e transformações que reordenaram a dinâmica social e econômica dos municípios, radicalizando a ordem produtiva e laboral. Municípios que se veem diante de um imperativo produtivo, onde, do trabalho na terra e da pesca deslocam-se para operar no campo da produção industrial, direta ou indiretamente (MORAES, 2015).

Por outro lado, impactos negativos também podem ser sentidos, sobretudo, pelas inflexões já citadas, resultando em transformações estruturais e no desenvolvimento de um novo cenário geográfico urbano, resultando, ao mesmo tempo, em novas formatações nas sociabilidades e nos laços sociais. São rupturas que sinalizam rotinas que lembram as das grandes cidades, trazendo novas feições arquitetônicas, de ritmo de vida, estilos e pensamentos, alicerçando novas formas de vida social e laboral.

Claramente, os discursos políticos e midiáticos carregam um forte viés ideológico de cunho desenvolvimentista, absorvido pela população local, tornando a região um dos principais destinos da mão de obra nacional e fonte de expectativas de um futuro melhor. Também Moraes (2015) destaca que o Complexo de Suape pode ser considerada, até meados desta década, a maior plataforma desenvolvimentista do Nordeste, que se comprova pelos grandes investimentos que lhe foram destinados, principalmente pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e pela iniciativa privada, que resultou na instalação de mais de 100 empresas de médio e grande porte, favorecendo uma espetacular elevação no PIB (Produto Interno Bruto) dos municípios do TES (MORAES, 2015).

Os dados que apontam para o PIB das cidades de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho nos anos iniciais de operacionalização do CIPS surpreenderam até os mais otimistas, fato que é ampliado com os milhares de empregos ofertados e a crescente chegada de empresas de grande porte, com especial destaque para a refinaria Abreu e Lima e o estaleiro Atlântico Sul. Vultosos investimentos públicos e privados garantiram ao Complexo de Suape notoriedade de novo espaço de dinamismo nacional. Entender essa dinâmica de desenvolvimento é pressuposto imprescindível para a leitura da configuração atual do CIPS.

2.1 Breve contextualização histórica da implantação do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS)

A força que o CIPS adquiriu no imaginário social da população pernambucana e, por que não, na região Nordeste como um todo⁴ talvez esconda uma histórica luta pela efetivação de um projeto de industrialização no território pernambucano, marcado por avanços e retrocessos. Tal trajetória não se resume aos investimentos realizados nos anos 2000, embora foi nesse contexto que adquiriu o porte que o notabilizou nacionalmente. Foi na década de 1950 que surgiram as primeiras aspirações empreendedoras que incluem Suape como um local de potencial desenvolvimento portuário e industrial⁵. O projeto do padre francês Louis Joseph Lebet comprovou isto. Sob a organização da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CODEPE), diversos estudos⁶ foram desenvolvidos para fazer dali um importante polo de desenvolvimento para a região Nordeste (GUMIERO, 2015 in BENTO, 2016). Muitas ideias passam a convergir no tocante à minimização das assimetrias regionais no qual o Nordeste historicamente é uma vítima. Dentre estas sinergias, está a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) em 1959 e do Banco do Nordeste, instituições que representam um novo ideário político e econômico, traduzido naquilo que ficou conhecido como Nacional Desenvolvimentismo (*Idem*). Equivale a dizer que, neste modelo cabe ao Estado o protagonismo de investidor na infraestrutura e na geração de políticas de desenvolvimento regional, em busca do fortalecimento da burguesia local, mas, apartada das antigas alianças oligárquicas e do aumento da participação nordestina na produção nacional. Fatores estes que atacam a histórica

⁴ De acordo com o governo, em 2009, o Complexo Industrial contribuiu decisivamente para a elevação do PIB – Produto Interno Bruto – estadual que cresceu 3,4% (SUAPE/GOVERNO PERNAMBUCO, 2010).

⁵ Em paralelo ao otimismo da defesa de um projeto industrial-portuário na área de Suape também se fez sentir vozes críticas e de resistência. Um dos ícones dessa resistência esteve na figura do economista Clóvis Cavalcanti. Em Cavalcanti (2008) ele indica que em 1972, sob encomenda do governo de Pernambuco, um relatório foi desenvolvido pela Fundação de Estudos do Mar (Rio de Janeiro), intitulado “Um Novo Porto para o Nordeste”. Neste documento foram evidenciados os impactos negativos que poderiam surgir com a implantação de um porto na região de Suape. Nas palavras do autor do relatório (MOREIRA DA SILVA, 1972, *apud* CAVALCANTI, 2008, p. 5), “seria mais uma ilusão construir esse porto. Ele é consequência lógica da decisão política e do projeto econômico de que é instrumento”. E, em seguida, complementa: “o problema, dito cruamente, não é o de fazer um porto para o Nordeste, e sim o de fazer um Nordeste para o porto”.

⁶ Dentre os estudos, podemos citar: “*Estudo sobre Desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste*”, de 1955, elaborado por Lebet; e o estudo de Francisco de Oliveira, de 1959, “*Problemas de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco*” (GUMIERO, 2015 in BENTO, 2016, p. 86).

dependência produtiva da região ao sul do país. Cenário fértil à chegada de um complexo projeto como o trazido por Lebret, acreditando que:

[...] o futuro de Pernambuco deveria partir da criação de um polo industrial portuário na região de Cabo de Santo Agostinho, que concentrasse indústrias motrizes e, ao seu redor, empreendimentos de logística e indústrias subsidiárias e de serviços assessoriais. [...] A ideia do clérigo envolvia a criação de uma refinaria de petróleo, de um grande estaleiro, de indústrias química, petroquímica, farmacêutica, [...]. Ao redor destas, seriam estimuladas indústrias de bens duráveis e de consumo. Seria preciso, entretanto, reservar grandes terrenos ao redor do porto para a instalação das indústrias, assim como espaços verdes. Para Lebret seria fundamental planejar adequadamente a migração e a ocupação do território de forma a equilibrar o crescimento industrial com a equidade e o bem estar social (GODOY, 2014, p. 7-8 *in* BENTO, 2016, p. 86).

Podemos apontar claramente como os esforços de Lebret vão muito além de um projeto visionário para a região de Suape, resumido aos aspectos de ordem econômica e industrial. Inserida em seu escopo de investigação acerca da temática do desenvolvimento, a região se destaca como mais um laboratório dentro daquilo que o padre já demonstrara em cidades europeias. Trata-se de apreender o local como uma via de desenvolvimento de grande dimensão, e que se estenderia para outras cidades do estado e do Nordeste, alterando as antigas configurações econômicas e produtivas na qual estava inserido Pernambuco, e que teria a partir de então a capacidade de gerar suas próprias demandas, sendo os ingredientes para a atração de novos investimentos industriais (CAVALCANTI; GODOY; ROCHA, 2015 *in* BENTO, 2016).

Desde os primeiros estudos na década de 1950 Suape se mostrava como um projeto de empreendimento de grande impacto no desenvolvimento local. Foi também neste período que as preocupações com os desníveis de desenvolvimento entre as regiões do país ganharam mais relevo. E como ficou demonstrado, sobretudo, nos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, o desenvolvimento regional esteve em pauta, em particular, sob a liderança de Celso Furtado enquanto Superintendente da SUDENE.

No entanto, este projeto Nacional Desenvolvimentista se viu radicalmente transformado no período que se inicia com o golpe militar de 1964. Figura central nessa condução desenvolvimentista a frente da SUDENE, Celso Furtado foi deposto do cargo de Superintendente, e junto com ele importantes políticas regionais, quando foi abortada uma política de enfrentamento mais direto do fosso que separava o Nordeste das regiões mais dinâmicas do país.

Furtado (1968) assinalou o caráter político e histórico das desigualdades e assimetrias sociais e regionais, quando pensar estrategicamente qualquer política de

desenvolvimento requer um conhecimento sociológico e político, indispensáveis na compreensão dos desajustes sociais criados historicamente.

Foi, contudo apenas na década de 1970 que começou a ser elaborado o plano diretor para a implantação do Complexo de Suape, sendo 1976 o ano em que efetivamente teve início sua estruturação física⁷, com desapropriações, obras de infraestrutura portuária, abastecimento de energia elétrica, água e telecomunicações (SUAPE/GOVERNO PERNAMBUCO, 2010). Santos (2012) faz questão de destacar que o projeto surgiu num contexto adverso, levando-se em consideração o primeiro choque do petróleo e a crise mundial. No plano doméstico – governo Geisel -, o autor ressalta que Suape não estava presente na política de desenvolvimento lançada pelo governo federal, denominada *II Plano Nacional de Desenvolvimento* - PND, o que para o autor é uma atitude ousada do governo de Pernambuco em lançar um projeto à parte dos investimentos do II PND. Em meio à crise econômica brasileira, em 1983 Suape começou a operar, mesmo que de forma ainda precária. Essa foi a tônica até o final da década de 1990, com o porto se constituindo gradativamente, mas ainda sem grande relevo para a economia regional (SUAPE/GOVERNO PERNAMBUCO, 2010; SANTOS, 2012). Em termos mais didáticos podemos buscar nas palavras de Godoy (2014 *apud* BENTO, 2016, pp.90-91) melhores detalhes desse período da criação do CIPS:

No final de 1978, foi criada a empresa Suape Complexo Industrial e Portuário através da Lei 7.763/78. Entretanto, Suape só começa a funcionar em 1983 tendo como primeira empresa instalada a Petrobrás e, em 1984 foi, construído o Pier de Granéis Líquidos (PGL). Anos depois, devido a um incêndio no Porto do Recife as empresas de combustíveis ali instaladas foram transferidas para Suape. No final da década de 1980 teve início a construção do Cais de Múltiplos Usos (CMU) que iniciaria suas atividades no ano de 1991. Suape, na década de 1990, passa a ser um porto “concentrador de cargas”, além claro, de ser um “porto industrial”. Em 1996, o projeto Suape foi incluído no programa do Governo Federal “Brasil em Ação”, garantindo-se financiamento para a construção do “porto interno”, inaugurado em 1999.

Mas só a partir de 2005 é que Suape passa a vivenciar um *boom* no seu dinamismo, caracterizado por grandes investimentos produtivos e instalações de empresas de grande porte. Emblemático neste momento foi o anúncio da instalação da refinaria de petróleo General Abreu e Lima (*ibidem*).⁸

⁷ Um conjunto de fatores favoreceu a escolha de Suape, como local para instalar um sistema portuário, dentre eles, águas profundas junto à linha da costa, com aproximadamente 17 metros, um quebra mar natural formado por arrecifes, uma extensa área para receber um parque industrial, além de sua curta distância da cidade do Recife - 40 KM.

⁸Santos (2012, p. 2-3) também destaca, “I) O ambiente de retomada da economia brasileira em novas bases, em que o Nordeste passou a apresentar taxas de crescimento acima da brasileira; II) a decisão do

Os holofotes midiáticos e os discursos otimistas lançados desde os governos de Eduardo Campos dão a dimensão do papel que este megaempreendimento passa a operar na vida da população local desde então, mas que também atrai mão de obra de outros estados brasileiros.

No que toca à classe trabalhadora, as expectativas de oportunidades nos novos postos de trabalhos somam-se à de potencialização de um novo padrão de vida, o que funcionou como combustível para a intensa migração no entorno do Complexo. Não por acaso, a categoria trabalho soa como um dos principais elementos de retórica de políticos locais e daqueles que ganharam com a venda de uma imagem positiva da CIPS. Uma palavra indispensável do discurso desenvolvimentista, e recai sobre uma dupla significação: a capacidade de geração de oportunidades que o Complexo passa a oferecer e ao mesmo tempo a necessidade emergencial de qualificar boa parte da mão de obra que a região tem a disponibilizar (OLIVEIRA, 2013). As parcerias firmadas entre o Governo estadual e o Federal visaram preencher esta lacuna da desqualificação de trabalhadores e trabalhadoras, daí o papel estratégico do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e de Institutos Federais, com cursos técnicos oferecidos através do programa PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). O desafio foi transformar a mão de obra da região, culturalmente fixada na agricultura e na pecuária, em profissionais com conhecimentos técnicos para operar na indústria (MORAES, 2015).

Neste sentido, observa-se como estas transformações produtivas e laborais na região, para além de questões geográficas, trouxeram novas configurações subjetivas e e sociais. Trata-se de pensar uma realidade que até recentemente tinha como desenho social e produtivo a agricultura como sua principal referência na dinâmica de suas relações sociais e na construção da identidade desses municípios e de suas populações. Avaliem-se também as profundas alterações sentidas nas diferentes instituições sociais imersas nesses espaços do CIPS, como a família, o lazer, o trabalho, a educação. São mudanças que bruscamente alteraram a paisagem local. O discurso do desenvolvimento, tão apregoado nos últimos anos, contrasta flagrantemente com contextos sociais, o que nos serve como elemento de problematização do projeto do Complexo. Considere-se,

governo federal através da Petrobrás de construir uma nova refinaria depois de 28 anos no Nordeste e também de reativar a indústria de construção naval a partir da sinalização de encomenda de novos navios e plataformas feitas em estaleiro do Brasil (o que viabilizou a implantação do estaleiro Atlântico Sul em Suape); III) a postura e ação proativa do governo de Pernambuco em termos de política de atração de investimentos, favorecido também pelo seu alinhamento político com o governo federal”.

por exemplo, a nova percepção que atenta para os espaços físicos e geográficos em suas múltiplas ressignificações, mas agora condizente com as expectativas dos novos investimentos. Rupturas e aberturas de fronteiras que têm no discurso da globalização seu imperativo, no entanto, escondem um reordenamento espacial totalmente alheio às especificidades locais, que historicamente sustentaram simbolicamente e culturalmente suas estruturas sociais e o dinamismo de suas inter-relações.

Analisar o Complexo de Suape sob o prisma dos interesses do capital amplia nosso leque de interpretação, ao mesmo tempo em que passa a localizá-lo em seus aspectos multifacetados, onde opera (em disputa) um sentido de oportunizar melhorias nas condições de vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras, aquecer a economia e elevar o processo de industrialização e investimentos. Por outro lado, a relação que o capital globalizado estabelece com os espaços na atualidade atenta para uma relação entre porto, indústrias e a cidade, conformando estratégias condizentes com os planos de controle e manipulação da classe trabalhadora que, alicerçada nesses ambientes, operam a partir da lógica de divisão internacional do trabalho (CAVALCANTI; GODOY; ROCHA, in BENTO, 2016). “Nesse contexto, as novas mediações centrais da dominação do capital sobre o trabalho atuam sobre a realidade da vida social, mercantilizando-a” (*Idem*, p. 58).

A maneira como o paradigma desenvolvimentista ressurgiu a partir do governo Lula, em particular, sua operacionalização na região que congrega o Complexo de Suape, traz algumas especificidades. Resulta na ascensão de novos atores e novas demandas espaciais, sendo estas violentamente impostas na demarcação de novas funcionalidades estruturais e dinâmicas econômicas e produtivas que atendam às exigências de um mercado global.

Diferentemente, o projeto inicial de Suape do padre Lebrét, pensado sob a aliança porto-indústrias representava a possibilidade de desenvolvimento para a região, alicerçado no incremento produtivo e em suas bases de gerir a dinamização do mercado interno. Mas, dentre essas preocupações, o alcance de desenvolvimento deveria incluir também sua condição humana (GODOY, 2014). Sujeito central desse processo, à classe trabalhadora também seriam destinados os frutos do desenvolvimento, traduzido tanto em sua condição de vida quanto ao espaço urbano no qual estava inserida (*Idem*). Envolvido pelo caráter humanista e incrementado pela cientificidade do pensamento de Josué de Castro, o elemento da desigualdade se mostrava como uma de suas grandes preocupações, passando pela integração entre a geografia e desenvolvimento.

O contexto da década de 2000, representado pela efervescência do CIPS, o coloca em outra dimensão de instrumentalização, sobretudo com a intensificação do capital e da divisão internacional do trabalho. São condições que, alinhada a projetos políticos e ideológicos e à força do capital faz da região apenas mais um apêndice da economia global. Fenômeno que se faz sentir diretamente na classe trabalhadora que, passado o período de melhores rendimentos financeiros, hoje se enfileira no exército industrial de reserva e sofre da histórica mais-valia.

Os novos ventos do desenvolvimentismo que dá seus primeiros passos com o governo Lula têm diante de si uma realidade neoliberal e de financeirização do capital, fatores que complexificam a política nacional e singulariza esse novo momento. Sob a modelagem estrutural da globalização, do ponto de vista econômico e político, as demandas e os projetos que recaem sobre o Complexo de Suape evidentemente já não são os mesmas das décadas anteriores. Assiste-se à sua reconfiguração, mais adaptável aos imperativos da economia e da produção global, se distanciando de políticas protecionistas mais radicais, ao mesmo tempo em que passa a agregar novos atores sociais, e com eles expectativas que se dilatam a um nível abrangente, incorporando novos desafios e potencialidades que já não se restringem ao espaço regional ou nacional.

Ao novo contexto do século XXI não cabe pensar em políticas protecionistas nem de substituição de importações, muito menos em exportações de produtos primários de baixo valor agregado. A aposta neste momento recai na produção e exportação de manufaturados ou produtos primários de alto valor agregado. Com as burguesias nacionais fortalecidas e consolidadas, diferentemente de outrora, a articulação entre os setores público e privado, no que tange aos investimentos, convergem para pensar estrategicamente ações políticas e econômicas que culminem em ganhos nacionais. Dito de outra maneira, o Estado volta a operar como grande investidor, em especial nos setores considerados estratégicos, e desenvolvedor de infraestrutura que venha a fortalecer as empresas nacionais para competir internacionalmente no mercado. Claramente um posicionamento de cunho reformista, o novo desenvolvimentismo não é uma contraposição ao mercado, mas sim, visa o uso estratégico deste para fins de desenvolvimento nacional. Corroborando este pensamento, Sicsú, Michel e Paula asseguram que:

O novo desenvolvimentismo é uma alternativa aos males do capitalismo. Construção de um Estado forte, capaz de regular a economia (que deve ser constituída por um mercado forte e um sistema financeiro funcional) voltado

para o financiamento da atividade produtiva e não para a atividade especulativa. [...] Estado forte na regulação da concorrência: melhoria dos serviços, dos produtos, menores preços, conseqüentemente um reduzido desemprego. Protege as pequenas empresas, e preserva os empregos. Evita os oligopólios (com concorrência desleal, desemprego, e falências empresariais) (SICSÚ; MICHEL; PAULA, 2007, p. 512-513). (Grifo nosso).

Como estes autores fazem questão de destacar, o novo desenvolvimentismo não trata de reduzir o Estado, mas sim de percebê-lo a partir de sua reconstrução, tornando-o mais forte e robusto no plano político, de regulação e administrativo, além de financeiramente sólido (*Idem*).

Alguns autores creditam a incorporação de políticas novo desenvolvimentistas no Brasil ao governo Lula, em especial, no seu segundo mandato, representado pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) (BUHSE & PEREIRA, 2013).

A representação do novo desenvolvimentismo no governo Lula se assenta em alguns pilares, mas que aqui podemos pensar a partir de três ações de grande envergadura: a ênfase do governo em fomentar um amplo mercado consumidor de massas; a centralidade do Estado na condução de políticas públicas; e a concessão de incentivos ao investimento industrial, atrelado ao incremento da infraestrutura na operacionalização deste setor (SINGER, 2010; CARNEIRO et al, 2012 *apud* SILVA, 2013). Os resultados dessas medidas podem ser sentidos na expansão do consumo e dos investimentos públicos, o que levou ao aumento da oferta de empregos, em paralelo à elevação da formalidade. Gerou na economia brasileira um ciclo virtuoso (*Idem*), ao ponto de fortes transformações sociais redesenharem a estrutura de classes no país, como observado na ascensão social de milhões de brasileiros. Deste modo, um dos elementos que marcam o novo desenvolvimentismo é o viés *social* incorporado à estratégia de desenvolvimento nacional.

Leite & Salas (2012) apontam para o desafio que é desenvolver uma política desenvolvimentista no contexto da globalização, fenômeno este que prega justamente a ausência estatal nos diversos assuntos que envolvem garantias sociais. Outro desafio a esta política está na própria lógica de acumulação capitalista, que se volta muito mais à financeirização do capital do que para atividades produtivas. São limitações impostas pela globalização, muito mais sentidas nos países da periferia, sendo forte limitador às dinâmicas nacionais autônomas de desenvolvimento e combate às desigualdades sociais (SALAS, 2012).

O novo desenvolvimentismo, longe de apresentar consenso quanto à discussão teórica, gerou certos questionamentos a respeito de seu modelo. Bresser-Pereira, um dos

grandes expoentes no assunto, categoricamente defende que no período Lula não podemos falar de uma política novo desenvolvimentista, tendo em vista a permanência de pressupostos neoliberais (BRESSER-PEREIRA, 2008 *apud* SILVA, 2013, p. 2). Enriquecendo a discussão da temática, Mercadante (2010 *apud* SILVA, 2013), ao contrapor esta ideia, expõe que, para além da discussão teórica, o novo desenvolvimentismo deve ser analisado como um fenômeno estratégico de desenvolvimento, apreendido conforme o favorecimento de determinado contexto político.

O debate em torno de políticas de desenvolvimento regional em meados dos anos 2000 tinha como cenário a região pernambucana de Suape. Esta como sendo o símbolo da retomada de importantes políticas do Estado federal no fomento do desenvolvimento do Nordeste. A atração de empresas de grande porte fortaleceu a imagem de que o CIPS não apenas se tornara a maior referência nordestina na oferta de empregos, mas também a materialidade de uma nova realidade, com mudanças estruturais na economia, produção, sociabilidade e dinâmica da vida social. No entanto, as expectativas positivas que atraiu trabalhadores/as de várias regiões do país no momento de auge do CIPS entre 2008 e 2014 vêm cedendo espaço às preocupações e incertezas do cenário atual. O enfraquecimento do setor naval, sentido a partir de 2015 é representativo no que tange aos novos “rumos que envolvem o CIPS”. E, as mudanças estruturais que deram nova feição geográfica e social à região trazem consigo novos problemas, com demandas que já não são passageiras.

Assistiu-se ao enfraquecimento da indústria naval no país, e muito em função das denúncias de corrupção no interior da Petrobrás em associação com empreiteiras do setor privado. As consequências foram sentidas no ataque às políticas de desenvolvimento regional, e na conjuntura pernambucana, e até do nordeste significou a crise num dos seus grandes pilares, e em termos reais, o esvaziamento da oferta em mão de obra. De grande dinamizador produtivo e laboral, a indústria naval passou a ser um campo de parca presença de trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, é de fundamental relevância fazer uma reflexão acerca de como o CIPS impactou na reconfiguração econômica e social nos municípios de Ipojuca e do Cabo de Santo Agostinho. Discussão tratada a seguir.

2.2 Os impactos da chegada do CIPS nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca: reconfigurações econômicas e sociais

O projeto de um Complexo Industrial Portuário, planejado desde a década de 1950 e incorporado como agenda do Estado nos anos 1970 tinha como objetivo incentivar e consolidar em Pernambuco um polo de desenvolvimento, destinado majoritariamente à região metropolitana (REDE IPEA, 2012).

O Complexo que se efetivou e ganhou a dimensão que hoje conhecemos é resultado, em grande medida, da política do PAC desenvolvido pelos governos Lula. A elevação dos investimentos em infraestrutura e a concentração de empresas privadas de grande porte fez do CIPS um importante ator competitivo no cenário econômico regional e nacional (*Idem*).

O peso econômico e produtivo do CIPS para Pernambuco e o Nordeste é “inquestionável”, tendo grandes efeitos na vida de trabalhadores e trabalhadoras dessa região, e mais ligados diretamente aos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Locais que contemplam a instalação física do Complexo, e de forma “abrupta” se veem diante de desafios e potencialidades que se assemelham aos de grandes cidades metropolitanas. Desafios esses que ganham em amplitude quando levado em consideração que a região carrega em sua configuração características ainda tradicionais nos setores da produção e economia, sociabilidade e trabalho. É neste sentido que Ipojuca e o Cabo de Santo Agostinho merecem uma atenção mais singular em termos de reflexão e criticidade. Mas o fato é que protagonizaram um novo momento de desenvolvimento regional nos anos 2000.

É oportuno nesse debate trazer uma análise de Godoy & Medeiros (2015), em que destacam que o governo Lula viu defraudado seu projeto de garantir por via do Congresso a Política Nacional para o Desenvolvimento Regional. A estratégia para “contornar” esta limitação foi produzir ações políticas de cunho territorial, onde o foco maior se voltou para regiões com maiores índices de vulnerabilidade econômica e social. Sendo assim, as políticas federais de grande impacto econômico ao se destinarem para estes territórios promoveram transformações e deram novo dinamismo local. Estamos falando de programas sociais como o Minha Casa Minha Vida, o Água e Luz para Todos, Bolsa Família, PROUNI (Programa Universidade para Todos) e o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). O fato é que, mesmo o notório

crescimento regional do Nordeste, não é fruto de uma de uma política central de Desenvolvimento Regional.

Assim, se por um lado perderam centralidade as políticas regionais de desenvolvimento, por outro muitas ações de âmbito nacional, políticas econômicas com impactos sociais e também políticas sociais com impactos econômicos vêm tendo rebatimentos regionais, territoriais e locais, o que dá um novo sentido às perspectivas do desenvolvimento regional no país. Dessa forma, as regiões periféricas do Norte e do Nordeste são as maiores beneficiárias das ações planejadoras do Estado, produzindo como consequência a aceleração da redução das desigualdades regionais e colocando em evidência novos polos de desenvolvimento impulsionadores do dinamismo e do crescimento econômico em regiões periféricas (GODOY & MEDEIROS, 2015, p.83).

Portanto, é neste cenário que Suape ganha maior robustez, sendo uma das regiões que recebem os maiores investimentos federais, favorecendo uma reestruturação geográfica produtiva, com atração de novos investimentos privados, e uma consequente migração populacional. Investimentos do estado que não se tratam de mera especulação, pois, quando tomada por uma linha história entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula é gritante a disparidade. “Entre 1995 e 1998, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso como presidente, foram investidos em Suape recursos públicos da ordem de R\$ 155 milhões” (*Idem*, p. 84). Número que se reduziram para a casa dos 136 milhões em seu segundo mandato nos períodos entre 1999-2002. No segundo mandato do governo Lula (2007-2010) esses investimentos alcançaram a marca dos 1,462 bilhões de reais. Somam-se a esses números os investimentos privados de grandes empresas que ali se instalaram e no mesmo período tenham contribuído com 17 bilhões (GODOY & MEDEIROS, 2015).

Este terreno também passou a ser palco de novas demandas sociais, especialmente quando verificado que o crescimento econômico da região não vem acompanhado de maior equidade social. Os indicadores dos municípios do chamado *Território Estratégico de Suape* traduzem os efeitos das desigualdades do modelo de desenvolvimento. Enquanto o PIB de Ipojuca e do Cabo de Santo Agostinho em 2010 foi de 9 bilhões e 3,8, respectivamente, o município de Moreno apresentou um tímido, que se aproximou de 257 milhões. No que se refere ao PIB per capita no mesmo período, Ipojuca chegou a marca de R\$ 112.924,25⁹, sendo o segundo maior o do Cabo de Santo Agostinho com R\$ 24.180,00. Por sua vez, Moreno teve um PIB per capita de R\$ 5.351,00 (*Idem*). Um fosso imenso quando comparado à Ipojuca.

⁹ Em 2010, segundo o IBGE, Ipojuca atingiu o 15º mais elevado PIB per capita do país (GODOY & MEDEIROS, 2015, p. 87).

Disparidades que se reproduzem em outros indicadores, deixando explícito que a riqueza produzida na região do Complexo de Suape é concentrada, deixando a maioria dos/as trabalhadores/as com ganhos reduzidos. Colocado em números, de 2007 a 2011 o IBGE destacou que houve aumento no salário médio da maioria nos municípios do TES, com exceção de Rio Formoso, que teve queda de 1,5 para 1,3 salários mínimos (*Idem*).

Escada, Jaboatão, Moreno e Sirinhaém indicaram uma tendência de estabilidade, com crescimentos discretos abaixo de 0,3 salários mínimos. Já Ribeirão, Cabo e Ipojuca tiveram elevações lineares e proporcionais significativas, com destaque para o grande aumento do salário médio de Ipojuca, que saltou de 2,7 salários mínimos em 2007 para 4,3 em 2011. No mesmo período, o salário médio de Cabo de Santo Agostinho evoluiu de 2,3 para 2,8 salários mínimos, enquanto o de Ribeirão subiu de 1,3 para 2,1 salários mínimos (GODOY & MEDEIROS, 2015, pp. 87-88).

A comprovação da concentração de renda, segundo Godoy & Medeiros (2015) fica mais evidente quando lançados os números que indicam o percentual da população assalariada com renda de até dois salários mínimos no ano de 2010. Sendo Ipojuca e o Cabo de Santo Agostinho os principais centros dinâmicos, apresentam 61% e 57% de trabalhadores/as com esses rendimentos. Percentual elevado quando se tem em mente a riqueza produzida nesses municípios e os PIBs.

Característica forte na região, o patriarcalismo historicamente manteve o controle social sobre as mulheres, e com a chegada do CIPS provocou “profundas” mudanças nessa ordem, com rupturas e rearranjos na dinâmica social, cultural, econômica e produtiva na região. Deu a oportunidade para a qualificação de homens e mulheres, acesso ao ensino superior, novas experiências, somado a maior participação feminina ao trabalho formal. Evidentemente que tais transformações deixam expectativas em relação à melhoria nas condições de vida das mulheres trabalhadoras, fato que foi comprovado nos depoimentos que aqui foram analisados. No entanto, ao depararmos com os dados mais gerais relacionados aos rendimentos de homens e mulheres no Complexo de Suape soltam aos olhos as assimetrias, numa reprodução histórica das desigualdades de gênero no campo do trabalho. Apontado pelo IBGE em 2010, apenas Rio Formoso, que figura entre os municípios do TES apresentou números próximos à média do estado em relação às diferenças salariais entre os sexos, com porcentagem de 31,4% frente os 31,57% do Estado. Os demais municípios tiveram números acima da média estadual, com destaque para o Cabo de Santo Agostinho, que chegou ao nível de 44,8%, seguido por Escada com 39,22%. Os demais municípios transitaram entre este último índice e 32,88% (*Idem*, p. 90-91).

A nova realidade advinda com o Complexo potencializou rupturas e novas formatações na sociabilidade local, além de desenvolver novas demandas na ordem estrutural, ambiental e humana. Nota-se que o alcance e impactos do CIPS ultrapassaram, e muito, o viés produtivo e econômico. Penetra nas engrenagens sociais e subjetivas da região, incorpora nos sujeitos novas perspectivas e faz nascer novas identidades e aspirações que antes estavam “limitadas” às oportunidades oferecidas por uma realidade produtiva que se destinava quase que exclusivamente aos setores agrícolas e pecuários.

A implantação de grandes empresas nas cidades do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca sinalizou para as mudanças estruturais bruscas e permanentes. A construção do estaleiro Atlântico Sul, e junto com ele o desenvolvimento da indústria naval dimensionou ainda mais as mudanças em meio aos “ventos do progresso”.

Sua efetivação, em grande medida, concretizou as expectativas, o que na prática trouxe resultados positivos para o setor, e principalmente para a população que teve acesso aos postos de trabalho.

Entretanto, algumas análises trazem a ideia de que a instalação do CIPS não representa a chave do progresso para aqueles/as que direta ou indiretamente se relacionam com o Complexo. Silva (2017) busca analisar pela via da espacialidade como o Complexo Industrial Portuário de Suape alterou radicalmente a forma como os indivíduos passaram a ocupar a geografia territorial das cidades que o alicerçam, reconfigurando a região de acordo com os interesses do capital. Tomada pelos *agentes hegemônicos* o espaço tomou novas formas e significados, não como projeto de planejamento urbano no atendimento das demandas da coletividade, mas sim como apropriação por grandes corporações que, com o apoio do Estado desenvolveu uma infraestrutura adequada à exploração dos recursos naturais, da mão de obra local e do território em geral. Nos mostra como o CIPS transformou a paisagem da região, resultando em segregações espaciais, tendo nas próximas imagens uma real dimensão das alterações territoriais.

Figura 2. Estuário de Suape antes da implantação do CIPS



Fonte: www.suape.pe.gov.br in Silva (2017).

Figura 3. Estuário de Suape depois da implantação do CIPS



Fonte: www.suape.pe.gov.br in Silva (2017).

Transformações no território acompanhadas por distintas formas de ocupação que, em termos quantitativos produziu um grande fluxo migratório, e qualitativamente criou desigualdades socioterritoriais e novas modalidades de fragmentação urbana.

Em termos numéricos se destacam os seguintes dados: 13,67% da população do município de Ipojuca ocupava a zona urbana em 1940, passando para 67,99% em 2000, segundo o IBGE. Isso demonstra o quanto a população estava voltada para atividades do setor primário, como a pesca artesanal, agricultura familiar e pecuária de pequeno porte, além de ter como economia principal a indústria sucroalcooleira. Realidade que começou a modificar mais drasticamente a partir de 1973 com a instalação do CIPS (*Idem*).

Tabela 1. População total e crescimento populacional em Ipojuca (1940 a 2010)

ANO	RURAL		URBANA		TOTAL	
	POPULAÇÃO	TX CRESC. (%)	POPULAÇÃO	TX CRESC. (%)	POPULAÇÃO	TX CRESC. (%)
1940	19.559	-	3.062	-	22.621	-
1950	20.271	1.04	3.882	1.27	24.153	1.07
1960	27.096	1.34	7.546	1.95	34.642	1.43
1970	25.848	0.04	10.003	1.33	35.851	1.03
1980	22.531	0.13	16.925	1.69	39.456	1.10
1991	20.256	0.10	25.168	1.49	45.424	1.15
1996	18.051	0.11	30.428	1.21	48.479	1.07
2000	19.971	1.05	40.310	1.33	59.281	1.22
2010	20.918	1.06	59.719	1.89	80.637	3.12

FONTE: Silva (2017).

O crescimento populacional nos períodos entre 2000 e 2010 não foi acompanhado por um planejamento urbano capaz de atender simetricamente essa “nova” população, configurando-se, numa urbanização desordenada, levando a vários conflitos territoriais, ocupações irregulares e “choques culturais”, afetando as identidades locais. Espaço que foi tomado pela necessidade de moradia para a classe trabalhadora advinda de diferentes regiões do país. Uma realidade que alterou drasticamente os municípios de Ipojuca e o Cabo de Santo Agostinho, e que teve como principal responsável o CIPS.

Contradições que Ipojuca apresentou mais explicitamente. Silva (2017) destaca, por exemplo, a discrepância entre a relação do PIB com o índice de pobreza e analfabetismo, onde nos anos 2000 o município alcançou o maior PIB de Pernambuco, no entanto, seus índices sociais apresentaram características próximas das verificadas nas décadas de 1970. Mas as contradições se alastram por todo tecido social na região,

demarcadas nitidamente em sua espacialização territorial. O Complexo Industrial Portuário de Suape trouxe consigo um aprofundamento da mercantilização dos principais municípios do seu entorno. Mercantilização no sentido de planejamento do território e sua exploração para atender meramente aos interesses de acumulação de capital, indo de encontro com o Plano Diretor que defende que a propriedade urbana deve-se voltar para a função social, no qual a prioridade é atender as necessidades dos cidadãos quanto à moradia digna, atividades econômicas e qualidade de vida.

Na prática temos uma segregação espacial, com área sub-habitadas, com problemas estruturais, e foco de conflitos de várias ordens. Fenômeno da favelização. Locais que abrigam o grosso populacional e os resultados negativos do CIPS. Em detrimento aos condomínios de luxo, construídos para atender as necessidades de um número reduzido da população, geralmente os maiores beneficiados do Complexo. Trata-se muito mais do que mera distinção econômica:

Legitimada pela ideologia do crescimento econômico e para atenderem os requisitos da produção atual, a prática da modernização de parcelas do território do município de Ipojuca tem se dado principalmente através de projetos urbanos desenvolvidos e implementados, ou incentivados, pelo poder estatal, utilizando-se de financiamentos públicos. Isto acontece, com a promoção de parâmetros legais de uso e ocupação do solo, possível graças à aplicação de instrumentos da política urbana promovida por gestores públicos, cujos interesses particulares se desviam daqueles que se aproximam do interesse público. Portanto, esse processo é incentivado pelo poder público, quando este atua, sobretudo, na inserção de infraestrutura necessária para a viabilização e para a melhoria desses seus empreendimentos. Os condomínios fechados não são simplesmente formas geográficas que constroem a paisagem do território em Ipojuca. Esta reconfiguração territorial esta permeada por uma infinidade de elementos socioculturais e politico-ideológicos que, estruturalmente, se imbricam no processo contínuo através do qual o urbano se estabelece (SILVA, 2017, pp.50-51).

Transformações geográficas que implicam numa radical alteração das antigas relações, com laços sociais que já não se dão pela proximidade física entre os indivíduos, estes como sendo regulados e fiscalizados por uma sociedade vigilante permanentemente, com identidades próximas e moralmente construída, aceita e reproduzida (DURKHEIM, 1979). A nova realidade espacial da região do CIPS se traduz no aumento da individualidade e isolamento de uma parcela da população que atraída pela beleza natural das praias de águas quentes e a infraestrutura dos grandes condomínios, gozam de condições de vida mais privilegiada, assegurada pelos muros e segurança que demarcam a fronteira das áreas de favelas e morros, estas como sendo a marginalização produzida pelo CIPS.

Importante setor do Complexo de Suape, a indústria naval foi um grande polo de atração de mão de obra, tendo grande parcela de contribuição no desenho geográfico produtivo do CIPS, mas, principalmente no desenho social da região, protagonizando oportunidade de melhoria nas condições de vida de homens e mulheres, mas também alvo de críticas, movimentos grevistas e palco de luta de trabalhadores/as. Estamos diante da gestão de Eduardo Campos, que esteve à frente do governo pernambucano entre 2007 e 2014. Trazê-la para análise e discussão é pressuposto indispensável para entender o movimento setorial na região, e que não se reduziu ao componente econômico e produtivo.

3. A INDÚSTRIA NAVAL NO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE

Um dos pilares do desenvolvimento do Complexo de Suape, a indústria naval, oportunizou a entrada de mais de 10 mil trabalhadores em seu período auge. Correspondeu à chegada de um grande empreendimento, agregando também em termos simbólicos, uma vez que sua instalação é muito representativa no que tange à reestruturação da indústria naval no país. Neste sentido, Pernambuco se notabilizou como uma região de grande peso para configuração nacional e até continental, em especial no que representa o estaleiro Atlântico Sul e sua produção.

De parca tradição na produção naval, Suape se transformou em grande polo de produção e entreposto comercial. Rupturas foram promovidas em curto espaço de tempo, e que tocou em questões estruturais e humanas, estas como sendo montadas para receber indústrias de grande porte e de atuação nacional e global. Em outras palavras, diante da exigência de um quadro de pessoal com qualificação técnica, se ofereceu à população local capacitação e conhecimento técnico, tudo isso sob o protagonismo do Estado pernambucano.

Atentar para uma análise mais ampla da indústria naval brasileira é um convite à sua contextualização histórica, seus momentos de avanços e descontinuidades. Exige também uma investigação do que representa o ressurgimento da indústria naval brasileira no início dos anos 2000, e como a mão de obra, em seus recortes de gêneros, acompanhou essas transformações, reconfigurando seu desenho e criando novas bases na realidade local, em especial na região de Suape.

3.1 Uma análise histórica da indústria naval brasileira: avanços e descontinuidades

Um resgate mais profundo na história da indústria naval brasileira nos leva até o período mais remoto da vida social do país: os tempos do Brasil Colônia. O país por ter uma grande extensão de área costeira exigiu de sua população atividades que não estavam descoladas da navegação, tornando-se este um elemento indispensável à vida das populações costeiras. A chegada dos portugueses ao nosso território só foi possível mediante a utilização de caravelas, transporte também responsável pela dinâmica comercial já em nossas primeiras atividades, como o transporte de pau-brasil. O posterior - e longo período - de comercialização de escravos, em rota constante entre o

Brasil e o continente africano também só foi possível pela via marítima. Somam-se as atividades de mineração, no qual o escoamento das riquezas minerais para Portugal e toda a Europa também seguia esse modelo de logística. Vale destacar que a principal atividade econômica brasileira no período colonial, diga-se, a produção de cana-de-açúcar, seria impensável sem a utilização da logística naval.

Chamar atenção para essas atividades implica dizer que o universo marítimo foi transversal em todos os momentos econômicos do Brasil, e com ele uma “tradição” naval também foi se desenvolvendo, o que demandou nas populações, sobretudo próximas aos mares, o desenvolvimento de determinados conhecimentos a serem aplicados na solução de problemas cotidianos de reparos, consertos e fabricações de transportes fluviais. Contexto que demandou investimentos para o setor, quando foram construídos, no século XVIII, arsenais navais, como o do Pará, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, 1761, 1763, 1770 e 1789, respectivamente (PEREIRA, 2013).

Alguns eventos históricos aceleraram a produção naval do Brasil, dinamizando ainda mais o setor que já estava em estruturação. Destaque-se a chegada da Corte Portuguesa em 1808 que levou o Brasil a complexificar sua rede de transações comerciais que, na condição de Colônia, tem que abrir seus portos às “nações amigas” (*Idem*).

Outro fato que estimulou fortemente nossa produção de embarcações foi a Guerra do Paraguai, no período de 1864-1870 (PEREIRA, 2013), conjuntura que também é paradigmática para o setor naval brasileiro, simbolizado pelo primeiro estaleiro nacional, fundado pelo Barão de Mauá, localizado na Ponta de Areia, no município de Niterói, Rio de Janeiro (LIMA & VELASCO, 1998). Projeto que foi abortado devido à conjuntura anti-industrializante do Brasil Império (*Idem*).

No entanto, o efetivo salto industrial aconteceria apenas em meados do século XX, quando a indústria naval vai compor o “pacote” de Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek.

É também no período do pós-guerra (II) que coincide com a mudança da liderança mundial no segmento naval, deslocando-se da Europa e Estado Unidos para o Japão e Coreia do Sul, que posteriormente incluiu a China, que despontou como grande produtora (LIMA & MATIAS, 2016).

Impulsionado por esses “novos ares” o governo brasileiro diagnosticou a debilidade do setor, concretizado num estudo detalhado, e que incluiu a Marinha Mercante. Os resultados apontaram para a necessidade de desenvolvimento da indústria

naval, sobretudo por meio do “estimulo às empresas nacionais e multinacionais e a criação de uma linha de financiamento para renovar a frota do país” (PEREIRA, 2013, p. 148). Logo se fizeram sentir as mudanças e os resultados favoráveis ao setor, onde:

Entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, a indústria naval brasileira alcançou seu melhor momento produtivo - até então. No ano de 1979 empregava um total de 39 mil trabalhadores diretos (PESSANHA, 2012 *apud* PEREIRA, 2013, p. 152). (Grifo Nosso).

Esse ponto de vista é compartilhado por Claudiana Guedes de Jesus & Robson Dias da Silva (2017) que, ao estabelecerem uma classificação cronológica da indústria naval nacional sinalizam que as décadas entre 1960 e 1980 marcam a estruturação/consolidação da indústria no país, merecendo destaque o ano de 1979, quando o Brasil chegou a ocupar o segundo lugar mundial. Posição que só foi possível mediante os esforços do Estado brasileiro em colocar em prática os chamados Planos Plurianuais da construção naval, além do Plano de Emergência de Construção Naval (PECN) nos anos de 1960-1970. O I Plano de Construção Naval, colocado em vigor de 1970 a 1974, logo alterou o retrato da estrutura naval do país, com viabilização econômica, investimentos e controle estatal da produção, resultando na modernização da frota (CARDOSO & SERRAO, 2015). “Acelerou-se o processo de qualificação da força de trabalho e de desenvolvimento da cadeia de suprimentos, o que implicou na fabricação de motores navais de grande porte e de hélices, entre outros equipamentos” (*Idem*, p. 363). O II Plano Plurianual teve como ponto de partida a aceleração do desenvolvimento da indústria naval, que teve como foco o viés econômico (CARDOSO & SERRAO, 2015).

No entanto, o que se vê posteriormente é uma profunda crise na indústria naval, que se alastrou de meados da década de 1980 até meados dos anos 1990, o que na prática provocou a diminuição na produção, demissões em massa e o fechamento de estaleiros (JESUS & SILVA, 2017). Temos também a partir da década de 1980 uma forte recessão econômica a nível global e o aprofundamento da crise da dívida externa brasileira, sentido na produção naval, mesmo com a permanência de programas de incentivo (CARDOSO & SERRAO, 2015). Seus impactos foram para além do setor, sentidos na economia nacional, mas, provocando também a própria reorganização política da categoria em resposta às condições de trabalho e a constituição do mercado (LIMA & MATIAS, 2016).

Em síntese:

Os planos governamentais de apoio à indústria naval conseguiram, até o início da década de 1980, manter as taxas de crescimento do setor. Mas a retração da indústria globalmente, em virtude da crise do petróleo em 1979, somada à crise da dívida externa no Brasil, etc., levaram a indústria naval brasileira a uma aguda crise na segunda metade dos anos 1980 (PEREIRA, 2013, p. 153).

Fica evidente como os surtos de desenvolvimento da indústria naval brasileira só foram possíveis mediante a forte presença estatal, que abraçou o setor como sendo central dentro do projeto de industrialização nacional. Lima e Velasco (1998) notam claramente como a conjuntura política da década de 1950 foi fértil para o (re) surgimento da indústria naval, fato que não foi factível um século atrás, confrontado com cenários diametralmente distintos.

O Plano de Metas do governo Kubitschek previa estímulos às empresas do setor de bens de capital, como a indústria naval. Para tanto, foram criados os Fundos de Marinha Mercante (FMM) e um tributo específico, o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), após os quais foram lançados sucessivos planos nacionais de construção naval. Esses planos e incentivos possibilitaram que o país alcançasse nos anos 1970 a condição de segundo parque mundial de construção naval (LIMA & VELASCO, 1998, p. 3).

A década de 1990 apresenta quanto à construção naval um cenário de profunda decadência, que contou com a forte concorrência dos estaleiros asiáticos, favorecidos por subsídios dos Estados (CARDOSO & SERRAO, 2015). Foi no final desta década que o Estado brasileiro tentou retomar a indústria com ações mais efetivas, mesmo que tímida, foi o suficiente para apontar pujança no setor, o início de um crescimento constante, e que passou a ser denominado como o *ressurgimento da indústria naval* do país.

A implantação do estaleiro Atlântico Sul no Complexo Industrial Portuário de Suape é simbólico em termos de desenvolvimento regional e de retomada da indústria naval nacional. Suas características e potencialidades dão a dimensão do seu valor estratégico para a região e no que tange à soberania nacional. Com posição estratégica privilegiada, está conectado às principais rotas marítimas do mundo, estando interligado a 160 portos mundiais, com privilégio geográfico também no que se refere aos principais centros produtores de petróleo e gás natural do mundo, o que lhe rendeu vantagens no quesito logístico e de supridor de demandas por embarcações e unidades *offshore* (ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL). A ilustração pode nos dar uma ideia do seu peso estratégico.

Figura 4. Localização do estaleiro Atlântico Sul em Pernambuco



Fonte: Site do Estaleiro Atlântico Sul > <http://www.estaleiroatlanticosul.com.br/>

Não apenas a localização dá ao estaleiro a capacidade de robustez, mas soma-se a isto sua ambiciosa política empresarial que visa colocá-lo no patamar de maior e mais moderna empresa do setor da construção naval do hemisfério sul, princípios que os norteiam desde a criação em 2005, contando como sócios os grupos Camargo Correia e Queiroz Galvão (*Idem*).

Chamam a atenção os números do estaleiro quanto à sua estrutura:

O estaleiro Atlântico Sul conta com capacidade de processamento de 160 mil toneladas de aço/ano, 1 milhão e 620 mil metros quadrados de terreno, área industrial coberta de 130 mil metros quadrados e um dique seco de 400 metros de extensão, 73 metros de largura e 12 metros de profundidade. O dique é servido por dois pórticos Goliaths de 1.500 toneladas/cada, dois guindastes de 50 toneladas/cada e dois de 35 toneladas/cada. O porte destes equipamento permite reduzir substancialmente o tempo de edificação, possibilidade ao Estaleiro Atlântico Sul figurar no seletor time das plantas navais de quarta geração, junto aos estaleiros asiáticos, considerados a vanguarda da construção naval mundial. O Estaleiro Atlântico Sul possui também um cais de acabamento com 730 metros de extensão, equipado com dois guindastes de 35 toneladas. Outros 680 metros de cais são utilizados para a construção de plataformas *offshore* (ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL).

Figura 5. Visão panorâmica do estaleiro Atlântico Sul



Fonte: Site do Estaleiro Atlântico Sul

A ilustração nos serve como representação aos números elencados, e nos auxilia na apreensão interpretativa da estrutura real da territorialidade do estaleiro Atlântico Sul. Seu poder de produção se destaca dentro da configuração da indústria naval pernambucana, e muito em função da sua grandiosidade em relação aos demais, e como dito por Moraes (2015), os estaleiros que compõem o setor naval no Complexo de Suape não concorrem entre si, mas, desempenham atribuições distintas, cabendo ao EAS (Estaleiro Atlântico Sul) a produção de embarcações de grande porte, como os petroleiros e as plataformas de petróleo. Ao estaleiro Promar, o segundo maior da região, se destinam as construções de navios de menor porte, como os de transporte de gás (GODOY, 2014 *apud* Moraes, 2015, p. 66).

A instalação do EAS já está dentro do contexto do ressurgimento da indústria naval nacional, o que justifica os vultosos recursos financeiros e atenção recebida. Fez ressurgir também as expectativas de trabalhadores experientes que se encontravam ausentes do setor, “excluídos” junto com o desmonte no qual sofrera o setor, em especial, na década de 1990. Assim, sua reestruturação também significou a possibilidade de retomada de uma identidade profissional adormecida. Junto com ela, a

chegada de novos profissionais, ainda sem grande conhecimento da indústria naval, deu a possibilidade de construção de novas “identidades”.

Entender mais detalhadamente esta retomada da indústria naval a partir dos governos do PT (Partido dos Trabalhadores) nos qualifica para compreender outros fenômenos que se dão no interior do setor, como por exemplo, a inserção feminina, os conflitos no trabalho, a qualificação profissional, dentre outros. E é esse ressurgimento que nossos olhares passarão a se fixarem a seguir.

3.2 O ressurgimento da indústria naval nacional a partir de 2003

O início da década de 2000, simbolizado pela entrada num novo século, também é emblemático para o setor da indústria naval brasileira, que se traduziu na preocupação estatal em resgatar o setor, direcionando fortes investimentos públicos, compondo um projeto de fomento ao desenvolvimento regional e a geração de empregos, além de promover uma maior inserção brasileira no mercado internacional. Em termos práticos e estratégicos, esse incentivo, por si só, já é justificável, mas quando nos atemos melhor a esta realidade percebemos o quão é urgente esse retorno. Referimo-nos, por exemplo, à dinâmica comercial do país, onde 95% dessa atividade se dá por via marítima, portanto, trata-se de um elemento essencial, onde na prática toca nas taxas de fretes e na dependência – ou independência – frente a outras nações detentoras de transportes marítimos (SINAVAL, 2010).

A preocupação em retomar os investimentos na indústria naval remonta ao final dos anos 1990, mas, é em meados dos anos 2000 quando há uma pujança efetiva. Cardoso e Serrão (2015, p. 350) apontam para o viés econômico como uma das principais causas para a retomada naval. Chamam atenção para a crise da década de 1990, particularmente provocada pela abertura desenfreada da economia brasileira, guiada pela lógica neoliberal, fato que colocou o país em concorrência desigual com as principais potências mundiais da indústria naval, como Coreia do Sul, Japão e a China. Sendo assim, as políticas protecionistas a partir de 2003 são a estratégia lançada pelo Estado brasileiro na tentativa de fortalecer o segmento naval, onde empresas estatais têm papel central, tais como a “obrigação da produção das plataformas e embarcações da Petrobrás pela indústria brasileira, a garantia de recursos para investimentos em

modernização, a ampliação e a construção de estaleiros”. Políticas protecionistas que se fazem presentes nos países que hoje ocupam a liderança da indústria naval.

A partir de 2003 também foram redefinidas as políticas estatais em prol das garantias de financiamentos, que na prática alterou os percentuais e os prazos, e que teve no Fundo de Marinha Mercante (FMM) o principal canal de financiamento (CARDOSO & SERRAO, 2015), e um dos grandes pilares do ressurgimento da indústria naval nacional. Tomando uma análise histórica dos investimentos do FMM entre os anos de 2001 e 2013 se evidencia a preocupação em desenvolver o setor naval, traduzido em vultosos investimentos federais. A tabela a seguir expõe claramente essa ideia.

Tabela 2. Recursos liberados pelo Fundo de Marinha Mercante 2001-2013

ANO	R\$ (EM MILHÕES)	VARIÇÃO
2001	305	
2002	338	10,8 %
2003	591	74,9%
2004	721	22,0%
2005	465	-35,5%
2006	658	41,5%
2007	1.100	67,2%
2008	1.364	24,0%
2009	2.669	95,7%
2010	2.943	10,3%
2011	2.741	-6,9%
2012	4.851	77,0%
2013	3.802	-21,6%

FONTE: SINANAL in Cardoso & Serrao (2015, p. 369)

Impressiona o salto nos investimento, onde em 2001 registrou R\$ 305 milhões, chegando à marca de quase R\$ 5 bilhões em 2012, encerrando a série histórica de 2013 em R\$ 3 bilhões e 800 milhões, ou seja, um crescimento 10 vezes maior quando comparado ao ano inicial. Isso reflete a nova estratégia política nacional, amarrada em outros programas de incentivo como:

- Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp (2003);
- Programa de Modernização e Expansão da Frota – Promef (2005);
- Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP (2008);
- Programa da Empresa Brasileira de Navegação – EBN (2008);
- Plano Brasil Maior (2011);
- Reaparelhamento da frota da Marinha.

Com destaque para alguns desses programas, Cardoso & Serrao detalham na integra seus objetivos:

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp (2003) tinha por objetivo maximizar a participação da indústria nacional fornecedora de bens e serviços, envolvendo iniciativas na área de qualificação profissional, desenvolvimento tecnológico, apoio à cadeia de fornecedores e acompanhamento e certificação do cumprimento das exigências de conteúdo local estipulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O Programa de Modernização e Expansão da Frota – Promef (2005), que integrava o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), parte da constatação de que, como a frota da Transpetro, subsidiária integral da Petrobrás, iria reduzir a capacidade e número de embarcações no longo prazo, não haveriam novos investimentos. Outro elemento da necessidade de investimento vinha do fato de que apenas 20% do transporte de petróleo e seus derivados eram feitos por ela, tendo uma frota com idade média elevada também.

A proposta do Promef era renovar a frota da companhia com a compra de 49 novos petroleiros, garantindo maior autonomia e controle do transporte da Petrobras, fortalecendo também a indústria de construção naval. As bases que sustentavam o programa eram: construir navios no Brasil; alcançar o mínimo de nacionalização de 65% (em sua primeira fase) e 70% (na segunda); e atingir, com o desenvolvimento do programa, por meio do processo de aprendizado e revitalização da indústria de navieças, preços internacionalmente competitivos (CARDOSO % SERRAO, 2015, p. 371).

E complementam a reflexão e descrição,

Dentro dos marcos de resgate das políticas industriais, o governo federal lança, em 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), com diversas medidas para enfrentar a crise internacional que se iniciava. Esse programa elenca a indústria de construção naval como um segmento estratégico para esse intento. As metas que norteiam as políticas para o segmento são: aumentar o uso de navieças nacionais de 65% para 85%; ampliar a participação da bandeira brasileira na marinha mercante mundial para 1%; e gerar mais de 25 mil empregos na cadeia produtiva. O Prorefam, já especificado anteriormente, ganha primazia dentro dessa política, assim como o Promef ganha no PAC (2007). (*Idem*, p. 372).

A descoberta do petróleo na camada do pré-sal também representa um momento de inflexão para a indústria naval nacional, tendo em vista a importância do setor para a produção de navios petroleiros, plataformas, e o papel estratégico do estaleiro, e sabendo-se, sobretudo, que o Brasil passaria a ser um dos maiores produtores mundiais, (2013), o que passou a demanda um incremento industrial na capacidade de operacionalização para atender os imperativos deste mercado. Neste sentido, o estado passou a assumir o papel de principal promotor de investimentos e incentivos, revertidos em isenções de impostos, empréstimos a juros baixos, além de ser o principal sujeito de estruturação das novas regiões, em especial àquelas responsáveis pela construção dos novos estaleiros, o que traz como consequência a retomada do emprego (MATIAS & LIMA, 2016, p. 135).

Essa foi uma conjuntura positiva que, evidentemente, respondeu por expectativas de entusiasmo, não apenas no espaço setorial, mas, também na opinião pública e nas regiões receptoras dos estaleiros. Mas, esse cenário só foi possível

mediante o papel estatal, representado nos governos Lula e Dilma, que percebeu a importância estratégica da indústria naval para a soberania nacional, principalmente no que tange à segurança energética.

A retomada da indústria naval observado nos últimos anos, especialmente após 2006, é resultado da política econômica do Estado brasileiro no sentido de favorecer os interesses da grande burguesia brasileira. A política econômica voltada para o setor da construção naval tem como elemento central a demanda por navios e plataformas de petróleo encomendadas, em sua maioria, pela Petrobrás. Assim como no passado, o crescimento do setor tem como base a garantia de demanda e financiamento por parte do estado brasileiro (SOUZA & GOMES, 2013 *apud* LIMA & MATIAS, 2016, 131).

As consequências positivas desses investimentos logo foram sentidas, o que em termos práticos reconfigurou a posição do Brasil no mercado internacional da indústria naval, sendo a Petrobrás central nesse movimento, que chegou a realizar o maior programa de investimentos em exploração offshore do mundo (SINAVAL, 2010, p. 9). Esse conjunto de fatores levou o Brasil a ocupar as primeiras colocações mundiais, como se viu no quesito da carteira de encomendas dos estaleiros internacionais, quando o país figurou entre os dez maiores construtores, considerando navios e plataformas (CLARKSONS *apud* SIN/SINAVAL, 2014 *in* JESUS & SILVA, 2017).

No plano nacional o ressurgimento da indústria naval não apenas fomentou a geração de milhares de empregos e o resgate de trabalhadores do setor que estavam deslocados de suas atuações profissionais, como principalmente, desconcentrou o parque naval nacional. Historicamente localizado no Rio de Janeiro, os históricos investimentos para o setor naval sempre se concentraram quase que exclusivamente nesta região. Desenvolveu-se ali um espaço de produção naval e, de onde saíam a mão de obra mais qualificada do país, e formada com base nos conhecimentos do dia a dia de trabalho (JESUS & SILVA, 2017).

O renascimento naval no século XXI potencializou o surgimento de novos polos industriais, levados, sobretudo, por um ritmo muito acelerado, o que para algumas regiões significou uma rápida exigência por trabalhadores qualificados¹⁰ ou semiquilificados e mudanças estruturais do ponto de vista social e produtiva. É o que ocorreu, por exemplo, com os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, regiões do chamado Complexo Industrial e Portuário de Suape em Pernambuco. Espaços que transitaram da produção canavieira para a industrial num curto espaço de tempo.

¹⁰ O Rio de Janeiro, quando do início dos trabalhos do Estaleiro Atlântico Sul, enviou trabalhadores experientes na construção naval, tendo em vista as dificuldades de o estaleiro nordestino em conseguir mão-de-obra qualificada (JESUS & SILVA, 2017, p. 236).

Até a década de 1990, a grande maioria dos estaleiros do país se localizava no estado do Rio de Janeiro. No período de retomada da indústria, especialmente observada a partir de 2003, as políticas foram planejadas com o intuito de desconcentrar a indústria naval pelo território do país, para além, portanto, do estado do Rio de Janeiro, com a criação de novos polos navais, estruturada a partir do conceito de formação de polos regionais da construção naval. A caracterização desses polos navais se basearia na existência de estaleiros e estruturas de serviços e fornecedores operando de forma contínua. A implantação dos polos regionais teve como objetivo descentralizar a indústria a partir de terrenos com acesso ao mar, em condições de receber estaleiros que demandassem grandes áreas de armazenagem, oficinas, diques secos e cais de acabamento (JESUS & SILVA, 2017, p. 235).

É nessa conjuntura que a surgiu a indústria naval pernambucana. Composta por dois grandes estaleiros, o Complexo de Suape passou a figurar entre os grandes centros navais do país. E conforme a realidade nacional, uma elevada dependência do Estado, seja pela via dos subsídios, investimentos ou das encomendas da Petrobrás. No entanto, essa prática é a mesma que se faz presente nos países líderes da indústria no mundo (*Idem*).

Principal estaleiro em Suape, o Atlântico Sul é responsável pela produção de navios petroleiros de grande porte, sondas de perfuração e plataformas de produção (*Ibidem*, p. 234).

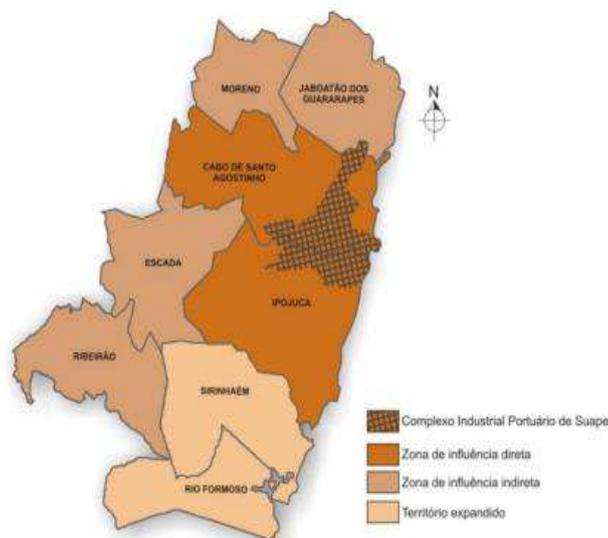
O ressurgimento naval brasileiro, no entanto, não apaga questões que são estruturais da indústria, como a instabilidade da mão de obra trabalhadora, muito refém dos períodos de construção das plataformas e navios, e na dependência da abertura de novas licitações (D'AVILA & BRIDI, 2015). Neste sentido, a dinâmica de rotatividade é marcante na vida desses trabalhadores e trabalhadoras. Em outras palavras, a flexibilização opera como padrão de contratação da indústria naval, e em Suape não foi diferente.

3.3 A presença da mão de obra feminina no estaleiro Atlântico Sul e o acesso a um novo universo produtivo

A construção do estaleiro Atlântico Sul na cidade de Ipojuca-PE é sintomático para pensar o Complexo Industrial e Portuário de Suape, e sua conseqüente abertura de novos postos de trabalho. Representativo também na pluralidade de perfis de trabalhadores e trabalhadoras, seja em termos de qualificação, experiência profissional e origem, que vai desde a chegada de profissionais sem o mínimo de experiência profissional, sobretudo no campo da formalidade, passando por aqueles com alto nível

de conhecimento especializado, como também indivíduos oriundos de cidades próximas ao complexo, mas também imigrante de todas as regiões do país, e até do exterior. É onde também identificamos seu recorte de gênero, ou seja, um grande quantitativo de trabalhadoras. Mulheres que em grande medida saíram das regiões do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Escada e Moreno em busca de oportunidades que podiam representar um novo momento em suas vidas, em particular por “garantir” uma autonomia financeira e a inserção em um novo universo de experiências profissionais, mas também social, política e pessoal. Carregadas de sonhos e expectativas, se deslocaram de cidades do entorno da Suape para fazerem parte de uma realidade que também é nova às mulheres trabalhadoras. Inexperientes e desconhecedoras do campo que passariam a atuar. A figura seguinte (3) procura fazer a localização espacial dessas trabalhadoras, apreendendo os principais caminhos de migração até o Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Figura 6. Mapa das cidades do entorno do Complexo Industrial e Portuário de Suape.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/Agência Condepe/ Fidem (2008)

A chegada da indústria naval no Complexo de Suape trouxe consigo mudanças estruturais no que toca ao seu corpo produtivo e laboral. Em outras palavras, o perfil histórico dos trabalhadores ganha novos contornos, em particular, com a entrada feminina. Realidade que é inaugurada nos anos 2000, e trazida pelo estaleiro Atlântico Sul a Pernambuco. Pereira (2013) ao pesquisar o setor nacionalmente identificou que,

“até a década de 1980 a mão de obra na linha de produção era hegemonicamente masculina, mas o quadro vem se alterando desde a retomada do setor nos anos 2000, com a presença ainda minoritária, de mulheres eletricitas, soldadoras e projetistas”.

São mudanças de grande envergadura, e que encontram nas estatísticas sua comprovação. Dados que evidenciam rápidas transformações na região, puxados, em grande medida, pela presença de empresas de grande porte. A apreensão quantitativa da realidade ao mesmo tempo nos lança luzes para investigar o caráter qualitativo das ocupações e a presença feminina.

Os estudos aqui abordados utilizou como classificação para captação dos dados o CNAE 2.0 - Código Nacional de Atividades Econômicas – tomando o recorte de **classe** *Construção de embarcações e estruturas flutuantes* e como **subclasse** *Construção de embarcações de grande porte*. Portanto, os trabalhadores e as trabalhadoras que compõem nossos dados advêm dessa classificação, onde julgamos atender a realidade de nosso objeto. Vale destacar que as regiões apreendidas para a extração dos dados correspondem aos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, sendo este último o local de instalação da indústria naval.

Ao pesquisarmos o universo do trabalho feminino na indústria naval em Suape, nos chama a atenção alguns dados, como o forte aumento de sua presença. Entre 2008 - períodos que oferece os primeiros números estatísticos - e 2013, ano de maior contratação, há um crescimento de 257%. A tabela abaixo detalha e destaca melhor esses dados.

Tabela 3. Número e percentual de trabalhadoras na indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape. Variação anual 2008-2017.

ANO	NÚMERO DE TRABALHADORAS	VARIAÇÃO
2008	271	-
2009	431	59%
2010	573	32,9%
2011	655	14,3%
2012	701	7,0%
2013	964	37,5%
2014	600	-37,7%
2015	392	-34,6%
2016	347	-11,4%
2017	339	-2,3%

FONTE: Elaboração própria com base nos dados da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais 2017

A série histórica a partir de 2008 representa o ano de operação da empresa, que teve início em agosto, e já iniciando com 271 mulheres. O ano de 2009 já traz um aumento em percentual de 59%, crescimento que se estende até 2013, período ápice em

número de trabalhadoras na indústria naval. A partir de 2014, início da crise política no país, os números passaram a refletir tais desequilíbrios. Nota-se uma queda de 37,5%, entre 2013 e 2014, seguidos por novas reduções de 34,6% e 11,4% em 2015 e 2016, respectivamente.

Os números referentes à mão de obra masculina neste mesmo setor apresentam variações similares aos das mulheres. A tabela em seguida nos ajuda a entender mais detalhadamente.

Tabela 4. Número e percentual de homens trabalhadores na indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape. Variação anual 2008-2017.

ANO	NÚMERO DE TRABALHADORES	VARIAÇÃO
2008	1.230	-
2009	3.004	144,2%
2010	4.421	47,1%
2011	4.841	9,5%
2012	5.340	10,3%
2013	9.720	82,0%
2014	6.007	-38,1%
2015	4.502	-25,0%
2016	4.579	1,7%
2017	4.561	-0,3%

FONTE: Elaboração própria com base nos dados da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais de 2017

Comparando os dados das trabalhadoras e dos trabalhadores as variações são regulares, uma vez que os períodos de crescimento no número de mão de obra seguem uma mesma linearidade, mais especificamente nos anos de 2008 a 2013. No entanto, um olhar mais atento nos mostra que, excetuando o ano de 2014, de 2015 a 2017 os índices de desemprego são sentidos mais fortemente nas mulheres. Para os trabalhadores, 2016 chegou a apresentar dados positivos de 1,7%, já o impacto para as mulheres foi de -11,4%. Enquanto em 2015, a redução da mão de obra feminina foi de 34,6%, as perdas masculinas foram de 25%. E por fim, 2017 trouxe perdas de 0,3% para os trabalhadores e de 2,3% para as trabalhadoras.

Voltando aos picos de crescimento de mão de obra - 2008 a 2013 – vimos que 257% representaram ganhos femininos, mas, no mesmo período, o crescimento da mão de obra masculina foi de 690%, quase três vezes mais. Os números anuais podem ser mais bem acessados através da tabela que segue.

Tabela 5. Número e percentual total de trabalhadores e trabalhadoras na indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape. Variação anual 2008-2017.

ANO	NÚMERO DE TRABALHADORES NO GERAL	VARIAÇÃO
2008	1.501	-
2009	3.435	128,8%
2010	4.994	45,3%
2011	5.496	10,0%
2012	6.041	9,9%
2013	10.684	76,8%
2014	6.607	-38,1%
2015	4.894	-25,9%
2016	4.926	0,6%
2017	4.900	-0,5%

FONTE: Elaboração própria com base nos dados da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais de 2017

A partir desses dados, na prática, o que vimos foi a confirmação da desigualdade de gêneros, onde o desemprego na indústria naval no Complexo de Suape ainda recai muito mais sobre as mulheres. Já as ofertas de emprego beneficiam majoritariamente os trabalhadores. Os anos entre 2015 e 2017 são bons exemplos dessa disparidade, que são períodos onde o setor sentiu os grandes efeitos de seu “desmonte”. Feita uma análise sem o recorte de gênero, o ano de 2016 mostra um crescimento de 0,6% na mão de obra, mas, quando realizado pela via dos sexos, os números revelam assimetrias. Neste mesmo período o aumento dos trabalhadores foi de 1,7%, já para as mulheres trabalhadoras a variação chegou a um índice de -11,4%. O ano de 2017, quando comparado a 2016 também evidencia a mesma lógica de assimetrias, onde, tomando a mesma análise da oferta de mão de obra, os dados gerais apontam para uma queda de 0,5%, mas, feito o recorte anterior se notam impactos diferentes para homens e mulheres, com -0,3% e -2,3%, respectivamente.

Em termos gerais, os números referentes ao trabalho na indústria naval seguem a mesma variação apresentada por sexo, com crescimento entre 2008 a 2013 chegando a marca de 611,7%, e o ano de maior queda, 2014, sinaliza para -38,1%.

As estatísticas também revelam o quanto a mão de obra da indústria naval oscilou conforme as encomendas. “A contratação de produtos/obras, em sua maioria, de longo prazo de maturação leva à inconstância em suas atividades, resultando em alternância entre momento de alta capacidade ociosa e de utilização da capacidade instalada” (JESUS & SILVA, 2017, p. 228).

A partir de 2014 é patente a inflexão e os novos rumos que foram dados à indústria naval brasileira, com bruscas transformações econômicas, políticas, produtivas

e no trabalho. Em termos reais, assistiu-se ao seu desmonte, afetado diretamente pela política neoliberal implementada pelo novo governo de Michel Temer.

Os efeitos sentidos pela classe trabalhadora foram visíveis, e ultrapassaram a esfera econômica, impactando nos elementos subjetivos e identitários desses sujeitos, particularmente, nas trabalhadoras. Essas mutações colocaram em xeque as “identidades profissionais” construídas por essas mulheres ao longo de suas experiências produtivas na indústria naval. São questões que nos sugerem a pensar em alterações em suas trajetórias ocupacionais.

3.4 A crise na indústria naval pernambucana pós-2015

Os “bons ventos” que chegaram à indústria naval brasileira, sobretudo, causados pelos incentivos diretos do governo federal nos anos do PT, sejam com grandes obras de infraestrutura ou através de estratégias comerciais, mediante encomendas por meio da Petrobrás, começaram a entrar em declínio já em meados de 2014. Dentre suas causas podemos citar a “crise econômica” e a instabilidade política que se produziu no país, o que na prática enfraqueceu o governo Dilma na continuidade das ações. Somam-se os casos de corrupção trazidos pela grande mídia, com coberturas de cunho mais sensacionalista, e “denúncias” que atingiram os principais atores que encabeçaram a empresa estatal, somados aos escândalos de grandes empreiteiras e seus principais administradores, trazendo à tona intrínsecas relações criminosas estruturais. Fortes impactos foram sentidos pela indústria naval, que se refletiram nos números de demissões e de suspensão de contratos. A tabela exposta anteriormente mostrou que a partir de 2014 houve uma forte queda na mão de obra no setor em Pernambuco. Basta olharmos o que aconteceu entre os anos de 2013 e 2014, quando a redução de trabalhadores e trabalhadoras foi de 38,1%, e num ritmo de perdas que seguiu até 2017¹¹, com exceção de 2016, que apresentou uma leve melhora em relação ao ano anterior.

Expectativas de recuperação foram defraudadas até o momento, e que trazem prejuízos bem mais amplos. Em matéria publicada pela revista *Portos e Navios*, do dia 04 de abril de 2019, intitulada “*A crise do setor naval em Pernambuco*”, o relato de uma ex-trabalhadora chama a atenção:

¹¹ Último ano que a pesquisa analisa.

Este ano começou triste para a montadora de andaime Mirelle Maria da Silva Jorge, desligada do EAS no último dia 4 de janeiro. “Passei uma vida inteira ali dentro. Foram 10 anos e oito meses. O estaleiro me deu casa própria, cursos profissionalizantes. Num primeiro momento, pensei: ‘minha vida acabou’. Em quatro meses de desemprego, já cortei vários gastos, como o lazer. Minha filha estudava em escola particular e agora está numa pública”, desabafa (PORTOS E NAVIOS).

E a matéria segue trazendo outras falas, como a do presidente do sindicato dos metalúrgicos de Pernambuco (Sindmetal-PE), Henrique Gomes. Segundo ele,

“A nossa preocupação maior é se os empreendimentos vão fechar ou não. Na semana passada, ocorreram pelo menos 40 demissões no Estaleiro Atlântico Sul (EAS) e estamos caminhando para o desligamento de aproximadamente 900 pessoas pela empresa entre o final de maio e começo de junho”. [...] O EAS já teve um quadro formado por cerca de 11 mil funcionários em 2011, enquanto o Vard Promar chegou a contar com 1,7 mil trabalhadores em 2015/2016. “Agora, a expectativa é de que o EAS fique com 125 pessoas”. Atualmente, são 1,2 mil funcionários no Atlântico Sul e cerca de 90 empregados no Vard Promar. (*Idem*).

Henrique Gomes também nos alerta para o aumento das atividades informais, destino de muitos desses ex-trabalhadores e trabalhadoras, o que precariza ainda mais a economia das cidades próximas ao estaleiro, como Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes, além da própria Ipojuca, cidade que abriga o EAS. Regiões onde reside fortemente essa mão-de-obra agora excedente.

A redução da mão de obra em 2019 também recebeu destaque no *Jornal do Commercio*, um dos mais importantes em circulação no estado de Pernambuco. Esse jornal trouxe no dia 01 de outubro de 2018 uma matéria com o título “*Estaleiro Atlântico Sul (EAS) diz que fará demissões em 2019*”. Nela aponta a drástica redução nos empregos, sobretudo, numa área que chegou a empregar 15 mil postos de trabalho, se levada em conta toda a cadeia de distribuidores. É quando chama atenção para as escassas encomendas que ainda dão algum fôlego à empresa, mas ao mesmo tempo sinaliza para as novas ondas de demissões:

Com um posicionamento final sobre a aprovação dos projetos só deve sair em outubro, o início da produção, ainda segundo o presidente do EAS, só se daria após 12 meses, ou seja, em outubro de 2019. “Nós temos entregas previstas até junho de 2019, então temos essa gap entre junho e outubro. Hoje não temos uma solução para isso, mas não temos condições de manter todos os empregos, alguma redução ano que vem vai ocorrer, afirmou” (JORNAL DO COMMERCIO, 2018).

Os resultados do presente estudo se limitaram a analisar os dados referentes ao período que vai de 2008 a 2017, recorte temporal disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego por meio do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Os cenários dos anos de 2018 e 2019 nos fogem de uma apreensão

mais precisa com base em estatísticas. No entanto, a fala do presidente do sindicato e as matérias jornalísticas, como as que foram citadas dão uma dimensão das dificuldades que vêm passando a indústria naval pernambucana no atual momento. Realidade que contrasta com a vivida na primeira década dos anos 2000 e início da segunda, quando em 2013 a mão de obra em Ipojuca (PE) representou 17,7% do total nacional, ficando atrás apenas dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, que detinham 52,8% e 18,3%, respectivamente (CARDOSO & SERRÃO, 2015).

O ano de 2015 foi um grande divisor de águas quando o assunto é a crise da indústria naval brasileira, que ficou registrado nas baixas de trabalhadores e trabalhadoras. Abaixo é possível ter uma dimensão da crescente crise, que tem a partir de 2015 quedas bruscas na oferta de empregos.

Tabela 6. Empregos no estaleiro nos anos entre 2006-2016 - Brasil

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	19.600	26.125	33.277	40.500	56.112	59.167	62.036	78.136	82.472	57.048	48.547

FONTE: SINAVAL

O registro dos empregos nos estaleiros brasileiros mostra claramente como de 2006 a 2014 houve uma crescente evolução, com números que saem de 19.600 e atingem a marca de 57.048 pessoas empregadas. Já em 2016 o total de trabalhadores cai para 48.547, numa drástica diminuição de 8.501 postos de trabalho. Foi a sinalização do novo cenário que acometeria a indústria naval nacional, e que fez sentir não apenas no quantitativo da mão-de-obra, como representou o início de seu “desmonte”, esvaziando-a como setor estratégico para o país na busca por se firmar como um dos grandes atores na produção e comércio internacional.

O ano de 2015 também inaugura os novos rumos da condução política do Brasil, fato que impactou fortemente no olhar do governo para o setor naval. Sob a agenda mais agressiva do neoliberalismo assistiu-se ao “abandono” das políticas anteriores de investimento, incentivos e fortalecimento setorial desenvolvida pelo PT (Partido dos Trabalhadores).

O setor de estaleiros estava praticamente ausente do Brasil até o governo do presidente Lula (PT). Com a descoberta do pré-sal e o alto preço do barril do petróleo no mundo, o governo federal lançou um programa de modernização da frota (Promef) da Transpetro, o braço de transporte da Petrobrás. Inicialmente foram encomendadas 49 embarcações a quatro estaleiros. Desse total, 22 seriam fabricados pelo EAS e dois pelo Vard Promar. A partir de 2015, a Petrobrás começou a suspender as encomendas. Depois, a Petrobrás

alterou a sua política, preferindo alugar navios do que comprar (JORNAL DO COMMERCIO, 07 de abril de 2019).

Mudanças estruturais que trouxeram consequências aos seus trabalhadores, alterando seus rumos e expectativas, contrastando com os anos anteriores de retomada do setor.

Em reportagens mais recentes ficam evidentes os efeitos nefastos que a política de desmonte da indústria naval vem provocando para os pernambucanos. Não se trata de uma crise passageira e decorrente de fenômenos econômicos. Trata-se de elementos políticos que os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro vêm empregando sob a cartilha neoliberal e a consequente onda de privatizações e da retirada de investimentos financeiros para a indústria nacional.

O título da matéria do jornal Folha de Pernambuco é bem direto e impactante: ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL ENCERRA ATIVIDADES EM PERNAMBUCO. Publicada no dia 13 de agosto de 2019, destaca que por falta de encomendas e sem a possibilidade de assegurar os empregos, a empresa praticamente deixará de operar no estado, reduzindo suas atividades à rotina de pouco impacto econômico e produtivo. Diz a reportagem:

De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, Henrique Gomes, o encerramento das atividades do EAS custou o emprego de mais de cem funcionários que ainda trabalharam no segmento de reparos do estaleiro pernambucano. “Em encontro semana passada, o estaleiro formalizou que ficará com no máximo 35 trabalhadores que ainda estão na carência de estabilidade da Cipa até o próximo ano e que não tem previsão de retorno na fabricação de navios em Pernambuco”, diz o sindicalista que não verifica um futuro concreto para o setor no estado, enquanto o EAS afirma que “a diretoria continua a trabalhar com o objetivo de encontrar um caminho que melhor atenda aos interesses da Companhia e seus Stakeholders, incluindo acionistas, agentes financeiros, e a comunidade pernambucana”, conclui nota (FOLHA DE PERNAMBUCO, 13 de agosto de 2019).

Uma triste realidade, em especial por observarmos a destruição de uma indústria que em meados dos anos 2000 foi responsável pelo resgate da esperança e por transformações na vida de muitos pernambucanos e indivíduos de outros estados da região Nordeste. O que acomete à indústria naval nacional é representativo do que foi a mudança política e econômica que imperou no país pós-governos do Partido dos Trabalhadores.

É a partir da apreensão da trajetória ocupacional das trabalhadoras que podemos trazer algumas aferições e melhor compreender os efeitos que a indústria naval tem causado na vida dessas mulheres, passando a ganhar novos delineamentos com o

enfraquecimento do setor nos dias atuais. Tais trajetórias apontam para desafios e rupturas, permeadas, sobretudo, por um universo laboral caracterizado por relações sociais de sexo e divisão sexual que marcou as experiências das mulheres na indústria naval pernambucana. Tratada, portanto, no campo da sociologia do trabalho, e em particular, no que toca a relação entre *trabalho e gênero*, essa abordagem não pode se ausentar, seja no tocante ao setor da indústria naval ou outros setores que compõem o CIPS. Isso porque a instalação de um grande e complexo parque industrial numa região até então sedimentada em atividades agrícolas e pecuárias, em grande medida, masculinizada, desencadeou em rupturas irreversíveis, dentre elas, o reposicionamento de ocupações e oportunidades, trazendo novos atores, o que se fez sentir na realidade das muitas mulheres que orbitam o Complexo. Neste sentido, o debate de gênero se faz necessário no atendimento às demandas da inserção feminina. Estudos que julgamos oportuno por dialogar diretamente com o campo simbólico, vendo neste a legitimação simbólica de estruturas de dominação e assimetrias, fato que o capítulo seguinte nos apresenta com mais detalhe e alicerçado com a experiência empírica.

4. TRABALHO, GÊNERO E OS DEMARCADORES DA DIFERENÇA E DOMINAÇÃO: o caso das trabalhadoras navais do complexo de Suape

Campo de investigação dentro das ciências sociais, a *sociologia do trabalho* “protagonizou” nas últimas décadas importantes avanços nas investigações acadêmicas, provocadas com o advento de novos atores e paradigmas, e que impactaram não só o mundo do trabalho. Trata-se, por exemplo, das “rupturas” produtivas, e com elas, reconfigurações em outros espaços institucionais, onde inevitavelmente tocam em suas relações e dinâmicas. A intensificação do uso das novas tecnologias e suas atualizações velozes, em meio ao campo das informações, comunicações e produção produz grandes deslocamentos nos sujeitos, dando-lhes fortes demandas objetivas ao acompanhamento dos novos ritmos e “conhecimentos”, mas, principalmente, abrindo-se a profundos impactos e reorientações às suas subjetividades e modo de vida. Certamente, são alterações que não ficam apenas às análises da sociologia do trabalho, fazendo-se sentir nas áreas da educação, psicologia, direito, saúde, geografia, dentre outras.

Este cenário estrutural de paisagem produtiva e acumulação do capital tem seus principais efeitos e danos sentidos sobre a classe trabalhadora que, diante de uma economia e produção globalizante capitalista assiste também a chegada mais massiva da mulher ao mercado de trabalho. Pautas essas que demandam às análises sociológicas novos debates e teorizações, capaz de atender a complexidade que envolve esses atores no campo do trabalho. É nesse contexto que se estabelece no campo da sociologia do trabalho o recorte em torno do *trabalho e gênero*.

Ao aliar duas áreas de conhecimentos se pretende discutir teórica e empiricamente fenômenos que surjam desse encontro, e que trazem como centralidade a análise do sentido da presença da mulher no mundo do trabalho, o que nos leva a problematizar seu caráter qualitativo e quantitativo. Ou seja, toca em reflexões que ultrapassam o acesso dessas mulheres ao trabalho, voltando-se para fenômenos que também operam no plano subjetivo e social e dão o curso das trajetórias.

Esse percurso epistemológico encontra nas *relações sociais de sexo* seu principal aporte, o que nos põe na condição de pensá-la a partir de suas implicações no campo do trabalho.

No entanto, até chegar a esta discussão é interessante contextualizar teoricamente o *trabalho* num debate mais amplo, onde chama a atenção sua

transformação no cenário toyotista, sinalizada pela flexibilização e as novas modalidades de acumulação de capital. Entendemos também que a flexibilização produz efeitos mais espinhosos para as mulheres, que não são postas desvinculadas do demarcador de gênero. Legitimada nos preceitos ideológicos e simbólicos, muitas das explorações do trabalho passam pela via da “legalidade” e aceitação social, tendo em vista a ideia de que determinadas atividades são por natureza da competência feminina, portanto, sem a necessidade de maior valorização econômica.

Atentamos para entender como as construções simbólicas em torno dos gêneros estabelecem fortes assimetrias e dominações, visualizando nos conceitos de dominação de Bourdieu uma referência primordial de análise, e que julgamos fazer parte das relações sociais de sexo. Ordem que adentram no trabalho e estabelece distintas percepções e valorização dos sujeitos.

Essas são referências que nos orientam para pensar a realidade das trabalhadoras da indústria naval no Complexo Industrial e Portuário de Suape, localizado no município de Ipojuca, região metropolitana de Pernambuco. Portanto, municiados teoricamente fica mais claro perceber os elementos que estão por traz da *construção social da mulher*, e como isto impacta nos espaços ocupados por ela, sendo o ambiente do trabalho um locus de reprodução de violências simbólicas, mas também de rupturas e avanços. Quando pensado do ponto de vista histórico a plasticidade do seu sentido social variou por diferentes significados, apontando desde seus aspectos mais negativos à ideia de simbolização de honra, dignidade e prestígios. Mas algo persiste enquanto construção da representação humana, a socialização. Quer dizer que, nossas experiências relacionais alicerçam nossas imagens sociais de homens e mulheres, complementados por nossas experiências nas instituições e a forma como são produzidas nossas subjetividades. O trabalho é uma dessas instituições, e que corresponde por alterações no interior dos sujeitos, relacionados a valores, comportamentos, identidades, afetos e simbologias. Esses são os fios condutores para análise do nosso objeto: *a mulher trabalhadora da indústria naval do CIPS*.

4.1 As novas dinâmicas do trabalho e suas novas bases de precarização

A década de 1970 é conhecida por sua intensa ebulição social, política e cultural, concebida por um cenário de profundas inflexões do ponto de vista mais estrutural, com novas demandas e configurações que também perpassam pelo setor produtivo, em consonância com os novos rumos da acumulação capitalista. Assiste-se a mudanças nesse padrão que, desde o pós 2ª guerra mundial tinha no fordismo o imperativo de racionalidade, mas freado pelo “novo mundo globalizado” e interdependente, que produziu suas demandas. Alterações que tocam nos elementos de ordem política, social, cultural, econômica e gerencial, impactando na realidade da classe trabalhadora em decorrência da energização das ações da classe burguesa em seu modo operandi de acumulação.

Sob os moldes do paradigma produtivo fordista, a hegemonia estatal dava o tom regulador da economia, além de principal provedor da estabilidade, do planejamento econômico e da seguridade social (MORAES, 2015). Seus efeitos podem ser notados na proteção ao trabalho, com sua regulamentação e maior segurança. Voltando-se a assegurar, sobretudo, o *bem-estar social* dos cidadãos, é neste período que muitas nações experienciaram uma ordem social, política e econômica representada naquilo que ficou conhecido como *Estado de bem-estar social e de pleno emprego* (SANTANA & RAMALHO, 2004).

No âmbito do trabalho, é de grande consenso que o taylorismo/fordismo amparou-se num desenho operacional que encontrou na “exclusão da subjetividade” do trabalhador seu meio “mais eficaz”, transferindo para o método de execução, rotinização e controle dos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras a tônica para a dinamicidade de seu funcionamento e perseguição de resultados satisfatórios. Matriz que se caracteriza pelo trabalho repetitivo, robotizado e condicionado ao ritmo das máquinas e da produção. Despreza a presença mais direta do trabalhador no desenvolvimento e criação dentro do processo produtivo.

Assiste-se à fragmentação do trabalhador, e junto com ela a reduzida apropriação do processo produtivo ao qual está submetido (*Idem*). Um trabalhador alienado, com o saber parcializado e controlado pelos ritmos dos instrumentos. São os traços de uma cultura produtiva que, em paralelo alimenta a homogeneização, a produção e o consumo massificado. Nota-se, ao mesmo tempo, a proeminência do trabalho industrial, estável, sindicalizado, e com “pertencimento de classe”. Sujeitos que

traziam associados a ele ocupações historicamente construídas e vivenciadas de modo contínuo, e por vezes permanente ao longo de sua existência, sendo o tempo um mero confirmador das posições sociais e das trajetórias projetadas anteriormente e legitimadas pela tradição.

Dentro de uma análise mais reducionista e epidérmica, essa dinâmica presente no taylorismo/fordismo configurou-se como valor “universal e homogêneo”, e que trouxe como grande representação o “esvaziamento subjetivo do trabalhador”. É inegável o controle da subjetividade do sujeito no processo criativo da produção, sendo a inflexibilidade a tônica das operações laborais. Trata-se da própria racionalização do capital. Por outro lado, também é possível perceber que a subjetividade não se resume ou é efeito direto da flexibilização e de um maior poder de criação e autonomia. Pensar a subjetividade a partir de sua localização junto a uma estrutura social, econômica e cultural mais ampla coloca o indivíduo numa condição na qual a subjetividade será uma expressão da sua *experiência* com o mundo sociocultural e histórico (TITTANI, 1994). Dito de outro modo, a subjetividade no contexto do fordismo têm outros contornos, onde se voltavam para uma maior rigidez, rotina, especialização e introspecção, mas que não pode ser confundida com sua ausência.

Percebe-se como o trabalhador da era fordista apresentava os elementos da sociedade *moderna*, que assentados na ideia de fixidez, unidade e modos monolíticos de representação e identidade se mostrava como um reflexo visível da ordem social e cultural de seu tempo.

“Esgotadas” estas bases fordistas como padrão de acumulação capitalista, perante as novas exigências de competitividade e de produtividade¹², inflexões profundas ditam a realidade e os novos ventos a partir dos anos 1970. Essas transformações também presentes nos valores e ideias que o *Maió de 68* difundiu globalmente, sentidos nas novas narrativas e na agenda política de muitos movimentos sociais, além dos efeitos que provocou em várias instituições.

É esse o contexto de rupturas e inovações que o capital por meio do trabalho tomou para “repensar” sua dinâmica de operação no que tange à acumulação. Emergência de novos paradigmas que atingiu diretamente os protagonistas, ou seja, os principais responsáveis por gerar valor dentro do processo de produção, leiam-se, trabalhadoras e trabalhadores.

¹² Representa o discurso da elite econômica dominante burguesa.

Assiste-se à ampliação das redes de comunicação e informação, e junto com elas as novas modalidades de relações e o alargamento das fronteiras nacionais. Na prática *espaço e tempo* são ressignificados, se encurtam e passam a responder aos novos matizes da realidade social. Estamos nos referindo à globalização. Cenário de amplificação da dinâmica social, que evidentemente se torna sensível à reestruturação de uma pluralidade de eventos e paradigmas. É o que ocorre com o modelo de produção que, a partir de então, passou a incorporar a flexibilização e o desenvolvimento tecnológico como as novas matrizes. Conhecido como modelo toyotista, decorrente de sua aplicação na empresa japonesa Toyota (experiência que se tornou mais emblemática) se mostra como paradigmático às mudanças estruturais que penetra na sociedade, e que se estende para além do espaço produtivo. Neste ponto também é importante acrescentar que a chegada do modelo flexível produtivo não tem um alcance irrestrito globalmente e setorialmente. Em outras palavras, o toyotismo deve ser analisado como fenômeno produtivo que, mesmo em operação a partir da década de 1950, sua dimensão universal só ganhou robustez nas décadas de 1980 e 1990, onde deixou de ser um modelo de uso experimental e reduzido à realidade japonesa para ser incorporado à dinâmica de acumulado capitalista global. E neste sentido, incorpora ao paradigma econômico elementos políticos, fato de sua instrumentalização na ordem capitalista, ou seja, apresenta um forte viés dentro da luta de classe na produção (ALVES, 2011). E neste processo, “projeta-se como categoria universal, que articula em si um complexo de particularidades regionais, nacionais e locais, seja de setores ou de empresas” (*Idem*, p.58). Portanto, não se trata de uma ruptura com o fordismo, mas sim a continuidade de uma racionalidade do capital, onde a flexibilização em suas múltiplas facetas surge como nova ferramenta de operacionalização, ao passo de “controlar o próprio cérebro dos trabalhadores”. Em nível de uma explicação mais detalhada:

Tanto o fordismo-taylorismo, como o toyotismo, buscam fazer a utilização “científica da matéria viva, o trabalho vivo”; todos eles, em maior ou menor proporção, estariam preocupados com o “controle do elemento subjetivo” no processo de produção capitalista. Apesar de o toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho, o que implica considera-lo uma “continuidade” com respeito ao taylorismo-fordismo, ele tenderia, nesse caso, a surgir como um controle de novo tipo do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posta no interior de uma “nova subsunção real do trabalho ao capital” (ALVES, 2011, p.62).

Ainda no que toca ao mundo do trabalho, inúmeros autores que se debruçam no tema apontam para o caráter negativo que este novo modelo de produção representa para a classe trabalhadora, que em síntese, provoca intensa precarização e perdas em

diversos campos, além de reforçar a alienação, mas, transvestida na ideia de maior liberdade, participação e fluidez das forças subjetivas.

Neves (2013), ao enxergar o caminho paralelo entre globalização e reestruturação produtiva corrobora com a visão de que suas consequências ultrapassam a esfera da produção, da concorrência e dos deslocamentos de empresas e do capital. Denuncia que seus efeitos negativos estão sendo direcionados e sentidos para as relações de trabalho, em especial pela via de sua *flexibilização*, traduzidos no maior poder de liberdade para as empresas se utilizarem de mão de obra de maneira mais irrestrita, em posse da desregulamentação da legislação. Ou como salienta Salerno (1995 *apud* ALVES, 2011, p. 17), em se tratando da flexibilidade dos novos contratos de trabalho, “a possibilidade de variar o emprego, salários, horários e o local de realização do trabalho dentro e fora da empresa, e que se amplia para os regulamentos internos, a representação sindical interna, ao sistema de remuneração e às recompensas”.

É de reconhecimento também que novas possibilidades de ascensão se abrem à classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo há uma nítida seleção para quem vai ocupar esses espaços.

Visto pelo recorte de gênero, a realidade das mulheres trabalhadoras não sofre grandes alterações, onde junto com as novas oportunidades e acesso a novos espaços, inclusive a postos de maiores prestígios (dando-lhes maior autonomia financeira), muitas dessas ocupações envoltas pela flexibilização destinam a muitas trabalhadoras as formas mais precarizadas e desprestigiadas de trabalho, o que tende a resultar na ampliação de suas desigualdades. Desenho social que traz uma demonstração da nova realidade que decorre da hegemonia do toyotismo enquanto modelo dominante de produção, mas, sobretudo, de acumulação. Exigências produtivas, laborais e no campo da legislação trabalhista que caminham no sentido de ampliação da flexibilização, exigindo da classe trabalhadora múltiplas capacidades de conhecimento e função. Ou seja, adaptáveis às rápidas demandas da produção flexível. As empresas, por sua vez, estruturam-se a partir da lógica do enxugamento dos seus quadros de funcionários, mas com produção intensificada, com vista ao máximo aproveitamento de tempo a ser extraídos dos trabalhadores e trabalhadoras, o que se faz sentir no aumento de horas extras, e em grande medida revertida sob a modalidade de *banco de horas*, ou seja, acúmulo de horas a serem utilizadas em folgas, atendendo a conveniência do empregador.

São os novos perfis gerenciais e produtivos das empresas e setores que atuam dentro da atual conjuntura de mercado, e onde também se inclui a indústria naval. Problematicar essa experiência com o setor no Complexo de Suape apenas confirmar um modo operandi que se tornou padrão. O relato da ex-trabalhadora Rebeca nos serve para termos uma dimensão do que foi sua experiência e de outras trabalhadoras: “aquela loucura de pegar de 7 horas da manhã, largar de 7 horas da noite, trabalhar sábado, trabalhar domingo” (relato oral).

Na prática, a ideia de flexibilização do trabalho implica em subcontratações, com a perda de garantias até então estabelecidas pela legislação. “As condições de trabalho e salários são inferiores, os trabalhadores são menos qualificados e não existe o ideal de emprego vitalício” (DRUCK, 1999 *apud* MORAES, 2015, p. 26). Notam-se retrocessos para a classe trabalhadora que, adicionado ao desenvolvimento da automação no processo produtivo provoca diminuição no número de empregos, com ocupações que se tornam obsoletas e facilmente substituíveis pelas máquinas.

Em termos reais, a introdução do modelo toyotista de flexibilização produtiva e das relações de trabalho representa uma estratégia da sociedade capitalista, postas em consonância com as novas formas de acumulação de capital. E neste sentido, não apresenta rupturas, “nem pode ser percebido como um *novo modo de organização societária*, alheio às mazelas do sistema produtor de mercadorias. Menos ainda pode ser interpretado como um avanço em relação ao capitalismo” (ANTUNES, 2011). Harvey (1998) é um dos que entende que o toyotismo, ou como ele prefere denominar, a *acumulação flexível* é fruto de uma continuidade, e até mesmo complementação entre os dois processos produtivos, combinados na mesma dinâmica de operacionalização. Nos alerta também contra um olhar teleologicamente voltado para pensar as novas engrenagens produtivas e do trabalho, que tem na *flexibilização* seu ponto mais representativo, fato que tende a esconder suas implicações políticas e ideológicas (HARVEY, 1998 *apud* ANTUNES, 2011, p. 29). Trata-se de novos mecanismos de *regulação* da ordem capitalista, envolvendo os principais atores desse processo, como o Estado, a classe trabalhadora, o mercado e a ordem ideológica. Novos rearranjos que se confundem com rupturas e crise sistêmica.

A rigidez fordista, do ponto de vista organizacional e das tecnologias produtivas deixou de ser interessante dentro das novas configurações do *tempo de giro* do consumo e da produção, o que ficou evidente a partir da crise na década de 1970. O desmonte de sua estrutura vertical e do alicerce de estabilidade transitou para um cenário onde o

efêmero e os descartes passaram a ser a tônica social e a base para os novos valores, ideias, consumo e identidades. Eis o contexto da *pós-modernidade* (HARVEY, 1998). Grosso modo, trata-se de uma reconfiguração mais ampla de sociedade, e que chega às esferas produtivas, organizacionais, culturais, políticas e sociais. À classe trabalhadora resta construir um *novo perfil estrutural* (ANTUNES, 2011), trazendo como pressupostos a polivalência, flexibilidade para a qualificação (e ao mesmo tempo para a desqualificação) e o poder de criação e adaptação às rápidas exigências do trabalho em suas variadas nuances. Trabalhado a partir do seu amplo poder de transformações, a flexibilização toyotista passa a fazer parte de campos que são anteriores ao mercado de trabalho e a produção. O sujeito produtivo “precisa se inserir aos imperativos do capital”, onde passa necessariamente pela incorporação da flexibilização, e preenchida ideologicamente por parâmetros ideológicos e políticos.

E mais, passam a fazer parte da estrutura curricular nas escolas e de discursos políticos e governamentais. “No todo”, se apresenta como mais uma ofensiva do capital, e que opera estrategicamente como totalidade social, portanto, se transformando em nova dinâmica de reprodução social (ALVES, 2011).

Todo esse universo de transformação encontra no papel do *Estado neoliberal* um terreno fértil para a legitimação e implantação de forma mais efetiva da flexibilização das relações trabalhistas e conseqüentemente de sua precarização. Na verdade, estes fenômenos estão imbricados e surgem em paralelo. O casamento de um discurso que aponta como solução para a crise da sociedade industrial a minimização da capacidade estatal em intervir na economia e em setores sociais (SANTANA & RAMALHO, 2004) vem acompanhado de um receituário que ao pregar o esvaziamento do Estado como principal instituição política de proteção social, também defende sua limitação à regulação das relações trabalhistas e de garantia dos direitos sociais e do trabalho.

Na prática a reestruturação da produção cria empregos e ocupações que são marcadas por contratos convenientemente pensados para atender determinadas demandas e interesses das empresas, e de acordo com as variações do mercado, materializada em contratos temporários, instáveis, informais, sem contratos formais e sem garantias. Eis o fenômeno do trabalho intermitente. Uma realidade estrutural, na qual Antunes se lança como um dos críticos expoentes na análise dos efeitos que a reestruturação causa ao perfil dos novos trabalhos e da classe trabalhadora. No debate que se volta para refutar o fim do trabalho, de sua centralidade na sociedade contemporânea diante das profundas transformações do capitalismo, mediante as

inflexões nos paradigmas de produção e no desenvolvimento científico e tecnológico, o autor nos convida a pensar como a mutação estrutural para além das esferas da produção e das relações de trabalho, invade as subjetividades dos trabalhadores, suas representações e as identidades profissionais. Assegura que é até ilusório pensar em fim da centralidade do trabalho, quando na verdade o que está em curso é uma intensa metamorfose da classe trabalhadora (mais precarizada), decorrente das reformulações permanentes apregoadas pelo sistema capitalista (ANTUNES, 2011). Reflexão que pode ser complementada por Alves (2011, p.64), ao pensar que, “no toyotismo há uma solicitação da inteligência, da fantasia e da iniciativa do trabalhador, mas que atende uma *nova rotinização do trabalho*”. Acrescenta que se trata da “expressão de uma *racionalidade cínica* que caracteriza as sociedades capitalistas na etapa de crise estrutural do capital” (*Idem*, p.66).

Inerente a este cenário, a precarização do trabalho é o pano de fundo à entrada da mulher (*Idem*). Direcionadas em grande medida para ocupar os cargos oferecidos pelos setores de serviço e comércio, sua entrada, desde então, foi fortemente condicionada por uma realidade adversa. Se utilizando da variável dos gêneros para analisar as novas exigências do mercado de trabalho quanto à profissionalização da mão de obra, Santana & Ramalho (2004) consideram haver desdobramentos distintos quando comparadas as trajetórias de homens e mulheres. Associam às novas oportunidades que se abrem à mão de obra feminina um fenômeno meramente quantitativo, em que as atividades continuam se concentrando em trabalhos repetitivos e com baixas remunerações. Não são incentivadas quanto à qualificação a ocuparem espaços e atividades profissionais que revertam uma ordem histórica desigual e pré-estabelecida pelo gênero. São questões como essas que deixam transparecer o quanto o mercado não age aleatoriamente, mas a partir de uma ordem sexista em que reproduz as históricas disparidades. Ao mesmo tempo em que as mulheres se ajustam ao sistema capitalista e promovem sua inserção ao mercado de trabalho, este sistema também reconfigura suas bases para absorver esta mão de obra e atender certas demandas das mulheres. No entanto, mantém uma divisão sexual do trabalho, onde a flexibilização atual do trabalho recai mais diretamente sobre elas (FREITAS, 2007). É o que pode ser observado no setor naval no Complexo de Suape, onde os relatos das trabalhadoras dão uma dimensão da realidade que ali se construiu e legitimou as explorações:

Não aumentou um centavo. Só mudou minha função e não nem pra inspetor. Foi pra assistente da qualidade. [...] Eu assinava documentos, trabalhava fazendo inspeção sozinha, não era assistente de ninguém, assinava

documento como inspetora e eles mudaram minha função pra assistente da qualidade. Então lá dentro, as pessoas que são chefes, eles não, eles não valorizam você. A verdade é essa, não valoriza seu trabalho (MILENA: ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Experiência que também fez parte da rotina de Karina, outra ex-trabalhadora, onde sua fala a respeito da flexibilização¹³ empregada no estaleiro legitimou o desvio e acúmulo de função, mas, disfarçada pela ideia de trabalhador polivalente. “Eu era soldador a nível 1 e eu fazia todo tipo de solda” (KARINA: ex-trabalhadora entrevistada). Vale destacar que as funções de Soldador Nível 1, 2 e 3 traziam faixas salariais distintas, e de acordo com o conhecimento de cada trabalhadora, institucionalmente estabelecido pela empresa. Seu depoimento seguinte explicita ainda mais a precarização do trabalho por meio da flexibilização:

Demitiu mais de mil pessoas, e quem lá continuava trabalhando não diminuía a conta, não diminui a quantidade de metas nem de nada, a gente continuou trabalhando, mas a gente conseguiu construir mais, fazer mais tonelada do que quando tinha mais gente, ou seja, a gente só se doava mais, a gente não tinha não recebia nada em troca (KARINA: ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Condição de precarização que se intensificou, sobretudo, a partir do período de crise que chegou ao setor naval nacional. O início de 2018, ano da saída da citada trabalhadora parece aprofundar ainda mais este fenômeno, e que pode ser analisado com base no relato da mesma ex-trabalhadora:

Olhe, o que me levou a sair do Estaleiro foi assim, um monte de fatores. Primeiro de tudo fiquei muito desanimada com estaleiro por conta dessa questão assim de ter a certeza de que a gente não mudaria de lugar nenhum, era aquele ali mesmo, né. Começaram as demissões, depois começou a contratar com um salário muito baixo, com um soldador ganhando muito menos. Então assim, a gente via que a gente já não tinha mais perspectiva de vida, né, profissionalmente a gente não ia passar daquilo ali, o que eles queriam era que a gente fosse assim, eu era nível 1 para eu ser nível 2 eu teria que saber soldar aí para ser nível 3 eu teria que saber montar, soldar e fazer movimentação de carga, no caso seria assim, acúmulo de funções, quanto mais funções eu soubesse fazer maior ia ser meu nível, não era mais uma questão de soldador nível 1, soldador nível 2 soldador nível 3 (KARINA: ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Fala que recebe coro na de Talita, ex-trabalhadora que também sentiu o peso do desvio de função, e no período 2011-2012 no qual a taxa de crescimento da mão de obra feminina atingiu 14,3% e 7,0%, respectivamente, sendo período de vultosa produção. Apontou para o fato de que, trabalhadoras na condição de *Ajudante de Andaime executavam também a função de Carpinteira*. É o que foi reproduzido na fala de Ane,

¹³ A dimensão de flexibilização no estaleiro diz respeito às funções desempenhadas pelas mulheres, intensificada com a produção, exigindo de acúmulo de função. São conclusões extraídas a partir dos relatos das trabalhadoras.

que desde o terceiro mês passou a executar outra função, mas sem alteração no salário ou no registro em carteira profissional. “Eu fui Encanadora pelo estaleiro mesmo, mas, eu desempenhei lá dentro uma outra função, que foi no setor administrativo, na área financeira” (ANE: ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

É fora de dúvidas que a flexibilização do trabalho foi uma constante na vida das trabalhadoras no estaleiro, seja em períodos mais favoráveis de encomendas e produção ou em sua queda, que respondeu com número menor de trabalhadoras. E é a partir de 2014 onde esses números apresentaram grandes quedas, com 2014, 2015 e 2016 com dados de 37,7%, 34,6% e 11,4%, respectivamente. Nota-se não apenas a presença da flexibilização, mas também a sobrecarga de trabalho, tendo se acentuado no pós 2014, ano dos primeiros sinais da crise financeira no setor. Mais um relato reforça a tese de que a flexibilização foi uma ferramenta crucial para a exploração da mão de obra feminina.

Eu deixei de ser Esmerilhadora¹⁴ por conta de uma alergia do pó, aí fui pra solda, depois meu chefe estava precisando de uma pessoa pra ajudar ele no container aí fui, pois tinha suas vantagens de comodidade. Mas, quanto ao aumento eles não falavam nada. Na verdade quase todos trabalhavam em mudança de função lá, e o salário era o mesmo (CAMILA: ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

O estaleiro desenvolveu uma realidade em sua produção a partir da utilização de dois recursos que inicialmente estavam “distantes”, mas que, posteriormente se encontraram e sedimentaram numa nova prática laboral. Dito de maneira mais direta, o uso do *desvio e acúmulo de função* se mostraram como uma “modalidade” que passou a ser incorporado na intensificação da *flexibilização*, sobretudo, após a crise setorial, se fazendo sentir em relações de trabalho mais degradantes. É o que revelam os depoimentos abaixo:

“Tipo, nessa linha de produção, a gente tá fazendo um rodízio, tipo, tem uns postos, e cada dia a gente trabalha num posto. Hoje eu estava no posto de visual de solda, estava fazendo serviço de Esmerilhador” (KARINA: ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

“Eu quero ver, bote um dia essa pessoa que tá com essas ideias, fazer um dia na área, pra ver se ele vem fazer. Faz não rapaz, é só para lascas o pião” (MILENA: ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

A ideia de flexibilizar defende a quebra da rigidez que ora se fez presente no modelo produtivo fordista (já visto como ultrapassado), apregoa a ideia de que as novas características chegam para atender as novas demandas no campo da produção, das relações de trabalho, da legislação trabalhista, do consumo e da educação. No entanto, o

¹⁴ Função no interior da produção no estaleiro.

que se vivencia nas indústrias e no cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras é um claro desmonte das proteções jurídicas e do emprego, ao mesmo tempo em que aumentam as insatisfações, a instabilidade, a sobrecarga de trabalho e as doenças decorrentes de um dinamismo que se ancora na velocidade da produção e na constante acumulação de capital.

Há uma difusão generalizada de que a produção e a economia de mercado globalizada buscam profissionais com novos perfis, capazes de atenderem as expectativas das novas configurações do trabalho, também atualizado com as tecnologias da informação e da comunicação (TICs). Na prática, ao “novo perfil” profissional deve ser incorporada a polivalência e capacidade de intervenção em diferentes frentes de trabalho, somada a necessidade de elevação do nível de qualificação, alcançar as metas de produção e desenvolvimento de espírito cooperativo. Sujeito também adaptável aos novos modelos de gestão e a mutação “constante” do mercado (ALVES, 2011). Assim, fica evidente que essas transformações estruturais servem apenas aos interesses do capital, fazendo uso dos corpos e das mentes da classe trabalhadora, e reduzindo-a a indivíduos de produção e mercadorias de consumo. Perseguidos e assombrados pelos números das metas de produção, vendas e serviços se veem cada vez mais exaustos fisicamente, desmotivados e com menos tempo de lazer. Efeitos de uma flexibilização que difundiu a ideia de liberdade, criatividade profissional, participação e subjetivações. Mudam-se os paradigmas produtivos, mas o peso do sofrimento e da carga laboral permanece sobre os ombros da classe trabalhadora.

4.2 As relações sociais de sexo e suas implicações no mundo do trabalho

Analisar o universo que envolve homens e mulheres sob a lente das relações sociais nos coloca na condição de repensar, ao mesmo tempo, as estruturas epistemológicas que tradicionalmente marcaram o campo. E nesta trajetória de avanços e rupturas teóricas e conceituais a abordagem *relacional* ganha um importante status analítico. Daniele Kergoat (2010, p.71) faz uma indispensável observação ao apontar que “a relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social. Não é alguma coisa passível de reificação. Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, constituem-se grupos de interesses antagônicos”.

Portanto, se trata de algo que ultrapassa homens e mulheres. Mas, em se tratando desses grupos, devem ser pensados não a partir de “figuras” fixadas em seus aspectos biológicos, mas sim como produto de tensão permanente, que tem no trabalho e suas divisões a principal fonte de disputa, concluindo a autora (*Idem*) que, relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho compõem faces de um mesmo sistema, mutualmente implicado em suas relações.

Identificar as assimetrias que acompanham a mão de obra feminina no campo do trabalho apenas revelam parte do problema ou o expõe de forma epidérmica. E corre-se o risco da simplificação, fazendo a redução da análise ao maior acesso ou não das mulheres ao mercado de trabalho, aos rendimentos salariais, e como o gênero opera nessas demarcações. No entanto, a realidade que envolve homens e mulheres requer um aprofundamento das dinâmicas que os cercam, ou seja, a apreensão de suas relações. E através delas é possível ampliar a leitura em torno da figura feminina, percebida enquanto sujeito histórico, não a tomando como categoria homogênea e essencialista. Se apropriar de uma reflexão em que a “composição dos sexos” se apresenta em conjunturas relacionais, portanto, agente da *narrativa*, e responsável também pelo desenvolvimento de sua própria história, estende o olhar e a investigação epistemológica em que a mulher se faz presente (MATOS, 2008). Uma redefinição teórico-metodológica que se lança aos estudos dessas categorias em suas vivências cotidianas relacionais e utilizada para a leitura social dos sexos. Leitura esta que aponta para a construção de perfis masculinos e femininos como dependentes da figura um do outro relacional, e que se expressam, dentre outras maneiras, na divisão sexual do trabalho (*Idem*, p.23). É na diferença que essas categorias se encontram em suas variadas relações, e lança luz para entender o lugar da mulher em diferentes locais da vida social.

Muito mais profundo do que simplesmente localizar a participação da mulher no mercado de trabalho, é investigar o fenômeno sociológico que está por trás dela. Assiste-se, por exemplo, ao maior acesso da mulher a esfera pública, o que significa também uma presença no espaço político, o que as colocam diante de poder de decisão, dos novos conflitos e das possibilidades de se organizarem politicamente e ressignificar seus projetos de vida. E, tão crucial como apreender as relações onde essas mulheres estão inseridas é compreender os sujeitos que operam dentro delas e tecem seus laços em meio a avanços, tensões e rupturas. E neste quesito, conforme nos lembra Nogueira (2011), a contribuição de Simone de Beauvoir é de grande importância na denúncia de

que a inserção feminina no mundo do trabalho não altera a divisão sexual do trabalho. Essa manutenção se dá pelo fato dessas mulheres ao ingressarem ao mercado de trabalho levar consigo as tradicionais tipificações de mulher, ou seja, as marcas socializadoras que formatam suas imagens e identidades, e acabam pela reprodução da ordem de dominação masculina, uma vez que,

As mulheres, de certa forma, não se entendem como sujeitos sociais. Elas não possuem uma identidade social própria, não são capazes de se verem como indivíduos que são objetos de opressão e dominação gerados pelas suas condições desiguais de na relação de sexo (NOGUEIRA, 2011, p. 184).

E complementa, em diálogo como o pensamento de Simone de Beauvoir:

O fato isolado da luta de classes não alcançaria o objetivo de uma igualdade substancial de sexo. Era necessário construir um “ser mulher”, um “sujeito feminino” que fosse capaz de identificar suas especificidades e lutar para que elas fossem consideradas enquanto tal. A sociedade não era dividida somente em classes, mas também em sexos, e a existência de uma desigual divisão sexual do trabalho era um problema que não poderia ser superado sem que as mulheres obtivessem a consciência da sua opressão (*Ibidem*).

Herança da sociologia francesa, o termo *relações sociais de sexo* trata desta análise da construção social e histórica dos sexos em suas imbricações relacionais. Aponta para o fato de como as categorias são construídas, reproduzidas e transformadas a partir das relações que envolvem os sujeitos. Categorias que se “fixam e reificam-se” em diferentes - e hierárquicos - papéis sociais, subjetividades, ocupações, e comportamentos distribuídos socialmente entre universos masculinos e femininos (*Idem*). Diferença que também é transferida para o âmbito do trabalho, e onde a sociologia passa a ter em mãos um novo paradigma de análise e problematização (NEVES, 2013).

A contextualização histórica das relações sociais de sexos produz profundas transformações não apenas na desconstrução da mulher enquanto sujeito biologicamente dado, mas no próprio cerne epistemológico da história que, ao incluir a mulher neste processo, leva à modificação na própria narrativa histórica (MATOS, 2008).

Perceber a dinâmica das relações sociais em torno dos sexos é lançar um olhar penetrante nas engrenagens socializadoras de construção dos sujeitos, seus laços sociais e suas contradições. Relações sociais que são, portanto, sintomáticas para pensar a construção de categorias sociais, mas que não esconde as relações de poder e dominação. E inferir análises tomando por referência relações isoladas na formulação conceitual mostrará simplesmente seu viés reducionista e limitado (KERGOAT, 2002). Ou seja, são elementos que têm no fluxo de seus encontros a dinâmica para suas representações sociais e o desenho da desigualdade racionalmente elaborada. Fato que

se complexifica ao entender que uma relação social caracteriza-se pelo antagonismo entre dois grupos sociais que disputam o domínio material, simbólico e de socialização (KERGOAT, 2002). Trata-se do poder de produção, representação e de categorização.

Em tom direto:

A relação social pode ser assimilada a uma “tensão” que perpassa a sociedade; tensão esta que se cristaliza, paulatinamente, em desafios em torno dos quais, para produzir sociedade, para reproduzi-la ou “inventar novos modos de pensar e agir”, os seres humanos estão em confronto permanente. Esses são os desafios constituintes dos grupos sociais (KERGOAT, 2002, p.49).

Ao entender que as relações sociais de sexo trazem consigo tensões e disputas permanentes, a supracitada autora (2010) fundamenta suas conclusões por meio da ideia de que, *o social* é um fenômeno *sexuado*, onde os grupos - masculino e feminino - já se encontram localizados.

A denominação *relações sociais* remete às relações concretas que os grupos e indivíduos mantêm. Assim, as formas sociais “casal” ou “família”, que podemos observar em nossas sociedades, são ao mesmo tempo expressão das relações (*rappports*) sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal e também espaços de interação social que vão, eles mesmos, recriar o social e dinamizar parcialmente o processo de sexuação do social (KERGOAT, 2010, p. 72).

É neste caráter pré-formatado da sexuação do social que a divisão sexual do trabalho reafirma as assimetrias, e que também configuram as demais relações sociais, uma vez que, por ter no *social* a distribuição prévia dos sujeitos, as ordens posteriores serão pensadas para cristalizar as assimétricas distribuições de força entre os grupos, legitimadas nas instituições e legislações, como observado na ideia de casal, família, filiação, trabalho, código civil etc. (SCOTT, 1990 *apud* Kergoat, 2010).

A partir dessa leitura relacional a apreensão da realidade opera em torno da intersubjetividade, o que reduz a coadjuvante a dimensão estrutural do gênero (enquanto categoria isolada alheia às relações). Pensamento que adquire maior sustentação quando se tem em mente que a *dominação só ocorre dentro de uma relação social* (SAFFIOTI, 2015).

Ainda neste campo de discussão epistemológica, merece destaque o debate em torno das variáveis *gênero* e *sexo*. Saffioti, por exemplo, localiza a variável *gênero* dentro da dimensão histórica, portanto, que não deve ser confundida enquanto categoria fechada e única de análise, e neste sentido podendo ser concebida em variados contextos (*Idem*). E chama atenção para o fato de que “o conceito de gênero não explicita,

necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida” (SAFFIOTI, 2015, p. 47).

Por outro lado, as relações sociais de sexo, como campo de tensões e disputas, onde, em termos conjunturais, protagoniza rupturas e avanços, também são permeadas por elementos - variáveis- que interferem diretamente em seus resultados. O gênero é uma dessas variáveis que, mesmo construído historicamente, na sociedade capitalista, serve como instrumento simbólico e ideológico imbricado no patriarcalismo. Em outras palavras, pensar a realidade a partir das relações sociais de sexo no contexto de uma sociedade de classes, nos coloca na condição de necessariamente incluir *gênero*, sabendo que este não está descolado historicamente do seu papel de reprodutor da ordem capitalista.

Kergoat (2010, p.95) coloca que “*as relações sociais de sexo* continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão”. As dimensões ideológicas, simbólicas e materiais do tensionamento entre os sexos se faz sentir, dentre outros espaços, no *universo do trabalho*, e que se abre para “*evidenciar as diferentes formas de trabalho até então marginalizadas, como o trabalho doméstico, não assalariado, informal*” (NEVES, 2013, p. 411).

O tensionamento ora latente ora explícito não esconde a base material dessas disputas, e que são mais bem representadas quando observado o mundo do trabalho. Mesmo confinadas ao trabalho de reprodução social, por muitos entendidos como improdutivo, o papel desenvolvido pelas mulheres está em permanente conexão com a esfera produtora de valor. Mesmo não estando na linha de frente dessa produção, ainda cabe a elas a solidificação das bases onde os homens encontram a tranquilidade para se dedicarem majoritariamente à tarefa produtiva.

Isso nos leva a corroborar o pensamento de Kergoat (2010) que categoricamente destaca que as condições precárias enfrentadas pela mulher no mercado de trabalho, tais como, baixos salários, divisão sexual, precarização, “não se mostra como paradoxal mediante sua inserção mais efetiva no setor produtivo, uma vez que, por trás dessa realidade há a própria configuração das relações sociais de sexo – que localiza e explora a mulher” (*Idem*, p. 94).

Portanto, qualquer perspectiva que trate da emancipação feminina e da igualdade entre os sexos decorrentes da variável econômica necessitam de uma profunda relativização, evitando com isso reduzir a análise e desprezar a presença de outras determinações (CISNE, 2012; NEVES, 2013). Diante da intensificação do acesso das

mulheres ao mercado de trabalho a partir da década de 1970, dentre outros fatores, decorre das mudanças culturais, sociais, demográficas e educacionais, vislumbrando nos sexos inflexões e novas modalidades de relações sociais (NEVES, 2013). Cenário que também sinaliza o aumento da divisão sexual, da precarização da mão de obra feminina e do enclausuramento de muitas trabalhadoras às atividades que remetem à reprodução social, além de ampliar as desigualdades entre os sexos em termos de salários¹⁵ (*Idem*).

A colocação de que a classe operária tem dois sexos é a demonstração de como homens e mulheres constroem distintamente suas consciências, identidades e suas representações, como também seus efeitos em termos de desemprego, condições de trabalho, ganhos salariais, prestígios, oportunidades. Fenômeno de sexualização que deve ser entendido a partir das relações que a compõe, e não como uma polarização de gêneros que simplesmente estabelece as assimetrias de forma estanque.

São questões que sinalizam para a centralidade das abordagens relacionais nos estudos de *trabalho e sexo*, estas como sendo responsáveis historicamente pelas relações de poder, dominação, exploração e invisibilidade da mão de obra feminina, e, transformar esta ordem de relação é o caminho para pensar um horizonte mais simétrico entre homens e mulheres, e daí a necessidade de deslocamento dessas relações em suas formas atuais. Subverter essas relações significa lutar coletivamente para alterar a dominação imposta, material e simbólica:

A subversão se dá a partir do mínimo de condições materiais e simbólicas necessárias para não apenas resistir, mas também construir coletivos de luta e assim reformular o que está em jogo na referida relação social e mais ainda desestruturar/reestruturá-la (KERGOAT, 2002, p. 48).

Dialeticamente falando, as transformações no âmbito dos sexos/gênero dentro desta lógica estão inscritas nas relações sociais dos sexos, espaço de tensão, rupturas e mutações. E, latente a isto está outra dimensão, e que opera para além do trabalho, a do universo simbólico (HIRATA, 2009).

Colocando as mulheres, não isoladamente, mas enquanto sujeitos coletivos, produtores de sentido e sujeitos de sua própria história. Sair da imagem imposta de feminilidade para se tornarem mulheres portadoras de poder de ação na construção e no desenvolvimento das relações sociais (KERGOAT, 2010, p. 95).

É munido dessas novas produções de pensamento que a sociologia do trabalho torna-se uma importante base de pesquisa e reflexão, atenta principalmente para as

¹⁵ No Brasil, em 2010, as trabalhadoras com nível superior recebiam o equivalente a 63,8% do salário dos homens. Em 2000 era 65,2%. No que tange às trabalhadoras em geral, correspondia a 75,7% em 2010 (NEVES, 2013, p. 410).

novas configurações no campo do trabalho e as clivagens de gêneros que emanam o aprofundamento dos estudos sociológicos.

Uma problematização mais atenta à questão da inserção da mulher ao mercado de trabalho, em grande medida, oriunda das mudanças políticas, sociais e produtivas da segunda metade do século XX, também reflete as novas demandas da família, tanto em termos de sobrevivência quanto de reprodução (NOGUEIRA, 2011). Portanto, associar esta inserção unicamente à emancipação feminina é limitar outros fenômenos que também se fazem presentes neste processo. Nota-se, por exemplo, como em paralelo ao aumento das taxas de ocupações de mulheres na condição de casadas ou de filhas no que tange a composição familiar, também crescem as taxas de desempregos masculinos (*Idem*). É por isso que esta realidade nos mostra como, muito mais do que uma participação mais efetiva no mercado de trabalho, muitas dessas mulheres passam a agregar em suas responsabilidades o “peso” pelo sustento da casa, e com isso passam a comportar também uma dupla responsabilidade, a financeira e a de reprodução social, uma vez que as atividades domésticas continuam majoritariamente sob seus cuidados. É o que se verificou entre as trabalhadoras do estaleiro em Suape, e quando perguntada acerca das motivações da entrada naquele setor, a resposta é curta e direta, “necessidade mesmo, amigo; me separei do pai deles e tive que ser pai e mãe” (CAMILA: ex-trabalhadora entrevistada).

Esta maior participação produtiva feminina também deve ser contextualizada com as rápidas transformações no universo científico/tecnológico e da informação, fato que também possibilitou um incremento no consumo, nos estilos de vida, no acesso ao conhecimento técnico e superior e trouxe novas aspirações subjetivas de bem estar e felicidade. São questões que envolvem um complexo de mutações, e que tem no trabalho um dos seus pilares. Por outro lado, outros espaços apresentam um ritmo mais lento de alterações, principalmente por estar ligada a divisão sexual do trabalho.

Nota-se como, entendidas como fenômenos separados, o encontro entre *gênero e trabalho*¹⁶, ou a sua incorporação às análises do trabalho, além de ampliar o debate que toca a maior inserção feminina no contexto de reestruturação produtiva, enriquece o campo da sociologia do trabalho em suas novas abordagens.

Daí a relevância teórica e analítica para estudar a inserção da mulher ao trabalho na contemporaneidade, e refutar a visão que parte desse viés quantitativo para definir

¹⁶ Proporcionado através, com destaque, da sociologia francesa. Relações sociais de sexo e relações sociais de gênero são colocadas no texto de forma intercambiáveis.

uma automática “autonomia e emancipação” das mulheres. São expressões que têm na condição de classe seu principal indicador para as transformações.

No curso dos distintos percursos teóricos e metodológicos convergem muitas das preocupações dentro do campo de pesquisa que envolve *trabalho e gênero*. Referimo-nos às reflexões acerca da condição feminina no mercado de trabalho no contexto do capitalismo moderno, levando-nos a pensar dentro de uma maior complexidade que envolve uma economia globalizada. Cenário que demarca mais claramente atividades e papéis em torno do que é considerado produtivo e reprodutivo socialmente, visto, sobretudo, pela percepção dos gêneros em suas assimetrias, e não menos distante da *relação capital-trabalho*.

É com tal preocupação que assistimos ao contexto sociocultural e político da década de 1970, com a efervescência de novos paradigmas epistemológicos, sobretudo pelas correntes pós-positivistas, onde problematizar as *categorias de gêneros* passou a estar na ordem do dia, em especial na refutação de seu biologismo, e mostrando-se muito mais como produto de processo *histórico e social*. São essas teorias que têm no desconstrutivismo, no pós-estruturalismo e na pós-modernidade a identificação dos sujeitos sociais a partir da diferença. Em outras palavras, busca-se analisar a constituição destes sujeitos pelo viés *relacional* em suas representações sociais de mulher e homem (CISNE, 2012).

Relações sociais que é muito distante de uma operação simples de embate entre dois grupos antagônicos - homem x mulher, reforçado no pensamento de Kergoat (2010), que chama a atenção para alguns elementos que são inerentes a essas relações. Nos alerta para o fato de que nenhuma variável presente na relação social - gênero, classe, raça - tem prioridade sobre outra. Implica dizer que estas categorias não são dadas. Dito de outra maneira, as relações sociais são os encontros de grupos sociais que a partir de suas “identidades” estabelecem relações e disputam espaços de poder material e simbólico. São indissociáveis dentro desta teia de relações onde se reproduzem e se reinventam mutuamente, a exemplo das próprias representações que formam os sujeitos e os sexos. No entanto, é nítida a discrepância de poder e dominação que se estabelecem nessas relações. Enquanto aos homens o poder que detém para desenvolver uma narrativa sobre a mulher e sua representação é algo que se estende por séculos, ao passo que, o lugar que cabe às mulheres se resume à “resistência e luta contra essas imposições”. “Uma relação de ataque e defesa” que permanentemente

endereça à mulher as intensas energias no desafio de lutar contra as amarras que as dominam e oprimem ao longo da história.

E assim localizamos as categorias raça, classe e sexo/gênero. Voltando o olhar para as *relações sociais de sexo* dentro deste debate, amplia-se a violência ao sujeito que também é portador de uma classe e raça estigmatizada e desvalorizada socialmente. São os resultados dessas disputas que irão localizar homens e mulheres em determinados espaços, transformando seus destinos para além dos gêneros, ou melhor, ampliando-os.

Discussão (análise relacional) que, ao nosso entendimento só passa a encobrir mais fielmente as necessidades de reflexão do campo feminino mediante a incorporação da *interseccionalidade*. A apropriação reduzida da abordagem relacional para pensar a divisão sexual do trabalho toca em questões fundamentais, mas corre o risco de negligenciar outras análises fundamentais, que por vezes, apreende as categorias de gênero definidas numa fixidez e cristalização homogênea. Temos que, apresentar as relações sociais em suas imbricações de gênero, classe social e raça, ao mesmo tempo em que traduz uma atualização e avanço em termos de reflexão sociológica, demonstra sua limitação. É aqui que a *interseccionalidade* responde às demandas de estudo da realidade feminina na vida social e no campo do trabalho.

A categoria sociológica *mulher* passa por diferentes graus de hierarquizações e categorizações, o que incide em experiências distintas quanto à qualidade de vida, status social, oportunidades, estilo de vida e subjetividades. Trajetória que tem nos condicionantes de identidade de raça e de classe as variáveis demarcadoras (HOOKS, 1984, p. 4 *apud* BIROLI & MIGUEL, 2015), e que melhor definem suas singularidades.

As relações sociais de sexo ao absorver as categorias de raça e classe como identidades a serem consideradas relacionalmente amplia o escopo de análise, lançando luz sobre uma realidade ainda pouco explorada teoricamente, do qual podemos localizar o “feminismo negro, que não procura suspender ou reduzir o peso do gênero como categoria; e os problemas que uma análise das relações de gênero traz à tona são, no entanto, reposicionados” (BIROLI & MIGUEL, 2015, p. 40).

A indústria naval demonstrou empiricamente as diferentes violências sofridas pelas trabalhadoras, mas direcionadas conforme seu lugar de categorização estendido para além do gênero, o que veio a ampliar as formas de estigmas e “exclusão”. Andrezza (ex-trabalhadora entrevistada), ao ocupar um cargo de liderança sentia fortemente a discriminação de gênero, daí é interessante resgatar sua fala para sentir

novamente o peso da violência sofrida pela trabalhadora, e que nesse caso se reduziu a uma categoria estigmatizadora:

Depois quando eu já era Líder que quando começou a entrar Soldadores de outros estados pra cá começou a virem Soldadores da Bahia, Soldadores já profissionais de obra, que já eram rodados, aí, aí eu lembro que quando eles chagavam na área que meu Supervisor falava assim: a área de vocês vai ser ali da Líder Ana ali, oh. Sabe ele olhava pra mim assim com aquele olhar de repulsa. Aí chegou até, teve até um que falou assim: “uma mulher vai mandar em mim? Em casa, nem na minha casa uma mulher manda em mim, uma mulher vai mandar em mim aqui!” Então meu Supervisor falou assim: “ou ela ou a rua”. E o cara chegou pra mim todo rancoroso [...]. Aí eu mostrei o trabalho a ele, tal, perguntei se ele já tinha experiência, ele falou que tinha, e ele foi fazer um serviço, uma solda, depois ele chegou pra mim: “ó, Ana, ali dá pra fazer não, cara, dá pra soldar aquilo ali não”, aí eu fiz: “por que não dá para soldar aquilo ali?” Ele falou: “ah, não dá, não tô conseguindo, cara”, tirou a máscara, já tirou o couro, eu fiz: “calma, vamo ver, vamo ver, perai que eu vou colocar meu couro, a minha máscara, vamo vê junto”. Aí eu botei meu couro, botei minha máscara, vamo lá, peguei a tocha e soldei, fiz: “você tá conseguindo ver daí?” Ele: “tô, tô conseguindo vê”. Eu fui e soldei, e não era nem tão difícil assim, aí eu soldei, e fiz: “e aí, deu pra fazer? Dá pra fazer as outras pelo que tu viu eu fazendo aqui, do jeito que eu fiz?” Aí ele: “poxa, Andrezza, vou te falar uma coisa, eu fiz isso só para te testar, pra saber se tu sabia realmente da obra, ou se tu era indicada só por boca mermo, por indicação, porque Soldador de obra aí nunca, nunca, nunca nenhuma mulher ficou, tava na liderança de obra assim na frente, então eu fiz isso pra saber se tu de fato sabia do serviço”.

O lugar ocupado por Andrezza é “o mesmo” ocupado por Rebeca e Mariana (ex-trabalhadoras entrevistadas), ou seja, em condições de liderança ou que remete a um maior poder de voz e decisão. Portanto, acabam sentindo o mesmo peso do gênero, vendo-se deslegitimadas suas conquistas por alguns homens.

Como trazido pela literatura a partir da noção de interseccionalidade, há múltiplas formas de opressão, o que direciona muitas mulheres a sentirem para além do gênero (*Idem*). É o que fica patente na experiência de Rebeca no estaleiro. E mais uma vez sua voz necessita ser “ouvida” novamente:

A realidade com relação à mulher na área de engenharia, você sente. Os trabalhadores em si, você quando vai conversar com o trabalhador em relação ao cargo de chefia, ele vê o papel do homem mais líder, mais chefe do que você. Você tem que conquistar e mostrar que você também tá desenvolvendo um trabalho. [...] Você se depara com profissionais que vêm do Sul e do Sudeste e já vem com essa, mulher, negra e do Nordeste. Você tem que mostrar, vencer essas três barreiras e dizer que você é profissional. Isso não é só quem vem do sul, sudeste. No próprio estado, né. Passei por algumas situações. Mulher, negra, do nordeste e pobre, né (REBECA ex-trabalhadora entrevistada).

Por vezes, as trabalhadoras além de mulher trazem as marcas da negritude e da periferia nordestina, que também carregam o estereótipo da homossexualidade – mesmo sendo uma pessoa heterossexual. Temos neste caso a ampliação das variáveis de estigma, trazida na *sexualidade*. Alguém que ousou ocupar um cargo de chefia, e no

comando de dezenas de homens trabalhadores não passaria imune pela resistência e não aceitação, com ataques baseados em “armas” simbólicas.

E no debate a partir da interseccionalidade é possível perceber que, ao passo que muitas mulheres sofrem cotidianamente de opressões, outras tantas ocupam o lugar de opressoras, onde o elemento de classe aparece como variável de distinção e poder.

Não é “como mulheres”, mas como mulheres negras ou brancas, trabalhadoras assalariadas, profissionais liberais ou proprietárias, heterossexuais ou homossexuais, que sua posição relativa se constitui. Como os mecanismos de opressão que assim se organizam não decorrem do sexismo isoladamente, as mulheres podem estar, como destaca Bell Hooks (1984), na posição de oprimidas e na posição de opressoras. Assim, a escalada de algumas mulheres a posições de maior remuneração e de comando na política ou no mundo empresarial mantido as hierarquias de raça e de classe, não corresponde a alterações nas vidas de tantas outras, nem anula a efetividade das relações de dominação masculina que incidem sobre elas (BIROLI & MIGUEL, 2015, p. 46).

A experiência na indústria naval trouxe algumas particularidades no uso dessas categorias - raça e gênero, principalmente. Primeiro nos chama a atenção o fato de que foram utilizadas mais fortemente quando essas mulheres ocuparam cargos de liderança e passaram a ter protagonismo e maior visibilidade profissional, ou seja, quando ultrapassaram uma fronteira muito além do aceitável. Outra particularidade é que foram lançados por trabalhadores que estavam na condição de subalternos. Mariana (ex-trabalhadora entrevistada) que teve uma ascensão ao posto que lhe demandava maior poder de decisão junto ao alto escalão da empresa aparece como uma figura emblemática. Nota-se como a partir da sua cor branca a variável de raça não tinha o mesmo peso que fora empregado a Rebeca. Para Mariana,

Por eu ser mais branquinha todo mundo achava, “*você é de Santa Catarina?*” E fazia: “*não, sou de Pernambuco*” (risos). Então assim, tinha esse fator, tinha o fator de ser mulher como eu falei nas reuniões. Então você tá numa reunião de 90%, 99% é homem e você é a única mulher na sala, isso que me dava um pouco com (inaudível) com eles, e ao mesmo tempo eles não queriam que tivesse, mas eu era a única que poderia responder por aquele setor, então eu tinha que tá presente. Tinha o fator de boatinhos, fofquinhas, “*Ah, tá ali na chefia, tá ali porque tá dormindo com o chefe, ah, porque tá fazendo num sei o quê*”. Então tinha sempre esse tipo de coisa, porque querendo ou não, você sente que, poxa, sou porque eu sou mulher tão falando isso, por que não falam com aquele cara? Isso dá um ódio (risos).

É indiscutível a presença do gênero como fenômeno presente nas relações de trabalho na indústria naval, seja negando a presença das mulheres, como faz outro estaleiro que opera no Complexo Industrial e Portuário de Suape, seja desenvolvendo mecanismos, em meio às relações sociais de sexo para “barrar” ou deslegitimar a

ascensão profissional das trabalhadoras no interior da empresa. Realidade observada no estaleiro pesquisado.

Essa forma de pensar as relações sociais de sexo, sobretudo pela sua historicidade e interseccionalidade implica dizer que, as categorias de análise estão em constante abertura e passível de rupturas e reinvenções. Não sendo simplesmente o encontro de categorias naturalizadas - homogêneas - e geometricamente colocadas em relação. Ao contrário, por meio de resistências e lutas é que a dinâmica dos atuais modelos de divisão sexual do trabalho se coloca em permanente linha de tensões e mutações. Privilegia-se o papel social do sujeito como ator de transformação, protagonista na construção e reconstrução das identidades de gênero, e responsável por colocar em suspensão seu caráter pré-fixado. Como reconhece Elisabeth Souza-Lobo (1991), são demarcações fluidas, historicamente situadas, condizente com conjunturas culturais e sociais, permanentemente tencionadas.

Portanto, contextualizar a inserção feminina ao trabalho nos dias atuais sob os moldes de uma economia globalizada, necessariamente nos coloca a pensá-la dentro de uma conjuntura mais ampla e complexa que abarca as novas feições de acumulação de capital, apoiada na flexibilização da produção e das relações de trabalho. Situação que se mostra paradoxal às trabalhadoras. É o que identifica Hirata (2001/2002) quando destaca que a globalização eleva o quantitativo de empregos às mulheres, seja nos segmentos formais quanto nos informais. No entanto, conclui que, na prática se intensificam os trabalhos precarizados e vulneráveis. Criam-se novos nichos de mercado puxado por países de economias emergentes, tendo no setor de serviços uma grande demanda por mão de obra feminina. Estabelecem-se no final uma polarização em suas ocupações, compostas por profissionais intelectuais e valorizadas, e outra de trabalhadoras situadas em atividades precarizadas, com baixos salários e o mínimo de prestígios, “o que faz criar dois grupos de mulheres com perfis sociais e econômicos opostos” (*Idem*, p. 149).

Uma dualidade que não deve ser confundida e/ou analisada meramente por uma divisão simplista, fixada no processo de exclusão e precarização versus inserção privilegiada. Um olhar mais aprofundado deve tocar em questões estruturais que em sua funcionalidade responde por essa divisão, o qual destaca quem são as mulheres que historicamente se destinam aos postos de trabalho com baixo prestígio, remuneração e condições mais precárias de trabalho. É onde o pensamento traz para o campo do debate elementos que por muito tempo ficaram de fora, e que a interseccionalidade deu corpo

na década de 1980 com Kimberle Crenshaw. Portanto, as mulheres não estão localizadas socialmente de forma homogênea, mas sim, dentro de uma “subordinação interseccional estrutural, e que representa ‘uma gama complexa de circunstâncias em que as políticas se intersectam com estruturas básicas de desigualdade’” (BIROLI & MIGUEL, 2015, p. 47). “As formas de opressão não atingem os indivíduos isoladamente, mas também não o fazem somados ou acoplados, em dicotômicas que permitiriam visualizar cada eixo de opressão separadamente para então compreender sua concomitância” (*Ibidem*).

É de se pensar que há mecanismos estruturantes responsáveis por essa seleção e classificação da mulher no mercado de trabalho, e que adicionado ao viés biologizante e essencialista fenômenos de ordem cultural e social reforçam e “naturalizam” essas desigualdades, aprofundando ainda mais as estruturas de divisão e assimetrias. Estamos aqui nos referindo mais detidamente à categoria de gênero, que na sociedade de classes está instrumentalizada para sua reprodução, imprimindo nas mulheres uma socialização sem compromisso com “emancipação” e autonomia.

Concatenado a este projeto está o aparato simbólico que reveste a figura feminina, sobretudo, no momento em que precisa se dividir entre mulher trabalhadora e dona do lar, ou seja, papéis entre os espaços da família e do universo produtivo. E, para melhor percebê-la no conjunto dessa dinâmica, deve-se apreendê-la não como sujeito isolado, mas integrada à categoria mulher, em grande medida, “passivamente” incorporada a partir da lógica relacional, e que funciona como educação prévia à chegada do trabalho fora do domicílio. Como entende Carloto (2002, p.1),

Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são duas proposições indissociáveis que formam um sistema, sendo que a noção de relações sociais de sexo é, ao mesmo tempo, anterior e posterior à reflexão em termos de divisão sexual do trabalho.

Situada num fenômeno mais amplo ou, para melhor dizer, no elemento de classes, seus condicionantes imprimem na mulher as marcas reguladoras e sedimentadas para seus comportamentos, identidades e subjetividades. Isso implica dizer que há uma base simbólica e cultural colocadas para operar no universo relacional em que o gênero está presente e atua dentro da estrutura capitalista. Ao mesmo tempo, fica muito claro (ou deveria estar) como o desenho de gênero no interior desta sociedade é marcado por classificações hierarquizadas e utilizadas para compor as relações no tecido social. Por esse viés de análise, as configurações que são dadas na construção e reprodução dos gêneros se mostram como de grande valia aos interesses burgueses. Valores

permanentemente reforçados para a manutenção das desigualdades e do caráter marginalizado que é atribuído a elas. Diga-se de passagem que, como levantado em citação de Carloto (2002), este sistema apenas se apropria de estratificações culturalmente estabelecidas, em que as relações sociais de sexo já “davam as cartas” de uma ordem assimétrica e, portanto, anterior à *divisão sexual do trabalho*, e apenas acrescentando as variáveis de raça, geográfica, de sexualidade, idade, dentre outras.

É por esse caminho de múltiplo *nó* que Saffioti focaliza seus olhares à inserção da mulher ao mundo do trabalho capitalista e suas relações.

Saffioti (2013, p. 133) defende que “é um erro pensar a emancipação feminina a partir da ideia da independência de uma *totalidade parcial*¹⁷, como, classe, sexo, raça. Ao mesmo tempo, uma totalidade parcial não suplanta outra”. A autora mostra como se ater meramente ao gênero na luta pela emancipação da mulher ignora sua funcionalidade num contexto estrutural maior, que na verdade é o que estabelece e reproduz os próprios papéis de gênero, uma vez que se apresenta como inerente ao funcionamento da sociedade atual. Da mesma forma que tomar a totalidade parcial econômica não traduz a garantia de liberdade plena das mulheres, sabendo que a integração na ordem econômico-produtiva não as livra da violência e opressão que estão por trás do universo simbólico dos gêneros, este como sendo decorrente de fatores culturais, políticos e sociais. Nota-se que a leitura que a autora dá à inserção da mulher no mundo do trabalho discorre, sobretudo, da via das *relações de produção*. Recorte analítico no qual estabelece uma conexão entre o modo de produção capitalista e as relações de gênero que se movem em seu interior. Uma ponte entre classe e gênero, onde os determinantes lançados pelo sistema sobre a mulher é o apanágio para suas relações sociais, instrumentalizadas para a reprodução desta ordem social.

Por outro lado, a divisão sexual do trabalho se mostra como um fenômeno muito mais complexo, e que tem no constante encontro entre seus sujeitos a possibilidade de mutações. Relações entre homens e mulheres que não são puro reflexo das questões econômicas, mas sim baseadas em representações e símbolos que cotidianamente nos movem enquanto ser social e que dá dinamicidade à nossa realidade, composta de conflitos e cooperações (SOUZA-LOBO, 1991).

Falar de emancipação da mulher dentro das engrenagens da sociedade capitalista é fechar os olhos às relações mais amplas que atuam sobre homens e mulheres numa

¹⁷ Totalidade parcial usada no sentido de uma variável.

estrutura que “por natureza” é contraditória, e que não envolvem apenas o gênero em seus encontros relacionais.

Neste sentido, partindo do princípio totalizador do sistema capitalista, vislumbrar a emancipação plena das mulheres apresenta-se como uma expectativa limitada. Por ser inerente à exploração do trabalho humano, mas também à exploração desse trabalho em termos de classificação e hierarquização das capacidades - leia-se, a divisão sexual do trabalho - a sobrevivência do sistema depende dessas desigualdades, ao mesmo tempo ocultada na consciência social (GONÇALVES, 2013 *in* SAFFIOTI, 2013).

Por esse ponto de vista, projetar a igualdade entre os sexos sem a derrubada das bases que reproduzem suas assimetrias é ter um projeto político de resistência que apenas se sustenta nos elementos simbólicos e subjetivos dos gêneros, e que, portanto, se posiciona como totalizador por si só. Não queremos dizer com isso que a categoria gênero não tem valia como instância de luta e resistência. Muito pelo contrário, atacar a forma como os gêneros são formatados na sociedade capitalista é crucial, como também é indispensável tratá-lo como indissociável desse processo. Mas é necessário ir mais além, analisar a mulher em sua ampla dimensionalidade, com o gênero respondendo apenas por parte de sua realidade, necessitando ampliar o olhar para as variáveis raciais, de classe, geográfica e de corpo que também dialogam diretamente com esse sujeito. Neste sentido, os determinantes de gêneros passam por diversas configurações, onde as relações sociais de sexo não deixam de lado esses outros elementos que sedimentam e reforçam a dominação, e também são inerentes às suas relações de poder.

O capitalismo se apropria da herança patriarcal para reproduzir e reforçar as relações sociais em torno da naturalização dos sexos, imprimindo classificações e desigualdades, sentidas, sobretudo, na divisão sexual do trabalho, identificada em termos de trabalho produtivo e de reprodução social. Tem-se, nesse caso, uma linearidade entre as sociedades pré-capitalistas e as sociedades modernas, industriais e de classes. Condições de estrutura de classes que permitem ao patriarcalismo ser uma ferramenta indispensável no funcionamento das relações sociais de sexo no interior do capitalismo (MAGALHÃES & SILVA, 2010). Para efeito de observação histórica, fica claro como o trabalho doméstico permanece numa rígida estrutura de papéis, onde cabe à mulher as maiores responsabilidades de sua manutenção (HIRATA, 2001/2002).

Elementos assimétricos que ficam bem evidentes na própria apreensão teórica que trata da condição de exploração da classe trabalhadora, mas que dá profunda

invisibilidade à figura da mulher, suprimida perante uma constituição de consciência de classe que leva em consideração exclusivamente o referencial masculino. Postura que, paralelo à ocultação da realidade material e subjetiva feminina na composição de uma classe, despreza as relações sociais de sexo, fenômeno inerentes às relações de trabalho (BRUSCHINI, 1994).

“Na vida real o sexo do trabalhador participa na definição da própria qualidade da relação entre trabalho e capital, na qual, as mulheres constituem uma parcela *sui generis* da força de trabalho vivendo dupla sujeição ao homem e ao capital” (*Idem*, p. 20).

Não por acaso, este conceito sofreu críticas do ponto de vista do gênero a partir da década de 1970 (HIRATA & KERGOAT, 1994). Até então alheia nas discussões sociológicas que tratavam do tema trabalho, o aumento da participação feminina neste espaço não significou um novo olhar para este estrato da classe trabalhadora. Foi a partir das reivindicações dos movimentos feministas na década e 1970 e sua presença nas ruas que as mulheres trabalhadoras foram incorporadas às análises sociológicas, e passaram a demarcar um tema de pesquisa no campo: *trabalho e gênero* (SOUZA-LOBO, 1991).

Mas, ainda é patente como a partir da narrativa androcêntrica, mulheres são cotidianamente violentadas no universo do trabalho, seja pelas condições simbólicas impostas a ela no âmbito do espaço produtivo, seja pela via da exploração de seu trabalho no espaço do lar, de reprodução social. Distorção que não é fruto de relações aleatórias, mas fortemente projetada para colocar em contato dois mundos diametralmente opostos e hierarquizados, pensados a partir da construção do masculino e do feminino, e que se encontram e se dividem no universo do trabalho, mas “fixados” por representações que legitimam suas assimetrias (STOLCKE, 1980 *apud* SOUZA-LOBO, 1991). No entanto, o autor (*Ibidem*) nos adianta que essa divisão sexuada só ocorre porque é uma relação social. E mais, vai na contramão do que pensam muitos autores e autoras que tratam do tema *trabalho e gênero*, principalmente ao romper com a ideia de que a construção dos gêneros não se volta exclusivamente para operar as dicotomias *trabalho de reprodução x produção*, reservados às mulheres e aos homens respectivamente. Muito menos, acredita que a divisão sexual do trabalho funda a hierarquia de gênero, ou esta é produto daquela. Para ele, a divisão sexual do trabalho “se constrói como estratégia de gestão da força de trabalho, através de representação e de linguagem do capital, tanto quanto como estratégia de resistência das mulheres e dos homens nas relações com o trabalho em suas práticas sociais” (*Ibidem*, p. 61).

Esse viés analítico relacional encontra em Saffioti (2013) a explicação da posição subalterna e marginalizada reservada à mão de obra feminina. Para isso chama a atenção para o fator gênero como um demarcador de posição na esfera produtiva, mas que, na atualização do seu pensamento, passa a incorporar outras variáveis tão estruturantes quanto o gênero. Em “*A mulher na sociedade de classes*” (2013), a autora focalizou no gênero a estrutura fulcral para a reprodução da ordem capitalista, alimentada, sobretudo, pela divisão sexual do trabalho e da consequente reprodução social. Dito de outro modo, a integração das mulheres no mundo do trabalho atende aos preceitos de desenvolvimento das forças produtivas e materiais. E qualquer que seja a inserção da mulher em termos ocupacionais, será produto de relações que visam essencialmente atender os interesses do sistema em suas novas estratégias de acúmulo de capital, e que passa necessariamente por papéis sociais diferenciado para homens e mulheres.

O fato do sistema capitalista se desenvolver a base de contradições, o leva a buscar mecanismos que atenuem suas fissuras e camuflem as distorções. Por ser incapaz de absorver toda a demanda de mão de obra o sistema desenvolve estratégias de exclusão, fixadas em critérios de classificação e hierarquia. Trata-se de meios de legitimação do desequilíbrio que é inerente a este modelo social. E são os elementos de gênero e raça as marcas principais desta exclusão. Estrategicamente elaborados, buscam-se nos fatores naturais a eles associados os determinantes para a marginalização no espaço produtivo (*Idem*). Realidade esta que só é possível mediante a institucionalização de uma cultura que historicamente imprimiu nos corpos biológicos papéis sociais distintamente dados a homens e mulheres, aceitos e reproduzidos ao longo de costumes e tradições, mas que esconde fortes relações de dominação e poder. É esta assimetria que, em grande medida, marca as ocupações femininas, levadas pelas configurações de gênero, e que lhes reservam posições e atividades que reforçam a subalternidade na sociedade de classes. E em sua entrada no mercado trabalho não há uma devida preparação para assumir papel proeminente. Ao contrário disso, a mulher sofre um processo de socialização, localizando-a como detentora natural das atividades do espaço privado, e nele produz suas subjetividades e identidades. Trajetória antecipadamente pensada.

A sociedade sempre cria marcas sociais para a exclusão de certos grupos, justificando e localizando seu lugar de desprestígio na pirâmide social. Caracteres naturais que não são passíveis de anulação, o que facilita seu isolamento para funcionar como desvantagem no processo de competição (SAFFIOTI, 2013, p. 60).

Isolamento que se desenvolve a partir da construção simbólica da mística feminina, esta como sendo o aparato subjetivo e de personalidade que institucionaliza o comportamento da mulher, que lhe “aprisiona” e regula com base no sexo/gênero seus papéis entre a vida pública e privada. Nota-se como qualquer alteração nessa organização socialmente colocada implica em fortes desequilíbrios para a mulher, principalmente naquilo que toca suas identidades. Em outras palavras, o fato da mulher ascender socialmente e obter novos capitais, culturais, econômicos e sociais, lhe coloca perante novos dilemas: incorpora uma identidade mais próxima da masculina, pondo em questão a marca de feminilidade socialmente esperada ou permanecer com esses traços, mas correndo o risco de parecer incapaz e inadaptada às exigências que a nova situação no trabalho prescreve (BOURDIEU, 2002). As concessões são amplas, e acaba por sacrificar o sucesso em alguma das instituições (trabalho e família), que corresponde ao adiamento de alguns planos e sonhos. “As mulheres que atingiram os mais altos cargos têm que ‘pagar’, de certo modo, por este sucesso profissional com um menor sucesso na ordem doméstica (divórcio, dificuldade ou fracasso com os filhos) ou vice-versa” (*Ibidem*, p.122).

Incorporada a herança patriarcal à sua dinâmica, o capitalismo apenas reproduz a desigual estrutura social de gêneros, conveniente à sua segregação no trabalho. Nesse viés, podemos concluir que a desigualdade de gênero não corresponde a uma particularidade da vida social, que se reserva seja ao espaço da família seja ao do trabalho. Está presente nas diferentes instituições, mas que encontra no trabalho, através de sua divisão sexual o fechamento de uma rede que paira sobre toda a vida social, e se cristaliza diante da estrutura produtiva do mundo atual. Por outro lado, também é preciso entender que a dominação e as marcas da violência não atingem de forma homogênea todas as mulheres. Com seleções que são feitas a partir de sua condição de classe, sexualidade, de origem, cor e faixa etária.

Colocados no mesmo espaço produtivo, homens e mulheres competem, mas munidos de diferentes socializações e identidades, o que se faz sentir na maneira que cada um se integra. Como destacado anteriormente, o capitalismo por se mostrar incapaz de absorver toda mão de obra cria seus critérios de seleção e exclusão, e assim mantém seu funcionamento pautado na segregação, ou seja, sob uma *contradição administrada*. Tendo em vista a capacidade que o trabalho tem no construto de identidades, o sistema capitalista lança mão de representações e de uma socialização ancorada na categoria gênero, para com isso manter as assimetrias entre os sexos,

mesmo diante de maior inserção da mulher ao mercado de trabalho. Observa-se na prática a alocação de grandes quantitativos de trabalhadoras em setores informais, precarizados, mal remunerados e com pouco prestígio, mas posicionadas de acordo com o lugar que ocupam na sociedade, geralmente reservados às mulheres negras e da periferia.

No entanto, essa relação assimetricamente estabelecida é a tônica para mitigar uma integração plena da mulher ao mundo laboral, o que nos faz refutar a ideia de que basta uma inserção mais efetiva no espaço produtivo para falar em emancipação feminina. Fica claro como o gênero está imbricado nas relações de trabalho, e que pensar no deslocamento de alguns desses elementos como fonte emancipatória se mostrará reducionista e alheia às determinantes macrossociológicas que compõem a relação feminina com a instituição trabalho e com a vida social em seus aspectos mais amplos. Por esse motivo, é fundamental questionar: emancipação de que grupo de mulher?

Quando resumido ao gênero cabe a afirmação seguinte:

A divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino (Brito e Oliveira, 1998, p. 252 in CARLOTO, 2002, p.2).

Aspectos de segregacionismo que são reforçados no interior das instituições burguesas, como a família e a escola. Em harmonia com suas elaborações morais socializam os sujeitos de modo a penetrarem desigualmente no mercado de trabalho. Portanto, a luta contra a reprodução desta ordem, ou ao menos a sua minimização em espacialidades conjunturais, passa necessariamente pela reconstrução das relações femininas com o mercado de trabalho, com o capital, com os cargos, salários e as qualificações (SOUZA-LOBO, 1991). Inflexões que, tomadas em seus contextos específicos pode-se mostrar de grande valia para modificações mais amplas que localizam as relações entre homens e mulheres em variados espaços da vida social.

Qualquer tentativa de superação, neste sentido, exige o repensar de dimensões mais ampliadas das relações entre os sexos, e que envolvem não apenas as configurações *sexualizadas*, mas também, as relacionadas à cor, classe, geografia, corpo e ao intelecto.

Mais uma vez é interessante trazer o pensamento de Saffioti, e entender como a partir de sua atualização pós “*A mulher na sociedade de classe*” a autora amplia a abordagem e dá nova luz para pensar a vida social multifacetada da mulher. É onde o aspecto da interseccionalidade pode ser identificado em sua obra, e que se evidencia mais claramente em “*Gênero, Patriarcado, Violência*”. Antes focada no caráter estrutural do capitalismo enquanto determinação à categoria feminina, e esta como sendo um instrumento de reprodução do sistema, portanto, com reduzido poder emancipatório, Saffioti passa a se debruçar na análise de como a estrutura se constrói dentro de categorias relacionais de gênero e raça. Não abandona o viés estrutural, mas vai explicar como ele se afirma, e para isso flexibiliza a antiga abordagem da estrutura, sobretudo, a partir da hierarquização das categorias que estão em sua base. Há uma simbiose que desingessa a estrutura.

Os novos rumos de investigação de Saffioti (2015) recaem sobre a realidade que se processa a partir da convergência de elementos estruturais, onde as categorias patriarcado, gênero, raça e classe social não operam isoladamente, mas produzem uma dinâmica particular dentro da estrutura do capitalismo.

Nota-se como o patriarcado é central em suas análises, seja num primeiro momento de sua produção teórica, seja na atualização de seu pensamento. Trata-se de não simplesmente tomá-lo enquanto fenômeno estrutural, mas localizá-lo como instrumento que marca diretamente as desigualdades, fato que só é possível no gênero quando demarcado historicamente (*Idem*). O patriarcalismo possui uma base material, uma vez que os postos de trabalho são demarcados e produzem realidades distintas dentro da divisão sexual do trabalho. Neste sentido, não dá para usar somente o gênero, tendo em vista que não delimita a existência de uma desigualdade, daí a utilização do patriarcado como uma forma específica de relações de gênero dentro da ordem de classes.

Assim, o que melhor representa suas linhas de análises está contido na metáfora (e que, ao mesmo tempo, não se reduz a ela) do “nó frouxo”. Fica claro como o viés relacional ganha um maior protagonismo nesses estudos, o que abre uma fenda para perceber certas mobilidades no interior da estrutura, e que respondem a determinadas conjunturas. Nosso objeto de estudo fez transparecer tais características, nas quais fora possível perceber que dentro da mesma categoria *mulher* as variáveis de raça e sexualidade se destacaram em muitos momentos para caracterização do estigma

feminino, além do fator *gênero*, mecanismos de deslegitimação do sucesso quando alcançado pelas trabalhadoras.

O nó, mesmo composto por eixos estruturantes, como gênero, raça e classes sociais, apresenta realidades que são formatadas e pesam sobre os indivíduos de acordo com a proeminência de determinada estrutura, mas que não podem ser confundidos com hierarquização. Seguindo o próprio discurso de Saffioti (2015, p.83):

O gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade. Estas contradições, tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formaram ao longo da história (SAFFIOTI, 1997b *apud* SAFFIOTI, 2015). Este contém uma condensação, uma exacerbação, uma potenciação de contradições. Como tal, merece e exige tratamento específico, mesmo porque é no nó que atuam de forma imbricada, cada uma das contradições mencionadas. Além disto, esta concepção é extremamente importante para se entender o sujeito múltiplo (LAURETOS, 1987) e a motilidade entre suas facetas. Efetivamente, o sujeito constituído em gênero, classe e raça/etnia, não apresenta homogeneidade. Dependendo das condições históricas vivenciadas, uma destas faces estará proeminente, enquanto as demais, ainda que vivas, colocam-se à sombra da primeira. Em outras circunstâncias, será uma outra faceta a tornar-se dominante.

Munida analiticamente da interseccionalidade, já não reduz à estrutura aos determinantes que recaem sobre a mulher, e de modo generalizado. Salto teórico que passa a compreender que “múltiplos padrões de dominação impactam de forma diferente indivíduos diversamente situados no espaço social, de modo muito mais singularizado do que quando se trabalha com uma única clivagem” (SAFFIOTI, 2015).

Hirata (2002, p. 280-281) é taxativa ao entender que “a divisão sexual do trabalho é indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, marcadas por desigualdades, hierarquias, assimetrias e antagonismos”. Também chega à conclusão de que com as novas dinâmicas no mundo laboral seria ilusória a interpretação que percebe uma nova divisão nas relações sexuais do trabalho. Ao contrário, nos mostra como as antigas divisões de tarefas continuam a estruturar as ocupações masculinas e femininas, sobretudo, na rígida separação entre os trabalhos de reprodução social e o de produção (*Idem*).

Sintonizar a discussão teórica com o universo empírico de nossa pesquisa implica dizer que, no tocante às relações de gêneros, sobretudo, no contexto do trabalho, o viés relacional opera dentro das condições de reprodução ou ruptura dos elementos que comportam as definições homem e mulher, e suas conseqüentes condições de trabalho, salários, ocupações e prestígios. E, de acordo com o pensamento de Kergoat (2010), as variáveis inerentes às suas relações, gênero, classe e raça não seguem uma

ordem estanque, dada, hierárquica e estrutural. Na verdade, são produzidas historicamente e passam a compor as relações que, em termos reais, produzem conjunturas específicas. Por outro lado, não somos ingênuos ao ponto de desprezar a ordem estrutural de classe responsável pela tipificação feminina que as fazem sentir no mundo do trabalho.

Essa situação se aprofunda ainda mais quando a figura da mulher se incorpora a de mãe. Diferenças que se tomadas em seus desenhos sociais traz como resultado a seguinte realidade. Ao homem, geralmente se agrega maiores credibilidades e responsabilidades, positivamente aceitas dentro das funções que ocupa ou vem a ocupar. De fato, nada altera em sua relação com o mundo do trabalho. Em contrapartida, a chegada de um filho na vida da mulher tende a retardar seus planos, ou caso já esteja inserida no mercado de trabalho, se vê diante de profundas mudanças, inversamente sentida no campo masculino, e que não esconde a forte simbologia negativa que acompanha esta nova realidade vivenciada pela mulher, mãe e trabalhadora. E isso se traduz num medo de perda do emprego ou comprometimento nos projetos de ascensão dentro da organização. Na prática recaem sobre elas, do ponto de vista do trabalho, as piores consequências que uma maternidade pode oferecer, como a descontinuidade e o enclausuramento ligados ao filho e ao lar (FREITAS, 2007).

Partimos do pressuposto de que, há sim abertura e possibilidade de transformações conjunturais, ao custo de muita luta e resistência perante as imposições simbólicas e estruturais - gênero, raça e classe. No entanto, ao mesmo tempo, estas últimas são inerentes em qualquer relação que envolve os sexos. Em outras palavras, a abordagem relacional e a estrutural, a partir do nosso ponto de vista, não é excludente ou independente, mas, ao contrário, complementares.

Interseccionalidade que, ao mostrar que gênero, classe e raça não estão hierarquicamente distribuídos, mas, ao contrário, compõem uma nova realidade resultante dessa fusão (SAFFIOTI, 2015), compreendendo as categorias de forma plástica. É afirmar, por exemplo, que só o gênero não dá conta para apreender a realidade feminina, tendo em vista a sua variação de raça, identidade e classe social. Determinantes que resultam em consequências e trajetórias distintas para mulheres. “Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações que tornam a situação destas mulheres muito mais complexas” (*Idem*, p.123). Neste sentido, o feminismo negro também traz grandes contribuições teóricas, refutando as visões reducionistas e genéricas que por muito tempo localizavam as mulheres na vida social.

São essas produções no campo do conhecimento, mais detidamente no feminismo, onde o ponto de partida é a desconstrução de preceitos essencialistas, e que até hoje tem grande peso no imaginário coletivo, onde parte do biológico para definir a categoria feminina. Embate que traz como centralidade a subjetividade e as construções simbólicas que giram em torno da mulher, seja na tentativa de associá-la a uma naturalidade biológica ou desvinculá-la. Contudo, o fato é que as identidades e os estigmas que pairam sobre o gênero e raça só são possíveis mediante a construção social e histórica, portanto, em decorrência de disputas e relações de poder, numa luta simbólica em torno de maior empoderamento e emancipação ou controle e opressão. São questões que se abrem para as discussões a seguir.

4.3 A subjetividade e o simbólico: demarcadores da diferença e da dominação masculina

Componente das relações humanas, as estruturas simbólicas não apenas alicerçam a vida social, mas produzem sentidos que operam objetivamente na vida dos indivíduos, tornando-se elemento constitutivo de práticas sociais. Nesse sentido, é possível desenvolver noções compartilhadas de mundo, modelos de representação, valores e crenças, e que juntos sedimentam uma ideia de realidade que pautam a ação dos sujeitos diante de suas complexas relações cotidianas. São esses mesmos modelos e representações que podem ocultar diferentes modos de violência, dominação, opressão, exploração e exclusão de indivíduos e grupos. Uma ordem social que, ao mesmo tempo em que provoca a construção de identidades e movimentos de resistência, paradoxalmente, “têm em muitos naqueles que estão na condição de oprimidos” - dominados e vítimas de violência simbólica -, a defesa da presente ordem social assimétrica. É o que encontramos, por exemplo, na fala da trabalhadora Milena, carregada de conteúdo sexista, tendo na separação de funções no trabalho seu reconhecimento “natural”: “porque realmente é um trabalho mais, é, pesado, né? É pouca mulher que tem a coragem e a determinação de fazer, porque é um trabalho pesado. Muito quente, *e é mais masculino*”. Discurso que se aproxima do externalizado por outra ex-trabalhadora, Maria, que associa a ausência de mulheres nos cargos de maiores privilégios e salários simplesmente pela falta de qualificação. Mas, em nenhum momento trata da pequena participação feminina nos postos de maior destaque e ganhos

salariais como sendo decorrentes também de fatores culturais, os mesmos que viabilizam o sucesso para os homens. “Os Inspectores do controle de Qualidade eram todos homens, vinham tudo de fora [...]. Não tinha mulher qualificada” (MARIA, ex-trabalhadora entrevistada) (Grifo nosso).

Fábia é mais uma das trabalhadoras que deixa explícito o viés sexista em seu pensamento. Ao sinalizar os pontos negativos do estaleiro afirma que, “*eles tratam você como um homem*”. Mas, talvez estejam nas palavras de Ana a maior demonstração de sexismo e de sub-representação feminina, reforçando a condição de dominada. Em suas palavras:

Eu acho que as mulheres conseguem abrilhantar muito aquilo ali. Porque, querendo ou não, eu acho que tem um capricho a mais no jeito que a gente faz as coisas em relação a vocês, a gente é mais detalhista, é tanto que, pelo menos no meu setor, tem sido. Existe uma delicadeza maior em certo trabalho, as meninas que são selecionadas para fazer, e fazem muito bem feitos.

O lugar que essas trabalhadoras ocuparam reflete uma conquista feminina, principalmente por se tratar de uma área majoritariamente pavimentada por homens ao longo da história da indústria naval no país. No entanto, é possível identificar que essa inserção das mulheres requer uma posição política mais efetiva, localizando-as historicamente na categoria de gênero, o que pode oferecer novos movimentos de rupturas diante da atual estrutura de “segregação” de funções.

Realidade esta, multidimensional e ampla, que na construção de um conjunto de representações também desenvolve subjetividades e intersubjetividades, classificando e agrupando diversos atores sociais, como fica claro através da noção simbólica e de representação do que é socialmente cada sexo. Demonstração dada por Camila quando perguntada quais as dicas que dariam a uma mulher que está ingressando na indústria naval. “Diria pra ela dar o seu melhor e não deixar se diminuir por ser mulher, e *fazer trabalho de homem*”. Ane, por sua vez trata da inserção de outras trabalhadoras na indústria naval como sendo consequência de um mero modismo:

São serviços bastante pesados, então a maioria das mulheres não procura essa função, fora que tem o modismo, sendo bom ou não existe o modismo. Tem muita mulher como Soldadora, outras ficam sabendo que tem uma oportunidade de entrar ali e vão.

Percepção trazida pela trabalhadora, mas que não se trata de um simples ponto de vista individual, e que neste caso demonstra o quanto é paradoxal seu pensamento. Uma deslegitimação da inserção feminina que parte de uma mulher, porém, que se alicerça em fatores externos que alimentam essa contradição e o deslocamento da mulher com seu grupo social. E isso é possível mediante o papel produzido pela esfera

idealizadora, capaz de formar estes sujeitos e estabelecer seus papéis sociais, fortalecidos e reproduzidos ao longo da história pelos costumes e práticas culturais.

A idealização que nasce a partir de mecanismos sociais encontra seu poder no momento em que é incorporada pelos atores, reproduzida e legitimada nas práticas sociais. A força da representação coletiva está no fato de ser não apenas percebida pelos indivíduos, mas aceita e incorporada (BOURDIEU, 1989). Trata-se, portanto, de um poder simbólico que, imposto socialmente, se enraíza e ganha status de verdade. A faceta mais perversa do poder simbólico assenta no fato de que, implicitamente se estrutura na reprodução de uma ordem marcada pela taxinomia e demarcadores sociais construtores de dominações, ancoradas nas diferenças entre categorias sociais.

“O mundo do trabalho” utiliza-se dessa produção simbólica para construir divisões hierarquizadas em torno dos sexos, e ajustadas num imaginário social, como ocorre com as categorias *homem* e *mulher*, desenvolvidas e expressas socialmente, mas incorporadas individualmente. Através do conceito de *habitus* de Bourdieu é possível entender o pensamento de forma mais elaborada e enriquecida:

O habitus permite que as práticas de um agente singular adquiram sentido histórico e social, na medida em que estão fundamentados em um princípio objetivo que se institui, independentemente das “intenções” particulares do sujeito que a constitui, embora estas sejam, também, elementos presentes em sua constituição (TITTONI, 1994, p.29).

Dito de outro modo, Bourdieu ao privilegiar os fenômenos sociais para explicar a constituição do indivíduo, diretamente toma o sistema simbólico como sua principal fonte. As subjetividades, portanto, são produzidas mediante a função dos símbolos na produção da realidade social. Equivale a dizer que também exercem uma função política e de ordenação do mundo, além de responder por identidades internalizadas em torno dos sexos e com legitimação das diferenças (MICELI, 2011, p.X *apud* Bourdieu, 2011).

Incorporados pela prática de idealização que se materializam na representação, indivíduos e grupos são ajustados a oferecerem uma impressão compatível à categoria ao qual fazem parte. Dentre estes grupos podemos pensar as classes sociais, as profissões, os sexos. Seus símbolos estão demonstrados na linguagem, atitudes próprias, vestimentas, hábitos, consciências, e identidades. Reunidos na ideia de *consciência de grupo* (GOFFMAN, 1985).

Objetivada a realidade em termos de produção simbólica, ganha status de natural e torna-se o palco para a operação do *poder simbólico*, este como sendo a caracterização de um monopólio de pensar e configurar a ordem social de acordo com a lógica do

grupo social que detém a primazia para tal imposição e regulação de visão de mundo.

De acordo com Bourdieu:

O poder simbólico é um poder de construção de realidade que tende a estabelecer uma ordem de conhecimento [...]. Concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências [...]. Consenso acerca do sentido de mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1985, p. 9-10). (Grifo nosso).

Em outras palavras, evidencia-se uma ideia de realidade e interpretação de mundo que, sendo latente sua parcialidade, se impõe como sendo a natural explanação e explicação da ordem social - a ontologia da vida social. O poder neste sentido significa ter acesso aos instrumentos simbólicos de representação coletiva e significações.

Tomado em sua completude, temos um universo que tanto é físico como fundamentalmente simbólico. E é no uso da linguagem e na produção de códigos sociais que o real se alicerça, estrutura as tipificações e os padrões de interação produzidos por elas. Universo simbólico que para preservar a realidade por ele criada dispõe de mecanismos conceituais de autoproteção, desenvolvidos para combater possíveis ideias opostas que possam surgir no seu interior (DUARTE JUNIOR, 2004).

Neste quadro, o que se apresenta como um arcabouço simbólico é a confluência de elementos que, conectados, dão sustentação e legitimidade ao universo socialmente criado. Aquilo que Bourdieu denomina de *estrutura-estruturante* e *estrutura-estruturada*, sendo aquele, instrumento epistemológico, leitura de mundo construída para as formas simbólicas desenvolvidas. Em outras palavras, o caráter modelador nos sujeitos que, através de determinações penetra nas mentes e formata modos de comportamento – universo simbólico, subjetivo, objetivado. Por estrutura-estruturada entende-se a singularidade que assenta cada realidade simbólica, ou seja, percebida a estrutura a partir de sua produção simbólica particular. Isso demonstra que o sujeito não é apenas localizado em seus aspectos individuais, mas dentro de estruturas-estruturantes. É justamente na reificação dessa realidade - estruturada - que opera o poder simbólico (BOURDIEU, 1989). Uma realidade transfigurada por grupos que, ao assumirem tal poder de imposição produzem universo simbólico de acordo com seus interesses materiais, legitimados e perpetuados - sua dominação - por meio da reprodução dessa realidade assimétrica.

Incorporando a estrutura no qual está inserido, o sujeito apreende os elementos inerentes ao grupo, percebidos objetivamente em seu cotidiano. É o que Bourdieu entende como *habitus*. “Conhecimento adquirido, um capital, o *habitus* indica a

disposição incorporada, quase postural; corpo socializado” (Idem, p. 61). (Grifo nosso). Fica claro que, “vestido” por fenômenos simbólicos inerentes à estrutura no qual está imerso, o sujeito se fragmenta do ponto de vista social e psíquico, onde há princípios de distinções estabelecidos socialmente. Critérios de classificação que, através de questões simbólicas hierarquiza grupos com seus devidos *habitus*.

Dentre estas construções que se desenvolvem no interior da realidade representada, temos homens e mulheres, atores sociais distintamente elaborados simbolicamente, e que se encontram nas infinitas relações sociais que este universo proporciona. Dois mundos opostos que escondem as relações de poder e dominação que pairam nas diferenças entre os corpos e suas representações. Superar esse ordenamento pressupõe a desconstrução dos símbolos hierarquizantes e desiguais que produzem o masculino e o feminino, e com ele destinam lugares e prestígios diferenciados.

Um forte instrumento de manutenção do distanciamento e das assimetrias de poder entre grupos - simbólicos - é o uso do *estigma*. É por meio dele que se lançam estereótipos e categorizações com a intenção de evitar uma influência simbólica daqueles que são considerados inferiores, e que colocaria em risco a pureza e o *ideal de nós* dos que são vistos como superiores numa escala subjetiva, simbólica. Em outras palavras, uma alteração na ordem de poder simbólico (ELIAS & SCOTSON, 2000). As implicações de poder aí presentes revelam a centralidade do aparato simbólico na determinação dos interesses aos que detém sua posse e, portanto, tem legitimidade e força para estigmatizar e desqualificar grupos, indivíduos e ideias divergentes. Aos que estão na posição de dominados e excluídos, munidos de capital simbólico desvalorizado socialmente, lutar contra os detentores de capital simbólico mais valorizado significa um duro enfrentamento ao grupo que, configurado pela coesão e integração dá sustentação à identidade, potencializando capacidade e força na/para imposição de narrativas.

Mais uma vez, é o que configuram as relações entre masculino e feminino, onde parte da narrativa do homem os conteúdos que determinam a figura feminina, seus traços subjetivos, de identidade e os comportamentos socialmente aceitos e valorizados, em contraposição àqueles considerados reprováveis e passíveis de intenso ataque estigmatizador. A indicação de que há uma clara intensão de subversão da ordem que tradicionalmente (e até espiritualmente e ontologicamente) localizou a mulher. Prática sentida pelas trabalhadoras no cotidiano do estaleiro:

“Algumas pessoas falaram na minha cara que, por ser mulher e não produzir tanto como homem era para ganhar menos. Para quê estudar? E eu estava trabalhando na mesma função que ele, eu fazia faculdade”.

Em termos objetivos, Elias e Scotson (*Idem*) tratam desta relação a partir da ideia de *estabelecidos e outsiders*, e que evidentemente, é emblemático para pensar as relações sociais de sexo em diferentes sociedades contemporâneas. “*Traços no corpo como cor, sinal, sexo, produzem uma função estigmatizadora pelos estabelecidos, como algo natural, dado pela natureza e que eles não tem culpa*”. É onde entra o poder simbólico com sua capacidade de tipificar e hierarquizar indivíduos e grupos em escalas inferiores e dominadas. Nesta prática estão presentes dois elementos que atuam em complementariedade e reforça as posições de dominados e dominadores. Trata-se da exclusão e da estigmatização que, lançadas sobre o outro grupo, tem a função de reafirmar a identidade e a coesão do grupo opressor, sua superioridade, e manter distante e no seu lugar aqueles considerados de menor escala de valor (*Idem*). São práticas denominadas de racistas, onde um grupo que se coloca como dominante luta permanentemente pela manutenção da *distinção*, traduzida em desigualdade e opressão, quando deveria ser apenas *diferença*.

Lá dentro, bem no começo ainda, não tinha muita gente de fora, então eles tinham uma certa diferença: “*ah, eu sou do Sul você é do Nordeste*”. Isso já tinha um pouco dessa discriminação. **Por eu ser mais branquinha** todo mundo achava, “*você é de Santa Catarina?*” E fazia não, sou de Pernambuco (risos). Então assim, tinha esse fator, tinha o fator de ser mulher como eu falei nas reuniões (MARIANA, ex-trabalhadora da indústria naval – informação verbal).

Neste exemplo aparecem duas variáveis, a de gênero e a de raça, mas sentidas de formas distintas pela trabalhadora, que ao ser mulher sentia os impactos do gênero, contudo, ao mesmo tempo, por ser uma *mulher branca*, não sofria de estigmas relacionados à raça. O mesmo não servindo para Rebeca que, por ser *mulher negra* cruzavam-se duas variáveis que pesavam negativamente sobre sua posição no estaleiro. Os discursos lançados sobre Mariana de que o lugar que ocupava na empresa é fruto de barganha sexual não se replicava em Rebeca, que tinha sua função de liderança deslegitimada por elementos que estão ligados à cor, ao gênero e a geografia social, ou seja, às suas origens periféricas.

Claramente é o que temos na distribuição entre os universos masculinos e femininos, com um grupo que se mantém coeso, dentro daquilo que se mostra como *ideal de nós*, alicerçado em valores patriarcais e machistas, e de onde se lançam os estigmas e as sub-representações aos demais grupos, considerados abaixo dos seus

valores enquanto categoria humana. E pior, respaldado em preceitos naturais, fixadores de posição de poder e dominação. Em outras palavras, o que está em jogo na disputa simbólica ultrapassa o poder que um grupo confere ao outro, traduzido em sub-representação e estigma. Trata-se da estruturação de uma ordem de relações sociais, onde a definição do masculino e do feminino são os pressupostos que movem estas relações em seus diferentes espaços, sendo a divisão sexual do trabalho apenas um dos muitos lócus dessas relações.

Trata-se de grupos portadores de *habitus* distintos, e percebidos não enquanto diferença, mas em termos de desigualdades nas estruturas sociais, ou seja, demarcador de posições sociais, aceito e reproduzido mediante a incorporação de narrativas que reafirmam essa condição.

Localizar os grupos sociais a partir das estruturas sociais requer uma apreensão que seja sensível à ordem conjuntural, e não como fenômeno a-histórico. Reflexão que nos remete para pensar como Saffioti localiza a mulher na sociedade de classes, que tem como mote estrutural o patriarcado, o que corresponde ao pano de fundo para a construção dos *habitus* masculino e feminino. E qualquer ascensão da mulher no espaço público será marcada pelo seu *habitus*, sistema de disposição que lhe é empregado enquanto identidade que lhe acompanha na vida social. Ideia que se aproxima da trazida por Miceli (2011, p.17 *apud* Bourdieu, 2011) que, ao analisar as ações simbólicas, defende que, “na verdade, elas exprimem sempre a posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção”.

Analisados sob a ótica da dominação e da violência, tanto o aspecto simbólico como o da representação¹⁸, cabe-nos chamar atenção para um pressuposto fundamental, e inerente a essas construções, a *subjetividade humana*. Componente subjacente à ideia de identidade, reconhecimento e percepção, sendo estes, fatores que norteiam interações humanas. É com base na *percepção* lançado ao outro que o contato é regulado. Como nos diz Goffman (1985, p.67), “*percepção é vista como uma forma de contato e participação. O controle sobre o que é percebido é o controle sobre o contato feito*”. A partir desta ideia do autor, e reforçada pela de Bourdieu (*Idem*, p. 142), temos que, “*princípios estruturantes da visão do mundo social estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção destas relações*”, e fica evidente como, o fato de que, construída simbolicamente, a visão do que é *ser mulher*

¹⁸ Aqui abordado dentro da sub-representação.

“determina” a *percepção* e, conseqüentemente, o *controle do contato* lançado sobre ela. Percepção esta anteriormente já dada e naturalizada, tendo como pressuposto legítimo seu corpo, portanto, a biologia.

No entanto, este mesmo aparato biológico corresponde a uma construção social naturalizada (BOURDIEU, 1998), bem como o machismo que se desenvolve com base no corpo masculino, que se reveste de poder e dominação. Poder já tão enraizado no tecido social que se torna uma “prática aceita e sem a devida resistência”, como demonstrada no cotidiano da trabalhadora Ane que, passou a não reconhecer a violência simbólica. “Olhe, você sente muito assédio, mas discriminação não, assédio... você ser mulher, tá no meio onde a maioria é homem, aí às vezes você sente um *assediozinho* aqui outro ali, você escuta, você ver, *mas discriminação não, no meu setor não*”. Já em outro momento a mesma trabalhadora traz outra narrativa em torno da violência de gênero sofrida no ambiente de trabalho pelas mulheres:

Oportunidade de crescimento, prestígio, me vendo como mulher, é bem pequeno. O prestígio, o reconhecimento com mulher é bem pequeno. É bem mais fácil você ver alguém, algum um homem fazendo a mesma tarefa que você, que faz bem melhor, principalmente as Soldadoras lá e, na hora da promoção você ver, ou na hora do corte, geralmente sai mulher (ANE, ex-trabalhadora naval – informação verbal).

Uma apreensão da realidade do estaleiro que legitima dentro da divisão sexual do trabalho as diferenças de privilégios e o demarcador de sexo nos momentos de demissões em momentos de crise econômica.

Pensamento sexista que na ótica de Bourdieu deve ser desconstruído, e para isso procura historicizar o quadro que biologicamente define a mulher e que passa pela via da naturalização de papéis sociais e fundamenta a violência simbólica e a dominação. Chama atenção para as estruturas objetivas de pensamento, de onde são lançadas e reificadas as representações e os princípios de visão e di-visão das esferas masculina e feminina. Construtos mentais sedimentados nas estruturas sociais (Idem).

Fatores objetivos e subjetivos que se desenvolvem com base em sistemas de oposições binárias e que marca a diferença entre os sexos.

As diferenças sexuais estão inseridas e submersas num sistema de oposições antropológicas e cosmológica que são constitutivas de uma visão e de uma experiência de mundo. Essas diferenças fazem parte de uma cosmologia sexualizada - ou de gênero – que se incarna na topologia sexual do corpo socializado, de seu comportamento, de sua espacialidade e modalidade (BOURDIEU, 1998, p. 17).

Corpos socializados e somatizados para a diferença e a dominação. É na educação que tal dominação se produz. É o que percebe Stuart Mill (2006, p.32),

quando enfatiza que “todas as mulheres são criadas desde muito cedo na crença de que seu caráter ideal é o oposto do caráter do masculino”. E tomando como complemento a ideia de Bourdieu (*Idem*), a educação exerce uma ação psicossomática. Uma consciência desta realidade que está presente na trabalhadora Rebeca. Suas palavras são assertivas, acreditando que,

A impressão que eu tenho é que na nossa formação as mulheres são guiadas a irem para a área de humanas. Primeiro porque não gosta de matemática, essa talvez seja um dos moldes no qual as mulheres são criadas. Os presentes para as meninas são bonecas, fogão e companhia. Para os meninos são coisas que desenvolvem o raciocínio. Isso leva indiretamente a levar os homens a partirem mais para as áreas de exatas, e as mulheres a partirem para humanas. Questão de família. O menino não ganha uma boneca, ele pode ser pai, mas quem ganha a boneca é menina. Com isso, eu acredito que a questão de gênero na educação, conduz os homens para irem para a área de exatas e as mulheres para a de humanas. [...] Coisas ligadas à família, mãe, esposa, aí você vai para esses cursos com mulheres, aí quando você parte para outra parte de exatidão, de raciocínio lógico, de rapidez é já os homens porque vem a questão do caráter social, né, que o homem é mais neurônio, toda essa coisa aí que é criada socialmente (REBECA, ex-trabalhadora naval – informação verbal).

É clara a ideia contida em Rebeca de que as desigualdades de gênero é fruto de socializações que naturalizam os papéis sociais e as ocupações destinadas a homens e mulheres. Pensamento que não é compartilhado por Fábria, que defende que “a mulher tem sua própria essência, resultado de suas escolhas e ideias”. Uma relação de causalidade em que tais “liberdades transitam e se limitam até onde a essência feminina permite”. Pensamentos como este confirmam a alienação entre os sujeitos que sofrem o peso da dominação, contribuindo negativamente para a reafirmação do status de indivíduo sociológico oprimido. Longe de ter uma unidade de pensamento entre as trabalhadoras, o grupo apresenta fortes distinções em termos de reconhecimento do caráter social e histórico destinados à mulher. Mas isso não impediu que, a partir do cotidiano de trabalho, comportamentos e ideias fossem transformados, o que demonstra a centralidade da materialidade na vida humana.

Atento aos elementos de micro e macropoderes que compõem o corpo sexualizado, Lins (1998) identifica como uma narrativa do *sem-sexo* penetra no imaginário e na idealização social. Sexo-divino, incorporado a uma ilusão de amor espiritual. Traços que ocultam a construção de uma lógica de gênero, sistematicamente pensada e reproduzida a serviço da dominação masculina. Desconstrução que foi possível notar na realidade das trabalhadoras navais, inclusive, naquelas que paradoxalmente lançaram falas sexistas. “Eu mostrava pra eles que eu fazia o trabalho tão bem, ou melhor, quanto eles” (Camila, ex-trabalhadora entrevistada). Para Ane:

As mulheres que eu vejo trabalhando lá são mulheres de muita fibra, muita coragem, muita capacidade, muito amor pelo que fazem. Eu tenho uma amiga que trabalha lá que é Soldadora, ela solda com muita perfeição, quando sai de lá de 5 horas vai para faculdade fazer o curso de psicologia (inaudível), curso que não é brincadeira, é alguém que, lógico, trabalha por necessidade (inaudível).

Acho que a mulher nesse setor poderia aumentar o número delas porque é um número eu acho que é bem irrisório da gente mulher nesse tipo de trabalho, acho que deveria ser maior (ANE, ex-trabalhadora entrevistada- informação verbal).

A experiência de Talita no estaleiro contribui para a desconstrução da fragilidade do sexo feminino, principalmente ao romper barreiras socialmente postas. Assegura que: “acho que me fez ser mais forte, né, foi tipo um desafio para mim, e muita gente dizia que eu não ia aguentar nem três meses. Eu consegui aguentar ainda um ano e pouco. Também acho que a vida me fez enxergar o outro lado do ser humano”.

A presença do sexismo pode ser observada nas experiências vivenciadas no estaleiro, não como algo produzido ali, mas sim como mais um dos espaços onde opera como mediador de relações.

Temos assim, nos elementos simbólicos a matriz das divisões subjetivas e objetivas que envolvem homens e mulheres, e que se objetiva na realidade e avança para o plano político e social. É onde também podemos pensar a esfera da produção e no mercado de trabalho. E alinhavado naquilo que Bourdieu (2002) traz com a ideia de que o estruturante das nossas relações passa pelo *modo de produção simbólica*, a mulher se encontra como objeto de troca, estatuto social que lhe confere um lugar na *economia das trocas simbólicas* (Idem). É o mesmo estatuto que está presente no imaginário social no campo do trabalho, além da histórica relação que acompanha a mulher no espaço da família e das demais relações sociais, estando elas nas fronteiras públicas ou privadas. Mercado de bens simbólicos dominados pela visão masculina (Ibidem). São esses pressupostos indispensáveis à reflexão da categoria *mulher*, sobretudo naquilo que lhe constrói simbolicamente e fixa numa *percepção* do que é ser mulher. Trata-se de um universo simbólico que “determina” fortemente a imagem de como a mulher também se percebe e reconhece enquanto ser social, ou seja, objetiva e subjetivamente. Ou, conceitualmente colocado, temos um *habitus*. A incorporação individual dos elementos sociais e simbólicos, estruturalmente desenvolvidos na formação das categorias. E é através dele que a prática da dominação se cristaliza e ganha status de natural, divinamente estabelecida e, portanto, imutável (BOURDIEU, 2002).

Dominação que encontra nas diferenças dos corpos sua narrativa, materializada em posições sociais hierarquizadas, e no controle social da mulher. E é em função dessa centralidade biológica que é feita a seleção feminina ao mundo do trabalho produtivo. Espaço que também por se efetivar em distribuições simbólicas em suas ocupações, tende a alocar as mulheres às funções de menores prestígios e valorização simbólica e financeira. Entretanto, o campo mostrou o quanto essa fronteira foi derrubada e potencializou a ocupação de mulheres em cargos de comando e de maior prestígio e salário. Andrezza, Rebeca, Mariana e Maria são trabalhadoras que comprovam essa ascensão profissional.

Eu verificava todos os relatórios de todos os inspetores, eu ajudava a fazer o relatório também, de todas as funções. Eu era responsável pela documentação, qualificação dos soldados, documentos da ISSO 9001, procedimentos, conformidades, muitas documentação. [...] Eu acompanhava o inspetor uma vez ou outra, ou então quando chegava um material, ele inspecionava. A gente tava ali porque as informações colhidas ali geravam um relatório, aí eu tinha que colocar todas aquelas inspeções que chegaram para ir pra o relatório (MARIA, ex-trabalhadora naval – informação verbal);

O papel da engenharia de segurança do trabalho é construir um ambiente de trabalho onde você possa agregar produção e segurança que as pessoas não se acidentem, não adoçam, voltem para sua casa bem. E hoje tem o social também. Se você está bem você vai produzir melhor. Você vai produzir melhor, você não vai se acidentar. Então é fazer sempre essa ponte entre o ser humano, o trabalho, a produção, como o ser humano pode produzir sem se arrebentar (REBECA, ex-trabalhadora naval – informação verbal).

Eu mexia basicamente no projeto, toda obra antes de ser fabricada na base passava por mim, em (inaudível) de desenho, de programas, de controles, eu que tinha que responder diretamente à diretoria, sobre o avanço, se a produção não tivesse andando, não tivesse produzindo o que era necessário pra aquele mês, eu me tornava quase a responsável, que eu tinha que falar o que é que precisava e dá condições pra produção fazer, então assim, eu não era coordenadora, não era chefe, mas se a produção parasse a culpa era minha, eles deixavam bem intrínseco isso, então tinham os controles, tinha as reuniões, eu tinha que passar sempre esses feedbacks semanais, mensais pra diretoria, para o gerente, pra quem fosse necessário pedir (MARIANA, ex-trabalhadora naval – informação verbal).

Por outro lado, o papel de protagonismo e liderança que as trabalhadoras alcançaram no estaleiro não condiz com a mesma realidade em outras instituições por elas ocupadas. Portanto, rupturas e emancipações adquiridas no ambiente de trabalho muitas vezes se resumem a este local, sendo a casa o mesmo espaço reprodutor das históricas violências simbólicas em torno do gênero. Mas também não podemos negar que, pela primeira vez, esse antagonismo ganha corpo na vida de algumas dessas

mulheres, o que dialeticamente provoca situações inéditas, e até redefinem condições e percursos no âmbito da família em suas relações cotidianas.

A intensificação das falas e posturas machistas sinaliza para o desconforto masculino com o crescimento profissional da esposa que, “disfarçado” em brincadeiras vai germinando uma situação conflituosa. Ane quando perguntada sobre os desdobramentos que as tensões do trabalho trouxeram para o casamento, responde que: “*aí, balançou um pouco, fiquei sabendo de algumas coisas que ele tava tendo extraconjugal, chegou a separar alguns dias até*”. Mas, ao mesmo tempo, Ane coloca sobre ela toda a responsabilidade por tal circunstância, relativizando a traição:

Ele não passou isso na minha cara, mas eu me culpo um pouco, né, porque de fato eu tava muito ausente, não tava dando assistência nenhuma, como esposa, como mãe. A minha filha tava acompanhando o crescimento dela pelo telefone (ANE, informação verbal).

Ainda de acordo com Bourdieu (*Idem*), os papéis que se destinam às mulheres nos outros espaços apenas servem para a reprodução dessa ordem dominadora masculina. É o que acontece na socialização que se desenvolve no interior do casamento e as relações de parentesco, e onde as relações de troca simbólica operam como reforço das assimetrias, tendo a mulher o papel de contribuir com a reprodução do capital simbólico dos homens, uma vez que, executando os trabalhos de reprodução social, invisibiliza-se enquanto sujeito, e, ao mesmo tempo, constrói as bases para a proeminência masculina no mundo para além da casa. Nota-se também como a divisão entre trabalho reprodutivo e produtivo se fixam em distintas valorizações simbólicas, e justificam o que cabe a cada sexo.

Nesse momento é interessante trazer para discussão outro importante conceito elaborado por Bourdieu, o de *campo*. Como espaço social de disputa entre os agentes que se encontram envolvido, a especificidade de cada campo possibilita lutas em seu interior no qual a posição social e poder dos agentes serão determinadas por forças que enfrentam, resultando em posições de hierarquia. Pensar, por exemplo, no *campo universitário*, fica patente como professores e pesquisadores atuam numa disputa latente por prestígio, visibilidade e poder, e onde as produções acadêmicas em revistas internacionais mais conceituadas, com sua respectiva *Qualis* funcionam como principal elemento simbólico, posicionando-os hierarquicamente no *campo*. No entanto, as ferramentas de disputa pertencentes a este campo não têm a mesma força quando transportada para outro espaço social.

Vale ressaltar que o enfrentamento dos agentes no interior da estrutura do campo é marcado por diferenças de poder, conforme sua posição, portanto, “determinada” por escalas de forças, o que contribui para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p. 50). Mais uma vez, também é crucial chamar atenção para o viés relacional na presente abordagem, o que faz coro com o enfoque dado por Saffioti e outras autoras aqui discutidas.

É patente como a estrutura tem um destaque importante em Bourdieu, no entanto não se trata de uma ordem estática e determinista como podem pensar alguns autores. Pelo contrário, é uma estrutura que traz a possibilidade da transformação, ao mesmo tempo em que sua conservação também é defendida. Sendo mais preciso em suas palavras:

O microcosmo social, no qual se produzem obras culturais, campo literário, campo artístico, campo científico etc, é um espaço de relações objetivas entre posições – o da artista consagrada e o da artista maldita, por exemplo – e não podemos compreender o que ocorre a não ser que situamos cada agente ou cada instituição em suas relações objetivas com todas as outras. É no horizonte particular dessas relações de força específicas, e de lutas que têm por objetivo conservá-los ou transformá-los, que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam, e isso por meio dos interesses específicos que são aí determinados (BOURDIEU, 1996, p. 61).

Neste sentido, a análise de relações de forças no âmbito da vida social nos coloca na incumbência de percebê-los em recortes específicos, e que atende a uma realidade específica e demarcadora das posições dos agentes, e que só faz sentido em seu interior. Mas, isso não esvazia sua ressonância em outros espaços.

É neste contexto de reflexão conceitual que nosso objeto pode ser problematizado. A partir de um campo mais complexo e amplo do *trabalho*, podemos delimitar outro campo, de maior capacidade de apreensão, aquele no qual as *trabalhadoras* estão inseridas, o setor da *indústria naval*. Entendê-las não como sujeito isolado que ocupou uma função, reduzido aos números dos rendimentos, participação e produtividade. Outras dimensões foram agregadas a esta inserção, como a experiência, os conflitos e as conquistas. Trata-se de localizá-las dentro de uma estrutura que as posiciona numa particularidade desenvolvida pelo setor naval no Complexo de Suape, e mais especificamente no estaleiro Atlântico Sul, portanto, apreendidas como sujeito social e histórico. É certo que, mudanças no espaço social não ocorrem aleatoriamente, mas apenas factíveis dentro de um sistema de possibilidades, favorecidas por condições históricas e materiais, e que dependem, sobretudo, dos agentes sociais e dos interesses que os movem. Mas, crucial nesse processo é perceber as posições dos agentes no polo

dominante ou dominado do campo, e que vai além de determinações mecânicas, levando-se em consideração fatores externos (*Idem*, p. 63). A maior inserção feminina no mercado de trabalho, com ocupação em espaços de poder e privilégios, corresponde a esses fatores externos e, principalmente, ao analisar a entrada mais efetiva de mulheres na indústria naval é reflexo das novas possibilidades históricas. E ainda, o que super dimensiona esta inserção é pensar que o setor é um histórico reduto masculino. Conquistas que não devem ser vistas como mera sucessão de eventos históricos lineares ou evolutivo, mas sim, como fenômeno dialético, composto por lutas e avanços que operam no campo do trabalho em seu sentido mais amplo.

Sabendo que a categoria mulher se construiu com base em estereótipos que as destinam a ocuparem os espaços domésticos, com papéis naturalizados de reprodução social, estas mesmas representações são usadas para pensá-las no trabalho produtivo e em outros cenários da vida social, política e econômica. São representações sociais que ao tentar se sustentar em questões biológicas justificam as diferenças de gêneros, quando na verdade são construções que se alicerçam na produção de símbolos. E é nesta seara que os agentes - homens e mulheres – duelam, numa disputa que se estabelece entre aqueles (as) que visam reproduzir as representações e papéis sociais destinados ao que é “idealizado” como sendo femininos e aquelas (es) que lutam pela sua desconstrução. Tensão que, em alguns momentos se viu no cotidiano de trabalho na indústria naval, ou seja, no *campo*, em que, envolto dos elementos de gêneros um grupo tenta reafirmar seu poder enquanto produtor simbólico, portanto, na condição de dominante, e outro que luta por subverter essa ordem, e que se encontra como dominado. Por outro lado, assistiu-se também a passividade e “alienação” por parte de algumas trabalhadoras que, mesmo sentindo as várias formas de violência simbólica, e, materializadas em seus cotidianos de trabalho, não as ligavam à ordem de gêneros, chegando ao ponto de até as reproduzirem e naturalizá-las. O fato de a indústria naval ser o cenário dessa disputa é muito representativo, em especial por denotar uma apropriação masculina de poder e domínio. Algumas falas das trabalhadoras mostram claramente essa disputa no campo, e que foram sentidas mais explicitamente naquelas que ocuparam cargos de lideranças ou que estavam mais próximas dos cargos mais altos da empresa, como diretores e chefias. A tentativa de deslegitimar as conquistas das mulheres foi intensa, o que em alguns casos recorreram aos já conhecidos discursos misóginos, de que as promoções nas funções foram alcançadas mediante trocas de

favores sexuais. Discursos que visam reafirmar a posição masculina no campo, onde na prática se estabelece pelo freio da ascensão das trabalhadoras.

Até o momento em que as mulheres estavam em funções subalternas e não denotavam posições de privilégios e poder as relações de cooperação e parceria se mostram mais fortemente. No entanto, quando a presença feminina parece ameaçar a dominação masculina no campo a força destes se volta com mais vigor e frequência. Trata-se de uma investidura recorrente pela reafirmação do poder dentro do campo, e aí os meios utilizados são dos mais diversos, mas que se alicerçam, sobretudo, em práticas sexistas e discriminatórias. A realidade quantitativa reflete grandemente as relações de poder e divisão dentro do campo.

A maioria era homem, até hoje a maioria é homem. Eu lembro que tinha eu de mulher, Edivânia, tinha Cal, deixa eu vê quem mais... (inaudível), se contava assim nos dedos, né. Acho que vamos colocar que como Encarregada lá, feita lá dentro, da gente daqui, tinham umas cinco no máximo, vamos colocar aí, feita lá dentro, aqui de Pernambuco, né. Aqui tinha a Supervisora, era Mara, mas veio de fora, era daqui não (ANDREZZA, ex-trabalhadora naval – informação verbal).

E mesmo sendo uma presença mínima, quando as mulheres estavam em postos importantes, a resistência e descontentamento masculino era intensa. “*Então você tá numa reunião de 90%, 99% é homem e você é a única mulher na sala, isso que me dava um pouco (inaudível) com eles, e ao mesmo tempo eles não queriam que tivesse*” (MARIANA).

No cargo de liderança, mulher, preta, do nordeste e pobre. Quando você consegue juntar essas coisas todinhas e está num cargo de liderança. Porque (o que a gente brinca no dia-a-dia) quando você sobe degraus você sente bem mais a diferença, do que você tá convivendo com um número menor de pessoas. Isso é muito forte (REBECA, ex-trabalhadora naval – informação verbal).

Teve até um líder que chegou para mim e falou assim, que eu e Maria éramos duas das poucas mulheres que ele contrataria para equipe dele, que no início quando eu entrei ele falava que não queria mulher na equipe dele, mas aí quando ele viu o desenrolar das coisas, né, começou a ver o meu jeito de trabalhar, depois até eu fui trabalhar na equipe dele, daí ele fez questão de dizer a mim que eu era diferenciada. Ele falou você é diferenciada porque é muita mulher aqui que ganha com a cara. Ele dizia isso dentro da ideia de que pedem ajuda, ficam assim como cachorro mole e eu era citada como exemplo positivo (KARINA).

Algumas pessoas me falavam assim na minha cara, que por ser mulher e não produzir tanto como homem era para ganhar menos. Eu estudava e estava trabalhando na mesma função que eles. Eu fazia faculdade, mas, trabalhar na mesma função que eles, ganhávamos igual e também falavam isso para mim (TALITA).

Nota-se como as vozes masculinas continuam ancorados em determinismos biológicos na tentativa de naturalização das diferenças de gêneros, e na consequente

desigualdade. “Porque eles sempre tiravam as mulheres de cena, e entravam os homens nos lugares. Esse sempre foi meu ponto de vista” (FÁBIA). Por outro lado, os conflitos latentes são pouco percebidos pela maioria das trabalhadoras, tomados, sobretudo, como fatos isolados, intersubjetivos e descolados de uma esfera maior de lutas e relações de poder: “eles respeitavam muito e sempre admirava” (FÁBIA).

Minha equipe era uma equipe muito boa, a maioria, eu acho. Que eu estava pensando aqui, eu acho que *dois ou três que eram mais chatos, que não me aceitavam muito na equipe pelo fato de ser mulher e a produzir menos que eles, ganhar o mesmo valor deles*, mas fora isso, vieram um monte de coisas boas, o Encarregado também era muito bom também, não sei se era o fato de meu esposo ser Encarregado também e conhecia ele, não sei (TALITA).

É aquela coisa, Anderson eu nunca sofri discriminação não, entendesse? Pelo fato de *eu ser muito mais macho que muito homem lá dentro*. Eu nunca sofri, muito pelo contrário, é mais assim, tinham assim né, muitas mulheres que faziam corpo mole, que tem esse jogo de cintura, essa malandragem de fazer corpo mole (KARINA).

Nesta última fala é possível identificar o viés conservador e machista na própria trabalhadora, o que na prática demonstra sua limitação na leitura do campo e seu papel político no que tange à luta dentro de uma dimensão de gênero. Muito pelo contrário, aqui ela se posiciona socialmente na condição de sujeito dominado. E sabendo que as disputas no *campo* se dão neste embate social, político e simbólico de dominante e dominado, Karina simplesmente reafirma um quadro de assimetrias. Segundo pensa, ser vista como macho a torna mais aceita e forte, é estar numa dimensão simbólica superior, e reconhecidamente acima da feminina. Acaba por contribuir na alimentação de um campo que “deslegitima” o poder de decisão feminina, uma vez que é pensada como um sujeito de segunda categoria. O caso a seguir deixou isso bem claro:

Você vai a reuniões, você vai (inaudível), quando precisa se apresentar à diretoria, tudo mais, mulher lá dentro realmente não tinha muita vez. Quando era o homem que falava, o homem que dava uma palavra, o homem que decidia, parece que isso se tornava mais forte do que fosse uma mulher. Tem um pouco disso lá dentro, principalmente porque, eu ia pra reuniões com meu gerente, e eu era a única mulher na sala, então eu sentia que tinha aquela pressão de que até alguém falar pra ele, “olha, não leva ela mais não porque fica chato” (MARIANA).

Por outro lado, outras atitudes desenvolvidas por essas mesmas mulheres também foram o alicerce para mudanças mais bruscas no campo, resultando em fendas e deslocamentos, especialmente na maneira como passaram a penetrar em “novos” espaços produtivos, dando-lhes novas feições de sujeito.

Neste sentido o trabalho das trabalhadoras navais provoca uma inflexão, que se inicia pelo desejo e atitude de fazer um curso de solda, de direcionar currículo para o estaleiro, buscar autonomia financeira e sair da dependência do marido, ter a coragem

de entrar num seguimento industrial marcado pela presença maciça de homens. São situações que aparentemente não trazem muito destaque, mas quando é direcionado um olhar mais atento para o histórico familiar e de socialização das mulheres pesquisadas, nos chama atenção o quanto suas atitudes e pensamentos provocaram fortes rupturas. E onde podemos acrescentar à reflexão os locais de onde veio a maioria das mulheres, ou seja, oriundas de regiões de tradição econômica agrária ou que chegaram aos grandes centros urbanos de Pernambuco pela via da migração, acompanhando os objetivos iniciais dos pais de melhores condições de trabalho e de vida. Projetos que tiveram uma continuidade e resultados mais satisfatórios com as trabalhadoras navais, portanto, um grande desenvolvimento em termos quantitativos e qualitativos quando comparada as experiências anteriores do histórico familiar.

Tomar como objeto de análise sociológica a trajetória de mulheres que tiveram a experiência de trabalhar na indústria naval é se debruçar sobre uma reflexão em que a linearidade não responde a uma trajetória real. Sujeitos que trazem em suas biografias as marcas de gênero e socializações atreladas a elas. Demarcadores sociais que as acompanham em suas entradas no estaleiro e no cotidiano de trabalho. Implicações que formatam as relações que ali se construíram e impactaram em seus resultados profissionais. Somam-se a esta realidade outras variáveis estruturantes que amplificaram o tom de complexidade nas trajetórias das trabalhadoras, a saber: raça, etnia e classe. Trata-se do fenômeno da interseccionalidade, numa abordagem que desconstrói qualquer ideia de generalidade em torno do gênero. Fato que pôde ser identificado na pesquisa, com mulheres que, mesmo ocupando a mesma indústria de produção - naval - sofreu distintos estigmas para além do fator gênero. Fatos que se mesclam, complementam, mas que também são contraditórios. Uma narrativa que aponta para diferentes caminhos e experiências, mas, ao mesmo tempo convergem para violências, opressões e conquistas compartilhadas ao universo feminino no trabalho.

Inerente à reflexão das experiências das trabalhadoras navais no Complexo de Suape é percebê-la a partir de sua base material, mas, ao mesmo tempo imbricada em fenômenos simbólicos e subjetivos. Fatores que alicerçaram a reconstrução de identidades e o despertar para novas narrativas. Inflexões factíveis mediante a conexão entre a experiência vivida no estaleiro e as subjetividades que ali se desenvolveram. Uma trajetória que não se prende unicamente às bases materiais e objetivas, mas sendo estas apenas umas das dimensões socializadoras. O trabalho, independente do período

histórico é um produtor de subjetividades, seja como instrumento de alienação ou liberdade criativa, e reflete a experiência objetiva do trabalhador.

É por este viés de pensamento que Tittoni (1994) faz a intersecção entre as estruturas socioeconômicas, culturais e históricas com as subjetividades que a experiência no trabalho propicia. Defende que “o discurso e os elementos simbólicos traduzem as experiências do cotidiano do trabalho das pessoas e os significados dados a ele” (*Idem*, p. 20). Ou seja, a experiência possibilitada no trabalho expressa ao mesmo tempo uma produção de significados, onde o cotidiano vivenciado pelo trabalho é carregado de “sentido”, portanto, também produz e recria os sujeitos.

“A atividade produtiva que o caracteriza inscreve o sujeito que trabalha nas relações sociais através do fato de produzir algo e, da mesma forma, definir-se como alguém que produz alguma coisa” (TITTONI, 1994, p.24). Ideia que expressa o que foi a experiência das trabalhadoras navais no Complexo de Suape. Transformações que foram sentidas em todas as trabalhadoras pesquisadas, e externalizadas em seus discursos e comportamentos pós-estaleiro:

Experiência, demais. Foi muito rico, a minha fase lá no estaleiro eu aprendi muita coisa, muita coisa não só da área naval, mas como humana, como pessoa. Foi uma fase muito boa. Você aprende não só coisas lá dentro da empresa, mas também fora da sociedade, de ser mais humano (ANDREZZA, ex-trabalhadora entrevistada).

A coisa de você trabalhar num projeto grande me abriu a mente [...]. É surreal, você só sabe quando tá lá dentro. Então eu aprendi a lhe dá com muita coisa grande, blocos enormes, gente trabalhando. É muito risco, mas, ao mesmo tempo quando você enxerga esse risco, como é que tu trabalha (inaudível). *Aprendi filosofias de vida*, fora também (inaudível), pra tua vida. Trabalhar com muita gente, é muita gente ali dentro, então é uma coisa bem legal. Aprendi a lhe dá com sistemas bem complexos, é bem interessante (ANE, ex-trabalhadora entrevistada).

De relações, de pessoas, de confiança, que ali é muito importante realmente você ter sua palavra, você ser verdadeira” (MARIANA). “Lidar com as pessoas. A gente aprende a lidar (MILENA, ex-trabalhadora entrevistada).

Me trouxe muita experiência positiva, muito conhecimento, tanto conhecimento prático, como também eu tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas, de vários lugares do país, Rio Grande do Norte, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro. Muita gente (MARIA, ex-trabalhadora entrevistada).

Assim pessoal acho que me fez ser mais forte, né, foi tipo um desafio para mim (TALITA, ex-trabalhadora entrevistada).

Lá aprendi muitas coisas, me tornei independente e passei a viver melhor com tantas pessoas juntas (Camila, ex-trabalhadora entrevistada).

Os relatos comprovam que a experiência no trabalho rendeu uma mudança no comportamento das mulheres, dando-lhes maior poder de fala e protagonismo.

Entendemos que essas mudanças foram bem mais amplas qualitativamente. Retomando o que foi discutido em outra oportunidade há uma transformação profunda no perfil das trabalhadoras, impactando em grande medida na reconstrução de suas “identidades”. Novas posturas e pensamentos que se estenderam para o pós-estaleiro, e que se fez sentir na busca por mais qualificação profissional, a inserção no ensino superior, e na maneira como passaram a se reconhecer:

Ah, eu acho que eu fiquei mais autoconfiante com certeza, a sua mente abre muito, né. Você conversa com muita gente, você lida com vários tipos de pessoas. Então você consegue abrir mais a sua mente para o mundo mesmo, para o futuro. Eu pude aprender muita coisa, aí a gente pode ficar autoconfiante porque você independente você consegue se impor mais, pelo fato de tá trabalhando eu mesma por ser mulher tá trabalhando com muito homem então a gente aprende assim, mais respeito, a ter mais atitude e também tudo é aprendido (KARINA, ex-trabalhadora entrevistada).

Não defendendo uma causalidade direta entre experiência e construção de novas subjetividades, mas também não negando que sua intersecção foi primordial nesse processo. A descrição a seguir explica com maior detalhe essa ideia:

As matrizes discursivas indicam os significados atribuídos às experiências sob dois aspectos: de um lado, mostram os “lugares e práticas materiais”, de outro, as significações das experiências e vivências que emergem tanto nos significados contidos nas matrizes da cultura quanto de um possível “novo significado” atribuído através da utilização de expressões ou palavras usadas para nomear outras situações que não aquelas onde são geralmente utilizados (TITTONI, 1994, pp. 31-32).

Duas dimensões que se cruzaram e melhor explicam a realidade que decorreu da experiência profissional das mulheres inseridas na indústria naval. Quando se observa o perfil inicial dessas mulheres fica evidente a opção do estaleiro por pessoas com o mínimo de experiência possível no trabalho formal e industrial: “só tinha trabalhado como manicure” (KARINA, ex-trabalhadora entrevistada).

Das mulheres que destoam dessa ordem também é sabido que não fazem parte do quadro de funcionárias efetivas, mas advindas de empresas terceirizadas. Às mulheres efetivas foram lançados discursos que se utilizaram das subjetividades em torno da categoria histórica de mulher para mantê-las em ocupações com desvio, acúmulo de função e desvalorização. E isso foi possível através do uso de elogios e simbologias que ligavam os resultados do seu trabalho às atividades experienciadas no espaço da casa enquanto “donas daquele lugar”. Prática que teve êxito porque as trabalhadoras absorveram tal violência simbólica, e que foram objetivadas em explorações e invisibilidades no interior da empresa: “*eu entrei como soldadora, passei um mês fui pra linha de qualidade. Não mexeu um centavo do meu salário e a*

responsabilidade é maior” (MILENA, ex-trabalhadora entrevistada). Violência também sentida por Karina:

Olha, eu achava assim, que eu ia ser reconhecida muito rápido porque eu recebi muitos elogios, sabe, tanto do pessoal da qualidade quanto da supervisão, quanto do líder, porque a minha solda, eu era uma soldadora assim que me destaquei muito lá, tanto na questão de qualidade como na quantidade e disciplina né. Eu sempre fui muito disciplinada, assim, sempre fui muito organiza no meu local de trabalho, eu nunca deixava para trás as coisas, se você me desse uma meta sempre procurava fazer, e o que me deixou assim muito chateada com Estaleiro foi isso. É só questão de prestígio, a oportunidade de crescimento que é o motivo entendesse, que eu teria tudo para ter mais, assim às vezes eu cheguei até a dizer que *elogio não pagava minhas contas não*. Tinha gente que nem acreditava assim né, quem fez essa solda aí? Quando via minha assinatura vinha me parabenizar tudo mais. Pela falta de oportunidade eu me desanimei, muito por conta disso (KARINA, ex-trabalhadora entrevistada).

A presença do gênero foi permanente na constituição das relações que marcaram a trajetória profissional das mulheres na indústria naval. No entanto, é apenas na fala da trabalhadora com maior qualificação e na condição de terceirizada que o gênero aparece como categoria de reflexão para explicar as desigualdades que operam no estaleiro: “eu acredito que a questão de gênero na educação conduz os homens para irem para a área de exatas e as mulheres para a de humanas” (REBECA, ex-trabalhadora entrevistada).

A forte instrumentalização do gênero na realidade do estaleiro alicerçou relações de violência simbólica e uma “consequente” opressão em torno da divisão sexual do trabalho. Legitimou e reproduziu uma ordem social simbólica e intersubjetiva que ao longo do tempo estrutura os gêneros. No entanto, em meio a essa repetição, há um significativo avanço, especialmente por ter possibilitado a inserção de um quantitativo considerável de mulheres num setor historicamente masculinizado. Em 2013, por exemplo, 964 mulheres chegaram a ocupar os postos de trabalho, inclusive em funções tidas como masculinas, como a de solda. Vale salientar que, o campo de trabalho também foi experienciado dialeticamente, onde foi possível não só o encontro de identidades e *habitus* “opostos”, como superações daí decorrentes:

Em uma empresa como o estaleiro os homens lá achavam que mulher não sabia fazer nada naquela área por ser mulher [...]. [...] Eu mostrava pra eles que eu fazia o trabalho tão bem, ou melhor, quanto eles (Camila, ex-trabalhadora entrevistada).

Entender de produção, entender de qualidade, lidar com muita gente ao mesmo tempo, com prazos curtos, mostrar resultado dentro desses prazos curtos e cheio de dificuldades; em aprender não ter medo de desafios, independente do cargo e eu consegui ter uma *desenvoltura que antes eu não tinha antes de entrar nesse meio, então me ajuda bastante, até no meio da música também, muita coisa que eu uso hoje na música eu trouxe de lá que eu aprendi* (ANE, ex-trabalhadora entrevistada).

Rupturas também sentidas na politização das trabalhadoras, e percebidas, inclusive naquelas com pensamentos sexistas, o que aponta transformações até nas mulheres mais conservadoras. Realidade observada em Fábria, que mediante sua primeira experiência política com o sindicato acreditou ser um meio justo de defesa dos interesses da classe trabalhadora. E quanto a sua experiência na comissão do sindicato, nos afirmou que, “foi excelente, desfrutei de muitas experiências inclusive do lado de poder "defender" o trabalhador”.

Muito do processo de desconstrução e superação iniciou-se para algumas dessas mulheres no momento em que decidiram entrar no mercado de trabalho, e mais, quando essa inserção se direcionou para a indústria naval:

Ele era muito machista. Desde quando a gente namorava ele dizia que ele se matava de trabalhar, mas eu nunca ia precisar trabalhar. Então assim, eu nunca liguei muito para trabalhar. Eu só fui dar atenção ao trabalho quando ele ficou desempregado, e aí ele não teve condições de me dar aquela vida que ele me dava no início do casamento, né, que tudo era ele, e eu me sentia muito inútil, eu não gostava de ficar vendo assim ele passando na dificuldade. Eu como esposa não eu não queria, não gostava daquela situação de ver que ele tava sem trabalhar e tudo era ela, então eu comecei a ir a trabalhar por conta disso, para me sentir útil para poder ajudar (KARINA, ex-trabalhadora entrevistada).

Até quando o meu irmão sugeriu fazer esse curso de solda, no início assim ele foi, ele não foi muito a favor, né, ele não foi contra, mas ele falou assim, se você quiser, quando eu fui conversar com ele, falou assim, né; se você quiser, mas ele não me apoiou para fazer. Na verdade ele não queria que eu fosse trabalhar numa indústria, por conta do machismo mesmo, né. Uma profissão assim muito masculina, só vai ter muito mais homem, mais homem que mulher, tal, então ele não me deu apoio, eu nunca tive aquele apoio de, vamos juntos, tal, eu te dou força, eu apoio, eu tô contigo, tal, vou te ajudar. Isso aí eu nunca tive. *Eu fui muito assim de meter a cara e seguir, senão, não sei como eu estaria hoje se eu não tivesse enfrentado assim e feito* (KARINA, ex-trabalhadora entrevistada). (Grifo nosso).

São inflexões que devem ser pensadas pela ótica sociológica e não como conquistas meramente individual, e a reflexão de Titto (1994) nos auxilia a compreender esse fenômeno. Segundo a autora (*Idem*, p.25), “o trabalho enquanto significado sociocultural e possibilidade do exercício da subjetividade extrapola seu processo em si”. Fato que foi comprovado na indústria naval em Suape, onde a partir da experiência no *trabalho* e a produção de subjetividades dali decorrente se teve a possibilidade de ressignificar os elementos simbólicos que historicamente reafirmam a categoria feminina. Neste sentido, o trabalho que, em sua configuração capitalista, é tomado pela alienação, também pode promover transformações no campo da subjetividade e dos símbolos. Um potencializador de rupturas que passam necessariamente por alterações culturais e simbólicas. E, mais uma vez retomando a

Tittoni (*Idem*, p.25), “o trabalho na sociedade capitalista enquanto ‘trabalho alienado’, sua expressão não se esgota nele, e nem tudo que o trabalho produz apresenta-se como algo estranho, perdido e separado dele”.

A experiência se colocou como principal determinante do acesso às subjetividades e identidades pelas mulheres que trabalharam na indústria naval, e que se expressaram em seus discursos, sobretudo, por traduzirem a dimensão simbólica e os significados atribuídos às vivências laborais cotidianas. Também é sabido que cada trabalhadora apreende individualmente suas experiências, dando-lhe significados e desenvolvendo identidades singulares; como também é de nosso conhecimento que foi pela experiência que essas transformações foram possíveis na vida desses sujeitos.

Chega-se à conclusão de que a extensão subjetiva proporcionada pelo cotidiano de trabalho não paira num vazio político, cultural e social, mas reflete o contexto que essas variáveis são vivenciadas e dão sustentação às suas práticas. “A dimensão subjetiva está sempre marcada por essa experiência concreta que, também ela, está marcada pelas formas de organização da sociedade na qual está inscrita” (TITTONI, 1994, p.170). Assim, as ordens objetivas e subjetivas não são excludentes ou operam em distanciamento. Muito pelo contrário, são campos que estão imbricadas e se alimentam mutuamente e, transformações sentidas num dos polos se faz sentir fortemente no outro, impactando em múltiplas relações.

5. TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE TRABALHADORAS DA INDÚSTRIA NAVAL EM SUAPE

Este capítulo se abre para uma análise acerca da inserção e da trajetória de trabalhadoras que tiveram na indústria naval¹⁹, localizada no Complexo Industrial e Portuário de Suape, a oportunidade de contato profissional com a esfera produtiva. Experiência que também a remeteram a relações sociais de sexo e rupturas em suas vidas no campo profissional e pessoal. Vale ressaltar a centralidade do estaleiro neste processo, que tanto do ponto de vista produtivo, econômico, social e identitário promoveu intensos impactos e novas conformações. Trata-se de uma mudança estrutural, e com ela a necessidade de ampliação investigativa.

¹⁹ Indústria naval, construção naval e o estaleiro serão palavras que neste trabalho serão tratadas como sinônimas, portanto, representando um mesmo fenômeno, ou seja, o recorte espacial, produtivo de nossa reflexão.

Nosso propósito com esta tese é entender como a partir da ótica daquelas trabalhadoras envolvidas no cotidiano produtivo da indústria naval, em particular, no estaleiro Atlântico Sul, experienciaram suas ocupações, tendo como substrato de suas trajetórias as relações sociais de sexo.

Em termos didáticos será preciso distinguir os elementos que compõem a trajetória ocupacional dessas trabalhadoras, apontando para seus aspectos sociológicos, e que demarcam determinados perfis de mulheres. Problematizar dentro deste recorte de variáveis nos auxilia na apreensão de fenômenos que se cruzam e preenchem o poder analítico que envolve a trajetória das trabalhadoras pesquisadas.

Neste sentido, explicitamos não simplesmente descritivamente as experiências ocupacionais dessas trabalhadoras em suas individualidades, mas, buscamos apreender analiticamente os significados das suas atividades produtivas cotidianas, e, sobretudo, atentos às relações sociais de sexo presentes neste ambiente. Cabe, com isso, um esforço de sinalizar para os elementos de subjetividades e simbólicos que estão latentes aos espaços divididos por homens e mulheres. Sendo assim, a narrativa se constrói a partir da experiência e dos discursos das trabalhadoras que ali dedicaram muitas horas dos seus dias e nos coube o trabalho de fazer essas leituras, sensível no alinhavar dessas experiências individuais e suas interfaces com reflexões mais gerais que marcam a presença feminina no setor da construção naval. Sendo assim, cada eixo de análise compõe as partes de uma reflexão mais ampla.

Temos, portanto, densas e amplas variáveis a serem consideradas no que toca a essas trajetórias. Para Lautier (1999 in SILVA, 2011, p. 66) as dimensões subjetivas e externas do espaço da produção também estão incorporadas nas trajetórias ocupacionais, uma vez que estão em interação e não pode se reduzir aos aspectos objetivos. Cada sujeito traz sua história, projeto de vida, experiências e expectativas. Multiplicidade que vai ao encontro com o paradigma produtivo e do trabalho da flexibilização. Assunto que é explorado por Bauman. Segundo ele, as trajetórias se dão nesse ambiente de pós-modernidade, caracterizado pela fluidez e rapidez dos eventos, o que os tornam de curta duração e com alto grau de instabilidade (BAUMAN, 2001 in SILVA, 2011, p. 23). A trajetória do indivíduo já não possui as mesmas bases do período sólido, inerente à modernidade, no qual a ocupação, o emprego e a rotina da produção permaneciam ao longo da vida do/a trabalhador/a, permitindo uma configuração de trajetória a partir de uma noção diacrônica. Condição bem distinta do que se encontra atualmente nas “novas trajetórias”.

A flexibilização que tomou conta da organização produtiva no pós-fordismo, e que se estendeu para o campo jurídico e das relações de trabalho, também reconfigurou as trajetórias ocupacionais:

A “modernidade sólida” instaurou a relação de complementaridade entre o capital e o trabalho, baseada em compromissos mútuos e necessários para o desenvolvimento sustentado. O emprego industrial, típico do período, se constituía em relação de longo prazo, dada a expectativa do emprego para toda a vida. Contudo, a emergência da modernidade fluída provocou a derrocada do “emprego como o conhecemos”. Para Bauman, a nova lógica do mercado de trabalho, fundamentada no emprego por tempo determinado, sem contrato e sem proteção social, tem tornado a vida no trabalho cheia de incertezas (SILVA, 2011, p. 166).

Com a pós-modernidade a trajetória ganha novos contornos, e que passa pela ressignificação das subjetividades e do perfil (“identidade”) do/a trabalhador/a em seus percursos no mercado de trabalho. Devemos levar em consideração aspectos estruturais que envolvem os novos avanços do capital em seu processo de acumulação, a economia informacional e as novas formas de subjetivação dos indivíduos em seu contexto de aprofundamento do individualismo, do identitarismo e do enfraquecimento das metanarrativas que ligavam a classe trabalhadora a uma consciência com maior unidade de grupo. As exigências de um mercado por trabalhadores/as multifuncionais e com formação permanente influenciam muito fortemente as trajetórias ocupacionais atuais, além de localizá-las no cotidiano de desemprego estrutural.

Como trazido por Silva (2011), as trajetórias ocupacionais estão articuladas com fenômenos estruturais do mercado de trabalho, como:

a influência de fatores macro-econômicos, locais e globais; a natureza das estratégias empresariais para um determinado segmento de mercado e as demandas por determinados perfis de trabalhadores; fatores inerentes aos projetos pessoais dos trabalhadores, bem como os capitais, econômicos e simbólicos, que os mesmos mobilizam para sua inserção ou mobilidade no mercado de trabalho.

Essa discussão nos coloca diante do que representou nosso objeto. A ascensão da indústria naval no Estado de Pernambuco refletiu as transformações na economia brasileira e em seu projeto político. As estratégias de desenvolvimento para a região nordeste, vinculada ao plano de maior redistribuição de renda e políticas sociais renderam mudanças no panorama social do país. Novas condições que possibilitaram a entrada de mulheres ao setor. E foi a partir desta inserção que projetos individuais/pessoais puderam ser concretizados, o que lança luz sobre o campo subjetivo e político das trabalhadoras, resultando em ampliação da autonomia e

liberdade de planejamento. É neste sentido que se atribui a fenômenos políticos e econômicos condicionantes à construção das trajetórias ocupacionais que, em associação com o universo político, subjetivo, cultural, social e educacional particular de cada trabalhadora ganha feições singulares de encaminhamento. É, portanto, na composição das esferas macro e microsociais que a trajetória deve ser analisada.

A crise do setor naval no país traz à tona o peso das determinações políticas na alteração do curso na/das trajetórias de homens e mulheres que atuavam no setor. Em outras palavras, o protagonismo dos interesses políticos escusos de juizes e promotores levou ao enfraquecimento da indústria naval no país e a consequente retirada de milhares de empregos.

A trajetória no qual situamos nosso objeto envolve determinados recortes analíticos, onde em sua interconexão operam no movimento ocupacional. Assim, trazemos: 1) os condicionantes geográficos; 2) experiência profissional anterior: ausente ou escassa; 3) perfil socioeconômico. “Determinantes” de diferentes ordens que atuam no interior das trajetórias, e que em função da maior prevalência de uma dessas marcas resulta em percursos, sentimentos, oportunidades e “destinos” variados. Ou seja, em nossas análises não podemos abrir mão do debate da *interseccionalidade*. Para efeito de uma maior “caracterização” do elemento de *gênero* que envolve nosso objeto traçamos, ao mesmo tempo, outras questões ligadas à geografia, experiência de trabalho, idade, sexualidade, raça, muitas das quais destacadas em situações particularizadas pelas mulheres no interior do estaleiro, mas que demonstram a variedade de violência e estigma sofrida na luta por espacialidade, reconhecimento e prestígio. Disputa que se traduz em materialidade, como por exemplo, os menores salários destinados àquelas que passaram a ocupar cargos de liderança, sendo oriundos de cidades do entorno do CIPS, diferentemente da mão de obra das regiões do Sul e Sudeste do país com rendimentos quase dobrados.

Os subcapítulos a seguir nos trazem com pormenores a estruturação da mão de obra feminina²⁰ a partir de critérios implícitos desenvolvendo um perfil de trabalhadora muito explorada pela indústria naval. É o que ficará evidente nas próximas páginas ao tratar de mulheres com escassa ou nenhuma experiência de trabalho formal, residentes de municípios circunvizinhos do CIPS, senão na própria cidade de Ipojuca ou/e Cabo de Santo Agostinho. Pessoas que trazem as marcas culturais de uma socialização patriarcal.

²⁰ Em alguns casos ficou muito claro que envolveu tanto a mão de obra masculina como a feminina.

Nota-se uma parca ou nenhuma identidade ocupacional e uma conseqüente ausência de consciência política na luta sindical. Por outro lado, a experiência no cotidiano de trabalho rendeu “novas” formas de encarar as relações no espaço produtivo, desencadeando no desenvolvimento de identidades, no auto reconhecimento de suas atividades e subjetividades. Contradições que também passaram a figurar na vida dessas trabalhadoras em seu cotidiano de trabalho, provocando conflitos e resistências. E, ao analisarmos a trajetória das trabalhadoras devemos ter em mente que as marcas de violência, estigma, exclusão e deslegitimação não são lançadas de modo homogêneo.

5.1 Condicionantes geográficos

Utilizamos o termo *condicionante geográfico* para caracterizar o contexto espacial no qual está localizada a mão de obra feminina. Muito mais do que uma localização, trata-se de investigar um determinado perfil de mulheres que veio a preencher o quadro de funcionárias da empresa. Não aleatoriamente, a indústria naval teve nessa opção de recrutamento um cenário que estabeleceu as bases das relações sociais em que as trabalhadoras foram inseridas. Relações essas que operaram na própria dinâmica do dia a dia de produção da indústria, mas, que também potencializou a essas mulheres trabalhadoras novas experiências e uma nova realidade em termos pessoais e identitários. O encontro de dois mundos que até recentemente mostravam-se distantes, e que foram metaforicamente representados como, da *cana-de-açúcar e da fábrica*. Os perfis das trabalhadoras que ocuparam as funções subalternas no início de suas contratações seguem, em grande medida, traços homogêneos, e que tem na trajetória geográfica dessas pessoas um sentido sociológico, que as interpreta enquanto sujeitos. A geografia funciona, nesse sentido, como uma variável de seleção da mão de obra feminina recrutada pela indústria naval. Mulheres que, de forma expressiva, ou foram oriundas de cidades do interior do estado, tradicionalmente voltadas para atividades agrícolas e pecuárias, ou pertencentes a famílias com histórico de migrações, motivadas principalmente pela busca por melhores oportunidades de emprego. Migrações que também ultrapassaram as fronteiras do Estado pernambucano, numa clara demonstração das “peregrinações” desses grupos. Com exceção de Rebeca²¹,

²¹ São os códigos utilizados para caracterizar as trabalhadoras, sendo “T” a letra utilizada para o nome “Trabalhadora” e os respectivos números para a diferenciação [não está claro o que você quer dizer com

Fábia e Camila, as demais mulheres apresentaram tais perfis, fato que pode ser confirmado nos relatos a seguir de outras ex-trabalhadoras:

“Nasci em Pernambuco mesmo, Nazaré da Mata, a terra do maracatu, não sei se você já ouviu falar. E morei até uns 12 anos, depois minha mãe veio morar aqui, trabalhar aqui na capital, né, aí me trouxe, e desde então, até hoje. Minha mãe trabalhava com costura. Ela costurava em casa, e veio aqui se aperfeiçoar. Meu pai era vigilante, mas minha mãe tava separada dele, foi quando ela veio para cá” (Maria);

“Meu pai, minha mãe são do interior. Minha mãe é de antes, e de perto de Chã Grande, e meu pai se não me engano é para o lado de Surubim. São do interior, então quando vieram morar aqui, vieram mais a trabalho mesmo e ficaram. Se casaram aqui em Recife” (Mariana).

“Eu nasci em Palmares, mas só nasci mesmo. Depois voltei para o sítio que fica próximo de Jundiá (AL), e morei lá até uns 10 anos e depois papai veio pra aqui porque lá não tinha a escola que tivesse, só estudava até a quarta série. Aí a gente veio morar aqui em Dois Carneiros, Jaboatão. Primeiro papai veio, aí quando ele conseguiu um trabalho aqui, aí mamãe veio com a gente” (Milena).

Nasci em Jundiá, me mudei para Dois Carneiros - Jaboatão - depois de 5 anos de idade. A minha mãe era professora de Ensino Fundamental até a quinta série e o meu pai era pedreiro. Ele veio para cá, para o Recife, né, com a promessa de emprego de um compadre dele, e aí ele veio na frente conseguiu uma casinha, começou a trabalhar como servente de pedreiro, aí ele conseguiu uma casinha para a gente morar lá em Dois Carneiros e levou a gente, todo mundo para morar lá. Quando minha mãe foi para Dois Carneiros ela já era aposentada como professora e começou trabalhar como empregada doméstica no bairro de Areias no Recife, e meu pai continuou trabalhando como pedreiro (KARINA).

Meu pai e minha mãe são de São Luiz do Quitunde lá em Maceió aí meu pai trabalhava na empresa de cerâmica e essa empresa faliu. Para meu pai, fugir do corte de cana, não cortar cana porque na opção de trabalho que eu acho até hoje lá em Maceió, nessa cidadezinha ou é corte de cana, prefeitura ou comércio. Não tem muita empresa lá. Aí

esta frase]. Neste momento da pesquisa fizemos uma análise em cima de 5 trajetórias, o que corresponde a 50% do nosso trabalho. [como assim?]

pronto, essa empresa fechou a gente veio morar aqui, aí no início a gente ficou na casa da minha tia, aí meu pai com um tempo arrumou um emprego na Porto Rico que é outra empresa de cerâmica que fica no Cabo mesmo, onde a gente mora até hoje, aí com um tempo meu pai comprou um terreno e construiu uma casa lá na Charnequinha (TALITA).

Eu morei em Ipojuca. Eu nasci no Cabo, só nasci no Cabo. Moro em Ipojuca desde então [...]. Minha infância foi toda lá em Ipojuca (ANE).

Eu sou natural de Jaboatão, aqui dos Guararapes, nasci lá, mas fui criada toda minha vida é... no município aqui de Ipojuca, em um bairro chamado Nossa Senhora do Ó. Então desde sempre morei lá, nunca me mudei para outra cidade, nem para outro bairro. Tô lá até hoje. Eu só nasci em Jaboatão, pela documentação, só. Minha mãe só me teve lá. [...] Minha mãe também sempre morou aqui, em Nossa Senhora do Ó, que é um município de Ipojuca, um bairrozinho aqui próximo (ANDREZZA).

Num primeiro momento a causa da imigração da família de Milena parece estar relacionada à educação dos filhos, no entanto, mais adiante fica clara a centralidade do trabalho na condução dessas mudanças, uma vez que, sua atividade era comprometida pela ausência de condições materiais e humanas que minimamente garantissem sua presença no espaço do trabalho. Segundo sua fala, “mamãe teve 8 filhos, aí toda vez ela tinha que mandar a gente pra casa de algum parente, ou aqui ou em Maceió. Aí era muito ruim, isso toda vez. Então deixamos o sítio e viemos” (Milena). E continua: “eu via meus irmãos na casa dos outros, era horrível. Pelo menos aqui, de mim para baixo a gente ficou com mamãe, mas, meus irmãos, o resto todinho teve que morar assim, na casa de parentes” (Milena).

Mariana, Milena e Maria têm em comum o fato de, além de serem vítimas de um processo migratório de suas famílias visando melhores condições de vida no Recife ou em cidades próximas, trazerem em suas histórias as marcas da vida do interior. Realidade que Andreza também trouxe, já que a sua família sempre fixou raízes em Ipojuca, município que congrega o Complexo Industrial de Suape, região historicamente conhecida pelas atividades agrícolas do cultivo da cana-de-açúcar e da pecuária. Como nos diz Andreza, “eu só nasci em Jaboatão pela documentação, minha mãe só me teve lá”. Karina e Talita reforçam o perfil das mulheres que conheceram

junto às suas famílias o processo migratório, e ainda trazem a particularidade de serem oriundas do estado alagoano. Ane, por sua vez, não sofreu os efeitos da migração, mas compõe o grupo de mulheres que já se fixavam em cidades do interior, senão na própria cidade de Ipojuca, como é o seu caso, em regiões vizinhas.

Nota-se como a mão de obra desqualificada é absorvida dessas fileiras compostas por mulheres que passaram por marginalização social, e onde a geografia lhes renderam poucas oportunidades no mundo do trabalho, ou no máximo ocupações sem registro formal. “A escassez no interior é de tudo, o trabalho que tem lá é cortar cana, trabalho braçal” [...] “No interior é mais escasso viver financeiramente, principalmente mulher” (Maria). Rebeca que ocupou cargo de maior prestígio e qualificação profissional, Engenheira de Segurança do Trabalho, não tem em sua trajetória de vida e de sua família a experiência migratória.

Esta realidade que a geografia trouxe para pensar as características das mulheres contratadas é reconhecida e explicitada pelas outras colegas de trabalho, a exemplo de Maria quando expõe que, “uma empregada doméstica ter a oportunidade de trabalhar no estaleiro e prestar serviços! Foi muita gente, analfabeto, pessoas que jamais pensou que teria essa oportunidade”.

Neste sentido, a geografia é um dos elementos centrais na análise da mão de obra que operou no setor da construção naval no Complexo Industrial e Portuário de Suape. Como se trata de um perfil mais amplo e multifacetado, agrega a essa configuração o tipo de trabalho que essas mulheres experienciaram ao longo de suas vidas, e que soma-se às suas formações escolares/acadêmicas. Quanto à experiência profissional, nos leva a pensar que, a geografia e a formação lhes renderam fortes condicionantes no desenvolvimento de um determinado perfil laboral, o subalterno. Vale lembrar que, essas regiões do entorno do Complexo de Suape só passaram a ofertar formação técnica e profissionalizante após a industrialização local. Traço geográfico que também pode ser adicionado à intersecção que opera na realidade das trabalhadoras, e comprovado em alguns de seus relatos, onde ficou evidente como a origem dessas mulheres são usadas para deslegitimar e discriminar suas ascensões dentro da empresa. Meio também utilizado para o pagamento de salários reduzidos às lideranças formadas localmente, em comparação aos profissionais que ocuparam os mesmos cargos, mas que vieram das regiões sul e sudeste do Brasil.

5.2 Experiência profissional anterior: ausente ou escassa

Conforme já adiantado alguns pontos, as profissionais analisadas que chegaram à construção naval implicitamente já foram pré-selecionadas com base nas características geográficas, de formação e da experiência profissional, levando-se em consideração, sobretudo, a ausência ou mínima experiência em empregos formais, e a convergência dessas variáveis apontou para um determinado perfil de profissionais.

Na época que eu fiz o curso foi na época que estava contratando muito muito muito muito, e o estaleiro, ele deu muita oportunidade para novatos, para quem não sabia, para fazer tipo escolinha mesmo, né. Para formar as pessoas. Então não precisar ter experiência logo quando começou a contratar, por isso que eu fui fazer o curso. Quando fui fazer o curso, a gente tinha um curso prático e o curso teórico. Os teóricos eram no domingo, eram dois domingos, 15 e 15 dias tinha uma aula teórica, e quem dava essa aula teórica para a gente era um supervisor de lá do estaleiro, o que facilitava muito. Eu acho que ele tinha algum convênio com a escola, parceria. Ele levava muito currículo para lá para o Estaleiro e muita gente era chamado dessa escola (KARINA ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Andreza e Mariana são mulheres que formaram os primeiros quadros de profissionais do estaleiro. Passaram por todas as etapas de seleção e preparação antes mesmo da construção e instalação da empresa na região de Ipojuca. Participaram da formação, nivelamento de conhecimento básico em português e matemática, treinamento técnico. Tem em comum o fato de terem no estaleiro suas primeiras oportunidades formais de trabalho, além de compartilhar a mesma faixa etária (18 anos no momento da contratação).

Desde muito cedo (11 anos), para atender as necessidades materiais mínimas da família, Andreza se viu na “obrigação” de auxiliar sua mãe nos serviços domésticos oferecidos às residências de veraneio na região de Porto de Galinhas, para assim complementar a renda da família e custear suas demandas básicas de higiene.

Eu lembro que depois que a gente foi crescendo com 12, 11 anos, minha mãe às vezes conseguia trabalhar de diarista nas casas de veraneio aqui em Porto de Galinhas. Aí ela ia pra lá, aí eu já com 12 anos, assim eu já tinha uma visão de... Tinha que ajudar minha mãe, né, porque cansa, é cansativo trabalhar sozinha. Daí eu passei a ajudar minha mãe, ainda lá, ajudava na faxina, ajudava enquanto ela tava na cozinha fazendo o almoço do pessoal, dos turistas que vinham para cá passar o fim de semana e passar feriadão, aí eu ia limpar a casa, lavava banheiro, tal, arrumava tudo, pra ajudar ela no final, né. Pra ela não se cansar tanto.

Não fica difícil de perceber o histórico de exclusão social sofrida pela sua família, o que se estende para a realidade ocupacional ali vivenciada, balizada em condições de precarização do trabalho, sendo a informalidade é a tônica. O fala de Andreza deixa isso muito claro.

Antes do estaleiro, como eu te falei que eu sempre ajudava minha mãe, então eu peguei conhecimento assim, um pouco de experiência. Eu comecei a trabalhar em pousadas, em restaurantes lá em Porto de Galinhas, mesmo sendo menor, mas, eu já tinha desenvolvimento e tal.

E acrescenta:

De carteira assinada o primeiro foi no resort, no Summer Ville, que foi num curso do SENAC que tem menor aprendiz. Então eu fiz o curso e passei um ano trabalhando lá no Summer Ville como jovem aprendiz. Foi minha primeira ficha, na verdade na carteira.

O que Andreza considera como primeira experiência formal, na verdade, não pode ser classificado como modalidade clássica do trabalho, tendo em vista as singularidades do regime de trabalho “jovem aprendiz”. No entanto, devemos considerar suas melhores condições quando comparado às atividades anteriores.

E quando analisada a inserção desta trabalhadora à indústria naval fica patente a ausência de uma identidade profissional, mesmo que em andamento, e levando em consideração a formação junto ao SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercio) e a experiência como jovem aprendiz. Na verdade, ela é inserida numa área e ocupação sem o mínimo de conhecimento do que estava por vir. Foi levada meramente pela necessidade de entrar no mercado de trabalho, e junto com ela uma cidadania, sobretudo, numa região onde o elemento simbólico do uniforme representa muito mais do que um emprego, é a visibilidade e a ruptura de quem socialmente e produtivamente ultrapassou as linhas condicionantes da região que reservava muitas das atividades à agricultura da cana-de-açúcar e ao trabalho como empregada doméstica. Está empregada naquela região e compor o universo produtivo do Complexo de Suape significou uma elevação de status social, mesmo que atuando em funções subalternas e com baixo valor social, e o uniforme demarca bem essa elevação (RODRIGUES, 2012). É a oportunidade de conquista da visibilidade social e existencial. Foi levada por essa ideia que Andreza conduziu sua busca por emprego, e de forma “involuntária” tornou-se funcionária do estaleiro Atlântico Sul.

“Na época ninguém sabia pra que era na verdade. Foi a primeira turma, não tinha nada aqui em Suape ainda. O pessoal cogitava que era para trabalhar na prefeitura, eu lembro como se fosse hoje. ‘Pessoal, tá tendo uma inscrição ali para trabalhar na prefeitura, tão fazendo cadastro e tal, aí eu peguei e fui, né, levei os documentos e tal, cheguei lá, disseram não, é pra trabalhar na prefeitura não sei quê’

Perguntada sobre a seleção que fez sem o mínimo de noção de onde iria atuar, e a posterior descoberta, sua resposta é:

Sem saber para aonde ia. Quando falou estaleiro, eu, a gente olhava um pro outro e falava assim, o que é estaleiro? (Risos). *A gente não sabia, não tinha*

isso aqui. Então foi algo tão louco que a gente nem sabia o que era, não sabia nem o que o estaleiro fazia (Andreza).

Neste momento já é possível perceber como foi se desenhando a mão de obra do setor, e a fala de Andreza confirmou isso, uma seleção sem uma preocupação com recorte de gênero.

No geral, era pra todo mundo e, a partir dos 18 anos, tanto faz homem ou mulher, todo mundo se inscreveu e foi selecionado justamente homens e mulheres, tudo junto, as quinhentas primeiras notas, independentemente de ser homem ou mulher foi chamado.

A fala de Mariana confirmou o que Andreza já tinha adiantado quanto ao vazio de informações e conhecimento do local em que essas pessoas iriam trabalhar. Em seus relatos muito parecidos fica claro como essa falta de conhecimento por parte dos candidatos ao cargo é parte da estratégia inicial do setor que formou em seu quadro inicial funcionários e funcionárias com o mínimo de conhecimento no seguimento industrial, acrescentado um perfil de pouca ou nenhuma experiência com a luta sindical e política. A realidade mostrou como o imaginário social que encobriu as trabalhadoras, limitada do ponto de vista da consciência política e da luta pela garantia de seus direitos, as colocou em um dos polos de trabalhadores/as. Dito de outro modo, o CIPS polarizou sua mão de obra, percebidas como os “trecheiros”, advindas de outras localidades, e os “peões”, formados por pessoas da região. Não uma mera divisão em sentido geográfico, mas, que se transformou numa “importante” metáfora para pensar o processo de *distinção* que se estabeleceu e colocou os primeiros na condição de grupo mais “politizados e intolerantes às explorações do trabalho”, sendo bem mais resistentes e abertos à luta política e aos movimentos grevistas (RODRIGUES, 2012). São perfis distintos de trabalhadores/as, estendidos em suas subjetividades e as maneiras de encarar o trabalho. O modo como se deu a entrada das trabalhadoras no estaleiro, em especial para aquelas sem a experiência no trabalho produtivo clássico, sinalizou para suas futuras relações de politização e apreensão que tiveram com o campo:

Na entrada foi pelo projeto, foi o boca a boca. Quando falaram que ia ter uma inscrição a gente não sabia ao certo que empresa seria, mas por fazer a inscrição a gente tinha esperança. Só ficou sabendo mesmo que era um estaleiro, que seria em Suape quando tava no reforço escolar, é que saiu os boatos de que a empresa seria pra Suape e a gente continuou no projeto (MARIANA ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Nota-se também nesses discursos²² das trabalhadoras das primeiras turmas que entraram no estaleiro, e, diga-se de passagem, bem afinados, o quanto a questão de

²² O termo “discursos” abordado nos conteúdos das entrevistas das trabalhadoras é colocado no sentido de sinônimo dos termos “fala”, “relato”.

gênero não foi explorada neste primeiro momento, e a entrada na área se deu pela disputa de conhecimento objetivo a partir de avaliações.

Eu tive um pouco de sorte naquela época porque eu fui a primeira turma a entrar. Pela prova eliminatória foi quem tirou 10,0, 9.0. Fizeram a turma de 300 alunos, foi a primeira turma a entrar, então eu entrei bem no início (MARIANA).

Ao que se mostrou, inicialmente ainda não houve uma preocupação em distinção sexual de mão de obra, ao menos em termos de uma política explícita, mas bastou observar a distribuição de trabalhadores e trabalhadoras que se notou o quanto velhas práticas foram mantidas, ou seja, a presença majoritariamente masculina. Há uma busca maior por pessoas sem a experiência no campo do trabalho formal e convencional, um facilitador dentro do processo de exploração dessas trabalhadoras e trabalhadores, tendo em vista a ausência de experiência no campo industrial, e isso também pareceu ser traço de opção pela mão de obra masculina²³. Mas que para esse momento as vozes femininas estão na linha das nossas observações e análises:

Não trabalhei em lugar nenhum. Foi literalmente meu primeiro emprego, eu caí mesmo de paraquedas no estaleiro, porque foi pelo projeto do governo, que teve uma inscrição na agência do trabalho. [...] A princípio acho que ninguém sabia qual era a função, pra onde é que era, sabia que era emprego, “então tô lá” (MARIANA ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

O ensino médio eu creio que eu terminei com 19, 18 anos. 17 anos, porque com 18 anos eu já entrei no estaleiro, pouco tempo depois eu entrei no estaleiro. [...] Eu fiz um cadastro, uma inscrição, teve uma prova de seleção, uma prova de português, matemática e conhecimentos gerais, se não me engane. Eu fiz essa prova e passei entre os primeiros quinhentos, entende? [...] A gente fez uma reunião e tal lá e falaram que era para o estaleiro que tava vindo ser implantado aqui em Suape e que nós seríamos os primeiros funcionários desse estaleiro (ANDREZA ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Os perfis dessas últimas trabalhadoras quando confrontados com os de Milena e Maria, aparentemente se mostram distantes, mas, basta uma observação mais atenta para notar suas aproximações em termos de experiência com o trabalho, *stricto sensu* falando. Equivale a dizer que, mesmo em suas vivências profissionais anteriores, essas trabalhadoras vieram de ocupações que de longe lhes garantiriam uma identidade profissional. Mais que isso, não imprimiu nessas mulheres as marcas de lutas sindicais, muito menos seu reconhecimento enquanto representação política no âmbito do trabalho. Maria demonstrou uma pulverização de experiências, mas nada que remeteu ao universo industrial, identificando-a profissionalmente a um determinado perfil ocupacional. “Antes eu trabalhava como Auxiliar Administrativo, trabalhei como

²³ Análise que requer uma maior apreensão de base quantitativa, e que aqui se configura como mera hipótese.

Estoquista uns 4 anos, como Almoхарife também, chefe de almoхарifado. Trabalhei com vendas, um pouco de tudo”. Já Milena traz como bagagem de trabalho sua passagem como Bilheteira no metrô. “Foi meu primeiro emprego. Eu passei 9 anos. Eu engravidei do meu segundo filho. Aí foi horrível. Tentei ainda voltar a trabalhar, tentei alguns dias. E depois eu pedi pra minha chefe me botar no corte”.

Nas palavras de Fábيا, “trabalhei apenas como Menor Aprendiz na Jurandir Pires. Passei por todos os setores da área, e fiquei efetivada na área de Administração” (FÁBIA). Seguindo com Talita:

Antes do estaleiro trabalhava como Vendedora porque eu tinha que cuidar da minha mãe aí eu só trabalhava com vendas, tinha uma lojinha virtual e também eu fazia algumas entregas, né a domicílio, mas emprego fixo não tinha [...]. O Estaleiro foi meu primeiro emprego fichado (TALITA ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Ane é mais uma das trabalhadoras sem nenhuma experiência na indústria, mas que já havia experienciado o trabalho enquanto professora no ensino fundamental. No entanto, sua chegada ao estaleiro também provocou fortes rupturas em sua vida profissional e na constituição da identidade profissional.

Era Professora de Ensino fundamental I e II, e em algumas situações no médio, mas era basicamente fundamental II. [...] Sala de aula começou a ficar bastante cansativo e faltou um atrativo a mais, então eu quis mudar de quadro, eu quis trabalhar com desenho técnico, porque eu gosto de desenho, daí eu pensei, seria legal eu trabalhar com desenho técnico, daí eu fui me qualificar (ANE ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Camila, a exemplo de Ane, tem no estaleiro sua segunda experiência profissional, engrossando a fileira das trabalhadoras com pouca vivência em trabalhos formais e produtivos. Trabalhou no “comercio e no próprio estaleiro em terceirizada” (Camila, ex-trabalhadora entrevistada).

O contraponto é percebido em Rebeca, que chegou à construção naval com uma carga de experiências industrial, e onde foi construído um perfil profissional, dando-lhe um direcionamento para ocupar um cargo de maior nível “técnico”, Engenharia de Segurança do Trabalho. Portanto, já se encontrava habituada ao ambiente de produção.

Uma boa parte do tempo eu trabalhei em várias obras na área da construção civil, aeroporto do Recife; várias obras que eu trabalhava numa empresa de montagem. Eu tive contato com construção de termoeétrica pela Pernambuco Construtora, várias obras de montagem, como aeroporto e outros prédios.

Trata-se não apenas de diferença em termos ocupacionais, tendo em vista que Rebeca ocupou um posto de maior prestígio e remuneração em detrimento das demais trabalhadoras, que inicialmente ocuparam os postos de produção e com salários

próximos do mínimo. Rebeca também se distinguiu por ser uma profissional prestadora de serviço na condição de terceirizada, modalidade de contrato compartilhada por Maria, e que, portanto, não passaram por um filtro direto do estaleiro.

Este desenho, demarcado por condicionamentos geográficos e pela pouca ou nenhuma experiência profissional anterior demarcou em grande medida suas trajetórias e a construções de novas identidades e subjetividades, elementos que foram complementados pelas ocupações que essas mulheres desenvolveram nos períodos que ali estiveram presentes.

A tabela abaixo nos ajuda a perceber mais claramente como a pouca ou nenhuma experiência profissional se traduziu em números que se destacaram no perfil da mão de obra absorvida pelo estaleiro.

Tabela 7. Tipo de admissão: primeiro emprego. Feminino. Indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape.

TIPO DE ADMISSÃO			
ANO	ADMITIDAS NO PRIMEIRO EMPREGO	TOTAL DE TRABALHADORAS	%
2017	43	339	12,68%
2016	1	347	0,28%
2015	1	392	0,25%
2014	4	600	0,66%
2013	66	964	6,84%
2012	30	701	4,27%
2011	40	655	6,10%
2010	34	573	5,93%
2009	82	341	19,02%
2008	46	271	16,97%

FONTE: Elaboração própria com base nos dados da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais de 2017

Os números na tabela comprovam a tese de que o estaleiro privilegiou, sobretudo nos primeiros anos, em grande medida, a contratação de mulheres com o mínimo de experiência ou mesmo sem nenhuma. Ao apresentar esses dados, tendo como recorte as trabalhadoras que tiveram no estaleiro o primeiro emprego, logo se destaca um representativo perfil que desenhou a realidade das *trabalhadoras navais*. Em 2008, ano que marcou o início das contratações no estaleiro, 16,97% das trabalhadoras não tinham tido experiência no mercado de trabalho. Porcentagem que se eleva no ano seguinte de contratação, onde 19,02% das mulheres estavam tendo a primeira oportunidade de trabalho formal por meio da indústria naval. Importante lembrar que também é significativo o quantitativo de mulheres que conseguiram sua

segunda oportunidade de emprego através do estaleiro. A partir de 2014 o número de trabalhadoras contratadas sem nenhuma experiência formal de trabalho caiu drasticamente, no entanto, vale ressaltar que é nesse período que a indústria naval entrou em crise, com redução de investimentos, encomendas e, conseqüentemente, contratação de novas trabalhadoras e trabalhadores. Digno de nota também é o fato de que muitas trabalhadoras que ingressaram no estaleiro saíram de empresas terceirizadas, e que por meio dessas empresas obtiveram suas primeiras chances de emprego.

Diante dos dados fica comprovado como o campo da indústria naval é marcado pela presença de mulheres com limitada experiência de trabalho, e isso se refletiu fortemente na relação que vieram a ter com outras questões inerentes ao cotidiano de trabalho, como as lutas políticas por intermédio do sindicato, as resistências diante dos desvios e acúmulo de função, dos salários reduzidos quando comparados aos trabalhadores de outras regiões do país, da visão em torno das outras pessoas que se organizaram politicamente, dos assédios morais e da violência simbólica. Não estamos defendendo com isso uma relação de causalidade, mas apontando como o contato inédito com essa realidade no campo do trabalho levou as trabalhadoras a aceitarem, sem maior resistência, essas imposições e em convergência com os elementos simbólicos e culturais essencializadores da mulher, os quais compunham suas trajetórias anteriores.

É flagrante a produção de discursos e seu uso no momento da ascensão profissional feminina, ou então, para mantê-las em desvios e acúmulo de função, garantidos por elogios constantes, subjetivados em atividades ligadas ao universo “natural” feminino.

A variável *experiência profissional* nos leva ao encontro com outros dados, dentre eles, os referentes à faixa etária das trabalhadoras e dos trabalhadores. Em relação às trabalhadoras, os anos iniciais de operação do estaleiro (2008-2011) apresentam mulheres, em suas devidas classificações etárias, ocupando maiores proporcionalidades nos três primeiros grupos (16 a 24; 25 a 29; e 30 a 39). Em outras palavras, a faixa etária de trabalhadoras entre 16 a 24 anos em 2008 correspondia a 28,7% da mão-de-obra total, enquanto que, aquelas entre 25 a 29 anos estavam na casa dos 28%, e as entre 30 a 39 apontavam para 34,3%. Em 2009, respectivamente, temos 27,3%, 28% e 36,8%. Em 2010 sua distribuição é de 23,3%, 28,9% e 39%. Já a partir de 2014 notou-se um maior distanciamento nesses números, que chegaram a 14%, 28,8% e 42%, relativamente, alcançando em 2016, 9,2%, 26,2% e 46,3%.

Tabela 8. Distribuição da mão de obra feminina por faixas etárias da indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape.

ANO	FAIXA ETÁRIA Feminina						Total
	16 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	
2017	71 (20,9%)	65 (19,1%)	142 (41,8%)	53 (15,6%)	8 (2,3)	0 (0,0%)	339
2016	32 (9,2%)	91 (26,2%)	161 (46,3%)	58 (16,7%)	5 (1,4%)	0 (0,0%)	347
2015	54 (13,7%)	114 (29,0%)	166 (42,3%)	51 (13,0%)	7 (1,7%)	0 (0,0%)	392
2014	84 (14,0%)	173 (28,8%)	252 (42,0%)	75 (12,5%)	16 (2,6%)	0 (0,0%)	600
2013	202 (20,9%)	262 (27,1%)	356 (36,9%)	122 (12,6%)	22 (2,2%)	0 (0,0%)	964
2012	146 (20,8%)	192 (27,3%)	262 (37,3%)	86 (12,2%)	15 (2,1%)	0 (0,0%)	701
2011	154 (23,5%)	187 (28,5%)	252 (38,4%)	53 (8,0%)	9 (1,3%)	0 (0,0%)	655
2010	134 (23,3%)	166 (28,9%)	224 (39,0%)	43 (7,5%)	6 (1,0%)	0 (0,0%)	573
2009	118 (27,3%)	121 (28,0%)	159 (36,8%)	30 (6,9%)	3 (0,6%)	0 (0,0%)	431
2008	78 (28,7%)	76 (28,0%)	93 (34,3%)	22 (8,1%)	2 (0,7%)	0 (0,0%)	271

FONTE: Elaboração própria com base nos dados da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais de 2017

A distribuição etária da mão de obra feminina no estaleiro sinalizou para uma invisibilidade que é anterior a ele. Os maiores percentuais de trabalhadoras entre 30 e 39 indicam as limitadas oportunidades que atingem mais fortemente as mulheres, o que em muitos casos retardam o acesso ao mercado de trabalho formal, marcado, sobretudo, pela maternidade.

Esses dados que, quando investigados pela perspectiva dos gêneros apresentam mudanças no desenho da distribuição da força de trabalho. A mais visível é a que toca no predomínio de trabalhadores jovens, na faixa etária de 16 a 24 anos na distribuição da mão de obra total dos funcionários na indústria naval. Importante destacar que esses números são referentes ao total de estaleiros que funcionam no Complexo, diferentemente das mulheres, que são aceitas para trabalhar apenas no Atlântico Sul. Nos três primeiros anos da indústria naval em Suape (2008; 2009; 2010), essa participação é de 28,7%, 39,7% e 31,8%, respectivamente. Mudança que é sentida a partir do ano seguinte, quando trabalhadores na faixa etária de 30 a 39 anos passaram a ser a maioria, começando com 32%. A tabela exhibe mais detalhadamente essas transformações ao longo dos anos, onde se destaca o ano de 2017, quando os números atingiram o patamar de 44,2%.

Tabela 9. Distribuição da mão de obra masculina por faixas etárias da indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape.

ANO	FAIXA ETÁRIA Masculina						Total
	16 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	
2017	537 (11,7%)	1042 (22,8%)	2017 (44,2%)	739 (16,2%)	217 (4,7%)	9 (0,1%)	4561
2016	548 (11,9%)	1184 (25,8%)	1917 (41,8%)	697 (15,2%)	225 (4,9%)	8 (0,1%)	4579
2015	701 (15,5%)	1169 (25,9%)	1722 (38,2%)	655 (14,5%)	246 (5,4%)	9 (0,1%)	4502
2014	1055 (17,5%)	1556 (25,9%)	2114 (35,1%)	875 (14,5%)	385 (6,4%)	22 (0,3%)	6007
2013	1924 (19,7%)	2362 (24,3%)	3362 (34,5%)	1426 (14,6%)	623 (6,4%)	23 (0,23)	9720
2012	1157 (21,6%)	1288 (24,1%)	1731 (32,4%)	776 (14,5%)	366 (6,8%)	22 (0,4%)	5340
2011	1102 (22,7%)	1149 (23,7%)	1553 (32,0%)	681 (14,0%)	340 (7,0%)	16 (0,3%)	4841
2010	1406 (31,8%)	1035 (23,4%)	1198 (27,0%)	527 (11,9%)	244 (5,5%)	11 (0,2%)	4421
2009	1194 (39,7%)	613 (20,4%)	688 (22,9%)	325 (10,8%)	177 (5,8%)	7 (0,2%)	3004
2008	354 (28,7%)	298 (24,2%)	327 (26,5%)	140 (11,3%)	106 (8,6%)	5 (0,4%)	1230

FONTE: Elaboração própria com base nos dados da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais de 2017

Trazer esses dados para a análise comparativa também foi importante para a reflexão no tocante às desigualdades de acesso ao trabalho no setor, tendo os homens mais jovens uma maior garantia de inserção ao mercado. Dos dez anos pesquisados (2008-2017), em seis, as pessoas com faixa etária entre 16-24 que compõem maior participação estão entre os homens, sendo as mulheres maioria apenas nos anos de 2011, 2013 e 2015. Em 2008, a proporção de participação de homens e mulheres em suas determinadas realidades se igualou em 28,7%. Situação que se altera radicalmente quando a faixa etária sobe para 25-29 anos. Com exceção do ano de 2017, nos demais a proporção de trabalhadoras é superior a dos trabalhadores. Mas, tanto homens quanto mulheres concentram a maioria de sua mão de obra entre as pessoas com idades de 30 a 39 anos, com ressalvas para os anos de 2009 e 2010, nos quais a maioria dos homens era jovem de 16 a 24 anos de idade. E quando a apreensão recai nas idades mais avançadas, a presença masculina se faz sentir mais visivelmente, enquanto são poucas as trabalhadoras que ainda permaneceram em atividades. Por exemplo, a presença de mulheres com idades entre 50 e 64 anos não ultrapassou a marca dos 2,6%, bem inferior à masculina que chegou a 8,6% em 2008. Questão sintomática para notar como *o descarte da mão de obra atinge mais intensamente as mulheres*. Neste sentido, a ocupação de homens e mulheres na indústria naval não pode deixar de levar em

consideração questões de ordem subjetivas e simbólicas, e assim entender como suas construções e reproduções levam à produção do mundo real e material, previamente sedimentado para a entrada da mulher ao mercado de trabalho formal e “produtivo”.

5.3 Elementos de uma identidade profissional incorporados

Esse eixo de análise visa realçar os aprendizados implicados na experiência laboral no setor da construção naval vivenciada por mulheres que na condição de trabalhadoras incorporaram à sua rotina relações sociais promovidas por esse ambiente, e que trouxeram em suas dinâmicas, dentre outros fatores, as questões de gênero. Mas, sobretudo nossa preocupação principal foi investigar como através dessas ocupações é possível estabelecer uma realidade que vai além de uma simples oportunidade de trabalho, respondendo por profundas transformações seja no âmbito social e/ou individual dessas trabalhadoras, o que dá outro sentido em suas trajetórias profissionais. Ocupações que se deram dentro de um espaço de luta e relações sociais de sexo, o que implica dizer que tensões permanentes estiveram na base dos encontros entre sujeitos socialmente distintos pelas condições de gênero, onde na prática se revelou em disputas por reafirmação de espaço ou pela sua conquista, mesmo que minimamente. Ocupar espaços que tradicionalmente foram pensados para serem masculinos já é um fator de grande relevo simbólico.

Uma descrição mais detalhada das ocupações e características das mulheres nos proporciona maior subsídio para a construção de perfis e um melhor conhecimento acerca de quem são essas trabalhadoras. A tabela abaixo nos serve como “ilustração”:

Tabela 10. Perfil das trabalhadoras da indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape.

MULHERES	IDADE ENTRADA NO ESTALEIRO	TEMPO/TRABA.	ESCOLARIDADE ANTES DO EAS	QUALIFICAÇÃO ATUAL
Andreza	18	7 anos	Ens. Médio Completo	Ensino Técnico Naval
Mariana	18	6 anos e meio	Ens. Médio Completo	Assistente Administr.
Milena	30	5 anos	Ens. Médio Completo	Técnico de Mecânica
Rebeca	39	2 anos	Superior Completo e Técnico	Mestrado
Maria	32	2 anos	Superior (tecnólogo)	Pós-graduada e graduação em andamento
Karina	29	4 anos e 7m	Ens. Médio Completo	Iniciar Podologia e Mecânica
Talita	23	1 ano e 23 dias	Téc em Logística; Ens.	Engenharia de

			Superior em and.	Produção em andaime
Fábia	18	2 anos	Ens. Médio Completo	Téc. Administrativo
Ane	30	4 anos e 6 meses	Superior (tecnólogo)	Gestão (tecnólogo)
Camila	41	4 anos	Ens. Médio Incompleto	Ens. Médio Incompleto

Continuação

MULHERES	Nº FILHOS	VÍNCULO	EMPREGO ATUAL	CIDADE	OCUPAÇÃO
Andreza	1	Efetiva EAS	Bugueira	Nossa Senhora do Ó – PE	Ajudante Industrial; Soldadora 2; Líder Treine; Líder Operacional (Encarregada).
Mariana	1	Efetiva EAS	Vendedora	Jaboatão	Ajudante Industrial; Soldadora 1; Auxiliar Técnica; Auxiliar Técnica 1; Assistente Técnica 2; PCP.
Milena	2	Efetiva EAS	Vendedora	Pontes dos Carvalhos	Soldadora 1; Inspetora de Qualidade
Rebeca	0	Terceirizada	Eng. Segurança do Trabalho	Recife	Engenheira Segurança do Trabalho
Maria	2	Terceirizada	Desempregada	Nazaré da Mata/Recife	Aux. Técnico de Documentação Nível3
Karina	2	Efetiva EAS	Cabeleireira	Pontes dos Carvalhos	Soldadora 1
Talita	0	Efetiva EAS	Comerciante	Alagoas/Cabo Stº Agosti.	Isolamento Térmico
Fábia	0	Efetiva EAS	Estuda para concursos	Recife	Soldadora
Ane	0	Efetiva EAS	Música	Ipojuca	Encanadora; Assistente Administrativo (desvio de função)
Camila	2	Terce./efetiv	Área Estética	Jaboatão	Esmerilhadora; Soldadora; Contêiner

FONTE: Elaboração própria com base nos dados da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais de 2017

Os perfis que ora se apresentam dão a dimensão da heterogeneidade das trabalhadoras, que vai desde a idade de entrada no estaleiro, passando pela ocupação e tempo de serviço, e indo até a cidade que residem. Vale destacar que essas características não se tratam de um recorte previamente estruturado, mas, ao mesmo tempo é possível identificar elementos que as aproximam. Estamos falando, por exemplo, das regiões dessas trabalhadoras que, majoritariamente vêm de cidades que fazem parte do TES. As demais classificações nos fazem entender de forma mais pormenorizada o retrato dessa mão de obra, e que tomamos como representativo para questões mais gerais do universo feminino na indústria naval em Suape. É oportuno ressaltar a média de ocupação das trabalhadoras analisadas, que chega

aproximadamente a 3 anos e 9 meses, o que justifica a sensação de estabilidade no trabalho, dando-lhes segurança para planejarem projetos pessoais e familiares de médio e longo prazo.

Para uma apreensão de informações mais amplas no que tange ao número total de trabalhadoras da indústria naval em Suape as tabelas a seguir se encarregam de expor mais detalhadamente. A escolaridade é uma variável imprescindível, e por ela podemos enriquecer nosso olhar sobre as trabalhadoras. Informação tornada possível pela tabela seguinte.

Tabela 11. Nível de escolaridade das trabalhadoras da indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape.

ESCOLARIDADE Feminina										
ANO	Até 5ª série Inco.		5ª série Completo		6ª a 9ª Funda.		Fundamental Completo		Médio Incompleto	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2017	1	0,2%	1	0,2%	3	0,8%	1	0,2%	7	2,0%
2016	1	0,2%	1	0,2%	7	2,0%	3	0,8%	7	2,0%
2015	1	0,2%	1	0,2%	7	1,7%	5	1,2%	9	2,2%
2014	1	0,1%	2	0,3%	12	2,0%	10	1,6%	20	3,3%
2013	2	0,2%	2	0,2%	16	1,6%	37	3,8%	29	3,0%
2012	3	0,4%	2	0,2%	12	1,7%	13	1,8%	38	5,4%
2011	3	0,4%	2	0,3%	17	2,5%	21	3,2%	25	3,8%
2010	4	0,6%	2	0,3%	21	3,6%	10	1,7%	19	3,3%
2009	2	0,4%	1	0,2%	17	3,9%	6	1,3%	14	3,2%
2008	1	0,3%	0	0,0%	6	2,2%	3	1,1%	11	4,0%

ESCOLARIDADE Feminina: continuação									
ANO	Médio Completo		Superior Incompleto		Superior Completo		Mestrado		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2017	212	62,5%	30	8,8%	84	24,7%	0	0,0%	339
2016	200	57,6%	25	7,2%	103	29,6%	0	0,0%	347
2015	215	54,8%	32	8,1%	122	31,1%	0	0,0%	392
2014	307	51,1%	54	9,0%	194	32,3%	0	0,0%	600
2013	518	53,7%	89	9,2%	271	28,1%	0	0,0%	964
2012	394	56,2%	53	7,5%	185	26,3%	1	0,1%	701
2011	430	65,6%	39	5,9%	118	18,0%	0	0,0%	655
2010	367	64,0%	37	6,4%	112	19,5%	1	0,1%	573
2009	271	62,8%	27	6,2%	93	21,5%	0	0,0%	431
2008	165	60,8%	17	6,2%	68	25,0%	0	0,0%	271

FONTE: Elaboração própria com base nos dados da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais de 2017

A tabela nos mostra que a maior presença de trabalhadoras está no grupo das que possuem o ensino médio completo, o qual em 2011 chegou ao quantitativo de 65,6%, ao mesmo tempo em que, abaixo dessa formação, o número máximo de mulheres não passou de 5,4%, e que representavam àquelas com ensino médio incompleto. Outro dado relevante se revela entre os níveis mais altos de escolaridade. Trabalhadoras com nível superior chegaram à marca de 32,3% em 2014, e os números mais baixos foram de 18% em 2011. O fato interessante é que quando somados os números entre as que têm o *superior completo* com as que possuem *superior incompleto*, temos em 2014 e 2015 41,3% e 39,2%, respectivamente. É de chamar atenção essa porcentagem referente ao ano de 2014, com trabalhadoras que estão imersas num nível de escolaridade relativamente alto, sobretudo no setor que exige muito mais uma mão de obra braçal a ser despendida na rotina operacional.

Um dos pontos identificáveis nas entrevistas das trabalhadoras, e base para o desenvolvimento de suas trajetórias, são as ascensões ao ensino superior, que se ainda não concretizadas, figuram como projeto imediato. Planos que só foram possíveis mediante a renda adquirida no trabalho, o que lhes ofereceu maior poder de administração de suas trajetórias e projetos de médio e longo prazo. A fala de Andreza comprova isto:

Quando eu trabalhei no estaleiro eu tinha uma estabilidade financeira que eu podia me programar melhor, me planejar, planejar compra disso, planejar reforma daquilo, planejar, entendesse? Porque era um salário fixo, quase como se fosse concursado, cara. Então, eu tinha um salário assim certo, era daquilo pra mais, né, era daquilo pra mais. Então éé, eu conseguia ter essa, esse controle melhor.

A fala da trabalhadora Andreza ressalta a estabilidade que a indústria naval promoveu e seu impacto para uma administração mais consistente em termos de tranquilidade e garantia para a concentração dos projetos individuais. Abaixo, apresentamos os dados (dos tempos de serviço por gênero), os quais ilustram melhor nossas análises.

Tabela 12. Faixa tempo de emprego dos trabalhadores da indústria naval de Pernambuco – Complexo de Suape.

FAIXA TEMPO EMPREGO: Masculino. Contagem: meses										
ANO	Até 2,9 meses		3 – 5,9		6 – 11,9		12 – 23,9		24 – 35,9	
2017	248	5,43%	198	4,3%	555	12,1%	762	16,7%	358	7,8%
2016	387	8,4%	438	9,5%	217	4,7%	536	11,7%	597	13,0%
2015	232	5,1%	190	4,22%	506	11,2%	792	17,5%	979	21,7%
2014	389	6,4%	242	4,0%	711	11,8%	1.589	2,6%	838	13,9%
2013	1.775	18,2%	2.232	22,9%	1.701	17,5%	1.402	14,4%	1.064	10,9%

2012	1.151	21,5%	434	8,1%	762	14,2%	1.269	23,7%	600	11,2%
2011	383	7,9%	689	14,2%	1.487	30,7%	826	17,0%	865	17,8%
2010	694	15,6%	690	15,6%	548	12,3%	1.575	35,6%	709	16,0%
2009	396	13,1%	352	11,7%	1.154	38,4%	864	28,7%	238	7,9%
2008	268	21,7%	246	20,0%	471	38,2%	244	19,8%	0	0,0%

FAIXA TEMPO EMPREGO: Masculino – continuação. Contagem: meses

ANO	36 – 59,9		60 – 119,9		120 meses ou +		Total	
2017	1.021	22,3%	1.375	30,1%	44	0,9%	4.561	
2016	1.198	26,1%	1.206	26,3%	0	0,0%	4.579	
2015	929	20,6%	874	19,4%	0	0,0%	4.502	
2014	1.299	21,6%	938	15,6%	1	0,01%	6.007	
2013	1.139	11,7%	407	4,1%	0	0,0%	9.720	
2012	1.020	19,1%	104	1,9%	0	0,0%	5.340	
2011	590	12,1%	1	0,02%	0	0,0%	4.841	
2010	205	4,6%	0	0,0%	0	0,0%	4.421	
2009	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3.004	
2008	0	0,0%	1	0,08%	0	0,0%	1.230	

FONTE: Elaboração própria com base nos dados da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais de 2017

Tabela 13. Faixa tempo de emprego das trabalhadoras da indústria naval de Pernambuco – Complexo de Suape.

FAIXA TEMPO EMPREGO: Feminino. Contagem: meses

ANO	Até 2,9 meses		3 – 5,9		6 – 11,9		12 – 23,9		24 – 35,9	
2017	53	15,5%	11	3,2%	18	5,3%	30	8,8%	15	4,4%
2016	15	4,3%	19	5,4%	10	2,8%	22	6,3%	32	9,2%
2015	5	1,2%	8	2,0%	37	9,4%	45	11,4%	71	18,1%
2014	30	5,0%	13	2,1%	36	6,0%	137	22,8%	93	15,5%
2013	110	11,4%	151	15,6%	176	18,2%	175	18,1%	118	12,2%
2012	74	10,5%	72	10,2%	129	18,4%	152	21,6%	63	8,9%
2011	73	11,1%	103	15,7%	134	20,4%	88	13,4%	115	17,5%
2010	59	10,2%	63	10,9%	50	8,7%	182	31,7%	114	19,8%
2009	42	9,7%	25	5,8%	135	31,3%	118	27,3%	111	25,7%
2008	29	10,7%	33	12,1%	76	28,0%	133	49,0%	0	0,0%

FAIXA TEMPO EMPREGO: Feminino – continuação. Contagem: meses

ANO	36 – 59,9		60 – 119,9		120 meses ou +		Total	
2017	62	18,2%	132	38,9%	18	5,3%	339	
2016	97	27,9%	152	43,8%	0	0,0%	347	
2015	94	23,9%	132	33,6%	0	0,0%	392	
2014	129	21,5%	162	27,0%	0	0,0%	600	
2013	135	14,0%	99	10,2%	0	0,0%	964	
2012	160	22,8%	51	7,2%	0	0,0%	701	
2011	142	21,6%	0	0,0%	0	0,0%	655	
2010	105	18,3%	0	0,0%	0	0,0%	573	
2009	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	431	
2008	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	271	

FONTE: Elaboração própria com base nos dados da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais de 2017

A estabilidade apontada por Andrezza está presente no pensamento de outras trabalhadoras, e que se justifica nos números. Em 2017 as trabalhadoras que tinham 120 meses de trabalho ou mais na indústria naval contabilizam 5,3%, em detrimento dos 0,9% da mão de obra masculina. Diferença que se manteve quando a classificação se referiu a 60-119,9 meses de trabalho, onde as trabalhadoras contabilizaram 43,8% em 2016 e 38,9% em 2017, enquanto os trabalhadores estavam em 26,3% e 30,15%, respectivamente. Quando voltamos o olhar para as três primeiras faixas, e feito um comparativo da distribuição em seus respectivos gêneros, os homens apresentam maiores números, com exceção de 2011 e 2017 para a faixa dos que tinham até 2,9 meses de trabalho. Dos que tinham 3-5,9 meses, apenas nos anos de 2011 e 2012 as mulheres apresentaram maior proporção. Já os que tinham entre 6-11,9 meses de trabalho foram os anos de 2012 e 2013 que excetuaram a maioria masculina.

De modo geral, a indústria naval proporcionou maior segurança nos postos de trabalho em termos de garantia e tranquilidade para seus funcionários, e isso independeu de gênero. Foi uma característica do próprio setor que, alimentado por encomendas da Petrobrás, caracterizada por anos de trabalho.

O fato é que a realidade da indústria naval no Complexo de Suape trouxe importantes rupturas no quesito de contratação de sua mão de obra, particularmente no estaleiro Atlântico Sul. E as estatísticas nos mostram como importantes conquistas foram possíveis ao longo dos anos pesquisados.

Mais do que isso, não se trata de olhar as trabalhadoras pela via dos números, ou apresentá-las como mera descrição ocupacional. Penetrar nessas experiências é lançar luz acerca das variadas dimensões que se abriram nesse contato de mulheres com o mercado de trabalho. Dito de outra forma, trata-se de observar como o acesso a uma ocupação as impulsionam a ressignificarem seus papéis na vida social, produtiva e em suas identidades. Portanto, a ocupação ultrapassou seu sentido convencional, de uma simples atividade em troca de remuneração. O discurso de Andreza, mais uma vez, serve como reflexão:

Foi onde eu aprendi uma profissão, foi onde eu aprendi visão de empresa, foi onde *eu aprendi a organizar minha vida*. Foi onde eu comecei a querer construir, comprar terreno, construir casa, comprar carro. Foi onde *eu planejei minha vida toda*. Falei, só vou engravidar agora depois que eu tiver casa, carro, tudo bonitinho, aí eu engravidar, quando me estabilizar de verdade. E foi dito e feito, né. [...] Eu comecei a trabalhar no estaleiro como Ajudante, depois eu fui, de um ano mais ou menos de Ajudante à Líder Operacional, então meu salário pulou muito rápido. Então foi quando eu comecei, juntando e tal, me organizando, comprando as coisas, né, me estruturando melhor, ajudando minha mãe, em casa também. [...] Eu juntei

dinheiro, comprei um terreno, na verdade comprei dois terrenos, um ao lado do outro. [...] Construí minha casa [...], aí depois da casa eu dei entrada num carro. Aí quitei o carro. [...] Aí depois que eu tava com carro, tava com a casa, aí foi quando eu resolvi engravidar, né, gravidez planejada, pronto.

É evidente o processo de mudanças na vida profissional da trabalhadora, mas sua relevância está no fato de estender-se para outras esferas de sua existência, e sentidas em relações que ultrapassam as fronteiras da empresa.

A maior renda passou a ser a minha em casa depois de um tempo, e aí eu até brinquei com meu esposo porque ele falou uma vez para mim: “ah, quando minha mulher passar a ganhar mais que eu vou deixar o trabalho e vou cuidar da casa”. E ele era Encanador da Compesa, e aí ele falou isso pra mim, falou para mim e para os amigos lá, vizinhos. Aí quando eu ganhei minha promoção, de Ajudante 1 para Ajudante, Soldadora 2 e fui para mil novecentos e alguma coisa, aí eu cheguei em casa com meu contracheque e falei para ele: tome sua carta de alforria, você agora vai deixar o trabalho e vai cuidar da casa (risos).

A partir desta descrição fica latente o modelo de relação no qual a trabalhadora está inserida, e onde o contraponto se constrói com sua entrada no mercado de trabalho, em particular, num setor industrial. A elevação de sua renda com as promoções é algo muito simbólico e colocou em xeque antigas assimetrias com base nela.

A observação do seu companheiro deixa transparecer sua visão de que quem ganha menos deve se reservar aos trabalhos domésticos, espaço de invisibilidade e desvalorização quanto a uma atividade não produtiva ou mesmo vista como de “não-trabalho”.

A trajetória ascendente de Andreza, além de elevar sua remuneração também foi lhe possibilitando novos espaços de visibilidade e comando, características que também lhes renderam maior experiência e amadurecimento profissional. Paralelo a isso, sua qualidade de vida em termos materiais também ascendiam.

Aí eu fui para *Leader Training*. Comecei a liderar e tal, fui promovida. Também já foi um avanço no meu salário, e de *Leader Training* eu fui a Líder Operacional, de fato a já ser Encarregada. Eu acho que tudo isso aí durou em torno de um ano e meio [...]. Já cheguei a liderar umas 25 pessoas de uma só vez.

Sob o novo contexto de transformações, ocupar um cargo em meio aos condicionantes geográficos, culturais, educacionais, políticos e sociais representa a confluência de novas ideias, relações, encontros e experiências, e que atingem diretamente as identidades e a visão de mundo desse corpo de profissionais. Foram afetados pela experiência.

O estranhamento em ocupar espaços que até então não projetava é o que marca o pensamento de Mariana. “*Eu caí mesmo de paraquedas no estaleiro*”. O cargo ocupado que não se configurou como de liderança, no entanto, estava envolvida neste contexto

de comando, e principalmente por questões simbólicas que a permitia uma conotação privilegiada de “poder”. *“Eu trabalhava com o Gerente, mas eu respondia ao Diretor, então todos os outros a baixo ficavam abaixo de mim, literalmente”*. E complementa, *“Na minha última função realmente, era um setor que literalmente dependia do que eu falasse ou do que eu colocasse no meu arquivo o que seria feito”*.

No desenvolvimento de suas funções, mesmo num espaço de ocupação mais elevado, Mariana sentiu aquilo que é conhecido como *desvio de função*, prática denunciada por outras trabalhadoras, como pode ser observado na fala de Milena.

Eu recebia como Auxiliar, mesmo minha função sendo a mesma do Assistente. Então, pra que mudassem para Assistente eu precisava da faculdade, então, na verdade, me cobravam a faculdade. Foi quando eu entrei no curso. Um ano depois que eu tava na faculdade foi que realmente mudou minha função (MILENA).

Quanto ao reconhecimento de sua ocupação no sentido de se ver num local de privilégio, Milena se contradiz e confunde discriminação com privilégio. Trata-se da distinção dos refeitórios como símbolo de separação e discriminação profissional. Considera como fruto do lugar ocupacional que conquistou, mas que na prática é a institucionalização de relações discriminatórias, e por ela absorvida.

No início, dependendo da função que você exercia, tinha um refeitório administrativo, tinha os refeitórios da produção. Depois foi tirado, mas antes era assim, você tinha, dependendo do seu cargo, você poderia entrar. No administrativo era um ambiente mais limpo, mais climatizado, a comida muito mais arrumada, assim, mais elaborada do que o da produção. Eu acho que o prestígio que teve na época mesmo foi o refeitório administrativo.

Tomando o lugar de fala de Mariana é possível enxergar o espaço ocupado em torno de sua função, simbolicamente privilegiado, e pessoalmente internalizado. No entanto, a reflexão aqui não se volta para um julgamento de valor, mas chamar atenção para perceber o caráter qualitativo por trás da ocupação dessa trabalhadora, e que diretamente alimenta a construção de novas identidades ocupacionais.

O sentido da ocupação na trajetória de Milena na indústria naval também foi ganhando novos contornos, e isso foi acontecendo à medida que o cargo ocupado trouxe uma funcionalidade bem mais ampla do que uma simples atividade laboral. Tendo como centralidade os ganhos materiais, outros elementos foram sendo incorporados, tais como, um maior poder de liberdade e emancipação, tudo isso pela via econômica. *“Mudou muita coisa, porque, assim, o salário lá é muito bom, entendeu. Em relação às finanças mudou tudo. Eu reformei minha casa, comprei meu carro”*. Pode-se dizer que, abre-se um novo estilo de vida, e junto com ele - mas não uma relação de causalidade – uma “inflexão” de identidade. E isto pode ser apreendido quando analisada sua entrada

na área, quando ficou clara a ausência de uma identidade profissional, comprovada pela fala ao explicar sua chegada ao cenário produtivo do Complexo de Suape:

Eu não tinha especificação, não. É, foi por acaso mesmo, assim, porque na época tava o auge, né, Soldador. Fazer o curso e já trabalhava, porque pegava rapidamente. Então quando voltei, quando meu filho ficou maiorzinho um pouquinho, o mais novo, aí eu disse, “vou começar a trabalhar de novo”. Eu passei mais de um ano desempregada. Aí eu disse, “vou começar de novo”. Meu deus, o quê? Bilheteria?²⁴ Não tem né, profissão. Tava o auge era isso, curso de solda, que rapidamente vai, fui (MILENA).

Mesmo sem um direcionamento ocupacional, conscientemente traçado, por outro lado, estar cursando uma formação no segmento de solda já projeta uma expectativa para uma determinada área de atuação, a da indústria naval, setor que naquele momento absorvia um elevado quantitativo de pessoas.

Já no exercício de sua função se sente numa posição de prestígio e superioridade.

Para o Soldador, eles me viam lá em cima. Eu também me sentia quando o pessoal da Petrobrás e da ABS elogiavam meu trabalho. Tinha uns que diziam, que fez a inspeção? Milena! Não iam nem lá, assinava. Já aquela confiança, porque eles sabiam a qualidade do meu serviço. Então isso aí, eu me sentia elogiada, entendeu?

Mais uma vez é marcante o caráter simbólico promovido pelo tipo de ocupação, mas que, ao mesmo tempo, não se reduz a isso. Considere-se o caráter identitário e de reconhecimento que essa experiência produziu, mesmo que inconscientemente. Ter se dedicado cinco anos numa função - fruto de promoção desde o primeiro mês de trabalho – e não ter recebido por ela, mas mesmo assim tal disfunção não ter alterado a construção do seu pertencimento à área, ilustra a realidade da trabalhadora.

Eles mudam você de área, mas o seu salário continua a mesma coisa [...]. Porque eu entrei como Soldadora, passei um mês, fui pra linha de qualidade. Não mexeu um centavo do meu salário e a responsabilidade é maior. Não desmerecendo o Soldador, mas eu ganhava o quê? Mil e pouco, enquanto pessoas que faziam a mesma coisa que eu ganhavam mais de cinco mil. [...] Quer dizer, eu assinava documentos, trabalhava fazendo inspeção sozinha, não era assistente de ninguém, assinava documento como Inspetora e eles mudaram minha função pra Assistente de Qualidade. Então lá dentro, as pessoas que são chefes, eles não, eles não valorizam você. A verdade é essa, não valoriza seu trabalho (MILENA).

A exploração do trabalho sofrida não comprometeu a identificação com o cargo ocupado e com a área da construção naval. “Eu gostava do meu trabalho, eu gostava do que eu fazia” (MILENA). E acaba exteriorizando o fato de sua demissão. “*Eu fiz bem meu trabalho e infelizmente a empresa está passando por crise e acontece, entendeu?*”. Uma demissão que não cortou os laços de identificação. “*Eu queria ter uma*

²⁴ A referência a esta ocupação se deu pelo fato de ser seu último emprego, terceirizada e que prestava serviços ao metrô de Pernambuco. Atividade que exerceu por nove anos.

oportunidade. Eu gostava do meu trabalho, eu gostava, se eu fosse reconhecida mesmo. Eu gostava, acho que se eu tivesse uma oportunidade de voltar, eu voltaria com certeza”.

Chama atenção novamente a fala lançada por Rebeca, e que demarca nitidamente o seu lugar em relação às outras trabalhadoras. Separação que não fica apenas no plano da ocupação e da remuneração, mas explícita, sobretudo, a forma como esta última encara suas atividades, e que ultrapassa a lógica de produção. Estamos falando da Engenheira de Segurança do Trabalho. A começar pela maneira como iniciou sua trajetória na construção naval já sinaliza uma particularidade. Um direcionamento que fugiu do seu poder de escolha. Enquanto funcionária da Pernambuco Construtora se viu direcionada para atuar na construção naval no Complexo de Suape, consequência da licitação conquistada por essa empresa, que passou a se integrar à obra. “A construtora conseguiu uma obra e nós fomos para lá. Não foi uma escolha pessoal de ir para a indústria naval” (REBECA).

Não só em seus discursos, sobretudo no percurso diário de suas atividades, ou seja, a forma como encara sua presença no setor da indústria naval sinaliza para elementos que vão além de ganhos individuais, de acesso a novo estilo de vida e de bens materiais, como a posse da casa própria ou sua reforma, bem como a aquisição de automóvel. Representou, sim, a oportunidade de novas experiências profissionais numa área até então desconhecida, mas, principalmente, subjetivamente enriquecedoras, como pode ser traduzido com a ideia de *aprendizado*.

“Valeu a pena. Muito estresse, muito apherio, muita dor de cabeça, muita gente trabalhando ao mesmo tempo, muita loucura, muita produção, muito tudo, mas diante de tudo isso, eu acho que valeu a pena o aprendizado” (*Idem*). Entretanto, a experiência positiva com a ocupação não pode ser confundida com o desenvolvimento de uma identidade profissional decorrente da indústria naval. Volta-se muito mais para os aspectos subjetivos, social e político que decorrem de suas atividades profissionais. O valor simbólico e a recompensa em promover conscientização e transformações no campo educacional. Apresenta diferente apreensão do trabalho quando comparado às demais trabalhadoras, o que se distancia de um viés meramente individual e identitário. “O período de trabalho no estaleiro foi um período muito desgastante, muito cansativo, muito trabalho, mas eu acho que tem um detalhe... você sabe que tá plantando uma semente, né. Se você trabalha com o abstrato é plantar para ver germinar um dia” (REBECA ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Essa passagem na indústria naval se caracterizou como um ganho de experiência possibilitada por uma área nova, portanto, desconhecida, mas que em nada alterou uma identidade profissional ou lhe levou uma ideia de pertencimento.

Rebeca pensa a indústria naval como um espaço também de luta e busca por territorialidade e conquista, justificado, sobretudo, por uma sensibilidade às questões de gêneros ali presentes. E, analisado o campo por esse viés, defende que a mulher vai ter que conquistar na indústria naval um espaço tanto pessoal como profissional. O pessoal, no entanto, não está dissociado de uma luta maior, a de gênero. Nota-se como esta trabalhadora se destaca quando o assunto é a apreensão das relações sociais de sexo que permeiam o ambiente de trabalho. O fato de ocupar um cargo de liderança e maior destaque a fez sentir mais nitidamente essa violência, aprofundado ainda mais pela questão racial, de classe e origem geográfica.

Negra, mulher e do Nordeste. Você se depara com profissionais que vêm do Sul e do Sudeste e já vem com isso, mulher, negra e do nordeste. Você tem que mostrar, vencer essas três barreiras e dizer que você é profissional. Isso não é só quem vem do Sul, Sudeste. No próprio estado, né (REBECA).

O relato da trabalhadora deixa claro como em suas relações sociais de sexo outros elementos foram incorporados no sentido de buscar uma demarcação espacial e de poder. Para isso foram lançados os símbolos de estigmatização. Abre-se ao mesmo tempo uma fenda para pensar como o campo trouxe outras questões latentes que envolvem o tratamento das mulheres no espaço de trabalho. Em outras palavras, o simples fato das trabalhadoras compartilharem um gênero não as coloca como sujeitos homogêneos. Trata-se de adicionar outros demarcadores sociais, como a raça, a sexualidade, a geografia, dentre outros.

Conscientemente incorporado à sua percepção do campo, Rebeca deixa claro que, “quando você sobe degraus você sente bem mais a diferença [...], isso é muito forte”. São questões que estão latentes em sua ocupação e presentes em seu discurso, o que oferece uma conotação mais ampla em termos de espaço conquistado e dos desafios que enfrentou, e que aqui é pensado socialmente com base na variável de gênero. Portanto, ultrapassa uma conquista individual, e pauta um histórico de luta e resistência de um grupo. E isso ficou muito explícito em suas orientações às novas trabalhadoras da construção naval:

Pontos positivos, seria uma experiência nova. Vivenciar um mundo diferente, extremamente masculino, onde você vai ter que romper barreiras para conquistar um espaço. É um mercado que vai lhe dar a possibilidade de ascensão, *dependendo de você*, a possibilidade da questão financeira também, mas, como ponto negativo eu vejo também a questão da dificuldade

que a mulher enfrenta no mercado de trabalho, e por ser uma área extremamente masculina, diferente da construção civil, uma área em que a mulher já conquistou um espaço. Hoje existem bem mais mulheres em obras. Então, a indústria naval eu vejo em relação a quantidade de mulheres, é como se fosse a construção civil há 15 anos”. (REBECA). (Grifo nosso).

Mesmo individualizando a luta na corrida por ascensão na área, onde não associa tal desafio aos condicionantes que estão por trás dos esforços individuais femininos, portanto, limitadores dessa mesma ascensão, Rebeca retoma a visão de que é um desafio em termo de gênero. Uma ideia aparentemente paradoxal, e que aponta para as próprias limitações de uma reflexão mais histórica e do sujeito “mulher” enquanto categoria social.

Diante do que foi exposto, são notadas particularidades entre Andreza, Mariana e Milena em relação à Rebeca. As primeiras encontraram nos cargos ocupados na indústria naval transformações e avanços nos planos individuais, e que se faz sentir também no contexto social em que estão presentes e na alargamento de suas subjetividades. Inflexões que foram possíveis mediante as novas experiências adquiridas nas rotinas produtivas, em contraponto a histórica inexperiência no mercado de trabalho formal, e “fadadas” a ocuparem papéis culturalmente pensados para as mulheres. Neste momento é oportuno trazer a fala de Tittoni (1994, p.12), por acreditar que, “por representar essa trajetória, o trabalho possui um significado que perpassa a estrutura socioeconômica, a cultura, as necessidades, os valores e a subjetividade daquele que trabalha”. Inflexões provocadas pela experiência, pela maneira como o trabalho é apreendido na “reconstituição” desses sujeitos. Experiências particulares que não estão apartadas de uma ordem sociocultural e histórica, tendo em vista que o trabalho também é fruto desses fenômenos sociais, coletivamente experienciado (Idem).

Pessoas que localizaram na indústria naval uma realidade que as permitiram um maior poder emancipatório, tendo como principal meio a posse de uma renda, relativamente elevada para sua realidade; estabilidade no trabalho; poder de planejamento a médio e longo prazos; e o acesso a novos bens de consumo e um novo estilo de vida. Cabe-nos entender essas como importantes conquistas individuais e familiares, mas que devem ser pensadas como um avanço inicial em termo de cidadania e dignidade social. Subjetividades que são a floradas e acessadas por meio da vivência do trabalho, dando-lhes novas oportunidades de apreensão das individualidades mediante o papel social que possui o trabalho.

No entanto, ainda é forte o peso de uma socialização que imputa às mulheres um lugar de passividade, anti-protagonismo e distanciamento das causas que ultrapassam

sua “natureza”, como as lutas políticas e poder de reivindicação. Condição que pode ser observada no “chão da fábrica”, onde há um “esvaziamento” de pautas políticas de luta e sororidade, com mulheres que não se veem enquanto pares dentro de uma “estrutura” que as submetem por meio do gênero a condições de violência simbólicas e adversidades no trabalho. Foram elementos estrategicamente explorados pela construção naval, mas que não impediu novas configurações e ressignificações da identidade profissional dessas trabalhadoras.

Através dos dados fica claro como as mulheres foram recepcionadas na indústria naval, um ambiente que reproduziu muitas das desigualdades em torno dos gêneros, e que ficou registrado nos ganhos salariais das trabalhadoras. Os números a seguir nos mostram como entre as três primeiras faixas de rendimentos estavam concentradas a maioria das mulheres. E quando verificada a faixa com os maiores ganhos o quantitativo de mulheres era o menor.

Tabela 14. Faixa de Remuneração Média (Salário mínimo) no acumulado. Trabalhadores e trabalhadoras da indústria naval de Pernambuco - Complexo de Suape.

Remuneração	Masculino	Percentual	Feminino	Percentual	Total
0,51 a 1,00 SM	526	89,45%	62	10,55%	588
1,01 a 1,50 SM	2383	88,25%	317	11,75%	2700
1,51 a 2,00 SM	2337	91,36%	221	8,64%	2558
2,01 a 3,00 SM	4860	91,97%	424	8,03%	5284
3,01 a 4,00 SM	2611	92,62%	208	7,38%	2819
4,01 a 5,00 SM	1794	93,19%	131	6,81%	1925
5,01 a 7,00 SM	2288	92,85%	176	7,15%	2464
7,01 a 10,00 SM	1595	91,87%	141	8,13%	1736
10,01 a 15,00 SM	1427	92,12%	122	7,88%	1549
15,01 a 20,00 SM	734	92,80%	57	7,20%	791
Mais de 20,00 SM	1397	95,42%	67	4,58%	1464

FONTE: Elaboração própria com base nos dados da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais de 2017

Por outro lado, os homens compõem maioria absoluta quando se trata de analisar quem recebe os maiores salários na indústria naval. Como verificável na tabela, as últimas cinco faixas salariais apresentam dados que só confirmam as assimetrias, tendo os homens ultrapassados a casa dos 90%. Entre os indivíduos que ganham acima de cinco salários mínimos e menos de sete, 92,85% são homens. Presença masculina que se estende para aqueles que recebem acima de sete salários mínimos e menos que dez, sendo 91,87%; recebem mais de dez salários mínimos e menos que quinze 92,12%. Desigualdade que chega ao seu ápice quando a referência se volta para a mão de obra

que tem seus ganhos acima de vinte salários mínimos, onde os homens figuram com 95,42% do total.

As mulheres, por sua vez, só conseguem ultrapassar os 10% nas faixas salariais mais baixas, com rendimentos que não passam de um salário mínimo e meio. No mais, oscilam a participação que não chega a 9%. À medida que vai chegando a maiores ganhos salariais a participação vai decrescendo, o qual chega ao final com 4,58%. Desigualdade que não foram inauguradas pela indústria naval, mas esta soube explorá-la, e fazer da diferença de gêneros a base para maior acumulação de capital. Fez uso de elementos simbólicos e subjetivos para manter uma assimetria organizada, com discursos e estratégias que envolviam o imaginário social acerca da *figura feminina*.

Isso não quer dizer que uma realidade dialética foi ausente naquele cenário. A própria entrada da mulher num setor produtivo historicamente ocupado em sua maioria por homens já sinaliza para tal fato. As relações cotidianas dentro do estaleiro foram trazendo esses componentes de conflitos e resistência, mas, sentidos e potencializados de forma particular em cada trabalhadora, o que não se configurou como uma luta coletiva em torno das “violências” de gênero.

Representando o outro lado desta linha divisória, Rebeca tem em seu discurso a defesa de pautas que são sensíveis às causas coletivas das trabalhadoras, mesmo sua luta sendo individual. Fato que aqui é relacionado ao seu histórico de experiências profissionais no campo produtivo, e que se soma às suas formações acadêmicas e uma identidade profissional já estabelecida. Por outro lado, compartilha com as demais trabalhadoras, inclusive com Maria, as raízes sociais de vulnerabilidades financeiras e sociais. No entanto, a mulher que chegou na figura de Rebeca à indústria naval é a de uma profissional que passou por um processo de ascensão material e que, portanto, não traz para esta ocupação as expectativas presentes nas outras trabalhadoras. O lugar que ocupa atualmente na sociedade simboliza uma trajetória de luta e resistência, onde o viés político esteve presente ao longo de cada conquista. Sendo assim, apenas sua presença no estaleiro, sobretudo, na posição de Engenheira apresenta-se dentro de uma conotação política, de rupturas e significações. Neste sentido, há um salto qualitativo na trabalhadora que ocupa o espaço da construção naval. Uma autopercepção inconscientemente apropriada e externalizada em sua fala, onde frequentemente destaca os ganhos em termo de experiências, e em nenhum momento trouxe o dispêndio de bens materiais. O seu pós-indústria naval confirma esta continuidade de perfil, preenchida por uma maior consciência política, atestando que há outros ganhos e sentidos para

aquilo que a indústria naval pode promover, ou seja, conquistas financeiras e materiais, símbolos inicialmente absorvidos pelas demais trabalhadoras. Por outro lado, Maria foi uma trabalhadora que se aproximou do perfil do primeiro grupo, demonstrada em características comuns, como o fato de simbolizar à sua ocupação uma ideia de pertencimento à área. Apropriação que foi possível em virtude das grandes transformações sociais e individuais que o “bom salário” lhe rendeu. Viu sua renda sendo elevada. Acesso a novos bens de consumo e serviços. A escolaridade também se elevou, consequência da busca por promoções oferecidas pelo setor e incrementos financeiros. Mostra o quanto esta ocupação também carregou um grande valor simbólico, sendo muito mais do que uma oportunidade de emprego, mas, a possibilidade real de transformações bem mais amplas. Representou o ensejo de acessar um espaço que até então se mostrava impensável não só para ela, mas para outras mulheres da região do entorno do Complexo de Suape. *“Uma empregada doméstica ter a oportunidade de trabalhar no estaleiro e prestar serviço! Foi muita gente, analfabeta, pessoas que jamais pensou que teria essa oportunidade”* (MARIA). E ao analisar as mudanças em sua realidade, Maria é enfática:

Ah, mudou para melhor, né, porque o meu nível financeiro melhorou, eu pude dar um maior conforto aos meus filhos, o nível de escolaridade também aumentou, porque a partir do momento que eu via a possibilidade de crescer, eu me agarrei a isso e fui estudar, buscar (MARIA).

Esse não é um discurso qualquer, principalmente por se tratar de uma trabalhadora que trouxe em sua biografia uma limitação geográfica em termos de oportunidade de trabalho e crescimento profissional, além de não possuir um contato anterior com a área produtiva industrial, e que de repente se viu no centro de uma ebulição laboral, social e econômica. Uma nova realidade que se abriu para pessoas marginalizadas social e geograficamente.

Outra realidade para a gente aqui. Eu mesma que sou do interior, conheço só aqui Pernambuco. Não só para mim, mas imagine pessoas que nunca saíram dos interiores, Porto de Galinhas, Gaibu, Cabo de Santo Agostinho. Cabo de Santo Agostinho era considerado interior, de repente virou os olhos do mundo (MARIA).

Os meios pelos quais a trabalhadora chegou à indústria naval pouco difere das demais trabalhadoras, com exceção de Rebeca, onde o objetivo principal se resumia a entrar no mercado de trabalho, porém, sem direcionamento específico decorrente de uma formação profissional. “Botei alguns currículos e uma colega minha, que eu não entrei assim, logo de início, né. Quando ele começou mesmo foi que as pessoas daqui

entraram como trabalho braçal” (MARIA ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

[...] Como eu tinha conhecimento na área de Qualidade, eu já entrei como Auxiliar de Documentação Nível 3. Cargo administrativo. Eu trabalhava toda documentação da Qualidade. Todos os relatórios de inspeção, de Inspetores. [...] Esse cargo meu, quando entrei, Auxiliar Nível 3 era o último, para depois passar para o Técnico, porque assim, cada nível, 1,2, 3 é um salário. A partir do momento que você vai subindo, o salário vai também acompanhando (MARIA).

Ocupando um cargo que demandava alta responsabilidade, contudo, que não se configura como cargo de comando, representava um posto elevado em termos de prestígio, e que se traduzia na elevação salarial também. No entanto, quando observados os maiores postos de mando, sobretudo, na figura do Inspetor de Qualidade, verificou-se uma predominância masculina. “Devia ter umas 12 pessoas no Controle de Qualidade, e só tinha eu e outra menina, Técnica, de mulher. [...] Os Inspetores do Controle de Qualidade era tudo homem, vinha tudo de fora, no máximo que poderia ter daqui, eu acho que 1” (MARIA).

Esse terreno de disparidade entre os sexos reservou aos homens o poder de decisão e elevadas remunerações, mas a citada trabalhadora encontra justificativa no acesso à qualificação que esses sujeitos tiveram, e até mesmo nas determinações geográficas. Não reconhece os elementos subjetivos e sociais que estão implícitos nessas assimetrias. Sua explicação se resume ao fato de:

É porque a questão é assim. Pra ser um Inspetor de Qualidade, para você trabalhar na Petrobrás, você tem que passar por um curso. Um curso caro que é “patrocinado” por um órgão certificador. Aí você faz aquele curso, aí depois você vai lá, faz uma prova, agora gasta muito dinheiro. É coisa de 3, 4, 5 mil reais. Aí tinha o Inspetor de Pintura, o Inspetor de Equipamento, o Inspetor de LP, que é líquido penetrante, um Inspetor de Solda. Cada um era uma especialização (MARIA ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal). (Grifo nosso).

Ela reforça a ideia de que, o poder de custear a formação explica a maior presença masculina nos cargos de maior valorização salarial e prestígio. Questões de gênero passam ao largo dessa leitura, e a fala a seguir não deixa dúvida. **“Por isso que o salário deles são muito altos”**. Vinham de fora, trazendo suas experiências de outros locais, **“por isso que o salário deles eram tão grandes”**.

Como viés simbólico da entrada das mulheres na indústria naval, o casamento foi a instituição que sentiu prontamente os impactos, principalmente por tocar em questões que envolvem papéis sociais e status que socialmente demarcam os lugares de homens e mulheres na vida social. Por isso, o interesse em se inserir no mercado de

trabalho, e mais ainda, na indústria naval é foco de constantes tensões e conflitos no espaço doméstico. Neste sentido, a ruptura que primeiro operou nesses locais foi de forte relevância para pensarmos a trajetória inicial das trabalhadoras, e como a experiência na produção tendeu a fortalecer subjetivamente e simbolicamente esses sujeitos em meio às suas novas atividades. Temos a partir do exemplo de Karina a materialização dessa situação:

Por outro lado Anderson, a questão assim, de eu trabalhar numa empresa, numa indústria que tinha muito homem, tá numa profissão em que a mulher é minoria, e pelo fato *dele estar em casa* porque ele estava desempregado, né, dele tá em casa e eu trabalhando, isso aí abalou um pouco o casamento da gente, né, e depois que ele arrumou um emprego, mesmo assim ainda ficou meio... Eu tinha que conversar muito com ele, e passar bastante confiança também para ele porque assim, eu saía mais cedo que ele e chegava mais tarde, então assim, acabou que, tendo aquele conflito de, no período em que ele estava sem trabalhar, de eu ser, como se fosse fazer os deveres de homem e ele fazer os deveres de mulher, né. Ele tinha que me ajudar com as coisas de casa e eu saía para trabalhar, então assim, é uma coisa que, para ele que foi criado assim muito machismo por causa do pai dele que também era assim com mãe dele, daí a gente teve dificuldade no início (KARINA ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Essa dificuldade e ruptura também foram compartilhadas por Talita, que a exemplo de Karina encontrou na família o primeiro local de resistência. “Meu pai, meu irmão não queriam que eu fosse, até porque também meu irmão trabalhava na obra e sabia a dificuldade, porque eu fui trabalhar lá na produção” (TALITA ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Foram as experiências das trabalhadoras que fundamentaram as bases para a produção de suas narrativas, e dessas realidades foram extraídas as significações simbólicas. Portanto, as ocupações dessas mulheres na indústria naval é algo que possui um rico sentido em termos de subjetividade, ultrapassando o que para muitos se reduz a uma interpretação objetiva e reducionista.

5.4 Mulheres desafiadas a se afirmarem profissional e existencialmente em um ambiente de homens

Este eixo de análise objetiva desenvolver uma reflexão mais ampla, no sentido de alinhar os eixos anteriores – condicionamento geográfico; escassas experiências profissionais anteriores; impactos identitários da ocupação na indústria naval - com uma configuração maior que marca a *trajetória* e a *identidade profissional* das mulheres pesquisadas, presentes no universo da indústria naval no Complexo Industrial e

Portuário de Suape - CIPS. Além desses eixos, a perspectiva interseccionista aponta outras que são estruturais, portanto, inerentes à vida social das mulheres, como etnia/raça, sexualidade, classe social, além do gênero. Neste sentido, leva-se em consideração o acesso ao trabalho formal e produtivo, as ocupações apropriadas pelas mulheres, a rotina dessas experiências laborais, os conflitos, as ascensões, bem como as mudanças oportunizadas pela remuneração, as experiências prévias ou ausência delas. É onde também acrescentamos como informações adicionais a formação dessas mulheres. No final, buscamos desenhar um perfil mais abrangente, consolidando os resultados com base na categoria *trabalhadoras navais*.

As características a seguir nos ajudam na compreensão de como se construíram as *trabalhadoras navais*. Trata-se de buscar entendê-las a partir das relações de gêneros que se fizeram latentes, mas também das ressignificações dadas pelas trabalhadoras ao trabalho, e que ultrapassaram as fronteiras da fábrica. Desse ponto de vista, um cenário parece marcar esse campo, e, sobretudo, a trajetória das trabalhadoras, uma vez que o perfil das mulheres contratadas segue certo “padrão”, parâmetros para uma mão de obra pensada a priori para ser “controlada e estrategicamente guiada” ao processo de exploração. Por outro lado, esta particularidade representativa de mão de obra feminina originou resultados inéditos e, de certo ponto de vista, positivos. É quando a realidade vivenciada na indústria naval não só lhes ofereceram novas aprendizagens técnicas e intelectuais, como também, através do cotidiano de trabalho transformações implícitas, penetraram a constituição identitária dessas mulheres. As entrevistadas abordaram questões não apenas objetivamente identificáveis, assim como novos caminhos para o enriquecimento de suas subjetividades e a maneira como passaram a olhar para si, a visibilidade que ganharam e os ganhos de cidadania e de politização. O esboço a seguir detalha melhor o processo de construção da trajetória e o consequente desenvolvimento da categoria *trabalhadora naval*, esta como sendo constituída pela experiência que a inserção na indústria naval propiciou a essas trabalhadoras, composta por elementos de identidade, subjetivos, sociais e de cidadania.

A mão de obra feminina que preencheu as vagas do estaleiro apresentou como característica uma situação de elevada exploração, associada à desqualificação ou baixa qualificação, assim como a uma limitada experiência de trabalhos e no campo produtivo. O que indicou a presente pesquisa, contudo, envolveu os dois sexos. Realidade estruturada para extrair desses trabalhadores e trabalhadoras o máximo de suas forças. A distância com os sindicatos enquanto representação e luta política

também caracterizou o grupo, e que rendeu explorações até às últimas consequências, com exaustivas horas de trabalho e uma constante cobrança por produtividade, ao que se soma a prática do *desvio de função*. O Sindicato, para essas trabalhadoras, se mostrou como uma instituição distante, que se traduzia para algumas delas como uma representação esvaziada politicamente. A respeito dos desvios de função, Milena é o caso mais emblemático entre as trabalhadoras entrevistadas. Com mais de 5 anos empregada no estaleiro, logo após o primeiro mês de trabalho mudou de função - de Soldadora passou a operar no setor de Qualidade -, mas, até sua saída da empresa jamais recebeu a remuneração correspondente à sua nova atividade, ao mesmo tempo que sofria de intensa cobrança por resultados positivos na produção. Nota-se um discurso afinado quando o assunto é a intensa pressão por maiores resultados, o que na prática levou as trabalhadoras ao cumprimento de horas extras e trabalhos em finais de semana. Condições que levaram a esgotamentos físicos e mentais. “*É, isso é puxado, viu. É um trabalho muito puxado. O tempo que eu tinha pra, lá em casa era pouco, na época só tava eu e meu esposo, né, eu não tinha filho ainda, e ficou mais complicado quando eu passei a ter filho*” (ANDREZA). Seguindo nesta mesma linha, o relato de Mariana dimensiona ainda mais os efeitos negativos do trabalho para seu corpo, principal causador de seu desligamento da indústria naval, onde afirma categoricamente que,

Eu acho que duas coisas. Primeiro pelo meu filho, eu... Você chega um limite de que ele já tava com 3 anos, tendo algumas dificuldades, alguns problemas de saúde, e eu estando muito ausente, e o segundo, eu acho que foi um princípio de estafa (risos). Eu, por ter um desgaste, por ter a necessidade de trabalho você num, tem gente que trabalha, dá 70% do seu tempo à empresa. Eu dava 99% do meu tempo à empresa. Então, assim, eu comecei a ter dores de cabeça muito fortes, comecei a passar mal. Eu tive muitas coisas. O médico me indicou que era início de estafa. Porque eu acordava já começava a dor de cabeça, porque eu sabia que tinha que trabalhar, eu sabia que tinha coisa pra resolver. Então até pela minha saúde. Eu conversei com meu coordenador, eu pedi pra ele me demitir se fosse possível, se ele não pudesse eu iria pedir para ir, e (inaudível) fui bem franca na verdade. Eu disse pra ele que se fosse necessário faltar, não tivesse me sentindo bem eu não iria trabalhar, eu ia primeiro cuidar da minha saúde.

As outras falas apenas reforçam o peso excessivo deste ambiente laboral:

“Não, eu não senti esse privilégio a mais, eu senti cobrança (risos). Cobrança eu senti muito, na pele (Mariana, ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal)”;

“Muito tempo é, sem ser reconhecida. Só cobrança, só cobrança!” (MILENA, ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal);

Foi uma coisa nova para mim, na qual eu aprendi muito, e abriu a porta para conhecimentos que até então eu não tinha vivido. Situações de pressão, era muita pressão porque a gente só recebia se fosse aprovada. Uma cobrança imensa, e era muito papel, muito, muita documentação, muita informação (MARIA, ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal);

Você imagina a pressão que era exercida para que o navio saísse. A pressão era muito grande, a cobrança por produção era enorme. Tinha-se dinheiro, mas pessoas ganhavam muito dinheiro, mas também abdicavam um pouco do viver, de família, de tudo. Porque você tinha que trabalhar direto. Vivia para trabalhar, e a recompensa era salário (REBECA, ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Uma sensação de maior liberdade que só é provada fora do espaço da indústria, portanto, mostrando-se como um trabalho alienado e estranho. O relato de Rebeca dá uma boa amostra, revelando que é só após sua saída da indústria naval que pôde desfrutar de um tempo mais livre.

Mudança, eu acredito que com relação a ter mais tranquilidade, passei a trabalhar menos, acabou aquela loucura de pegar de 7 horas da manhã, largar de 7 horas da noite, trabalhar sábado, trabalhar domingo. Eu passei a ter mais tempo para mim, com a vida pessoal, a vida profissional, descansar, para conseguir viver outros momentos, ver a vida com olhares diferentes, e ver que dinheiro é bom, mas, é bom quando você consegue conciliar dinheiro com viver. Se você só tem dinheiro e não vive, não adianta, tá plantando para alguém gastar.

No que toca à relação entre trabalhadoras e o sindicatos, o estaleiro tratou de selecionar sujeitos com reduzida ou nenhuma tradição de luta sindical, o que geralmente ocorre por meio de experiência laboral formal. Ou no máximo, mulheres advindas do setor terciário, já tão precarizado e com baixa representação sindical. “Distante” daquilo que compõe a tradição da indústria naval, “habituada” a constantes lutas da classe trabalhadora. Muito mais do que uma preocupação de seleção, correspondeu um traço dentro do processo organizacional da empresa, o qual já apresentou nesta etapa uma preocupação com o controle político dos seus empregados e empregadas, na tentativa de evitar futuras ações de reivindicação e organização política, tudo isso em meio às condições de exploração sentidas em suas rotinas de trabalho. Na prática, esse controle estratégico de limitar a consciência política inibiu ações e lutas reivindicatórias autônomas. Trabalhadoras que aceitavam mais passivamente os desvios de funções, o excesso de trabalho, as fortes e permanentes cobranças por produtividade, as diferenças salariais, os assédios morais, as violências simbólicas, o reduzido tempo de lazer fora do ambiente produtivo, levando-as a serem acometidas por doenças causadas pela intensidade de trabalho e a pressão psicológica. Em contrapartida, o papel do sindicato no imaginário social dessas trabalhadoras, em grande medida, é de uma instituição que está longe de representar e lutar em prol dos interesses reais de classe. Está ausente, ou no máximo, se limita a ganhos menores e pouco representativos, ou então estão mais para defender os interesses patronais. Andreza, a trabalhadora que ocupou cargo de

liderança reforça essa visão negativa acerca do sindicato “da indústria naval” no Complexo de Suape:

Ele tipo era um intermédio, às vezes dava impressão de que era comprado pela empresa [...]. É, a maioria tem essa visão porque às vezes ele fazia muito cirquinho assim, sabe, pra gente, e no final não dava em nada, num conseguia. Umas coisas ele conseguia de fato, outras que era mais importante não. Eles conseguiam, assim, umas coisas besteirinhas, sabe, migalhinha, o que era de fato o que a gente almejava não conseguia.

No entanto, o cotidiano do trabalho, ao revelar suas contradições, colocou esta trabalhadora no protagonismo de uma luta política, materializada numa greve e na mobilização perante outros trabalhadores e trabalhadoras. Experiência que rendeu maior consciência política e de classe, algo novo em sua trajetória de trabalho.

Foi, minha primeira experiência de greve. É, eu me senti muito na corda bamba, né, porque muitas pessoas foram desligada nesse, nessa greve, e eu por pouco também não fui desligada, e eu já tava na liderança. Eu não tava ainda como Leader Training, recebendo de fato, eu já tava liderando equipes, já tava já substituindo o Líder, já tava tomando frente da obra, e querendo ou não eu tinha influência sobre as pessoas, né, e a gente tava indignado com algumas coisas, porque a gente tava trabalhando já como profissional e recebendo como ajudante, mais ou menos assim, entendeu, para alguns cargos, tava demorando também para ter qualificação, a gente começou a pedir mais melhoria de refeitório, então essas coisas. E daí eu participei dessa greve, e arrastei acho que arrastei a maioria da minha equipe junto, e todo mundo parou, meu Supervisor ligava pra mim: entre, senão você vai ser demitida, entre senão você vai sair. Eu disse, eu não vou sair não, eu vou entrar se o pessoal for (ANDREZA. ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

A experiência da greve também mostrou os limites no nível de “consciência política” e luta, além de se fazer sentir o controle sobre as ações individuais decorrente da socialização que iniciara desde os primeiros momentos da chegada das trabalhadoras ao estaleiro. E quando colocada diante de outros movimentos grevistas que sucederam na empresa, Andreza confirma tal “domesticação” de luta. *“Tiveram várias, mas, de espontânea vontade assim, de querer participar foi dessa primeira”*. Por ter lutado junto ao sindicato, Andreza sofreu ameaças dos seus superiores, o que resultou na sua ausência nos movimentos grevistas posteriores. E essa sempre foi uma preocupação do estaleiro, abafar e punir organizações políticas que envolvesse seus trabalhadores e trabalhadoras.

A visão que Mariana apresenta reforça a condição de passividade e “despolitização”, sobretudo por observar no sindicato uma representação desnecessária. Nota-se em sua fala uma inocente ideia de que a reivindicação individual diretamente estabelecida com a empresa seja o caminho mais viável. Segue próximo da lógica já tão difundida em alguns países onde o *sindicato na empresa* é a figura de representação

política da classe trabalhadora (HIRATA, 2002). Acredita que a luta individual seja mais frutífera do que a organização coletiva. Suas palavras deixam claro essa limitação crítica:

Eu não sou muito de sindicato, muito dessas reivindicações assim, eu acho desnecessário, eu acho que já tinha muito representantes lá dentro, já, pra você tentar mudar. Você pode falar o que você quer e eles vão lutar por isso. O que eu briguei muito em reuniões pelo estaleiro mesmo. Eu ia pra reuniões pra questionar o ônibus, o transporte. Às vezes passava uma hora e meia dentro do ônibus, um transporte que não tinha condições e pro ar condicionado, era só uma cadeira um pouquinho mais confortável que a gente tava, ia num ônibus horrível. Então assim, eu briguei muito no estaleiro por condições da empresa, desse um pouco de condições melhor pra que a gente fosse pra lá. [...] Não me envolvia realmente com o sindicato (MARIANA, ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

O discurso de Milena é uma continuidade da visão negativa do sindicato, onde, ao mesmo tempo em que reconhece sua atuação, minimiza suas conquistas junto à classe trabalhadora, traduzida muito mais em conquistas pontuais:

Rapaz a única vez que eu vi que o sindicato agiu mesmo assim, uma delas foi com a do dia primeiro. É, o estaleiro mudou a folga no dia do trabalhador. Então eles queriam que a gente fosse no dia do trabalhador. Então eles fecharam, o sindicato fechou a curva do boi e não deixou passar ninguém. Nem ônibus. [...] Essa ação foi positiva. É assim também, sair de folga de pagamento também foi o sindicato que conseguiu ter a folga de pagamento, que a gente nem sabia se existia isso aí. O plano de saúde, ele, quem era, quem tinha cargo mais alto na empresa, ver que absurdo! Era melhor plano. [...] Aí o sindicato conseguiu mudar isso aí.

Discussão que coloca Rebeca novamente como voz dissonante. Seu envolvimento sindical está voltado para o setor da construção civil, tendo em vista sua formação, no entanto, enxerga papel positivo do sindicato que representa a construção naval, observando que, “o sindicato estava presente em inúmeras situações lá. Não só em relação à greve, à reivindicação em melhoria das condições de trabalho, reivindicação em relação à alimentação”. E acrescenta, “tinha muito problema lá com relação à alimentação. Qualquer situação o sindicato chegava, tinha greve, tinha com relação também a trazer alguém”. Desta vez, a visão de Maria está de acordo com a de Rebeca, que chega a afirmar que o sindicato era muito atuante: “o sindicato brigava junto com o povo lá, reivindicando seus direitos, até porque quando aumentava pra gente aumentava pra eles também”. No entanto, se contradiz em seu pensamento quando afirma ser uma perda de tempo a filiação ao sindicato, além de pensar que a contribuição sindical representa simplesmente uma transferência financeira vazia de qualquer sentido político.

A consciência coletiva pensada para estruturar esse grupo está em harmonia com o objetivo do estaleiro, comprovado nas convergências das falas. Configura-se em mão de obra que se especializam dentro do espaço produtivo, sujeitas a vários tipos de exploração, mas que se mantiveram fiéis ao setor e não formam uma consciência de classe. Distanciamento que se aprofunda quando analisado pela via do gênero. Contradições que são mantidas graças ao retorno promovido pelo salário.

Por outro lado, os impactos foram sentidos nas outras instituições, que passaram a orbitar o trabalho dessas mulheres. Estamos falando principalmente da família e da educação. Nota-se uma elevação nas condições de vida das famílias das trabalhadoras, principalmente no plano material e sua ressonância no universo educacional com o maior acesso ao ensino superior e à qualificação técnica. Mas, são essas mesmas famílias que sofreram os efeitos do excesso de trabalho e as condições de forte pressão exercidas sobre as mulheres trabalhadoras, que também estão sob a condição de mães, filhas e esposas. Uma interferência direta na educação dos filhos, nas relações matrimoniais, na ausência de tempo no espaço do lar e do lazer. Componentes que somam negativamente para o desagregamento dessas instituições. Através das fortes cobranças por produtividade, houve uma retirada progressiva das trabalhadoras ao seu convívio familiar e a tornaram objetos com dedicação quase que exclusiva ao ambiente da produção. A realidade de Andreza mostra claramente como sua vida conjugal e familiar sentiu esses efeitos:

Nossa, ele (o marido) tava aguentando na tora, velho, tava sendo muito difícil, porque, assim, é complicado, né? O dia inteiro e a noite, chegava tarde da noite, e às vezes dava fim de semana tinha que dobrar também, então é muito puxado, trabalho muito puxado mesmo, muito puxado. Porque eu como líder, líder de equipe, não tinha a regalia de dizer assim: “*ah, hoje eu não vou, não vou pra extra*”, porque se tinha extra eu tinha que tá lá também, mesmo que fosse quatro, cinco pessoas, mas eu tinha que tá lá presente. Então, foi essa época que eu, depois que eu engravidei, comecei a estudar, trabalhar, foi muito puxado, tanto que foi quando já começou a crise, né, aí eu até falava assim, pô, se me demitirem, eu não quero sair não, cara, mas, se me demitirem vou agradecer a Deus. Tava me saturando já, sabe, tava saturado.

Mesmo diante de condicionantes externos, Andreza trouxe para si a responsabilidade pelos desequilíbrios no seu casamento, o menor rendimento na família, e até uma justificativa para traições do seu marido.

Comecei a perceber que eu não tava dando tanto rendimento no trabalho e num tava dando tanto rendimento aqui na escola e num tava dando rendimento nenhum na família. Então minha vida tava meio, puxada demais, entendesse.

Quanto ao casamento,

Balançou um pouco, fiquei sabendo de algumas coisas que ele tava tendo extraconjugal, chegou a separar alguns dias.

E continua:

Ele não passou isso na minha cara, mas eu me culpo um pouco porque de fato eu tava muito ausente, eu não tava dando assistência nenhuma, como esposa, como mãe, eu não estava conseguindo dar assistência. Eu te falei, a minha filha tava acompanhando, acompanhando o crescimento dela pelo telefone (ANDREZA, ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

A fala de Mariana aponta para a mesma dificuldade em relação ao tempo dedicado ao filho, afirmando que “após a saída meu filho acho que até gostou mais”.

A legitimidade de uma realidade laboral em que se inserem essas trabalhadoras, pautada, sobretudo, nessas condições de negação do seu tempo de lazer, “abdição” de convívio familiar, forte pressão psicológica por produtividade decorre de um planejamento anterior, ou seja, do condicionamento ao desencorajamento político, sendo um critério latente já no processo de seleção da mão de obra. Nota-se um perfil bem definido de sujeito. Preocupação que permanece ao longo de suas trajetórias produtivas.

Dentre os meios utilizados para isso está aquele que historicamente reproduz uma condição de mulher, e que orbita sob a lógica machista conservadora. Trata-se de associar a mulher e sua vida social aos aspectos biológicos e subjetivos (SAFFIOTTI, 2013). Na prática, o estaleiro se utilizou fortemente desses elementos, mascarando as condições de exploração e abusos no qual estavam sendo submetidas. As cobranças, os desvio e acúmulo de função, e a expropriação do tempo das trabalhadoras se sustentaram até as últimas consequências por via dessa ordem. Oferecer a trabalhadora uma oportunidade inédita, principalmente em se tratando de pessoas em seu primeiro emprego, ou que carregam sinais de invisibilidade profissional, representa grande valor simbólico e pessoal. São essas subjetividades que operaram como “salário adicional”. Prática amplamente utilizada e internalizada individualmente, e que tem em Mariana uma base de referência:

A parte que eu tenho um pouco mais assim é: “*você é importante*”. Você precisa executar tal função, você precisa fazer bem, você tem a sua importância. Eu sentia mais isso quando eu precisava faltar, ou quando eu precisava ficar doente, alguma coisa assim. Que eu faltava, no outro dia já todo mundo procurava, todo mundo queria uma informação, já fez isso, já fez aquilo, então você sentia que você era necessária naquele lugar e naquilo que você fazia.

Subjetividades que se estendeu para barrar a ascensão feminina a postos de comando, ou mesmo não reconhecer sua entrada quando estas fronteiras foram

ultrapassadas. Foi o que ficou visível quando Andreza e Mariana chegaram a ocupações de liderança e de confiança.

Temos claramente o uso estratégico dos *estigmas*. Para muitos trabalhadores, o não reconhecimento e aceitação da ascensão das mulheres na construção naval se materializaram em discursos misóginos e preconceituosos, latentes pensamentos racistas e xenófobos. E isso ficou mais visível e forte nos trabalhadores advindos de outras regiões do país, como o sul e o sudeste. Rebeca sentiu triplamente estes estigmas, *negra*, *nordestina* e *mulher*. Andreza, por sua vez, não sendo aceita por estar em cargo de liderança, simplesmente pelo fato de ser mulher, se viu numa situação na qual foram testadas - sem perceber tal intenção - suas habilidades e seu conhecimento com solda por um trabalhador recém-chegado de outra região do país. “*Sabe, eles olhavam pra mim assim com aquele olhar de repulsa. Aí até teve um que falou assim, uma mulher vai mandar em mim? Nem na minha casa uma mulher manda em mim, uma mulher vai mandar em mim aqui!*” (ANDREZA, ex-trabalhadora, informação verbal).

Nota-se como o ambiente naval ainda se mostra como imaturo na recepção da mão de obra feminina, onde recursos invisíveis ou pouco perceptíveis foram lançados na defesa e demarcação de um território masculino. No entanto, a presença feminina neste espaço já caracteriza também uma territorialidade, transforma o desenho da construção naval e potencializa a construção de novas identidades profissionais, não mais reduzida à figura masculina. E é justamente a construção dessas identidades, no qual identificamos as *trabalhadoras navais*, que nos autoriza a dizer que essas experiências das trabalhadoras na construção naval não se configuram como uma mera passagem em troca de remuneração e emprego. Carregam fortes elementos subjetivos e identitário ocupacionais, capaz de transformá-las radicalmente enquanto mulheres e trabalhadoras, impulsionando-as na construção de novas identidades, e que teve na indústria naval o principal aporte de inflexão.

Por outro lado, essa reflexão em cima das trabalhadoras da indústria naval não está apartada de uma discussão mais ampla e complexa, e que localiza a mulher num cenário maior. Estamos falando da variável de gênero que, enraizada nas relações sociais cotidianas, invadem em cheio as relações de trabalho e cria assimetrias, tentando naturalizá-las pela diferença dos corpos femininos e masculinos. E, se aprofundar nesta reflexão é uma tentativa de desconstrução de uma ordem que ao longo do tempo destina às mulheres os trabalhos de reprodução social e uma condição de invisibilidade. Pensar nosso objeto de pesquisa nesse contexto o inclui no campo das violências simbólicas e

nos demarcadores da diferença e na dominação. Mulheres que vivenciaram na indústria naval as distinções de gêneros, e que ali sentiram por meio de elementos simbólicos como o comportamento feminino é definido e representado, presente nos discursos daqueles que estavam em posição de decisão. Dito de outra maneira, a subjetividade empregada para manter sob controle e motivação as trabalhadoras tinha como substrato as prenoções simbólicas do que era visto como inerente à mulher. E era no plano dos afetos onde essa relação se afigurava em grande intensidade e constância.

O pós-estaleiro trouxe consequências que se faz sentir até os dias atuais, sendo grandemente prejudiciais à classe trabalhadora feminina. Primeiro é importante salientar mais uma vez os ganhos subjetivos, políticos e pessoais que o trabalho na indústria naval rendeu às trabalhadoras, que fez daquela experiência o alicerce para o crescimento intelectual e individual. Transformações profundas que as deslocaram para novas condições de sujeito. Mas, retomando as consequências que foram se delineando e fez surgir novos fenômenos, um vem se destacando de maneira mais gritante. Estamos nos referindo a uma nova trajetória feita por algumas trabalhadoras que chama a atenção por fazer o caminho contrário. Ou seja, o retorno a atividades informais após a saída na indústria naval traz algumas observações. Essas mesmas mulheres que incorporaram uma “identidade” profissional no segmento da produção naval, de certa maneira fixadas nesse novo horizonte laboral, sucumbiram perante a falta de oportunidade imediata no setor industrial.

A crise no setor naval provocou demissões em massa, e com elas a “perda” das expectativas mais rápidas de retorno à área. A garantia dos direitos trabalhistas, e com ele os bons planos de saúde, assegurados pela carteira assinada deram lugar às incertezas e instabilidades das novas ocupações que se “abriam”. O poder adquirido pelas mulheres de administração da vida, dos projetos individuais e da família, pensados para médio e longo prazos (conquistados mediante a certeza do salário no final do mês), abriu caminho para a instabilidade financeira e a insegurança para fazer novos planos.

Pelo fato de sempre ter plano, desde que eu me casei que eu tenho plano de saúde, meus filhos têm plano de saúde, eu tinha uma renda fixa boa, não pagava aluguel. Hoje né, tudo no início é bem puxado, né, a gente assim, o lado bom de trabalhar para a gente é que eu consigo ter essa flexibilidade de conciliar melhor a minha vida de mãe, dona de casa e trabalhar. Antes eu me dava muito mais ao trabalho pelo fato de que eu saia de casa de 5 horas da manhã e chegava sete da noite, né, passava mais tempo longe de casa do que em casa e, às vezes chegava e o meu filho e a minha filha já estavam dormindo. Então chegava muito cansada e tinha que dormir, tal. Trabalhar fora era muito cansativo, muito cansativo mesmo, muito desgastante e hoje em dia eu consigo assim, levar meu filho na escola, pegar na escola, eu consigo brincar com eles, dar mais atenção. Eu me canso muito menos. É um

trabalho que não é cansativo muito, pelo contrário, a gente conversa entre uma cliente e outra, aí tem um assunto entre a outra, tem outro assunto, então a gente passa o dia que você nem percebe, né. Não é aquela coisa de cobrança, de temer. E hoje amanheceu chovendo e eu marco minhas clientes para outro horário, então assim essa questão de comodidade é muito melhor, né, agora a questão financeira, de estabilidade foi o que mais me abalou, não é porque assim, trabalhar para mim é uma coisa que se eu não trabalhar eu não tenho, né. Trabalhar para o estaleiro, trabalhar para os outros, independente de eu trabalhar ou não, eu ia ter um salário no final do mês, eu ia ter um ticket, eu ia ter o plano de saúde, né e agora não é assim (KARINA ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Eu passei a ter uma renda fixa, né, e também aliviei o bolso do meu esposo, porque ele quem pagava uma boa parte da minha faculdade, então ele passou a não pagar mais, aí deu que sobrou mais dinheiro, né, a gente conseguiu juntar mais dinheiro, que antigamente era para ele pagar minha faculdade e a dele, e pagar também as minhas coisas, e, eu que passei a pagar, né (TALITA ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Talita, que viu sua condição de vida melhorar após a entrada no estaleiro, e com ela a maior liberdade financeira e a garantia de concretizar a formação superior, também sentiu os efeitos da instabilidade. Com a demissão passou a administrar junto com o companheiro quatro lojas de vendas de açaí, o que na prática resultou em trabalho informal e, conseqüentemente, na perda dos direitos trabalhistas. Realidade que acredita ser passageira, e que retornará à indústria naval. “Atualmente temos 4 lojas de Açaí, onde eu tomo conta junto com meu esposo, e por enquanto tá bom, né, mas eu pretendo voltar para indústria naval” (TALITA ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

Ane encontrou “refúgio” na música, atividade que já desenvolvia em paralelo com a indústria naval, e que a partir de sua saída pôde se dedicar de forma exclusiva. “Eu busco qualificação na área musical [...], então todo o curso que estou fazendo agora é voltado para música instrumental” (ANE). Entrar nesta nova área não significa a garantia de trabalho formal, mas sim desenvolver apresentações de fins de semana, sem carteira assinada e qualquer garantia de direitos trabalhistas, o que na prática é o encontro com a instabilidade financeira e as incertezas, realidade distinta da que vivera no estaleiro.

Camila seguiu o mesmo caminho do trabalho informal e as instabilidades financeiras, mesmo diante do retorno de uma atividade que já desenvolvera antes do estaleiro. “Trabalho com estética, sempre foi minha área [...] Antes de entrar para o estaleiro eu já era formada em cabeleireira, só que essa profissão não era tão procurada, e como hoje então, ela cresceu e eu me atualizei, fiz outros cursos e estou trabalhando” (Camila, ex-trabalhadora entrevistada).

Já Andreza investiu suas energias para atividades no setor de turismo:

Eu saí do estaleiro, comprei um buggy. Já tinha um buggy, pois meu marido trabalhava como Bugueiro, e eu quando saí comprei outro buggy, e eu também faço passeio turístico em Porto de Galinhas, praia dos Carneiros, Calhetas. [...] Quando eu trabalhei no estaleiro eu tinha uma estabilidade financeira que *eu podia me programar melhor, me planejar, planejar compra disso, planejar reforma daquilo, planejar, entendesse?* Porque era um salário fixo, quase como se fosse concursado, cara. [...] *Hoje, como Bugueira em Porto de Galinhas eu ganho razoavelmente bem, não tanto quanto eu ganhava no estaleiro, mas eu não consigo ter esse controle de dizer, ah, vamos trocar de carro, vamos reformar isso, vamos reformar aquilo, porque é meio instável, incerto, então depende muito do movimento do turismo,* depende muito de turista, então, tem dia que a gente faz um passeio, tem dia que não faz, tem dia que faz dois, três, tem dia que não faz nenhum, *então é muito instável, entendesse. Essa é a grande diferença.* Outra parte também era o plano de saúde que era excelente, então hoje eu não tenho condições de pagar um plano de saúde desses, hoje meu plano é o SUS mesmo, normal da rede pública, não vou mentir.

Milena, por sua vez, foi trabalhar com Vendas, onde aproveitou o veículo comprado com o dinheiro do estaleiro para usá-lo como apoio na nova atividade na venda de bolachas. “Por falta de emprego no país, que tá difícil mesmo, eu tenho que bolar alguma coisa pra ajudar o meu esposo né, a manter a casa, porque realmente uma pessoa só é difícil, aí agora eu tô trabalhando autônoma vendendo bolachas de sabores” (MILENA ex-trabalhadora entrevistada, informação verbal).

A nova realidade que acometeu as trabalhadoras navais decorreu, em grande medida, da crise estrutural da indústria naval, desdobrando-se no desmonte do setor e demissões em massa. As consequências foram sentidas no menor poder de racionalização da vida desses indivíduos. Uma conquista adquirida com a estabilidade dos empregos na indústria naval. A estabilidade na função e as garantias de direitos trabalhistas apontadas pelas entrevistadas davam suporte e segurança para planejamentos de médio e longo prazo, impactando prontamente nas novas experiências e cotidiano das agora ex-trabalhadoras da indústria naval.

Essas mudanças que implicaram as trabalhadoras navais, por outro lado, não as colocou de volta à histórica “dependência financeira do marido”, muito menos a uma confinamento às atividades tradicionais de reprodução social no espaço do lar. Ao seu modo, e de acordo com suas qualificações, buscaram encarar a falta de oportunidades de emprego formal se apropriando de outras atividades, mesmo que no campo da informalidade. Um enfrentamento à conjuntura de crise que foi combatido com posturas proativas, de forma empoderada, reflexo da experiência na indústria naval: “aprendi a ser mais desinibida, mais popular, a lidar melhor com o público” (Camila, ex-trabalhadora entrevistada).

As novas atividades do pós-estaleiro incorporaram os traços da nova mulher que fez da experiência no setor o combustível para as inflexões subjetivas, políticas e identitárias. A fala de Ane mostra bem isso:

Olha, entender de produção, entender de qualidade, lidar com muita gente ao mesmo tempo, com prazos curtos, mostrar resultados dentro desses prazos curtos e cheio de dificuldades, *aprender a não ter medo de desafios*, independente do cargo, e conseguir ter uma *desenvoltura que antes eu não tinha*, antes de entrar nesse meio, então me ajuda bastante até no meio da música também, muita coisa que eu uso hoje na música eu trouxe de lá, que eu aprendi é bem legal.

É nessa mesma linha que outros relatos se externalizaram e demonstraram sujeitos com senso de protagonismo. “Muito conhecimento com relação a profissional que aprendi, que não foi fácil, me tornei Soldadora e passei por situações extremamente difícil e a sabedoria foi o fator principal... aprendi que sempre devemos procurar o melhor” (FÁBIA ex-trabalhadora entrevistada). Um desenvolvimento que só foi possível mediante a experiência proporcionada pelo trabalho: “Entrei sem saber de nada, para aonde iria, o que faria. Foi dividido em turmas e acabei ficando no grupo aonde iria para a escolinha. Eu não tinha noção de nada, foi quando me dei conta que iria me tornar uma Soldadora” (FÁBIA ex-trabalhadora entrevistada).

O trabalho na indústria naval trouxe outras particularidades, mas ao que parece também presente em outros setores no Complexo de Suape. Trata-se da forte presença de familiares na mesma empresa. Moraes (2015) ao pesquisar a mão de obra terceirizada na indústria naval alertou para essa característica. Identificou que há um modo ainda tradicional de gestão no que toca à contratação de pessoal, desprezando critérios mais profissionais e formais:

Arriscamos mesmo a dizer que o fato de não existir de forma explícita uma política de recursos humanos nas empresas, acaba constituindo-se como uma política. No tema da contratação, mais especificamente quanto à forma de arremeter os trabalhadores, foi bastante comum nos relatos ouvirmos sobre o uso recorrente do recurso da indicação. Segundo todos os trabalhadores entrevistados, a contratação, na maioria dos casos, acontece através da indicação. É um processo simples e bastante conhecido no que diz respeito às relações de trabalho no Brasil: um indivíduo já pertencente ao corpo de trabalhadores da empresa em questão indica conhecidos para postos que necessitam ser preenchidos (MORAES, 2015, pp. 68-69).

Essa foi uma prática que se reproduziu na entrada de funcionárias efetivas e terceirizadas no estaleiro. Tomando a realidade cultural da região, onde as pessoas têm relações de proximidade, com traços marcantes de sociabilidades interioranas, verificaram-se laços de confiança e companheirismo que se transportaram para dentro da empresa. E a oportunidade de fazer parte do quadro de funcionários de uma grande

indústria também abriu a possibilidade de inserção das pessoas mais próximas, onde os parentes e amigos mais estreitos ocuparam as primeiras filas.

Moraes (*Idem*) coloca que essa realidade de contratação que se institucionalizou na indústria naval não é fruto de uma medida desinteressada e inocente. Ela reflete como as relações no interior do estaleiro foram alicerçadas, ou seja, em grande medida, de cunho paternalista, no qual colocava sob controle trabalhadores e trabalhadoras que, na condição de gratidão e de lealdade aos que os (as) indicaram estabeleciam com a empresa vínculos que permitiam maior tolerância às explorações praticadas. E dentre as explorações estavam os desvios de função, horas exaustivas de trabalho e uma promessa por promoções que dificilmente chegavam, inclusive, com trabalhadoras que passaram anos em cargo mais elevado, mas que permanecia com salário referente a uma função subalterna. Ao mesmo tempo, ao trabalhador que tinha o poder da indicação, seu prestígio era revertido em maior lealdade e dedicação junto ao cargo que desempenhava.

Entre as trabalhadoras que entrevistamos, em seus relatos foi muito presente essa prática em suas realidades mais próximas, especialmente, os casos de Karina e Milena, irmãs que trabalharam no mesmo período, e que ainda contou com a presença de um irmão. Indicações que partiram de Milena, que enxergava positivamente a postura da empresa: “depois que eu entrei, consegui colocar meu irmão, minha irmã pra trabalhar; ela é uma empresa boa nesse nível também, porque tem empresa que não quer que família trabalhe, e o estaleiro não tem isso, ele não tem problema”.

Com Maria, sua entrada na terceirizada foi possível mediante a ajuda de uma amiga. “Olha, vê só, o que é que acontece, quando eu entrei lá foi essa minha amiga que me botou, né, como eu te falei, ela era Técnica, então eu entrei para auxiliar ela; e quando eu entrei lá, a gente era amiga”.

Talita, por sua vez, foi indicada pelo próprio marido, o que não demorou muito para ser convocada. “Na época meu esposo era Encarregado da área, daí ele enviou meu currículo ao RH (recursos humanos) e me chamaram”.

Fábia é outra que foi indicada por um amigo próximo: “foi uma indicação de um amigo que já trabalhava lá”. Situação que também ocorreu com Camila, que, segundo ela, teve ajuda de um grande amigo. E nos chama atenção sua história, não apenas pela sua indicação para trabalhar na indústria naval, mas o fato curioso de posteriormente ter como colegas de trabalho seu casal de filhos.

A partir dos relatos podemos montar algumas representações quantitativas: 60% das trabalhadoras entrevistadas tiveram a indicação de uma pessoa próxima; 40% do total de mulheres teve uma interferência direta de alguém da família ou fez indicação para algum membro.

Uma realidade que vai ao encontro com a fala de Moraes (2015), o qual reconhece que há outros elementos implícitos nessas indicações, favorecendo na gestão de pessoas, o que demonstra uma singularidade na cultura organizacional da indústria naval no Complexo Industrial e Portuário de Suape:

A indicação de um novo trabalhador por um funcionário também faz supor que se trate de um candidato que provavelmente já vai entrar na empresa conhecendo seu sistema de trabalho e suas normas disciplinares e que vem, por isso, com certo compromisso de responder a tais expectativas e não comprometer a confiança da indicação. Fatores como consideração, gratidão, comprometimento parecem ter um poder de influência maior que fatores relacionados à competência técnica nessa política de recrutamento. [...] A indicação e o seu correlato, o apadrinhamento, dão vida a uma espécie de paternalismo dentro da cultura organizacional que vincula autoritarismo a subserviência e lealdade, e impede que se estabeleçam critérios de gestão impessoais, embasados numa racionalidade técnica, aos quais os trabalhadores tivessem as mesmas oportunidades de acesso (MORAES, 2015, pp. 69-71). (Grifo Nosso?).

Entender com mais afinco e noção teórica esses elementos nos qualifica a localizar com maior sensibilidade as trabalhadoras navais, e é esse exercício que a próxima discussão nos propõe. A sociabilidade produzida no estaleiro sedimentou relações profissionais que eram extensões do que acontecia (e acontece) geralmente em regiões interioranas, onde os laços de confiança e a “palavra” garantem os acordos. E isso foi levado para dentro da empresa, com contratações que foram realizadas mediante a indicação de algum funcionário. Este, para não “sujar” a imagem de quem lhe indicou ao trabalho manterá uma constante gratidão, o que se refletirá em seu comportamento como funcionário e os posicionamentos políticos reivindicatórios. Eis a lógica dessa contratação. São questões que ganham outras dimensões quando adicionados os elementos de gênero. A saber, o peso da violência simbólica e dos demarcadores que pensam a mulher como sujeito portador de papéis biologicamente dados, o que pôde ser observado na indústria naval no Complexo de Suape. Ao mesmo tempo, também trouxe a oportunidade de desconstrução ou avanço de muitos desses pressupostos essencialistas.

A crise do setor naval brasileiro a partir de 2015 não significou apenas a perda de milhares de postos de trabalho. Como demonstrado em nossa pesquisa, significou também o esvaziamento de elementos sociais, materiais, simbólicos, subjetivos,

políticos e culturais que passaram a fomentar profundas transformações na realidade de muitas mulheres que tiveram acesso ao trabalho no estaleiro. As inflexões foram claras em muitos casos, tocando em questões essenciais da construção ou reconstrução de identidades e subjetividades individuais. A baixa operação dos estaleiros em Pernambuco, e mais especificamente do Atlântico Sul, compromete o desenvolvimento humano, profissional e social para as novas gerações de mulheres das regiões que orbitam o Complexo de Suape, o que pode ser traduzido como um retrocesso, uma vez que as antigas estruturas sociais (que estavam sofrendo profundas mudanças) tenderão a reproduzir as bases conservadoras que eram o cimento de sua sociabilidade, mas que a complexidade produtiva e industrial do estaleiro vinha ajudando a descolar.

5.5 Trajetórias Ocupacionais e a Construção de Identidades Profissionais.

Através da análise da trajetória ocupacional das mulheres na construção naval foi possível inferir algumas conclusões e desenhar um perfil em termos sociológicos dessas trabalhadoras, pessoas que encontraram na experiência produtiva da construção naval um novo espaço de potencialização de novas identidades profissionais, com transformações que passam pelo plano individual e social.

Três momentos marcaram a trajetória da mulher na indústria naval, e junto com ela a construção de uma identidade profissional e transformações subjetivas que envolvem seu mundo enquanto sujeito. Referem-se: *a) a sua chegada à área da indústria naval; b) a experiência profissional vivenciada naquele ambiente produtivo; c) o período pós-indústria naval.* Uma “costura” da vida profissional dessas trabalhadoras capaz de provocar uma nova relação que terão com o mundo do trabalho a partir de agora, e principalmente internamente, mediante as subjetividades que passam a incorporar em suas novas identidades, não apenas profissional, mas pessoal.

As mulheres que chegaram como mão-de-obra para a indústria naval, sobretudo, para os postos operacionais, ou traziam um “vazio” de experiências profissionais, sendo o estaleiro sua primeira oportunidade de emprego formal, ou tinham algumas experiências, mas longe da realidade produtiva da indústria naval. Portanto, neste momento as trabalhadoras ainda se mostravam sem pertencimento de identidade profissional. Entendemos que esse é o desenho de perfil estrategicamente adotado pela indústria naval para selecionar sua mão-de-obra, sobrepondo-se sem distinção de gêneros (ao menos, explicitamente, ou como principal traço de distinção). No entanto,

basta observar a distribuição por gênero para notar uma distância gritante. Pegando como referência o ano de 2013, período com maior quantitativo de trabalhadores e trabalhadoras no estaleiro pesquisado, os homens ocupavam 90,9% das vagas, enquanto as mulheres complementavam com 9,1%.

Mulheres com perfis próximos que, além das marcas históricas de socialização, agregavam a particularidade geográfica, refletida na “mesma realidade” social e cultural. Áreas que, relativamente afastadas do grande centro urbano do Recife condicionava as mulheres aos trabalhos domésticos e/ou informais. Regiões que, também apresentam como cultura produtiva as históricas atividades pecuárias e agrícolas, sobretudo voltadas para produção de cana-de-açúcar. Estamos falando de cidades como o Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Nazaré da Mata, Escada.

Percebe-se como há uma transformação mútua, onde a entrada dessas mulheres no ambiente produtivo provocou mudanças nesses sujeitos, mas também a própria feição territorial acompanhou a chegada de uma nova paisagem produtiva, onde a cana-de-açúcar começou a dar espaço aos ruídos das máquinas das indústrias. Dito de outra maneira, a região que comporta o CIPS, transformada em sua espacialidade produtiva, alimentou diretamente as novas identidades das mulheres trabalhadoras, sabendo que o próprio ambiente passou a oferecer as qualificações para o campo produtivo, presentes, por exemplo, na chegada do IF (Instituto Federal), no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e outras instituições técnicas privadas.

Essas mulheres que ingressaram no universo produtivo de Suape responderam ao fluxo de mão-de-obra demandada, portanto visavam a simples busca por um emprego, e não como necessidade de reafirmação de uma identidade profissional anteriormente construída. Levadas pela ampla oportunidade de emprego que o Complexo Portuário e Industrial de Suape potencializou, a inserção das mulheres na região não seguiu um direcionamento profissional específico, em harmonia com identidades profissionais específicas, mas sim para atender à demanda produtiva industrial que a conjuntura da CIPS exigiu. Mulheres que saíram de uma condição de donas de casa, com nenhuma ou pouca experiência no mercado de trabalho, e de repente estavam inseridas numa grande área produtiva. O estranhamento logo veio à tona diante da nova realidade.

“Não era aquilo que eu queria. Quando eu cheguei lá que conheci a área, era totalmente diferente do que eu trabalhava. Até na fila do almoço, eu, meu deus do céu, o que é que eu estou fazendo aqui? Que mal cheiro as pessoas, aquele couro” (Milena, ex-trabalhadora entrevistada).

A experiência na produção ofereceu às trabalhadoras muito mais do que o acesso a uma remuneração salarial. Rendeu-lhes o mergulho na esfera produtiva no sentido *strictu sensu* e o desenvolvimento de uma identidade profissional também produtiva. É certo que essas trabalhadoras, por meio de suas remunerações da indústria naval, modificam radicalmente seus estilos de vida tanto subjetiva quanto materialmente. A compra de um terreno, a construção ou a reforma da casa própria. Soma-se a isso a compra de um automóvel e o poder de planejamento da vida em longo prazo. Subjetivamente, há um salto qualitativo a partir da “inflexão identitária”. Mulheres que saíram da condição de donas-de-casa, com escolaridade média, sem identidade profissional fixa, presas aos demarcadores sociais femininos e dependentes financeiramente dos seus companheiros e/ou de outros familiares. Condições que a geografia local condicionava fortemente. E de repente tornaram-se o principal sujeito provedor da família, simbolicamente prestigiada por fazer parte da CIPS, deram um salto em suas qualificações técnicas e chegaram ao ensino superior. Ter em posse uma renda, em certa medida elevada para a realidade da população local, até então, colocou essas mulheres numa condição nova socialmente, o que se traduziu numa internalização desse novo papel, combustível essencial para o preenchimento de uma nova identidade. Progressivamente as identidades de dona-de-casa e mãe abriram espaço e recepcionou as marcas subjetivas proporcionadas pela experiência produtiva. No entanto, não podemos afirmar que há uma ruptura brusca de identidades ou uma inflexão automática, consequência da simples entrada na construção naval, mas sim uma “negociação” implícita entre as duas realidades que se colidiram em determinado momento nas vidas das trabalhadoras. Trata-se da chegada do casamento, do filho e das exigências por maior dedicação ao lar. Seus antigos anseios, sedimentados a partir de um longo processo de socialização, mas que o contato com o trabalho industrial abriu uma fenda para a construção de um sujeito com novas oportunidades e ambições. Essa negociação tem em Andrezza um bom exemplo, que demarca nitidamente o que representou o período pós-construção naval em sua vida:

Foi onde eu aprendi uma profissão, foi onde eu aprendi visão de empresa, foi onde eu aprendi a organizar minha vida. Foi onde eu comecei a querer construir, comprar terreno, construir casa, comprar carro. Foi onde eu planejei minha vida toda. Falei, só vou engravidar agora depois que eu tiver casa, carro, tudo bonitinho eu engravidado, quando me estabilizar de verdade. E foi dito e feito, né (Andrezza).

Em termos mais detalhados, equivale a dizer que, após um período de relativos ganhos financeiros e materiais, trabalhadoras como Andrezza e Mariana se utilizaram

daquilo proporcionado pelo ambiente da indústria naval para colocar em prática seus sonhos e metas mais “primitivas”, ou seja, dentro daquilo que foi socializada e que lhe conformava como identidade historicamente dada, ser mãe e esposa. Interrompeu temporariamente a trajetória de identidade profissional que estava sendo desenvolvida. Daí advém a barganha e as concessões nesse “jogo” identitário, onde a nova serve como instrumentalização para a primeira, no entanto, esta já não se configura como tradicionalmente fora pensada e colocada em prática como nas experiências anteriores da família. Neste momento são claros os ganhos qualitativos. Porque elas foram buscar a continuidade de suas novas identidades em construção. E mesmo após a saída da indústria naval se qualificaram dentro daquilo que a área exige, alimentadas por uma expectativa de retorno, de retomar uma identidade interrompida, ou no máximo, abandonada provisoriamente, para ter filhos ou cuidar dos que já possuíam – aqui se incluem as demais trabalhadoras, com exceção de Rebeca - uma vez que as condições de trabalho não permitiam vivenciar as duas plenamente. Horas exaustivas de trabalho e reduzido tempo para a dedicação à família e ao lazer.

Qualificações que, ao mesmo tempo representa metaforicamente este novo sujeito. Em outras palavras, a busca pela qualificação, seja no nível técnico ou acadêmico universitário é consequência direta dessa nova identidade profissional absorvida pelas trabalhadoras, uma vez que suas escolhas refletiram a intenção de se desenvolverem profissionalmente dentro daquilo que foi vivenciado no interior da indústria naval. Mulheres que viram na indústria naval a grande oportunidade de suas vidas, o que se converteu numa elevação da escolaridade e na ocupação de novos espaços ocupacionais de maior visibilidade.

Me trouxe muita experiência positiva, muito conhecimento, tanto conhecimento prático, como também eu tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas, de vários lugares do país, Rio Grande do Norte, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro. Muita gente. Ali era um aglomerado de pessoas de várias capitais, várias cidades do país (MARIA, ex-trabalhadora entrevistada).

Por outro lado, essa vivência gerou mudanças estruturais no interior do estaleiro, em especial, no que tange à precarização nos cargos de liderança ocupados pela mão-de-obra local. Ao mesmo tempo em que papéis de lideranças foram assumidos por essas trabalhadoras, o que é inegável a rica contribuição à identidade profissional, e junto com ela o empoderamento e o protagonismo, posto que socialmente é inédito em suas histórias, assiste-se ao rebaixamento dos seus salários. Favorecidas pelo

desenvolvimento da qualificação da mão-de-obra local e a abertura à ocupação em cargos de liderança e maior prestígio, as trabalhadoras passaram a receber salários bem abaixo quando comparado à mão-de-obra de outras regiões, ambas ocupando a mesma função. No entanto, só o fato de oportunizar suas entradas fez com que essas novas “lideranças” não questionassem as perdas salariais, se apegando muito mais aos ganhos advindos com a identidade profissional que estes novos espaços lhe garantiam. Voltando a fala de Andrezza, observa que se tratou de “uma diferenczinha o fato dos antigos Líderes Operacionais receberem 5, 6 mil reais, em detrimento dos novos que passam a ganhar 3.700,00, 4.000,00”.

Assimetrias que foram possíveis mediante o perfil da mão-de-obra da região que, tomada pelo histórico de dificuldades econômicas e trabalhos precarizados na produção da cana-de-açúcar foi receptiva a este regime de trabalho que também se mostrou intenso e de exploração, mas ressignificados a partir da formalidade e da remuneração acima dos padrões locais. Soma-se a isto a ausência de uma cultura política e sindical. Elementos também encorpados na identidade profissional dessas mulheres. E, diga-se de passagem, pessoas que trouxeram em suas biografias uma marginalização social e geográfica, e que encontraram na indústria naval o passaporte para a cidadania mais enriquecida.

Assim sendo, a experiência na indústria naval foi central na vida dessas mulheres trabalhadoras, mostrando-se como principal momento de inflexão identitária, sobretudo, quando levado em consideração o fato de que, internalizada esta nova *identidade produtiva*, alteraram definitivamente os rumos de suas histórias, uma vez que, pensaram e planejaram suas novas trajetórias a base de tudo aquilo que foi apreendido na indústria naval. E neste sentido, não cogitam o retorno à condição anterior, que as restringem à identidade socialmente dada, de mães e esposas, alheias ao espaço público e produtivo.

Definitivamente, foi positiva e agregadora a inserção feminina à indústria naval. Ganhos que a enriqueceram subjetivamente, materialmente e em termo de identidade profissional e pessoal, dando-lhes suporte para a ampliação da autonomia, empoderamento e protagonismo, sejam no âmbito da família ao na vida social em sentido mais amplo. Significa dizer que, houve uma elaboração simbólica e subjetiva por meio da *experiência* no campo de trabalho, sendo este ao mesmo tempo um espaço de exploração, como também potencializador de ampliação de cidadania, produção de novas subjetividades, identidades, liberdade e empoderamento.

5.6 As trabalhadoras, o pós-indústria naval e as novas ocupações

Andrezza- Após sugestão do marido, direcionou seus esforços para outra atividade, e que, de certo modo, dialoga com aquilo que vinha desenvolvendo na condição de jovem aprendiz quando atuava no setor hoteleiro, voltando-se para o turismo. Trata-se da atividade de *Bugueira*, prática que já desenvolvera enquanto lazer, mas profissionalmente desenvolvida pelo seu companheiro. “Aí ele falou, tu já conhece tua trilha, por que a gente não compra outro buggy, tu fica com um e eu fico com o outro. A gente não vai enricar, mas vai conseguir manter nossa vida, tirar uma renda legal”.

A nova ocupação não significa a busca por uma nova identidade profissional, como compensação daquela perdida na indústria naval, mas sim algo passageiro para atender a uma sobrevivência mais imediata. Algo até o retorno à indústria naval. E para isso investiu em qualificação na perspectiva de retorno à área. Aliando a isso, seu discurso deixa claro a incorporação de uma identidade profissional produtiva, numa completa conversão possibilitada com a experiência no estaleiro. “Eu tô saindo com a cabeça de voltar um dia, saindo com a mentalidade de um dia voltar. Vou sair, vou me qualificar melhor, vou ter mais tempo de focar melhor no meu curso e vou querer voltar com tudo, viu! (ANDREZZA, ex-trabalhadora entrevistada). E acrescenta categoricamente, “eu tenho pensamento de voltar para a área, só esperando essa crise dá uma amenizada aí”.

Mariana- Respeitado um período de descanso, retornou ao mercado de trabalho, onde passou a ocupar a função de Vendedora, levada muito mais pela necessidade financeira do momento. No entanto, o estranhamento e a ausência de identificação mostraram o quanto a indústria naval ainda está presente. “Você trabalha como Vendedor, que é minha função atual, você é basicamente igual as outras 10 Vendedoras que têm na loja, você não tem aquele destaque”. Temos aí um forte sentimento aos antigos laços profissionais e a identidade profissional construída no estaleiro. “Às vezes dá até um pouquinho de saudade. Poxa, lá era uma correria tão louca (risos). De vez em quando bate uma saudade da diferença que você tem de uma indústria para o comércio”. Ter ocupado um cargo em meio à liderança lhe rendeu uma maturidade e protagonismo. “Na empresa (estaleiro), querendo ou não eu tinha um pouco essa diferença da minha responsabilidade” (MARIANA, ex-trabalhadora entrevistada).

Milena – Atualmente trabalhando de forma autônoma, vendendo bolachas de sabores, utilizando seu veículo como barraca improvisada, afirma que tá gostando na nova ocupação, e que pensa em expandir seu negócio e não procurar mais emprego. Destaca também que tem como característica aproveitar as oportunidades, fato que leva à interpretação de que uma identidade profissional em decorrência da passagem pela indústria naval não foi absorvida. No entanto, implicitamente, essa identidade se mostra como viva, percebido no fato de buscar capacitação após a saída do estaleiro no curso técnico de mecânica, dentro da perspectiva de agregar mais conhecimento e tentar ingressar novamente na indústria naval, caso apareça oportunidade. Inclusive sua relação com a empresa demonstra o quanto foi o peso da identificação ocupacional em sua decisão de se manter no local, mesmo diante do sentimento de injustiça e revolta por estar desde o início em desvio de função. Saiu por demissão do estaleiro e não por vontade própria ou comportamento para provocar sua saída. Com frequência destaca o quanto não foi reconhecida pelo seu trabalho, inclusive acionou a “justiça”, mas isso não arrancou dela o desejo de retorno.

Rebeca- Esta trabalhadora mantém muito do que já possuía antes de sua entrada na indústria naval, principalmente ao conservar a identidade profissional. Mesmo atuando em sua profissão de Engenheira de Segurança do Trabalho, o estaleiro se mostrou como uma área absolutamente nova. Hoje atua numa empresa de menor porte, ganhando um terço do que recebia no estaleiro, mas isso não alterou sua identidade profissional. Suas qualificações posteriores a esta experiência em Suape se voltaram para complementar aquilo que já exercia antes, portanto sem sofrer a influência da indústria naval. Há sim um reforço de sua identidade, e não uma negação ou apropriação de outra. Consequência do perfil de trabalhadoras que, em contraponto as demais pesquisadas, já tinha internalizada o mundo industrial em sua trajetória, enquanto as primeiras tiveram na indústria naval as ferramentas para tal apropriação.

Maria- Na atual condição de desempregada direciona seus esforços na busca por retorno ao mercado de trabalho, no entanto, visa especificamente a área de Qualidade, experiência adquirida na indústria naval, numa clara demonstração de uma identidade profissional conquistada e estabelecida. Uma sedimentação subjetiva que se confirma ao percebemos que os estudos acadêmicos pós-estaleiro foram pensados dentro desta nova profissão. “Eu tô terminando agora, ano que vem eu me formo em Engenharia, e quero

ser uma Engenheira de Qualidade”. Também afirma categoricamente a influência direta da indústria naval em sua escolha profissional, tendo como parâmetro os valores simbólicos que estão por trás de algumas profissões, e que converte em valorização econômica. “Influenciou porque a partir do momento em que eu estava lá, que eu via as divisões de trabalho, aí eu pude perceber a valorização da pessoa que é Engenheira, as oportunidades são melhores, os salários são melhores, entendeu?”.

Karina- A intensificação da flexibilização do trabalho na rotina produtiva do estaleiro foi um dos grandes causadores da sua decisão para deixar a indústria naval, quando percebeu o prejuízo que isso rendia para os trabalhadores. Na prática houve um aumento do desvio de função e desvalorização dos profissionais. Suas perspectivas de crescimento profissional na empresa também foram esvaziadas, uma vez que, a promoção de funcionários e funcionárias e a contratação de pessoal deram lugar à exigência do acúmulo de funções entre as trabalhadoras restantes. E quando novas trabalhadoras eram contratadas recebiam salários bem abaixo do que era pago anteriormente.

Certeza de que a gente não mudaria de lugar nenhum, era aquele ali mesmo, né. Começaram as demissões, depois começaram a contratar com um salário muito baixo, pessoas que começaram a voltar como Soldador ganhando muito menos, então assim, a gente via que *a gente já não tinha mais perspectiva de vida né, profissionalmente*. A gente não ia passar daquilo ali, o que eles queriam era que a gente fosse assim, eu era nível 1 para eu passasse para o nível 2 eu teria que saber soldar, aí para ser nível 3 eu teria que saber montar, soldar e fazer movimentação de carga, no caso seria assim, acúmulo de funções, quanto mais funções eu soubesse fazer maior seria meu nível. [...] Aí eu aproveitei a redução e pedir para me colocarem na lista de demissão (KARINA). (Grifo Nosso).

Com a saída do estaleiro abriu um salão de beleza junto com o irmão, também recém-demitido do estaleiro, e sua cunhada. A escolha pela área da estética não se deu de forma aleatória, mas sim como oportunidade de colocar em prática um antigo projeto. E mais, Karina há muito tempo sonha em se profissionalizar na área de podologia. A nova atividade lhe garante maior controle sobre o tempo, autonomia, estar próxima dos filhos e cuidar da casa:

Era a única coisa que eu sabia fazer depois, né. A primeira coisa que eu aprendi foi fazer a unha, né. Depois que eu fui ser Soldadora. A questão que me levou mais assim foi a questão da comodidade, né, eu trabalhar para mim mesma, fazer o meu horário, conciliar, cuidar da minha casa, dos meus filhos e trabalhar. É uma área assim, desvalorizada e tá dando para a gente viver disso, daí eu queria trabalhar assim porque eu fazia meu horário, cuidava dos meus filhos e não ficava tão presa, né. Eu consigo levar na escola, buscar na escola e na indústria a gente fica muito preso. [...] Como eu te falei, eu pretendo fazer o curso de podologia e seguir carreira, né, abrir minha clínica

e só crescer nessa área, possivelmente dar palestras, dar cursos de podologia. Interesse nessa área mesmo. Eu pretendo seguir essa área. (KARINA, ex-trabalhadora entrevistada).

Seus projetos estão sendo colocados em prática muito em função da autonomia adquirida com a experiência no trabalho no estaleiro, o que impulsionou em suas novas escolhas e atitudes mais proativas. O relacionamento (casamento) que mantinha antes mesmo da entrada na empresa foi finalizado. Relacionamento este que era marcado por uma ordem machista e conservadora, fato que dificultou sua inserção no mercado de trabalho. E como relatado por ela, não teve nenhum apoio do companheiro quando decidiu pleitear uma vaga na construção naval. Mas, foram acontecimentos que ficaram no passado, e a mulher que entrou no Complexo de Suape já não foi a mesma que saiu, o que também se refletiu na vida pessoal, onde mudou-se de estado, passando a morar no interior de São Paulo na tentativa de materializar seus projetos profissionais.

Talita- Passou a se dedicar mais efetivamente às atividades nas lojas de açaí, empreendimento que seu esposo adquiriu após a saída do estaleiro. Inicialmente, Talita conciliava o trabalho no estaleiro com a administração das lojas, mas atualmente se dedica aos estudos na formação em Engenharia de Produção, sobretudo na expectativa de retorno à indústria naval.

Fábia- Levada por preocupações com a saúde, a trabalhadora entrou em acordo com a chefia e negociou sua saída, entrando na lista de demissões do estaleiro. Atualmente se dedica aos estudos, objetivando a aprovação em concursos. Oportunidade que também aproveitou para cursar o Técnico em Administração. Procura deixar claro que não tem nenhum interesse em retornar para a indústria naval. No entanto, nota-se como em sua nova trajetória permanece a postura proativa, e que tem associada a sua autonomia a inserção ao mercado de trabalho, portanto, como sujeito provedor.

Ane- É mais uma ex-trabalhadora da indústria naval que afirmou que não pretende voltar para a área. Seus esforços hoje são voltados para o campo da música, inclusive, em relação aos novos cursos realizados e os que têm interesse. Permanece solteira e sem filhos. Iniciou o curso de Gestão de Qualidade ainda quando estava no estaleiro, chegando a concluí-lo.

Camila- Sua demissão pode ser considerada paradigmática quando observada a conjuntura, ou seja, no final de 2014, período que dá os primeiros sinais da profunda crise que iniciou a partir de então. Na oportunidade, como relatado pela trabalhadora, “houve um grande corte”, o que a incluiu, mesmo não sendo seu interesse sair. Desempregada, retomou à antiga atividade no ramo da estética (Cabelereira). Também aproveitou para se qualificar mais com novos cursos: “eu já tinha o curso de cabelereira, daí fiz o curso de unha em gel, depilação e limpeza de pele” (Camila, ex-trabalhadora entrevistada). No entanto, deixa claro seu desejo de retorno caso surja oportunidade: “se tivesse a oportunidade eu voltaria, eu gosto; tempo bom, não tenho do que reclamar”. E conclui, “se eu pudesse voltar no tempo daria meu melhor dentro da empresa para não ser incluída no corte” (Camila, ex-trabalhadora entrevistada).

Expor e problematizar o lugar que as ex-trabalhadoras da indústria naval ocupam após a saída não se reduz a um processo descritivo, muito embora seu uso também esteja presente. Trata-se, principalmente, em revelar a partir dele, como dialeticamente novos resultados foram possíveis, trazendo novas narrativas na trajetória dessas mulheres, implicando em transformações em outros campos, como na reconstituição de identidades e subjetividades, mediadas, em grande medida, pela experiência no trabalho na indústria naval, mas, individualmente sentidas e significadas, ao mesmo tempo em que, efeitos sociológicos também foram produzidos.

A pesquisa nos mostrou a singularidade das mulheres que passaram a compor o quadro de funcionárias do estaleiro Atlântico Sul, separadas por suas histórias, crenças, regiões, formações, mas unidas pela incorporação do *habitus*. Este, representando as disposições e estruturas cognitivas incorporadas no sujeito, guiando suas ações e configurando suas práticas, ao mesmo tempo em que é um elemento diferenciador de grupos e sujeitos, ou seja, princípio de distinção e divisão (BOURDIEU, 1996). Na prática, equivale a dizer que essas novas identidades profissionais absorvidas pelas mulheres, na qual denominamos de *trabalhadoras navais* respondem às inflexões, notadas, sobretudo, no novo sujeito, que saiu da condição incorporada de mulher, tradicionalmente dada para ocupar outro lugar social, a de mulheres produtivas, detentoras de competências emancipatórias, de maior liberdade e empoderamento. Cada uma a seu modo, dá uma clara demonstração dos efeitos que o trabalho na indústria naval potencializou em suas vidas. Em menor ou maior grau, é fato comprovado que houve profundas transformações, para algumas muito mais no campo material, já em

outras, sentidas muito mais fortemente na reconstituição de suas identidades, subjetividades, dando-lhes novos papéis sociais e, alicerçadas numa maior consciência política.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno de crescimento econômico, da oferta de emprego e de vultosos investimentos ligados ao Complexo Industrial Portuário de Suape traz consigo exigência de análises e produções acadêmicas que deem conta da complexidade que envolve a região. Uma dessas exigências se volta para o setor da indústria naval, e não por acaso é possível identificar algumas pesquisas em curso e outras já finalizadas. Nossa pesquisa tenta contribuir ao fazer o recorte de gênero no interior da mão de obra neste setor, sobretudo, direcionado para as ex-trabalhadoras. Não se trata de simples apreensão das condições de trabalho e exploração em torno do motor de acumulação capitalista. Ousamos agregar outros componentes à pesquisa que para muitos/as seriam inconciliáveis, e até antagonicos. Nosso primeiro desafio foi analisar o Complexo de Suape e a indústria naval no contexto do modelo político e econômico *desenvolvimentista*, sinalizado em alguns traços nos governos do PT. Fato que exigiu um mínimo debate teórico e conceitual. Portanto, esse é o cenário onde se localiza a instalação da indústria naval em Pernambuco, dando-lhe aproximação com acontecimentos políticos em esferas mais ampliadas e complexas. Realidade que ficou comprovada com o golpe de estado promovida pelos setores conservadores das elites políticas e econômicas do país, o que resultou na crise e no desmonte da indústria naval nacional. Neste sentido, ao tratar da trajetória ocupacional das trabalhadoras na indústria naval em Suape, esses determinantes não podem ser desprezados, e diria que são centrais.

Uma segunda tentativa de reflexão se deu no campo da sociologia do trabalho, não apenas no âmbito do trato das condições de trabalho na contemporaneidade, mas em especial sob as condições da flexibilização produtiva, das relações de trabalho e da sua legislação. É nesta configuração que pensamos o movimento histórico do nosso objeto, ou seja, as novas inserções da mulher no mercado de trabalho em meio aos novos avanços da acumulação capitalista. Questões que nos põem diante da discussão de gênero, e no qual nos direcionamos para tratá-la a partir das relações sociais que “fundamentam” as hierarquias entre homens e mulheres, o que se denomina de relações sociais de sexo. Empreitada que nos fez “resgatar” as obras de Saffioti, Hirata e Souza-Lobo, dentre outras. No entanto, como se sabe, as relações sociais de sexo operam a partir da disputa de poder e dominação, o que nos afasta de qualquer apreensão que lide os gêneros como categorias estanques e pré-fixadas, que se encontram e formam um

todo orgânico de interações. O lugar de cada sujeito na relação é justificado com base em elementos simbólicos, sociais e subjetivos a ele atribuído. Defendemos que, a materialidade da vida social em sua efetivação também depende de uma ordem simbólica e da construção de indivíduos sociológicos. A presença de Bourdieu neste trabalho nos é apropriado para a explicação desse outro campo de relações, e que “dá vida” para o que ocorre na produção material. Quando fazemos referência à divisão do trabalho produtivo e reprodutivo estamos chamando atenção para os elementos simbólicos que legitimam tal separação, e que se volta para demarcações simbólicas, culturais e sociais em torno do que vem a ser a categoria *homem e mulher*.

Ao estudar a trajetória ocupacional das trabalhadoras que tiveram a experiência de atuarem no setor naval no Complexo de Suape, inicialmente não tínhamos a dimensão da complexidade que envolvia esse percurso. Num primeiro momento acreditávamos ser possível com abordagem essencialmente através das experiências no cotidiano de trabalho no interior do estaleiro. Operação que foi alargada e trouxe outros questionamentos, mostrando-nos que o movimento do nosso objeto se dava anterior à sua entrada no setor.

Uma análise de trajetória não pode desprezar os processos socializadores dos sujeitos, e no qual foi dada atenção especial, destacando que o perfil de mulheres que chegavam para ocupar os cargos no estaleiro atendia estratégias latentes. Daí a importância de entender a economia simbólica no espaço produtivo, acreditando que, esta reforçaria e ampliaria as formas de exploração laboral, com as clássicas estratégias de *mais-valia*, exigência crescente por maior produtividade, desrespeito aos direitos trabalhistas, e, somadas à nova realidade de flexibilização do trabalho, do processo produtivo e das leis que regulamentam o trabalho, em especial na atual conjuntura de intensificação de maior precarização do trabalho do capitalismo globalizado do século XXI.

Assistiu-se a intensa exploração da mão de obra sobre homens e mulheres, com consequências sentidas não apenas no corpo. A mente, o psicológico das pessoas também sentiram os efeitos da intensa cobrança por produtividade e resultados favoráveis. Demandas excessivas que roubavam o tempo e a dedicação para outros espaços que não os da empresa. Os efeitos não tardaram para aparecer, com instabilidades no casamento, nas relações familiares, e muito sentido na educação dos filhos e no acompanhamento do crescimento.

Evidentemente que uma variedade de problematizações poderia ser extraída do nosso objeto, mas, pelo que foram sinalizadas, algumas se sobressaíram mais fortemente. Dentre elas, perceber que novos contornos não só materiais e objetivos tomaram as vidas das mulheres trabalhadoras da indústria naval. Iniciou-se um mergulho no universo da subjetividade e das identidades, nos significados e sentidos que o trabalho pôde promover em suas trajetórias, com transformações que mexeram com a vida social, política, intelectual, cultural e existencial. Talvez um olhar mais superficial e conservador nos furtassem de observar potencialidade e inflexões latentes e até invisíveis.

Ao longo do texto tentamos evidenciar que estavam se movendo outras transformações, que não se tratava de simples inserção no mercado de trabalho, melhorias no padrão de vida e acesso mais robusto ao mercado consumidor. No entanto, por essa perspectiva, antigas subjetivações se manteriam intactas e fora de um debate mais amplo. Mas, foi por esse fio condutor que nossa pesquisa ganhou caminhos de análises, sinalizando novas variáveis a serem incorporadas à trajetória ocupacional feminina, tendo como pano de fundo as *relações sociais de sexo*.

As lutas e os conflitos que operam dentro das configurações de gênero, tipificado no espaço que Bourdieu denomina de *campo*, “nada mais é” do que o lugar de disputas entre grupos para ocupar posição de dominação, legitimada por poderes simbólicos e alicerçado na “negação” do outro. Espectro presente na indústria naval ligado às categorias de gêneros, invalidando afirmações que enxergam as transformações como oriundas de processos lineares, quando na verdade correspondem a processos dialéticos, experienciados materialmente no dia-a-dia das trabalhadoras.

Em grande medida, as mulheres que se apresentaram à pesquisa traziam muito da noção de um sujeito socialmente dado, ou seja, de um pensamento essencialista da figura feminina. Nota-se, ao mesmo tempo o peso da narrativa religiosa na difusão dessas ideias. Todas as mulheres pesquisadas têm uma forte relação com a religiosidade, com um histórico que se reproduziu ao longo da trajetória de suas famílias, e que também é marcada pelas migrações, e que faz lembrar a realidade histórica do povo nordestino no território nacional. A particularidade trazida pela pesquisa é que as migrações se deram no interior do estado pernambucano ou máximo em estados próximos. As primeiras ocupações profissionais e suas aspirações parecem acompanhar destinos já traçados, com atividades direcionadas ao trabalho de reprodução social no

espaço da casa, ou “no máximo” no trabalho na agricultura, pecuária ou como empregada doméstica.

Foi em meio a esses componentes simbólicos e culturais que se deu a chegada do Complexo Industrial Portuário de Suape, e com ele o setor naval, que soube tirar vantagem das características sociais e culturais da região para desenvolver um perfil de mão de obra condizente com seus interesses capitalistas, materializado em profissionais com inexperiência em lutas políticas no campo do trabalho, e mais que isso, imperou nos anos iniciais a contratação de mulheres com nenhuma experiência anterior de trabalho formal, e tantas outras tendo o estaleiro sua segunda oportunidade de trabalho. No entanto, mediante os conflitos e interesses da classe trabalhadora do estaleiro algumas greves ocorreram, e com participação ativa do sindicato, o que provocou a presença de algumas trabalhadoras, inclusive na posição de liderança do movimento. Fenômeno sedutor para essas mulheres, que pela primeira vez estiveram na luta política, e as fez sentirem importantes na defesa de interesses coletivos da categoria.

Em termos de transformações subjetivas, a experiência no trabalho serviu para a efetivação de novos valores, conhecimentos e vivências. A inserção no emprego formal, numa área de grande porte e com a presença de milhares de pessoa, e num universo que congregava tantas outras grandes empresas já se mostrava como um ponto de inflexão para muitas mulheres que, na condição de casadas, davam seus primeiros passos para uma maior autonomia e emancipação em relação às tradicionais relações matrimoniais, onde os maridos tinham a exclusividade do acesso aos proventos. A pesquisa mostrou que, em alguns casos essa mudança foi motivo de conflitos no interior do casamento, sendo motivo de resistências e desconforto perante os novos papéis assumido pela mulher. Os traços intersubjetivos de cunho machista e sexista, em muitos casos se mostravam como uma continuidade entre os espaços da casa e da fábrica, variando apenas os personagens, mas mantendo a mesma deslegitimação feminina.

A cada avanço aumentavam os obstáculos e a resistência masculina. Uma batalha que não era apenas por maior reconhecimento das qualidades profissionais das mulheres, mas, ao lado dela estavam outras, que por vezes se mostravam invisíveis, as simbólicas.

E foi por meio dessas experiências que as trabalhadoras se fortaleceram e deram novos contornos à condição de trabalhadoras. Atrelado à ideia de pertencimento ao setor naval e a ocupação, se desenvolvia uma maior identificação profissional e produtiva, desafiada por um espaço historicamente masculino. O investimento na profissão, que se

iniciou no momento que ainda estavam no emprego, para muitas, não teve rupturas após a saída. O conhecimento técnico, de nível superior e as expectativas de retorno à indústria naval comprovam tal internalização de uma “identidade” profissional produtiva.

Rupturas também verificadas no quadro subjetivo, que se materializou nos novos contornos dados às suas vidas, deslocando-as das antigas posições que possuíam antes da experiência no estaleiro. As novas aspirações se voltam para uma maior inserção no mercado de trabalho, com incremento em conhecimentos técnicos e acesso ao ensino superior. Já não se veem presas às históricas condições de mulher repetidas no interior da família. A autonomia que os salários no estaleiro lhes renderam trouxe novas experiências na vida social, garantindo-lhe um poder inteiramente radical, como o de administrar e planejar a vida a longo prazo, e mais, a partir de suas próprias escolhas e direcionamentos, não ficando mais presas aos projetos dos companheiros, com papel de coadjuvante. Isso não quer dizer que os projetos anteriores tradicionais foram solapados, mas sim passaram por ressignificação, o que implicou no adiamento da maternidade e na priorização de outras conquistas, como a casa própria, a formação profissional e a estabilidade financeira.

Dentre outros fatores, a pesquisa também se revelou como pioneira ao tratar do tema do *trabalho feminino* no Complexo Industrial Portuário de Suape, fato este que aponta para sua maior relevância, onde, ao propor um olhar mais atento para os elementos de gênero dentro das configurações de trabalho numa região ainda não explorada, convida outros pesquisadores na ampliação dos estudos, além de lançarem suas críticas e atualizações ao presente trabalho. Aos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente, é a oportunidade de conhecer mais profundamente a teia de relações que envolvem o cotidiano do trabalho na indústria naval, o que evidentemente toca em questões de conflitos, dominação, relações de poder, violência simbólica, mas também de cooperação, solidariedade, conquistas, afetos, rupturas e avanços. E, ao traçar um recorte da realidade de mulheres, acontecimentos que pareciam óbvios e mecanicamente vivenciados têm outra conotação, com significados e subjetivações que ultrapassaram as linhas da “fábrica”, mas que têm como ponto de partida a experiência do trabalho, onde, em meio às permanentes características de exploração dentro da ordem capitalista, também pôde promover ganhos qualitativos, com transformações interiores e efetivas em mulheres que dedicaram suas energias, tempo e empenho ao seguimento da indústria

naval. E nossos olhares tentaram capturar também essa realidade que em muitos casos passam despercebidas ou ignoradas.

Vale lembrar que essas trajetórias, além de se ancorarem na experiência produtiva no setor naval, acrescentada em relações sociais motivadas por fatores de gênero trouxeram para a análise os “determinantes” de raça, sexualidade, idade, geográfica e de experiência anterior às atividades na indústria naval. Diluídos nos tramas das experiências individuais das trabalhadoras tentamos fazer reflexões que levam em consideração a abordagem da interseccionalidade, e dela concluir que as trajetórias foram afetadas mediante os recortes de estigma/marca. E qualquer tentativa de análise que passe ao lastro dessa realidade fecharia os olhos para as várias violências que atingem as diferentes categorias de mulher. Mas, um fato foi central: *a variável de gênero como limitador da ascensão feminina no estaleiro foi um elemento transversal.*

Investigações que “flutuaram” por linhas metodológicas e teóricas que julgamos mais próximas daquilo que envolve o desafio de pensar a mulher na instituição do trabalho. Tentamos com isso aproximar quatro importantes campos de reflexão: o das relações sociais de sexo, da subjetividade, da interseccionalidade, e da produção simbólica. Componentes que tiveram como apanágio uma ordem econômica e política reconhecida por muitos/as como *desenvolvimentista*, figuradas, sobretudo, nos governos do Partido dos Trabalhadores. Fenômenos de investigação que em sua totalidade visa enriquecer a área de pesquisa que estrutura nossos estudos: *Trabalho e Gênero.*

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo, Ed. Boitempo, 2011

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENTO, Dehora Fernanda Custódio. Políticas de qualificação profissional e inserção de jovens no mercado de trabalho em regiões periféricas: o caso do município de Ipojuca (PE) / Dehora Fernanda Custódio Bento. – Recife, 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco / Programa de Pós-graduação em Sociologia.

BIROLI, Flávia.; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, pp. 27-55, 2015.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996.

_____. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

D'AVILA, Ana Paula Ferreira.; BRIDI, Maria Aparecida. As contratações na indústria naval em Rio Grande – Rio Grande do Sul. *Revista de Ciências Sociais*. n. 43, pp. 319-339, 2015.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. 1994. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectiva para o futuro. *Revista Estudos Feministas*, 1(2): 17-32

BUHSE, Ana Paula; PEREIRA, José Maria Dias. (2013). **O novo-desenvolvimentismo: uma construção inacabada**

CARDOSO, André de Oliveira; SERRAO, Rafael Soares. Diagnóstico da indústria de construção naval. In CARDOSO, André de Oliveira (org.) **As faces da indústria metalúrgica no Brasil: uma contribuição à luta sindical**; São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2015. pp. 350-407.

CARLOTO, Cássia Maria. 2002. “Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino”. *Serviço social em revista*. 4 (2): 1-15

CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e meio ambiente: o conflito do Complexo Industrial- Portuário de Suape, Pernambuco. In: Encontro Nacional da Associação

Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 4, 2008, Brasília, *Anais...* Brasília, 2008.

CISNE, Miria. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. 2008. "Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico". *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*. 2 (4): 1-13

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **O que é realidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 10ª edição, 5ª reimpressão (1ª edição: 1984).

DURKHEIM, Emile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. 1ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL. Disponível em <http://www.estaleiroatlanticosul.com.br/>: acesso em 10 de agos. 2017.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Estaleiro Atlântico Sul encerra atividades em Pernambuco**, Recife: Economia, 2019. Disponível em <https://www.folhape.com.br/economia/economia/economia/2019/08/13/NWS,113343,10,550,ECONOMIA,2373-ESTALEIRO-ATLANTICO-SUL-ENCERRA-ATIVIDADES-PERNAMBUCO.aspx> Acesso em 13 de agos. 2019.

FREITAS, Taís Viudes de. & SILVEIRA, Maria Lúcia. **Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado**. São Paulo: SOF, 2007.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GODOY, J. H. A. Novo desenvolvimentismo do Nordeste: industrialização, crescimento econômico e equidade no Território Estratégico de Suape/PE. In: 38º Encontro Anual da Anpocs, 2014, Caxambu, *Anais...* Caxambu, 2014.

_____. & MEDEIROS, Rogério de Souza. Desenvolvimento, território e políticas sociais: Suape e uma nova agenda de pesquisa sobre os impactos sociais de grandes projetos. *Repocs*, v. 12, n 24, pp. 77-99, 2015.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1998.

HIRATA, H. & KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n.1, 1994.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** Tradução Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, v.17/18, pp.139-156, 2001/2002.

IPEA. **Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) sobre as condições de moradia no Território Estratégico de Suape. Migração, identidade e novas territorialidades.** Rede Ipea, 2012. Disponível em http://www.ipea.gov.br/redeipea/index.php?option=com_content&view=article&id=114:impactos-e-sustentabilidades-dos-grandes-projetos-economicos-no-solo-urbano-da-rmr&catid=91:apoio-tecnico-ou-projetos-experimentais&Itemid=206 Acesso em 05 de nov. 2019.

JESUS, Claudiana Guedes de.; SILVA, Robson Dias da. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 19, n. 38, pp. 225-248, 2017.

JORNAL DO COMMERCCIO. **Estaleiro Atlântico Sul (EAS) diz que fará demissões em 2019**, Recife: Economia, 2018, Economia. Disponível em <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2018/10/01/estaleiro-atlantico-sul-eas-diz-que-fara-demissoes-em-2019-356698.php>: Acesso em 12 nov. 2018.

KERGOAT, D. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. *Pro-posições*, v.13, n. 1 (37), 2002.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos*, 86, 2010.

LEITE, Marcia de Paula; SALAS Carlos. (2012). Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento. *FAPESP*. pp: 87-100.

LIMA, Sonia.; MATIAS, Lilian. A greve dos operários navais de Niterói no contexto do pré-sal. *Universidade e Sociedade #58*, Andes, pp. 126-139, 2016.

LIMA, E. T.; VELASCO, L. Construção naval no Brasil: existem perspectivas. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 167-194, 1998.

LINS, Daniel. (org.) **A dominação masculina revisitada**; [Tradução Roberto Leal Ferreira]. Campinas: Papirus, 1998.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. **Gênero e Trabalho**: um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro de 1919. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MICELI, Sergio. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 2011.

MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres*. Tradução de Benedita Bettencourt. Almedina, Coimbra, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MORAES, Aline Fábila Guerra de. *Novo desenvolvimentismo e velhas condições de trabalho? Uma análise da dinâmica de subcontratação no complexo de Suape / Aline Fábila Guerra de Moraes*. – João Pessoa, 2015. 146f. Dissertação (mestrado) – UFPB/CCSA.

NEVES, Magda de Almeida. *Anotações sobre trabalho e gênero*. Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 149, pp. 404-421, 2013.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado. A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Veras de. (2013). *SUAPE EM CONSTRUÇÃO, PEÕES EM LUTA: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho*. CADERNO CRH. 26 (68): 233-252.

PEREIRA, Luisa Barbosa. *Quando penso no Futuro, não esqueço o meu passado: trabalhadores, direitos e memória na industrial naval do Rio de Janeiro*. In: Vêras, Roberto Vêras & Santanta, Marco Aurélio. *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

PORTOS E NAVIOS. Disponível em <https://www.portosenavios.com.br/>. Acesso em 10 de agos. 2017.

REDE IPEA. *Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) sobre as condições de moradia no Território Estratégico de Suape. Migração, identidade e novas territorialidades*. Disponível em http://www.ipea.gov.br/redeipea/index.php?option=com_content&view=article&id=114:impactos-e-sustentabilidades-dos-grandes-projetos-economicos-no-solo-urbano-da-rmr&catid=91:apoio-tecnico-ou-projetos-experimentais&Itemid=206. Acesso em 08 de set. 2019.

RODRIGUES, Vitor de Oliveira. *Para não dizer que não falei das flores: as lutas dos trabalhadores da construção civil no complexo industrial e portuário de Suape (PE) / Victor de Oliveira Rodrigues*. – Recife, 2012. 82f. Dissertação (mestrado) – UFPE/CFCH.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, Patriarcado e Violência.** 2 ed. São Paulo. PerseuAbramo/Expressão Popular.2015.

SANTANA, Marco Aurélio.; RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SANTOS, Waldeci Monteiro dos. **Suape: um desafio para Pernambuco.** Entrevista concedida em 24 de abril de 2012. Extraída de: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/508579-Suape-um-desafio-para-pernambuco-entrevista-especial-com-valdeci-monteiro-dos-santos> (Página consultada em 11.08.2013).

SICSÚ, João; MICHEL Renaut; PAULA, Luiz Fernando de. (2007). Por que novo-desenvolvimentismo? Revista de Economia Política. 27 (4): 507-524.

SILVA, Elias Gomes. **O Complexo Portuário de Suape e suas implicações para o município de Ipojuca.** 2017. 88f. Monografia de trabalho de conclusão de curso- Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. PERCURSOS DESIGUAIS Trajetórias ocupacionais dos trabalhadores no setor de telecomunicações no período pós-privatização. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva. – Porto Alegre, 2011. 241f. Tese (Doutorado) - UFRS/PPGS.

SILVA, Roberta Rodrigues Marques da. (2013). A construção política do novo desenvolvimentismo no Brasil e na Argentina. Instituto de Estudos Sociais e Políticos IESP-UERJ

SINAVAL. Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore.

SOUZA-LOBO Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SUAPE/GOVERNO PERNAMBUCO. Relatório – Março de 2010. PAC/Complexo Suape, 2010. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pdf/relatorioObraSuapeMarco2010>. Acesso em 14 de setembro de 2013).

TITTONI, Jaqueline. **Subjetividade e trabalho.** Porto Alegre: Ortiz, 1994.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA TRABALHADORAS

Parte 1 – Trajetória anterior à entrada na indústria naval

- Onde você nasceu? Em que cidade?
- Fale um pouco sobre sua formação na infância/adolescência dentro de sua casa. Seus pais trabalhavam com quê?
- Migração da família houve? E em função de quê?
- Você teve uma formação religiosa? Que influência você percebe dessa formação religiosa (ou da ausência dessa formação)?
- Você estudou até onde? Ou ainda está estudando, em que série?
- Antes de trabalhar no estaleiro no que trabalhou? Que ocupações teve?
- Que profissão sonhou? E o que lhe chamou atenção no trabalho que possivelmente iria desempenhar com ela?
- Fale um pouco de suas relações familiares antes de entrar na empresa X (construção naval)? Você já era casada? Tinha filhos? Como foi.
- O que te motivou a buscar um emprego?
- O que seu marido achou acerca de seu interesse em trabalhar na indústria naval?
- O que mudou na vida familiar após sua entrada na empresa?
- Ou seu interesse era apenas obter um emprego, independente do setor?

Parte 2 – Trajetória com a entrada na indústria naval

- Como se deu sua entrada na indústria naval? Alguém ajudou? Como foi?
- Você passou por uma qualificação profissional específica para atuar na construção naval? Como foi essa formação? Eram “apenas” cursos técnicos ou tinha um conteúdo comportamental também? Sobre o que tratavam os cursos?
- Qual foi o cargo que você assumiu na empresa?
- Tinha mais mulheres ou mais homens nesse cargo? Por quê?
- Quais as tarefas previstas para esse cargo?
- E como se distribuíam as funções e cargos entre homens e mulheres no seu ambiente de trabalho?
- Teve formação/capacitação/reciclagem ao longo do período trabalhado? Tipo uma capacitação para melhorar os conhecimentos e possibilitar possíveis promoções/mudanças/elevação função e melhores condições salariais.
- Como você percebia sua ocupação em termos de prestígio e oportunidades de crescimento?
- Como você se sentia ao realizar esse trabalho na construção naval?
- Já teve ou presenciou acidentes de trabalho?
- Como era a relação com os colegas? E com as chefias? Tinha muitos conflitos? De que tipo?
- Você já se sentiu discriminada no trabalho por ser mulher? Como foi isso? Sentiu outras formas de discriminação? Quais?
- Como conciliava a vida doméstica com o trabalho? Como eram repartidas as tarefas com pais, marido, companheiro, filhos?
- (se tinha companheiro) Como seu marido/companheiro via seu trabalho? Apoiava? Reconhecia? Discriminava?

- Você ou outras mulheres chegou a participar de ações organizadas pelo sindicato?
- Como você e outras mulheres viam a presença do sindicato?
- O que levou ao seu desligamento na empresa?
- Quais sensações você sentiu ao sair da empresa?

Parte 3 – Trajetória após a saída da indústria naval

- O que você faz atualmente? O que lhe levou a escolher essa ocupação?
- Sua passagem pela construção naval teve alguma influência nessa escolha?
- Você escolheria outra ocupação se pudesse? Qual seria e por quê?
- O trabalho é muito diferente do que fazia no estaleiro? Quais as diferenças?
- O que traz de experiência sua ocupação na indústria naval?
- O que você diria a uma mulher que está iniciando agora como trabalhadora na indústria naval? Seus pontos positivos e negativos.
- Buscou maior formação educacional ou profissional após a saída do emprego?
- Após a saída do setor naval, houve alguma mudança na sua relação familiar? Com filhos/ marido?... A que você atribui essa mudança?
- Mudou alguma coisa na divisão de tarefas com seu companheiro, com filhos, com outros parentes?

APÊNDICE 2 – CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS		
Nome	Data	Local
Andrezza	13/09/2017	IFPE Ijopuca
Mariana	11/10/2017	Shopping - Jaboatão
Milena	31/01/2018	Local de trabalho- ar livre
Rebeca	31/01/2018	Residência da entrevistada
Maria	14/02/2018	Shopping - Jaboatão
Karina	02/12/2018	Via whatsapp
Talita	09/12/2018	Via whatsapp
Fábia	11/12/2018	Via whatsapp
Camila	14/03/2019	Via Facebook
Ane	14/11/2017	Faculdade - Jaboatão

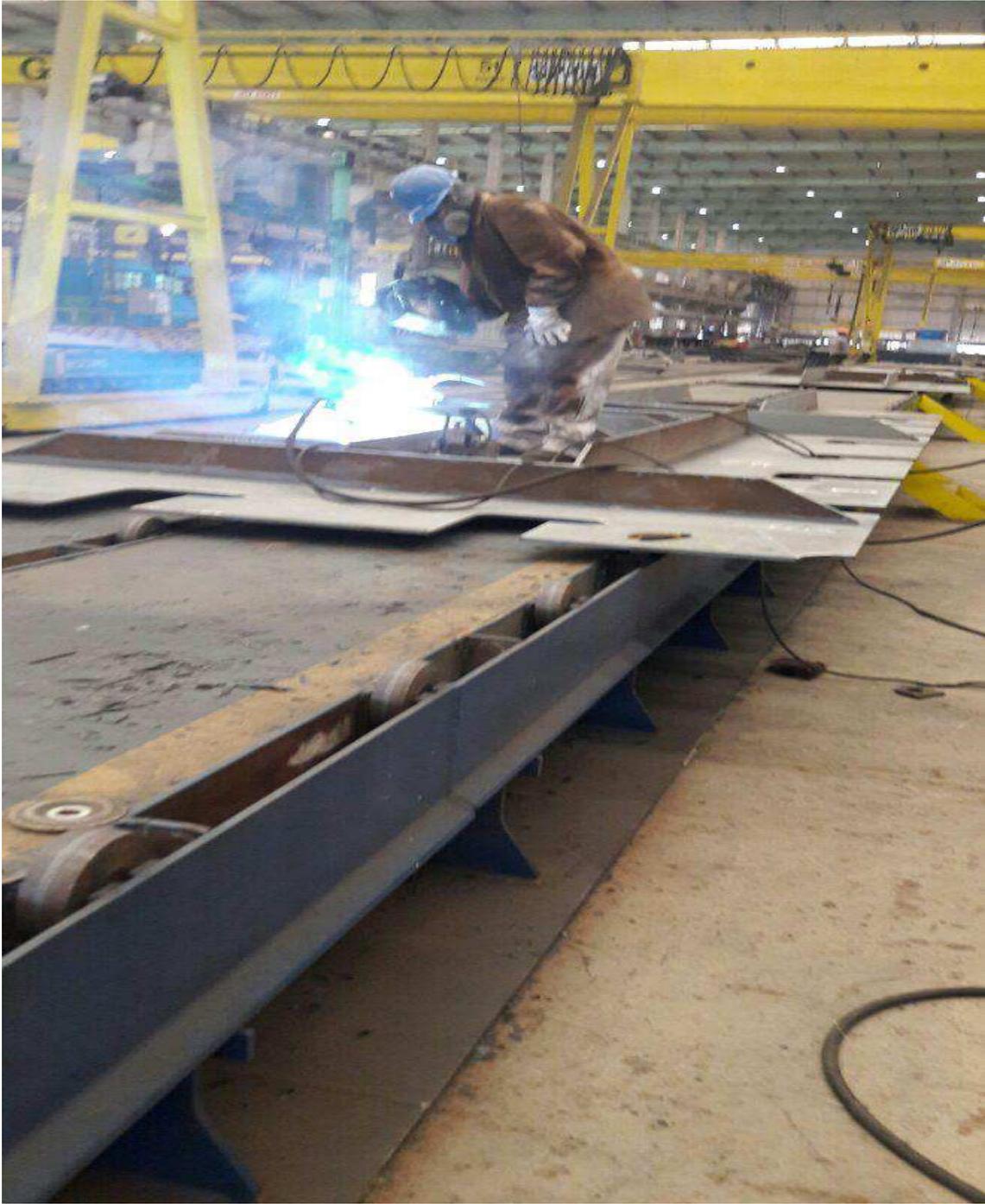
APÊNDICE 3- FOTOGRAFIAS DAS TRABALHADORAS

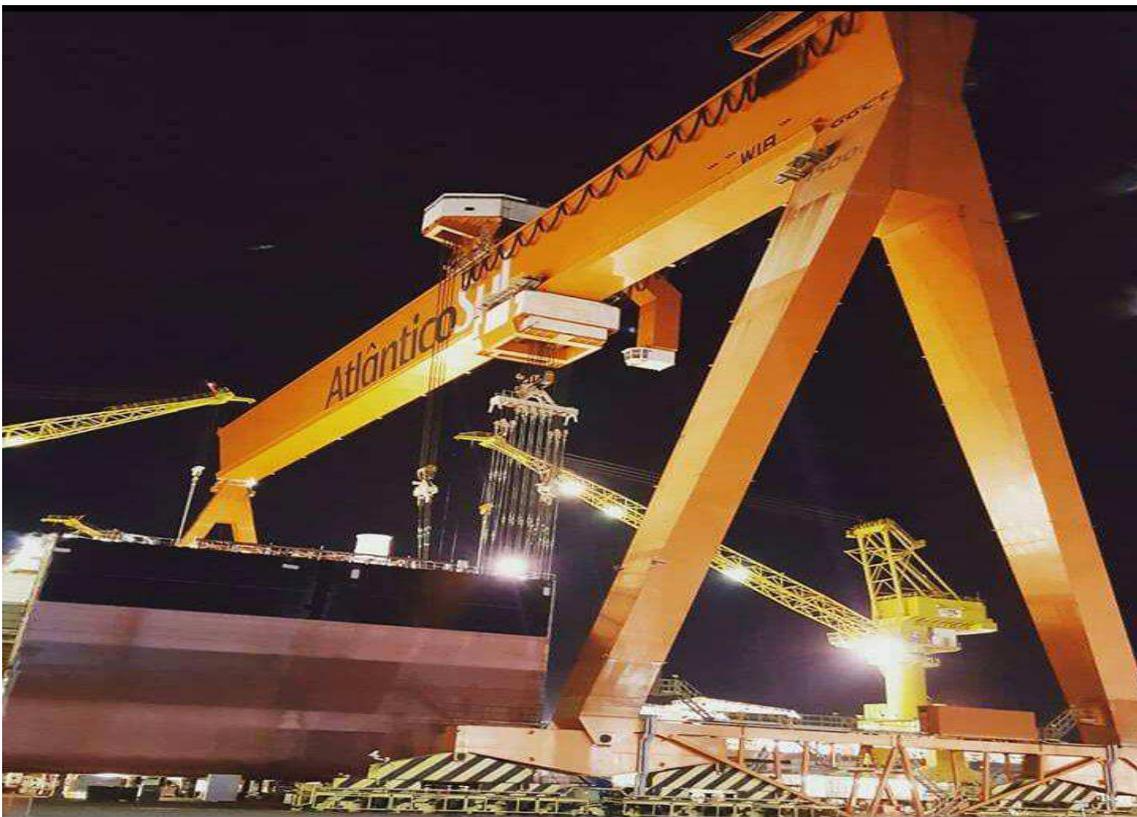












ANEXO 1- EXTRATO DO PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DO IPOJUCA

A Lei 1.490 de 30 de Junho de 2008 estabelece o Plano Diretor deste município, e defini o conjunto de princípios, regras e instrumentos orientadores da construção e utilização do seu território. Constituindo-se no instrumento básico da politica de planejamento e gestão municipal, competindo-lhe em seus:

Art. 1º: I – organizar o crescimento e o desenvolvimento municipal; II – estabelecer a função social da cidade e da propriedade. Paragrafo único, O Plano Diretor abrange o Município, em sua parte urbana e rural.

Art. 6º. São Princípios Gerais do Desenvolvimento Territorial do Ipojuca: I – função social da cidade; II – função social da propriedade; III – função ambiental do Município; IV – função econômica do Município; V – gestão democrática.

Art. 7º. A função social da cidade do Ipojuca corresponde ao direito de todos os cidadãos do Município ao acesso a: I – terra urbanizada; II – infraestrutura de saneamento ambiental; III – residências em condições de habitabilidade; IV - oportunidades de trabalho, emprego e renda; V – saúde; VI – educação; VII – cultura e lazer; VIII – transporte público digno; IX – condições plenas de mobilidade e acessibilidade urbana; X – meio ambiente preservado; XI – valorização e disseminação do patrimônio material, imaterial, natural e construído.

Art. 9º. A função social da propriedade urbana no Município do Ipojuca corresponde às condições essenciais de ordem publica e interesse social que orientam a regulação do uso e ocupação da propriedade urbana em prol do bem coletivo, orientando a atuação do Poder Executivo ao atendimento das necessidades de todos os cidadãos quanto a: I – qualidade vida; II – justiça social; III – acesso as atividades de desenvolvimento econômico, considerando as exigências fundamentais de ordenação da cidade. § 1º. A função social da propriedade urbana e um elemento constitutivo do direito de propriedade, o que significa dizer que o próprio direito de propriedade deixa de existir quando ela não cumpre sua função social. § 2º. A função social da propriedade urbana devera respeitar as diretrizes previstas no Art. 2º do Estatuto da Cidade [Lei Federal 10.257/2001].

Art. 30º. Para atingir os objetivos de acesso ao solo o Poder Executivo Municipal observara as seguintes diretrizes: I – promover a regularização urbanística e juridico-fundiaria das áreas de urbanização precária, através de: a) zonas especiais de interesse social; b) assistência técnica e jurídica gratuita: c) regularização juridico-

fundiaria. II – induzira urbanização de áreas próximas aos núcleos urbanizados, principalmente, voltadas ao mercado de moradia popular; III – priorizar investimentos públicos e privados em projetos habitacionais de interesse social.

Art. 101°. São Princípios da Política Municipal de Habitação: I – garantia a moradia digna, como um direito constitucional do cidadão; II – promoção da inclusão socioespacial, através da oferta e ampliação de condições de acesso a terra urbanizada e a moradia digna a todos os segmentos da população ipojucana, principalmente os de menor renda; III – garantia do cumprimento da função social pela propriedade urbana, de forma a regular o uso e ocupação do solo ao interesse coletivo, combatendo os processos de valorização desequilibrada do solo urbano e sua retenção especulativa; IV – fortalecimento institucional do Poder Executivo municipal como regulador do mercado imobiliário e provedor de solo urbano e de moradia para população ipojucana; V – garantia da participação e controle social da Política Municipal de Habitação.

Art. 102°. São Diretrizes da Política Municipal de Habitação: I – regulamentação de instrumentos Urbanísticos e Jurídico fundiários, previstos na Constituição Federal e no Estatuto das Cidades, com vistas ao fortalecimento da ação pública na promoção do acesso ao solo urbanizado, de forma a permitir: a) provisão habitacional; b regularização urbanística e juridico-fundiaria dos assentamentos precários espontâneos e das áreas de urbanização precária.

Art. 106°. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), estabelecidas nesta Lei, correspondem as parcelas do território que apresentam uma situação de urbanização precária resultante de processos informais de ocupação do solo e da escassez de recursos para investimentos públicos.